

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Renata Petry Brondani

**REPERCUSSÕES DO ATO INFRACIONAL E DA PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE PARA ADOLESCENTES E FAMILIARES**

Santa Maria, RS
2019

Renata Petry Brondani

**REPERCUSSÕES DO ATO INFRACIONAL E DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
PARA ADOLESCENTES E FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof^a Dr^a: Dorian Mônica Arpini

Santa Maria, RS
2019

Brondani, Renata Petry
Repercussões do ato infracional e da privação de
liberdade para adolescentes e familiares / Renata Petry
Brondani.- 2019.
274 p.; 30 cm

Orientador: Dorian Mônica Arpini
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2019

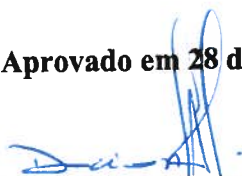
1. Medidas socioeducativas 2. Privação de liberdade 3.
Ato infracional 4. Relações familiares I. Arpini, Dorian
Mônica II. Título.

Renata Petry Brondani

**REPERCUSSÕES DO ATO INFRACIONAL E DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
PARA ADOLESCENTES E FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia.

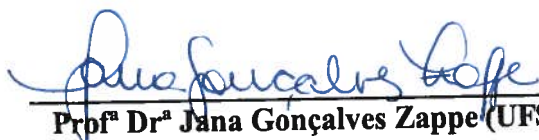
Aprovado em 28 de março de 2019:



Profª Drª Dorian Mônica Arpini (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Profª Drª Ilana Lemos de Paiva (UFRN)



Profª Drª Jana Gonçalves Zappe (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Para todos adolescentes e familiares com trajetórias de vida invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade e que passam à visibilidade apenas quando são considerados um problema, passíveis de punição e julgamento.

Para vocês que tanto me inspiram e motivam a seguir estudando e em busca da garantia dos direitos fundamentais, em um mundo menos desigual.

“Prisão perpétua é a morte. Eu volto é sim. Você é a parte boa que existe em mim. Mãe”.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Lecir e Loriane, que nunca mediram esforços para que eu pudesse chegar até aqui e seguisse em busca dos meus sonhos. A vocês, toda a minha gratidão, pois, certamente, não haverá palavras suficientes que expressem todo o amor que representa ter vocês em minha vida.

À minha irmã, Raquel, que sempre se fez presente em todos os momentos, com sua experiência e apoio incondicional. Obrigada por estar sempre perto de mim, pois nós sabemos que ter um irmão é ter, para sempre, uma infância lembrada com segurança em outro coração.

Aos meus demais familiares, que, certamente, também fizeram parte desse percurso. Obrigada pelo apoio e pela compreensão. Este trabalho também aconteceu por vocês.

À Professora Mônica, que, com tanta dedicação e carinho, desde a graduação tem me apoiado e incentivado. Sempre serei grata pelas oportunidades, pois durante toda minha formação, foste quem me aproximou de temáticas tão significativas para minha trajetória profissional, alguém em quem me inspiro. Agradeço por todos os ensinamentos.

Às minhas amigas e amigos, com quem, incansavelmente, pude contar durante esse durante esse percurso. Vocês moram em meu coração. Obrigada por serem aqueles que me acompanham nos melhores e nos piores momentos.

Às minhas colegas de mestrado, em especial, Luísa, Mônica, Alessandra e Thamires. Agradeço a vocês por compartilharmos alegrias, angústias e por tornarem essa caminhada mais afetiva, pois sei que posso contar com a amizade de vocês.

À Joana Missio, minha colega de grupo e amiga de todas as horas. Sua amizade foi fundamental e, certamente, continuará sendo. Obrigada por ser quem tu és para mim.

Ao NEIAF, por ser um grupo tão acolhedor e que, em tantos momentos tornou essa caminhada mais feliz, prazerosa e afetiva.

Aos participantes do estudo, por se disponibilizarem a compartilhar suas histórias, pois só assim a escrita desse trabalho se tornou possível.

Ao CASE-SM, por ser uma instituição que sempre me acolheu e abriu as portas não só para a realização deste trabalho, como também para o Grupo com Familiares, tão importante em minha trajetória.

Às professoras Jana Gonçalves Zappe e Ilana Lemos de Paiva pelo aceite ao convite de composição da banca examinadora e por suas valorosas contribuições.

À CAPES pelo auxílio financeiro durante esse percurso de formação.

Saiba
(Arnaldo Antunes)

*Saiba: todo mundo foi neném
Einstein, Freud e Platão também
Hitler, Bush e SadamHussein
Quem tem grana e quem não tem*

*Saiba: todo mundo teve infância
Maomé já foi criança
Arquimedes, Buda, Galileu
e também você e eu*

*Saiba: todo mundo teve medo
Mesmo que seja segredo
Nietzsche e Simone de Beauvoir
Fernandinho Beira-Mar*

*Saiba: todo mundo vai morrer
Presidente, general ou rei
Anglo-saxão ou muçulmano
Todo e qualquer ser humano*

*Saiba: todo mundo teve pai
Quem já foi e quem ainda vai
LaoTsé Moisés Ramsés Pelé
Ghandi, Mike Tyson, Salomé*

*Saiba: todo mundo teve mãe
Índios, africanos e alemães
Nero, Che Guevara, Pinochet
e também eu e você*

*Eu e você
Eu e você*

RESUMO

REPERCUSSÕES DO ATO INFRACIONAL E DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE PARA ADOLESCENTES E FAMILIARES

AUTORA: Renata Petry Brondani
ORIENTADORA: Dorian Mônica Arpini

Esta pesquisa de dissertação de mestrado buscou investigar as repercussões do cumprimento da medida socioeducativa de internação na percepção de adolescentes e de familiares. Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa qualitativa, sendo que o delineamento da presente pesquisa foi o de Estudos de Casos Múltiplos. A coleta dos dados ocorreu através da pesquisa documental e também por meio de entrevistas individuais, semiestruturadas com cinco adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação e cinco respectivos familiares desses adolescentes, totalizando dez participantes. A análise dos dados obtidos foi realizada através da técnica de síntese dos casos cruzados. A partir dos resultados, revelou-se que a medida socioeducativa de internação impacta de forma significativa nas relações familiares, de modo que o distanciamento físico demonstrou, paradoxalmente, um potencial para fomentar reaproximações e ressignificações nas relações e nos vínculos familiares. A figura materna se apresentou como a figura de maior relevância na trajetória de vida dos adolescentes, sendo exaltada e valorizada pelos adolescentes. Além disso, constatou-se o sofrimento e a necessidade de fala das mães entrevistadas, de forma que se percebeu que as mesmas acabam se tornando fortes no enfrentamento das fragilidades que aparecem. Outro aspecto discutido no presente estudo é a importância que foi conferida pelos participantes aos dispositivos institucionais que permitem a comunicação familiar no contexto da privação de liberdade: os dias de visita e as correspondências. Também foi possível discutir sobre o medo e angústia que permeiam a saída da instituição, porque o espaço representa um caráter protetivo e de abrandamento de contextos turbulentos, já que o “mundo lá fora” parece não se apresentar acolhedor. Diante desses dados, reforça-se a importância da participação efetiva e da integração das famílias nas unidades de cumprimento da medida socioeducativa de internação.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas, Privação de liberdade; Ato infracional; Relações familiares.

ABSTRACT

REPERCUSSION OF THE INFRACIONAL ACT AND THE DEPRIVATION OF LIBERTY FOR ADOLESCENTS AND THEIR FAMILIES

AUTHOR: Renata Petry Brondani

ADVISOR: Dorian Mônica Arpini

This dissertation research sought to investigate the repercussions of compliance with the socio-educational measure of committal through the perception of adolescents and relatives. In order to achieve the proposed objectives, it was made use of qualitative research, while the delimitation of the present research was the Study of Multiple Cases. The data collection occurred through documental research as well as through individual interviews semi-structured with five adolescents fulfilling a socio-educational measure of committal, and one relative of each of these adolescents, totalizing ten participants. The analysis of the data obtained was done through the technique of synthesis of crossed cases. From the results, it was revealed that the socio-educational measure of committal has a significant impact on family relationships, and the physical detachment showed, paradoxically, a potential to promote rapprochement and re-signification of the relationships and bonds among the family. The maternal figure manifested itself as the most relevant one in the adolescent's life trajectory, being exalted and valued by them. Moreover, the suffering and the need to speak coming from the interviewed mothers was noticed, and later concluded that they had become emotionally stronger from coping with the fragilities that arose. Another aspect discussed in this study was the relevance given by the participants to the institutional arrangements that allow family communication in the context of deprivation of liberty: visiting days and correspondences. It was also possible to discuss the fear and anguish that permeated the exit of the institution because said space had a protective appeal and represented a relief of turbulent environments considering the "outside world" seemed to not be welcoming. Given these data, it was reinforced the importance of effective participation and integration with families in the units of compliance with the socio-educational measure of committal.

Keywords: Socio-educational measure; Deprivation of liberty; Infraction act; Family relationships.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Gráfico de Vagas x População nas Unidades da FASE em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.....	28
Ilustração 2 – Gráfico de Vagas x População nas Unidades da FASE no interior do Rio Grande do Sul.....	28
Ilustração 3 – Esquema de constituição dos participantes da pesquisa que compõem cada núcleo familiar.....	69
Ilustração 4 – Organização e disposição do Artigo 1.....	75
Ilustração 5 – Organização e disposição do Artigo 2.....	76
Ilustração 6 – Organização e disposição do Artigo 3.....	76
Genograma 1 – Representação gráfica do primeiro núcleo familiar.....	77
Genograma 2 – Representação gráfica do segundo núcleo familiar.....	83
Genograma 3 – Representação gráfica do terceiro núcleo familiar.....	87
Genograma 4 – Representação gráfica do quarto núcleo familiar.....	91
Genograma 5 – Representação gráfica do quinto núcleo familiar.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações gerais sobre os adolescentes participantes	71
Tabela 2 – Informações gerais sobre os familiares participantes	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASE-SM – Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EF – Ensino Fundamental
EM – Ensino Médio
FASE/RS – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul
FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICPAE – Internação com Possibilidade de Atividades Externas
IP – Internação Provisória
ISPAE – Internação sem Possibilidade de Atividades Externas
LA – Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
MSE – Medidas Socioeducativas
PAC – Plano de Atendimento Coletivo
PEMSEIS – Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade
PIA – Plano Individual de Atendimento
PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor
POD – Programa de Oportunidades e Direitos
PSC – Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços a Comunidade
RTA – Restrição Total de Atividades
SAM – Serviço de Assistência ao Menor
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	23
1	INTRODUÇÃO.....	25
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
2.1	COMPREENSÕES SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: A HISTÓRIA PERMEANDO A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS E PERSPECTIVAS ATUAIS.....	31
2.1.1	<i>Trajetórias da infância e adolescência no Brasil: caminhos percorridos e o histórico de controle social de menores carentes, abandonados e infratores.....</i>	<i>32</i>
2.1.2	<i>A inauguração da Doutrina da Proteção Integral e a ascensão do Estatuto da Criança e do Adolescente</i>	<i>43</i>
2.1.3	<i>Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: traçando diretrizes para a efetivação de direitos na prática de atos infracionais.....</i>	<i>46</i>
2.2	ADOLESCÊNCIA E O COMETIMENTO DE UM ATO INFRACIONAL: QUAIS AS RELAÇÕES POSSÍVEIS?.....	49
2.2.1	<i>A medida socioeducativa de internação e seus princípios norteadores</i>	<i>51</i>
2.2.2	<i>A experiência de “ser adolescente”: intensidades e conflitivas nos processos de construção identitária.....</i>	<i>53</i>
2.2.3	<i>Adolescência e a questão do reconhecimento: quando se faz necessário o recurso ao ato.....</i>	<i>55</i>
2.3	FAMÍLIAS E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: CONVIVENDO COM REALIDADES PERMEADAS PELA VIOLÊNCIA.....	58
2.3.1	<i>Repercussões da convivência em contextos de exclusão social para o âmbito familiar.....</i>	<i>61</i>
3	PERCURSO METODOLÓGICO	65
3.1	DELINEAMENTO	65
3.2	CONTEXTO DA PESQUISA.....	66
3.2.1	<i>A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS)....</i>	<i>66</i>
3.2.2	<i>O Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria</i>	<i>67</i>
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	67
3.4	PARTICIPANTES	68
3.5	PROCEDIMENTOS	72
3.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	73
3.7	ASPECTOS ÉTICOS	74
4	RESULTADOS	75
4.1	DESCRIÇÃO DOS NÚCLEOS FAMILIARES	76
4.1.1	<i>Núcleo familiar 1: Rodrigo e Gisele</i>	<i>77</i>
4.1.2	<i>Núcleo familiar 2: Miguel e Cláudia</i>	<i>83</i>
4.1.3	<i>Núcleo familiar 3: André e Janaína.....</i>	<i>87</i>
4.1.4	<i>Núcleo familiar 4: Vinícius e Adriana</i>	<i>91</i>
4.1.5	<i>Núcleo familiar 5: Paulo e Elisabete.....</i>	<i>96</i>
4.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONTEXTOS SOCIAIS DOS PARTICIPANTES DA PRESENTE PESQUISA	102
5	DISCUSSÕES.....	109
5.1	ARTIGO 1 – RELAÇÕES FAMILIARES E ESPECIFICIDADES NO CONTEXTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	109
5.1.1	<i>Resumo.....</i>	<i>109</i>
5.1.2	<i>Introdução.....</i>	<i>109</i>
5.1.3	<i>Metodologia.....</i>	<i>113</i>
5.1.3.1	<i>Delineamento</i>	<i>113</i>

5.1.3.2	Participantes	114
5.1.3.3	Instrumentos e procedimentos	114
5.1.3.4	Análise dos dados	115
5.1.4	<i>Resultados e discussões</i>	116
5.1.4.1	A distância que aproxima? Relações familiares e a privação de liberdade	116
5.1.4.2	“Aqui o filho chora e a mãe não vê”: a relação mãe-filho em evidência no contexto de adolescentes em privação de liberdade	139
5.1.4.2.1	Valorização das mães e o distanciamento dos pais: como essas relações têm se apresentado?	141
5.1.4.2.2	Buscando compreender o sentimento de culpa das mães	153
5.1.4.2.3	Mães frágeis? As figuras maternas diante do enfrentamento das adversidades	163
5.1.5	<i>Considerações finais</i>	169
5.1.6	<i>Referências</i>	171
5.2	ARTIGO 2 – MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E (RE)ENCONTROS POSSÍVEIS: COMO OCORRE A COMUNICAÇÃO FAMILIAR?	179
5.2.1	<i>Resumo</i>	179
5.2.2	<i>Introdução</i>	179
5.2.3	<i>Metodologia</i>	183
5.2.3.1	Delineamento.....	183
5.2.3.2	Participantes	183
5.2.3.3	Instrumentos e procedimentos	184
5.2.3.4	Análise dos dados	185
5.2.4	<i>Resultados e discussões</i>	185
5.2.4.1	Significados atribuídos ao momento da visita.....	185
5.2.4.2	A escrita de cartas como um recurso de comunicação no contexto da privação de liberdade	203
5.2.5	<i>Considerações finais</i>	215
5.2.6	<i>Referências</i>	218
5.3	ARTIGO 3 – EXPECTATIVAS DE FUTURO DE ADOLESCENTES E FAMILIARES NO CONTEXTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	224
5.3.1	<i>Resumo</i>	224
5.3.2	<i>Introdução</i>	224
5.3.3	<i>Método</i>	228
5.3.3.1	Delineamento.....	228
5.3.3.2	Participantes	228
5.3.3.3	Instrumentos e procedimentos	229
5.3.3.4	Análise dos dados	230
5.3.4	<i>Resultados</i>	230
5.3.5	<i>Discussões</i>	232
5.3.5.1	Conversando sobre o futuro: convivência com incertezas, sonhos e esperança....	232
5.3.5.2	O futuro e a questão do (não) pertencimento: a permanência nos territórios x preservação da vida	242
5.3.6	<i>Considerações finais</i>	245
5.3.7	<i>Referências</i>	247
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
	REFERÊNCIAS	255
	APÊNDICES	263
	ANEXO	273

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa se refere à Dissertação de Mestrado intitulada “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”. Como formato de apresentação, optou-se pela organização em três artigos, de acordo com o Manual de Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses (MDT) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015).

Considerando tais pontuações, a dissertação foi organizada em seis capítulos. O primeiro traz uma breve introdução e revela a motivação da pesquisadora em realizar o estudo, assim como seus objetivos. O segundo, por sua vez, abrange o referencial teórico utilizado para pensar sobre essa temática. O terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado na pesquisa, com maior detalhamento em relação ao espaço dedicado a este tópico nos artigos.

No quarto capítulo, destinado aos Resultados desta pesquisa, realizou-se uma exposição minuciosa dos contextos de cada núcleo familiar, com o intuito de apresentar os protagonistas do presente estudo. Após, propôs-se a realização de algumas considerações e reflexões sobre os contextos sociais dos participantes, através de uma leitura geral e não individualizada de cada núcleo familiar.

No quinto capítulo situam-se as discussões propostas nos três artigos. O primeiro deles trata dos impactos que a privação de liberdade pode trazer para as relações familiares e discute a importância da figura materna nesse contexto. O segundo artigo aborda os significados atribuídos ao momento da visita e também sobre a comunicação através de cartas no contexto da privação de liberdade. O terceiro artigo (que já foi elaborado em conformidade com as normas de publicação da Revista Psicologia: Ciência e Profissão) busca compreender as expectativas de futuro de adolescentes e familiares, no contexto da medida socioeducativa de internação, abrangendo também algumas discussões sobre questões territoriais no período pós-internação. Por fim, no último capítulo, são apresentadas as considerações finais do estudo.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre os impactos que o cumprimento da medida socioeducativa de internação podem gerar nas relações familiares possui uma tripla relevância: pessoal, social e científica. O interesse pessoal da pesquisadora pela temática e contextos que permeiam adolescentes em contextos violentos e de violações de direitos surgiu no decorrer da graduação em Psicologia. Primeiramente, através da participação em um Grupo de Estudos sobre Adolescência, onde se iniciaram os estudos e leituras, buscando entender as especificidades em experienciar esse momento na vida de um sujeito.

Também foi determinante a participação durante cinco anos na graduação e na pós-graduação em um Projeto de Extensão intitulado “Atuando no enfrentamento de situações de violência em contextos sociais críticos: experiências em uma Escola Aberta”. Na escola onde o Projeto é desenvolvido, são atendidas crianças e adolescentes em contextos de defasagem escolar, instituições de acolhimento, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas, com histórico de repetências, ou ainda, sem experiência escolar. Constitui-se, portanto, um ambiente no qual o público caracteriza-se por sujeitos que frequentemente se encontram permeados por situações de violência e convivem em contextos de exclusão social. Assim, através desse Projeto, houve um envolvimento e engajamento por temáticas adjacentes e a busca por contribuir na compreensão e reflexão de diferentes formas violentas de relações.

Ademais, no decorrer da graduação em Psicologia a pesquisadora participou de um Grupo de Estudos sobre Adolescência e Exclusão Social, com reflexões sobre as temáticas emergentes do referido Projeto de Extensão. Nessa ocasião, suscitaram-se diversas discussões que problematizavam os sentidos da prática de atos violentos por adolescentes, sendo um dos momentos no qual foi possível uma aproximação dos contextos que envolvem o cometimento de atos infracionais, assim como o cumprimento de medidas socioeducativas.

Considerando esses percursos, o Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora abordou a temática do conflito com a lei e o cumprimento de medidas socioeducativas. O enfoque principal desse trabalho foi compreender como ocorreu o exercício da função paterna, que se caracteriza pela internalização das regras e limites, para adolescentes no contexto da medida socioeducativa de semiliberdade. A imersão no contexto das medidas socioeducativas, assim como o interesse por entender sobre os contextos familiares dos quais os adolescentes são provenientes, possibilitou um engajamento por contribuir nessas situações permeadas por sofrimentos e violências. Como resultado deste trabalho, foi publicado um

artigo abordando as experiências escolares de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (BRONDANI; ARPINI, 2019).

No referido Trabalho de Conclusão de Curso, em especial, um dos participantes referiu ter ocorrido uma aproximação do pai no momento em que passou a frequentar a unidade de execução da medida socioeducativa de semiliberdade, como retrata o seguinte trecho: “A gente não conversava bastante, né? Agora a gente tá conversando mais. Importante. Bei... Até ele [pai] não deixa eu vir sozinho. Ele pensa que eu não vou entrar, né dona? Sempre me traz. É, eu digo pra ele que eu vou entrar né dona, mas eu entro atrasado. É, mas não tem como entrar atrasado, ele sempre vem junto”.

Esse trecho da entrevista evidencia que, no caso desse adolescente, parece ter ocorrido uma aproximação de seu pai a partir do cumprimento da medida socioeducativa. Esta fala sinaliza aspectos muito significativos relacionados ao contexto socioeducativo, que serviram de inspiração e inquietação para este estudo. Acrescido a isso, considerando o empenho da pesquisadora em pensar sobre a importância da família, especialmente, para aqueles que se encontram em condição peculiar de desenvolvimento, aprofundar sobre como o cumprimento de medidas socioeducativas repercute para as relações familiares mostrou-se fundamental.

O Art. 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre os direitos do adolescente privado de liberdade, no qual consta, entre outros, o direito a receber visitas, ao menos, semanalmente e o direito de corresponder-se com seus familiares e amigos (BRASIL, 1990). Com isso, observa-se que, em instituições de cumprimento dessa medida, além de se restringir a liberdade do adolescente, restringe-se, por consequência, o convívio deste com a família e a comunidade, exceto nas situações acima descritas.

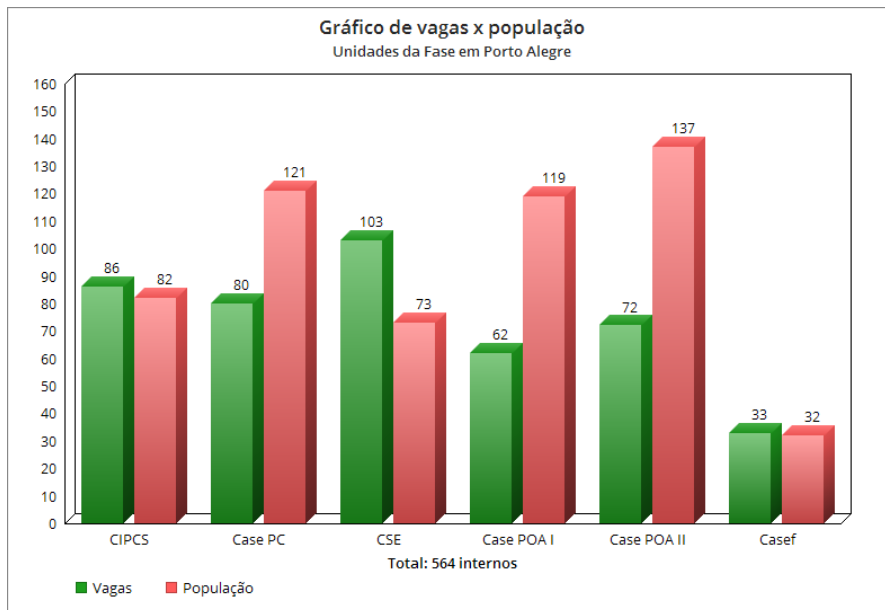
Ainda enquanto justificativa pessoal para o presente estudo, salienta-se a realização e participação em um projeto de extensão intitulado “Intervenções com famílias de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação”. Essa atividade se efetiva, a partir de um Projeto de Cooperação-técnica entre o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a proposta de uma abordagem interdisciplinar externa que qualifique o desenvolvimento da socioeducação. Visando contemplar um dos objetivos desse convênio, no segundo semestre de 2017, iniciou-se a proposta de promover grupos com os familiares dos adolescentes que se encontram cumprindo a medida socioeducativa de internação no CASE-SM, mesma instituição onde a pesquisa desta dissertação de mestrado foi realizada. Tal experiência foi uma inspiração e suscitou questionamentos sobre as realidades dessas famílias.

Dentre as justificativas sociais do presente estudo, ressaltam-se as contribuições para o contexto socioeducativo, bem como para futuras intervenções com adolescentes e seus familiares em contextos de cumprimento de medidas socioeducativas a partir da determinação de uma medida socioeducativa de internação. Além disso, existem índices preocupantes no país que evidenciam o aumento do número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de internação e até mesmo a superlotação das unidades que executam essa medida, fatores estes que enunciam a necessidade de se problematizar sobre essa temática.

Com relação a esses índices, o Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) apresenta informações sobre o universo do cumprimento de medidas socioeducativas e permite enunciar um panorama visando o aprimoramento das políticas públicas de promoção, defesa e proteção dos direitos desse público. Os números referentes à internação no Brasil têm demonstrado um crescimento contínuo desde 2010, quando havia 12.041 adolescentes, atingindo seu ápice em 2014 com 16.902 adolescentes (BRASIL, 2017).

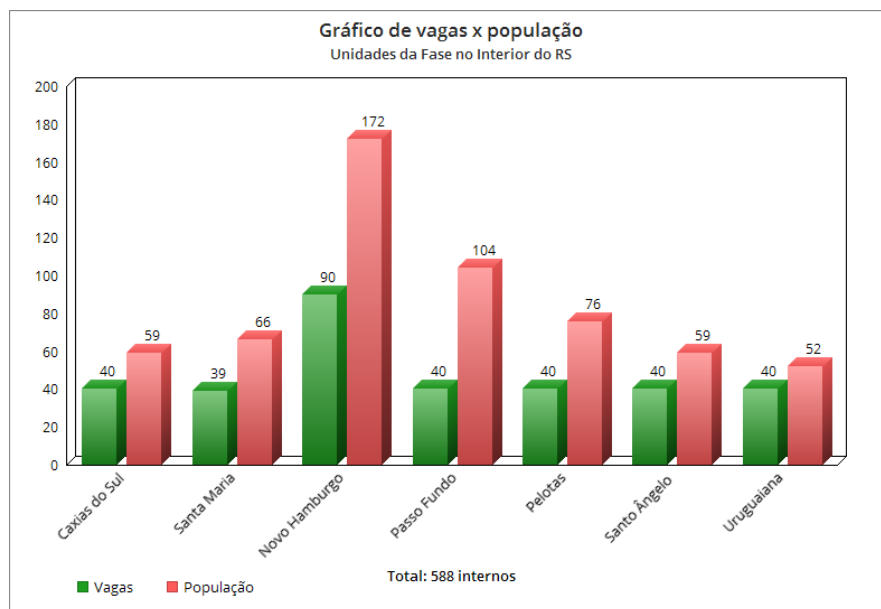
Também está em evidência a preocupação em relação ao crescimento expressivo no número de adolescentes internos na realidade do estado do Rio Grande do Sul. No site da FASE-RS, são disponibilizados dados atualizados referentes à população diária de adolescentes nas suas instituições no Rio Grande do Sul. Desde o ano de 2017, quando se tem acompanhado o site da instituição em diversos acessos a essa página, tem sido preocupante o fato de que, em muitas unidades que compreendem a execução da medida socioeducativa de internação, o número de adolescentes internos é superior ao número de vagas disponíveis. Em janeiro de 2019, era de 1152 o número total de jovens em internação no Estado. Esses dados podem ser exemplificados a partir dos gráficos abaixo:

Ilustração 1 – Gráfico de Vagas x População nas Unidades da FASE em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



Fonte: Site da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (2019). <http://www.fase.rs.gov.br/wp/populacao-diaria/>.

Ilustração 2 – Gráfico de Vagas x População nas Unidades da FASE no interior do Rio Grande do Sul.



Fonte: Site da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (2019). <http://www.fase.rs.gov.br/wp/populacao-diaria/>.

Ao atentar-se para os números que expressam essa complexa realidade, evidencia-se que devem ser pensadas alternativas para problematizar o cumprimento de medidas

socioeducativas. Segundo Costa e Assis (2006), as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas constituem-se, muitas vezes, por locais em que o adolescente encontra um contexto de apoio social mais próximo e organizado, o que pode favorecer uma vinculação mais positiva entre o adolescente e seus familiares, pares e comunidade. Isto é, deve-se prezar que essas instituições consigam dispender o atendimento adequado, considerando também que o número de adolescentes acima do número de vagas (sendo esta uma realidade em muitas unidades do país) possa interferir na forma como tal vinculação ocorre.

O instrumento técnico-operacional que guia a organização do atendimento socioeducativo, ressalta que os familiares devem participar ativamente de todo o processo, por meio da realização de atividades e ações que possibilitem o fortalecimento dos vínculos familiares (MEDEIROS; PAIVA, 2015). Diante do exposto, ressalta-se a importância de também atentar para as famílias, uma vez que a atenção ao adolescente em conflito com a lei contempla um sentido formativo de desenvolvimento integral, que é preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A proximidade dos familiares com o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, em especial de privação de liberdade, deve ser vista como fundamental em todas as etapas de aplicação da pedagogia institucional. Os jovens que, por vezes, possam ter dificuldades com os vínculos familiares necessitam, por direito, que os estabelecimentos se empenhem para promover uma aproximação, de acordo com as particularidades de cada caso (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012). Nesse sentido, a prática de atendimento ao adolescente em conflito com a lei pode ser extremamente dificultada se a mesma não englobar sua família com a mesma ênfase, considerando que os comportamentos do adolescente são aprendidos a partir das interações que estabelecem tanto no contexto social, quanto familiar (NUNES; ANDRADE; MORAIS, 2013).

No que concerne à relevância científica do presente estudo, acredita-se que os seus resultados contribuam, em especial no que diz respeito aos impactos que se fazem presentes quando um adolescente passa a cumprir uma medida com restrição de liberdade. Muitos estudos debruçam-se a compreender as principais características das famílias, no entanto, acredita-se que foi possível trazer contribuições acerca da proposta, contribuir para a prática profissional da psicologia nesse âmbito.

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo geral compreender como o cumprimento da medida socioeducativa de internação tem repercutido nas relações entre os adolescentes e suas famílias. E como objetivos específicos: entender como se configuravam as relações familiares anteriormente ao cumprimento da medida socioeducativa de internação;

conhecer de que forma os familiares e os adolescentes lidaram com a notícia de que deveria ser cumprida uma medida socioeducativa com restrição de liberdade; identificar como estão se caracterizando as relações familiares no decorrer do cumprimento da medida socioeducativa de internação, e por último, compreender as expectativas futuras do adolescente e do familiar relativas às relações familiares após o cumprimento da medida socioeducativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMPREENSÕES SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: A HISTÓRIA PERMEANDO A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS E PERSPECTIVAS ATUAIS

O reconhecimento das primeiras etapas do desenvolvimento e da vida de um sujeito nem sempre se fizeram presentes no imaginário social. A compreensão sobre a infância e a adolescência assumiram diferentes configurações e representações ao longo dos séculos até que se chegasse a uma legitimação dessas etapas, enquanto passíveis de investimento, cuidado e proteção. De acordo com Ariès (1981), somente no século XIII é que se iniciou o entendimento de uma infância reconhecida socialmente, ainda que essa fosse compreendida enquanto miniatura do mundo dos adultos. Com o passar dos séculos, a vida cotidiana das crianças passou a ser representada misturada e indistinta a dos adultos, evidenciando um sentimento de indiferença, com uma infância demasiadamente frágil. Assim, de acordo com o autor, somente a partir do século XVII é que a infância passou a ser vista a partir de um amplo movimento de interesse em seu favor.

Considerando esses aspectos históricos sobre a infância, pensar no reconhecimento da etapa da adolescência parece ainda mais distante. Não havia, até então, uma distinção com relação à vida adulta, como no que diz respeito à infância, pois essa distinção aconteceu somente por volta dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, somente no século XX, esse tema se tornou privilegiado e passou a ser foco das atenções, pois a sociedade se voltou para o contato com o novo, com a mudança. Assim, ser jovem, na cultura contemporânea, passou a ser um aspecto valorizado e um ideal a ser alcançado (FERRÃO; POLLI, 2014; ARPINI; WITT, 2015). A partir disso, o presente capítulo, que é direcionado para a discussão de questões históricas e políticas, será inicialmente voltado para a temática da infância, já que o reconhecimento da adolescência e suas particularidades se deram de forma mais tardia.

Nesse sentido, desde que se deu o reconhecimento da infância, desencadearam-se diversos atravessamentos que culminaram, inclusive, no reconhecimento da adolescência. Historicamente, as relações sociais que esses públicos foram estabelecendo com a família, instituições religiosas, Estado e também com outros estamentos da sociedade, perpetuaram valores morais, religiosos e culturais, os quais reproduziram relações entre sujeitos considerados dominadores e subjugados em seus papéis. O foco principal dessa história foi a infância pobre, de classes populares e que permaneceu à margem da sociedade, não se enquadrando na lógica capitalista de trabalho. Por isso, reservou-se para esse público a

piedade e a solidariedade de uns, assim como a indiferença, hipocrisia ou crueldade de outros (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

As políticas públicas determinam as diretrizes e o olhar que a sociedade irá lançar para o público ao qual estas se destinam. Assim, as concepções sobre a infância e adolescência foram sendo construídas e reconstruídas de acordo com as conjunturas econômicas, políticas e sociais de cada período histórico (KAMINSKI, 2012). Nesse sentido, faz-se importante uma leitura dos processos históricos, a partir da compreensão de que atualmente existem reverberações de aspectos que se fizeram presentes. Tais reverberações também podem ser visíveis no fenômeno do cometimento de atos infracionais e no contexto socioeducativo.

2.1.1 Trajetórias da infância e adolescência no Brasil: caminhos percorridos e o histórico de controle social de menores carentes, abandonados e infratores

Na realidade brasileira, a percepção sobre crianças e adolescentes, bem como a relação desse público com as políticas públicas, estão inseridas numa estrutura social que foi marcada por acentuadas desigualdades sociais. Nesse sentido, a política do atendimento destinada à infância no Brasil evidencia fortes e inúmeras contradições legais, sociais e culturais, permeadas por descasos constantes e uma rede de relações marcadas pela injustiça social para com esse público. As políticas sociais ficaram, na maioria das vezes, à mercê de processos e práticas compensatórias, que obstaculizam a implantação de uma política de acesso aos bens sociais, materiais e culturais que visam assegurar e garantir o provimento do bem-estar e dos direitos sociais na infância (CALIMAN; MILANEZI; DALTON, 2004).

Nos primeiros momentos da história do Brasil, no século XVI, no período colonial, que teve início em 1530 com a chegada dos portugueses ao Brasil, a assistência à infância estava voltada para a evangelização das crianças pelos jesuítas, considerando que a igreja e o Estado confundiam-se em suas funções. A conversão das crianças era realizada com dois objetivos: o de se tornarem submetidas ao Estado português e serem salvas do paganismo, mas também pelo fato de exercerem influência na conversão dos próprios adultos. Criou-se, portanto, um sistema educacional, baseado na catequese, para dar conta dessas finalidades (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Assim como na Europa, o sentimento de valorização da criança enquanto um ser cheio de graça e vulnerabilidade também se fazia presente na realidade brasileira. No entanto, tamanha valorização era balanceada com a disciplina e as exigências realizadas pelos jesuítas às crianças. A criança era compreendida enquanto um “papel blanco”, ou seja, sujeitos nos

quais se desejava escrever e inscrever-se outras características, através de um ajustamento a costumes distintos. A catequese objetivava, portanto, conquistar a alma indígena realizando, inclusive, comparações da própria cultura indígena com a cultura europeia. Essas “diferenças” culturais, na compreensão dos jesuítas, poderiam ser resolvidas através da conversão ao catolicismo (PRIORE, 1991).

Em contrariedade com a maior facilidade encontrada pelos jesuítas para lidar com crianças compreendidas como mais dóceis e obedientes, a puberdade era uma idade perigosa, sendo o momento no qual as “raízes” indígenas falariam mais alto. Quando cresciam, os jovens representavam, de forma subversiva, o reingresso aos costumes parentais e do território. Aqueles que se negavam a participar dos processos doutrinários eram repreendidos e sofriam castigos físicos, na medida em que o uso da violência era utilizado como uma estratégia disciplinadora. Posteriormente a isso, por questões políticas e de poder da época, os jesuítas foram expulsos do território brasileiro (PRIORE, 1991).

No entanto, ainda no período colonial, no século XVI, outras formas de exploração surgiram através dos colonos, os quais implantaram sistemas de escravidão no Brasil. Os escravos no Brasil eram tanto os indígenas, quanto os escravos advindos do tráfico negreiro, provenientes da África. No contexto escravocrata, tornou-se mais vantajosa financeiramente a importação de um escravo do que manter os cuidados de uma criança por muitos anos, até que essa pudesse ser utilizada como mão de obra. Considerando esses aspectos, consolidaram-se fatores determinantes relativos à compreensão sobre a infância, a qual não era passível de investimento reverberando, inclusive, na morte de muitos filhos de escravos (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

De acordo com Mattoso (1991), o escravo permanecia na condição de criança até aproximadamente a idade de sete para oito anos, pois nesta faixa etária, em geral, “tomavam conta da sua inferioridade”, especialmente, em relação às crianças brancas. Além disso, a escravidão era penosa para os filhos dos escravos, pois a partir dessa idade, a força de trabalho destes já era explorada ao máximo, assim como o será também mais tarde, no decorrer de suas trajetórias de vida. Além disso, frequentemente, as crianças escravas ficavam desde cedo sem referências familiares e deveriam trabalhar para existir/sobreviver e serem reconhecidos como bons escravos, eficazes e obedientes.

Os relatórios e documentos dessa época apontam para a ocorrência de práticas discriminatórias e preconceituosas com relação aos negros, mulatos e mestiços. Estes eram caracterizados como “más gentes” sendo entendidos, também, enquanto os principais responsáveis pelos defeitos da população. No entanto, estabeleceu-se uma importante

contradição, na medida em que a sociedade se tornava cada vez mais mestiça, mulata e com dificuldades para se encaixar nos padrões de “pureza” que eram amplamente valorizados (SOUZA, 1991).

Ressalta-se que, nesse período, o abandono de crianças, sendo essas escravas ou não, tornou-se uma prática muito frequente. A moral cristã era dominante, e em concordância com seus pressupostos, os filhos concebidos fora do casamento não eram aceitos e, por esse motivo, estavam fadados ao abandono. No entanto, a pobreza também se constituiu como um importante fator que motivava o abandono de crianças naquele momento histórico. Tal realidade tornou-se uma preocupação para as autoridades, o que levou à criação de asilos para o recolhimento das crianças abandonadas, tais como as Câmaras Municipais e a Santa Casa de Misericórdia. Estabeleceu-se, assim, em diferentes localidades do país, o sistema da Roda, onde um cilindro giratório instalado na parede desses locais permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que houvesse a identificação de quem havia a deixado. Essas crianças eram cuidadas por amas de leite e também entregues às famílias mediante o pagamento de pensões. Nesse período, era comum que as crianças fossem utilizadas para o trabalho desde pequenas (RIZZINI; PILOTTI, 2011; LIMA; VENANCIO, 1991).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, observa-se um deslocamento de poder e domínio da Igreja articulado aos setores privados e públicos, para o domínio do Estado, que passaria a regulamentar e subsidiar ações da “causa da infância” (PEREZ; PASSONE, 2010). As primeiras legislações destinadas à infância e juventude foram formuladas no momento histórico do Brasil Império, a partir da independência em 1822. Na primeira metade do século XIX, as preocupações com esse público limitavam-se àquelas crianças órfãs e enjeitadas, visando o recolhimento das mesmas. Ainda, de modo geral, possuíam um caráter essencialmente assistencial, executado pela iniciativa privada, com elementos religiosos e de caridade. Nesse sentido, com o advento da independência do Brasil, o interesse jurídico em relação aos indivíduos menores de idade aparece restrito ao que foi a primeira lei penal do Império, o Código Penal de 1830. A partir desse momento, a responsabilidade penal para menores é contada a partir dos 14 anos. Tal legislação foi considerada um avanço histórico, pois se faziam vigentes, até então, as Ordenações do Reino de Portugal (RIZZINI, 2002).

A partir da segunda metade do século XIX, ainda em um contexto de escravidão no país, registra-se uma importante característica da legislação no que concerne a preocupações com relação à formação educacional das crianças, sobretudo aquelas consideradas pobres e que vagavam pelas ruas. Nesse período, entraram em vigor leis que regulamentavam o ensino

primário e secundário. Em 1871, outro marco importante passou a vigorar, através da lei conhecida como a “Lei do Ventre Livre”, a qual estabelecia que a partir de então os filhos de escravos nasceriam libertos. No entanto, essa liberdade ainda estava restrita à vontade do Senhor, pois, na prática, se as crianças fossem criadas até os oito anos de idade, obtinha-se o direito de usufruir do seu trabalho até que completassem 21 anos, ou então, seriam entregues ao Estado e receber-se-ia uma indenização (RIZZINI, 2002).

Ademais, agravando o cenário do abandono de crianças já existente, surgiu uma importante consequência a partir da vigência da Lei do Ventre Livre, em especial no Rio de Janeiro: o aumento de abandono de crianças negras. Ou seja, as crianças que antes estavam sob o domínio dos Senhores, na medida em que se consolidava a impossibilidade de escravização, deixaram de ser alvo de interesse dos mesmos (LIMA; VENANCIO, 1991). Considerando esses aspectos, os avanços na forma de se compreender sobre os “ingênuos” ainda não se mostravam significativos, uma vez que, mesmo com a lei, permanecia-se restringindo a liberdade desse público, bem como os desprotegendo. Todavia, não se podem negligenciar os avanços que tal legislação desencadeou, pois foi a partir desta, que se inaugurou, ainda que timidamente, uma perspectiva de liberdade para a infância (COSTA, 2007).

As reverberações dessas mudanças no decorrer da segunda metade do século XIX foram expressivas, pois o país passava por profundas e rápidas transformações, inclusive com os movimentos abolicionistas, que culminaram na abolição da escravatura em 1888 e na Proclamação da República. Iniciou-se, portanto, um movimento de passagem de um contexto essencialmente rural para a construção das cidades em um ambiente urbano. Nesse cenário, a figura do médico, relativa aos conhecimentos sobre higiene e doenças infectocontagiosas, tornou-se importante e decisiva, legitimando, assim, a medicina higienista. Os olhares da medicina voltaram-se para a criança, sobretudo para a criança filha da pobreza, dada a realidade de que as mais altas taxas de mortalidade aconteciam na infância. Nesse sentido, as preocupações com a criança órfã, enjeitada, exposta e delinquente no Brasil Império, motivaram grandes mudanças na transição para o próximo século (RIZZINI, 2002).

A influência dessa perspectiva higienista reverberou na criação de uma Seção de Higiene Infantil no Departamento Nacional de Saúde Pública, existente na época, o qual, por meio da influência dos juristas, na maioria juízes e advogados, realizou a criação do Juizado de Menores. Tratava-se de uma visão moralista do Estado mais voltada para a raça do que para a própria criança (FALEIROS, 2011). Dessa forma, considerando a preocupação com a alta mortalidade infantil nas cidades, surge a proposta de intervenção no meio ambiente, nas

condições higiênicas das instituições que abrigavam crianças e nas próprias famílias. Surgiu, portanto, nesse período, a puericultura, enquanto uma especialidade médica destinada a formalizar os cuidados adequados à infância (RIZZINI; PILOTTI, 2011). Ademais, em consequência da conjuntura política desse momento histórico, no encaminhamento para o trabalho, predominava o uso indiscriminado da mão de obra infantil nas indústrias, sendo essa uma prática que contrariava o discurso de proteção. Não havia uma redução da jornada de trabalho para as crianças e os salários recebidos eram inferiores aos dos adultos (FALEIROS, 2011).

Nesse cenário, a criança passa a ser percebida como um “magno problema” pela elite intelectual, política e filantrópica. O conteúdo que se fazia presente nos discursos e ideais republicanos da época era de uma defesa incondicional da criança. No entanto, revelava-se uma oscilação entre a defesa da criança e a defesa da sociedade contra essa mesma criança, por ser entendida, muitas vezes, como uma ameaça “à ordem pública”. Assim, tornou-se presente na lógica dessa época a urgência da intervenção do Estado na educação, visando à correção dos “menores”. Tais intervenções tinham como finalidade a transformação destas crianças em cidadãos úteis e produtivos para o país, através de uma organização moral da sociedade (RIZZINI, 2002).

Dado o início do período histórico do Brasil República, constituíram-se legislações que apontavam o Estado como um importante instrumento no que diz respeito à intervenção junto com menores com características desviantes. A discussão sobre a prática de internação dos menores tornou-se intensa, com a criação de estabelecimentos que visavam recolhê-los, de acordo com classificações, no intuito de prevenção e regeneração. Gradativamente, assumiram-se posições por parte do Estado no que diz respeito a sua responsabilidade como uma espécie de tutor oficial desse público (RIZZINI, 2002).

Em 1920, realizou-se o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, a partir do qual se configurou de forma mais sistemática a agenda da proteção social para esse público. Assim, em 1921, foi criada uma lei orçamentária federal, combinando estratégias de assistência e repressão, a qual autorizou o governo a organizar um serviço de assistência ao menor abandonado e delinquente. Dessa forma, o governo decretou em 1923 o Código de Menores, considerando o Código Civil e o Código Penal. No entanto, essa assistência foi regulada, em forma de decreto, somente no ano de 1927. Nesse ínterim, assumiu-se uma posição de vigilância no que diz respeito à vida dos menores, seus antecedentes e, não obstante, sobre as suas famílias, no intuito de controlar a suspensão, destituição ou restituição do pátrio poder (FALEIROS, 2011; RIZZINI, 2002).

A essa noção de menor delinquente, associava-se a representação de menores negros, localizados nas ruas, os quais eram compreendidos ora como abandonados, ora como delinquentes. Não se pensava ou considerava sobre as causas econômicas e sociais que reverberavam nos contextos de vida. Assim, tinha-se a percepção de que eram menores abandonados pelas próprias famílias, sem também, haver questionamentos ou problematizações sobre essas famílias, as quais se encontravam ora trabalhando, ora desempregadas, ou ainda, que dependiam da renda trazida pelo menor através de pequenos ofícios ou roubos. Construiu-se a concepção da família e da sua ausência enquanto principal causa do problema da criminalidade precoce (ALMEIDA; KOCOUREK; RODRIGUES, 2014). As famílias eram, portanto, responsabilizadas e punidas em relação aos cuidados à infância.

Nesse sentido, o Estado incorporou o debate sobre a “salvação da criança” e sobre a “regeneração social”, sendo as mesmas, alvos das ações públicas. A prevenção social e a elaboração de uma legislação específica, que permitissem a tutela do Estado e controle da sociedade, provocaram forte aliança jurídico-médico-assistencial organizada em torno do sistema de proteção ao “menor” (PEREZ; PASSONE, 2010).

O Código de Menores de 1927 possuía uma filosofia higienista, correccional disciplinar e com uma visão jurídica repressiva e moralista, aboliu formalmente a Roda dos Expostos. Ademais, vigora-se que aqueles que fossem considerados “vadios” poderiam ser repreendidos ou internados, caso essa “vadiagem” fosse habitual, ameaçando o pátrio poder¹, que poderia ser perdido ou suspenso pela falta dos pais. O Código previa também que o menor de 14 anos não poderia mais ser submetido a processos penais e aqueles que estivessem na faixa etária entre 14 e 18 anos teriam processos especiais. A política para esse público se coloca, portanto, voltada para o problema do menor, com a emergência de novas obrigações para o Estado nos cuidados com a criança pobre, uma vez que passa a ter obrigações de proteção. Assim, a intervenção do Estado não se propõe a uma universalização dos direitos, mas sim institui uma categorização da exclusão desse público (FALEIROS, 2011).

Nessa época, a partir da formalização e criação do Juízo Privativo de Menores e também do Conselho de Assistência e Proteção a Menores, as decisões a serem tomadas eram baseadas no entendimento sobre a “índole” da criança ou adolescente. Ou seja, o juiz que detinha o poder e os diretores das instituições definiam as trajetórias institucionais desse

¹ Os termos como pátrio poder, menor ou delinquente são utilizados ao longo do texto mantendo a nomenclatura utilizada pelos autores que estão sendo referenciados. Contudo, entende-se que tais termos têm sofrido alterações importantes no cenário brasileiro atual.

público, sendo que havia uma perspectiva de vigilância dessas autoridades, as quais possuíam um poder indiscutível. A infância que vivia à sombra da vadiagem era tratada, na perspectiva dos juristas, meramente enquanto caso de polícia e de simples repressão urbana. As crianças eram confiadas às mãos dos delegados, que as recolhiam promovendo uma limpeza, com a aprovação da imprensa. No entanto, nessa realidade, eram desconsiderados os destinos e as próprias crianças. Assim, estabeleceram-se nas figuras dos juristas e médicos forças hegemônicas de controle em relação à complexa demanda da infância abandonada (FALEIROS, 2011; LONDOÑO, 1991).

A partir desses contextos, a questão política para a criança colocava-se como “problema do menor”, havendo apenas dois encaminhamentos possíveis: o abrigo ou a disciplina, isto é, a assistência ou a repressão, por meio da emergência de obrigações e intervenções unicamente do Estado com relação a essas problemáticas. Com isso, para o cuidado dessa infância pobre, surgiram estratégias de encaminhamento para o trabalho, clientelismo e patrimonialismo, uma vez que o Estado detinha obrigações de proteção (FALEIROS, 2011).

Na década de 1930, o momento político no país permeado pela Era Vargas possuía um caráter centralizador e intervencionista que estimulava estratégias de realocação das prioridades e recursos para favorecer a industrialização, com forte apoio militar. Além disso, o governo passou a considerar e se articular com os trabalhadores urbanos, fator este que mobilizou repercussões para a parcela da juventude. Nesse sentido, visando reforçar a estratégia de trabalho precoce dos menores, os industriais barraram a proibição de se trabalhar antes dos 14 anos, e passou-se a permitir o trabalho para crianças com a idade de 12 anos (FALEIROS, 2011).

Em virtude da atenção dispensada ao aspecto trabalhista e social, principalmente nos quatro primeiros anos após a revolução de 1930, esse período se caracterizou pelo denominado autoritarismo populista, delineado pela propaganda nacionalista que, posteriormente, rendeu o título de “pai dos pobres” a Getúlio Vargas (PEREZ; PASSONE, 2010). A política voltada à infância articulava-se através da repressão, assistência e defesa da raça, tornando-se uma questão nacional. Nesse sentido, as transformações daí decorrentes incidiram diretamente na infância e adolescência pobres do país, enquanto parte fundamental da reformulação do papel do Estado (RIZZINI, 2002; FALEIROS, 2011).

Nesse período histórico, a infância era reconhecida como um problema social, fator este que era enunciado nos discursos e nas leis, em consequência da pobreza da população. A preocupação com o aumento e a precocidade da criminalidade infantil continuou presente

durante a década de 30. Assim, a solução encontrada para os vadios e menores, entendidos enquanto desajustados, foi o fortalecimento da assistência social, a partir da ideia de que os problemas sociais estavam associados a uma ameaça concreta à nação. O Serviço Social passou, portanto, a ser parte integrante dos programas de bem-estar e da legislação na década de 40 (RIZZINI, 2002).

Com o intuito de fortalecimento da assistência, em 1941, ocorreu, então, a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Esse serviço foi pensado para que o Estado atuasse junto aos menores reiteradamente qualificados como desvalidos e delinquentes. Assim, manteve-se o modelo utilizado na década de 20 pelos Juízes de Menores, através do encaminhamento desse público às instituições existentes. Nesse período, aos considerados “delinquentes”, restavam as escolas públicas de reforma, as colônias correccionais e os presídios. No entanto, ressalta-se que esse modelo de assistência, foi permeado por diversas situações de abusos, corrupção e clientelismo, em contextos de distribuição de recursos sem fiscalização e desvio de verbas (PEREZ; PASSONE, 2010; RIZZINI; PILOTTI, 2011; RIZZINI, 2002). Assim, no processo de “expansão nacional” do SAM, a finalidade de atendimento ao público a que se destinava foi desvirtuada, sendo o órgão tomado pelas relações clientelistas, pelo uso privativo de uma instituição pública (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

A implantação e organização do SAM estavam, portanto, mais relacionadas com a questão da manutenção da ordem social do que com a assistência propriamente dita. Dentre suas competências destacam-se: investigar os menores para fins de internação e ajustamento social; abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos; incentivar a iniciativa particular de assistência a menores; e, por fim, estudar as causas do abandono. Assim, houve uma redução do poder dos Juízes e um conseqüente aumento do poder destinado ao SAM. No entanto, ainda que tenham ocorrido tais modificações, denunciava-se que o problema dos menores era uma realidade que provocava inquietações e que a dicotomia entre infância e minoridade ainda estava longe de ser superada (FALEIROS, 2011; RIZZINI, 2002).

O esforço que foi concentrado para melhorar as condições de vida do trabalhador resultou em benefícios sociais importantes para a população, repercutindo significativamente sobre a situação da infância. No entanto, não se conseguiu extinguir o contingente de excluídos que sempre caracterizou a população brasileira. As condições de instabilidade política que vigoraram no país no período pós Vargas, a partir de 1954, agravaram os contextos da população empobrecida, fomentando tensões no que diz respeito a reformulações da legislação (RIZZINI, 2002).

Internacionalmente, a temática da infância estava sendo tensionada e discutida, o que acarretou reverberações para a realidade brasileira. Instituiu-se, desta forma, um movimento social internacional da infância como um espaço social privilegiado de direitos e a criança foi considerada pessoa em desenvolvimento, portadora de necessidades especiais e passíveis inclusive de proteção legal (PEREZ; PASSONE, 2010).

Na América Latina, ocorreu o IX Congresso Panamericano da Criança, em Caracas, o qual se aprofundou na discussão sobre o enfoque dado aos direitos do menor e estabeleceu normas adequadas para a reformulação dos Códigos de Menores em diversos países. Além disso, em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a infância passou a ser valorizada e a criança considerada, como sujeito de direitos pela Organização das Nações Unidas. Destacam-se entre os direitos contidos nessa declaração: o direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade; o direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; o direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe; o direito à educação gratuita e ao lazer infantil; o direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho, entre outros (RIZZINI, 2002; PEREZ; PASSONE, 2010).

As lacunas existentes entre o marco histórico dos direitos universais da criança e a realidade do atendimento existente no Brasil levaram a questionamentos do SAM e do próprio Código de Menores, para o qual havia movimentos de reformulação. Nesse contexto, surgem diversas críticas por parte de atores governamentais, da imprensa e da própria sociedade, por entenderem que essas instituições poderiam ser fábricas de delinquentes, escolas do crime, ou ainda, lugares inadequados. A partir de uma perspectiva Anti-SAM através do golpe militar, a questão da “segurança nacional” sustentou a ideologia de um novo órgão de proteção aos menores (PEREZ; PASSONE, 2010; FALEIROS, 2011; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Assim, a partir de 1964, a questão da assistência à infância, assim como todas as demais esferas do país, passaram a ser de competência do governo militar. Neste contexto, interrompeu-se também as tentativas de reformulação do Código de Menores. Dessa forma, tanto as questões sociais, quanto a questão do menor, em especial, eram entendidas como um problema de segurança nacional, sendo, portanto, objetos legítimos de intervenção da ação do governo. Para contemplar essa política, criou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). A nova proposta de atendimento ancorava-se na ideia da não ocorrência de intervenções paliativas e baseadas na internação, mas sim que estas se constituíssem instituições diferenciadas (RIZZINI, PILOTTI, 2011; PASSETTI, 1991).

Esses dispositivos tinham como finalidade manter um controle sobre a revolta de uma juventude marginalizada que poderia se aliar à desmoralização e contestar o regime. Acrescido a essa questão, o interesse por esse público se deu em relação a um desejo de não perder o potencial produtivo que possuíam, pensando no desenvolvimento do país. Nesse sentido, as famílias marginalizadas e marginalizantes das quais essas crianças e adolescentes eram o produto socialmente mais visível e incômodo, eram um impeditivo para o crescimento esperado no decorrer dos governos militares. Assim, esse público transformou-se no canal legítimo de intervenção do Estado sobre as famílias pobres (RIZZINI, PILOTTI, 2011).

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor reconhece que o chamado problema do menor surge em decorrência da questão familiar e da sua desagregação, com um viés repressivo. Assim, a defesa da família passa a ser entendida como a única solução para se chegar ao bem-estar. Fundamentalmente, esses processos eram entendidos a partir dos movimentos migratórios para os centros urbano-industriais, onde essas famílias chegavam desqualificadas para o mercado de trabalho e não conseguiam, portanto, ser absorvidas. Assim, passavam a integrar a cultura da pobreza e da violência. Na lógica da época, as crianças, entendidas como menores, tendiam a entrar no mundo do crime porque, desamparadas, poderiam se transformar facilmente em infratoras. Para conter tal processo, criaram-se as FEBEMs (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) nos diferentes estados do país, com o objetivo de recolher estas crianças e dar-lhes condições para a integração social das mesmas (PASSETTI, 1986; 1991).

As FEBEMs, como instituições corretivas, orientaram-se pelo dispositivo biopsicossocial de identificação, classificação e distribuição dos menores a serem atendidos. A partir dessas instituições, na prática, foi possível manter e aprimorar o modelo carcerário e repressivo já existente (RIZZINI; PILOTTI, 2011; PASSETTI, 1986). Apresentando como justificativa o bem-estar social, as instituições e a política vigente, buscavam atender aos menores com comportamentos desviantes, enfocando na temática dos contextos desestabilizados. Na prática, consolidava-se a associação entre a criminalidade e a pobreza, assim como a reprodução de desigualdades. Intensificaram-se, assim, as compreensões sociais voltadas essencialmente para as diferenciações individuais expressas nos comportamentos dos indivíduos (PASSETTI, 1991, GUIRADO, 1980).

Nos anos 70 ressurgiram os debates sobre um novo Código de Menores, buscando preencher lacunas que há tantas décadas existiam no atendimento a esse público. Foram formulados dezenas de projetos e movimentações por parte dos Juízes de Menores, os quais culminaram na promulgação do Código de Menores de 1979. A partir disso, adota-se

expressamente a Doutrina da Situação Irregular, sendo a situação irregular definida por contextos de privação das condições essenciais: por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral em razão de exploração ou por se encontrar em atividades contrárias aos bons costumes; por privação de representante legal; por desvio de conduta ou autoria de infração penal (FALEIROS, 2011; RIZZINI, 2002; RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Assim, as condições sociais estabelecidas reduziam-se estritamente à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um culpado, configurando, assim, um olhar ainda mais jurídico e assistencial, além de desconsiderar questões sociais mais abrangentes. Os Juízes puderam, assim, retomar o seu poder de decidir sobre o que julgassem que seria melhor para o menor. Porém, na prática, novamente, estas estratégias não alteraram a situação da criança brasileira, mas sim a agravaram no período final da ditadura militar, momento político em que se acentuaram as desigualdades sociais. Entende-se, portanto, que a política ditatorial para a infância pode ser considerada bem-sucedida naquele momento histórico sob o ponto de vista das finalidades as quais se propôs (FALEIROS, 2011).

Considerando esses aspectos, salienta-se que a utilização do termo “menor” se encontra, historicamente no Brasil, direcionada para uma infância compreendida através de preconceitos, contemplando uma parcela excluída da sociedade. A imagem do menor se constituiu direcionada unicamente para a criança pobre, desprotegida moral e materialmente pela família, pelo Estado e pela sociedade. Essa nomenclatura foi (e indevidamente, ainda é) utilizada enquanto uma forma jurídico-social do controle estatal sobre as crianças e jovens do proletariado que estão condenadas ao estigma pela sua condição de possível infrator, identificados enquanto delinquentes (LONDOÑO, 1991; PASSETTI, 1991).

No entanto, na década de 80, surgiram movimentos em prol de uma infância e adolescência, através de concepções que foram sendo redimensionadas e ressignificadas e que conduziram as compreensões e legislações atuais no país. Nesse momento histórico, assistiu-se o início da desconstrução do modelo assistencial-repressivo no tratamento da infância, embasado na crença de que a criança teria origem na família disciplinada e seria portadora de direitos, enquanto que o menor seria aquele que a família não quis ou o Estado não conseguiu disciplinar. Os críticos evidenciavam, em contrapartida a essa visão difundida, a necessidade premente de reformulação das formas de assistência à população menor de idade no Brasil (GONÇALVES, 2005).

O recorte histórico apresentado no presente capítulo evidenciou o longo processo de compreensão da infância e da adolescência, enquanto objeto de dispositivos jurídicos,

legislativos e assistenciais no Brasil, por vezes, institucionalizados. No entanto, essa história seguirá com novos e transformadores olhares.

2.1.2 A inauguração da Doutrina da Proteção Integral e a ascensão do Estatuto da Criança e do Adolescente

Os percursos históricos apresentados, conforme discutido, impactaram fortemente a infância e a adolescência no Brasil, na medida em que determinaram e ainda determinam as compreensões que se tem sobre esse público. A inauguração de novas perspectivas, visando o atendimento da infância e adolescência, ocorreu em um contexto de abertura política, de redução do controle do Estado sobre a sociedade, bem como de pressões pela efetivação de uma nação democrática. Tais movimentações resultaram na passagem de um paradigma corretivo para um paradigma educativo. Assim, entre as décadas de 1980 e 1990, construiu-se a noção da garantia de direitos para crianças e adolescentes (FALEIROS, 2011).

Foi nesse momento da história que se começou a direcionar um olhar às questões em torno da “causa do menor”. O desenrolar dessas discussões foram na direção de uma multiplicidade de denúncias, ações e manifestações populares, evidenciando que as crianças pobres não tinham sequer direito a infância. As situações ditas “irregulares” representavam, pelo menos, a metade da população infantil e juvenil do país, fator este que não mais poderia se enquadrar nas lógicas existentes nas legislações anteriores. Com isso, passou-se a questionar também sobre a prática de internação de crianças pelo fato de pertencerem a famílias de baixa renda, mobilizando participações comunitárias, envolvendo todos na solução de um problema, sobretudo, social. Nesse período, novos atores sociais tornaram-se visíveis, como por exemplo, os educadores e técnicos de diversas áreas do conhecimento e os voluntários nas instituições de assistência à infância e adolescência. Criaram-se também muitas instituições não governamentais com o objetivo de contribuir no atendimento dessas crianças e adolescentes. Com todas essas iniciativas, após muitos anos de disciplina e submissão a um governo militar, a sociedade brasileira se preparou para a emergência de uma nova perspectiva (RIZZINI, 2002).

Nos meses que antecederam a promulgação da Carta Constitucional de 1988, vários grupos se organizaram em defesa de questões sociais. A temática da infância foi representada pelo movimento “A Criança e Constituinte”, cuja articulação garantiu, na nova Constituição Federal, a promulgação do Art. 227. Com ela, o Brasil adotou a Doutrina da Proteção Integral, em detrimento da Doutrina da Situação Irregular, assegurando a assistência integral a crianças

e adolescentes, estabelecendo os direitos fundamentais desse público e também o princípio de absoluta prioridade na atenção a estes direitos. Além disso, estes passaram a ser entendidos enquanto sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 1988; ARANTES, 2005, RIZZINI, 2002).

Posteriormente, em 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, revogaram-se os preceitos advindos do Código de Menores de 1979, assim como a lei de criação da FUNABEM (FALEIROS, 2011). Entretanto, no contexto de transição e debates sobre a criação do ECA, existiam conflitos e opiniões adversas, uma vez que havia grupos que se mostravam discordantes e que eram favoráveis a tendências político-ideológicas contrárias. Havia aqueles que consideravam o Código de Menores de 1979 mais adequado, os que, na época, eram denominados “menoristas”. Em oposição a essa concepção, encontravam-se os defensores do Estatuto, considerados “estatutários” (SOUZA, 2016).

Em meio a esses embates, triunfou a criação do ECA, o que, por um lado, proporcionou um alívio, mas também, mobilizou certa aflição. A lei possibilitou importantes mudanças na sociedade brasileira, sinalizando de forma inovadora, a proteção dos filhos das camadas sociais menos privilegiadas. Porém, na perspectiva do senso comum, ainda prevalecia uma conotação negativa no posicionamento de uma parcela da população, que discordava da proteção proposta pelo ECA, ao considerar que determinados estratos sociais seriam “perigosos” (SOUZA, 2016).

Ressalta-se, entretanto, que no Brasil é preconizado que todos sejam iguais perante a lei, além de que devem ser tratados sem distinção de qualquer natureza. Dessa forma, as crianças e os adolescentes têm o mesmo direito de exigir das autoridades públicas o direito da igualdade (BRASIL, 1988). Assim, o Direito da Criança e do Adolescente constitui-se enquanto um ramo jurídico autônomo, cujo caráter interdisciplinar permite o estudo aprofundado dos mais variados temas que envolvem essa população, a qual, na condição de sujeitos de direitos, recebe uma proteção especial (VERONESE; LIMA, 2009). Portanto, a partir da Lei 8.069/1990, passou-se a contemplar todas as crianças e adolescentes do território nacional sem distinção. Além disso, tornou-se dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

Com o ECA, se estabelece uma articulação do Estado com a sociedade na operacionalização da política, em contrapartida às concepções centralizadoras do poder detido unicamente no Estado que se fizeram vigentes. Para tanto, criam-se dispositivos como os

Conselhos de Direitos nos três níveis federativos e os Conselhos Tutelares nos âmbitos de todos os municípios do país, os quais têm os seus representantes escolhidos pela própria comunidade (BRASIL, 1990; FALEIROS, 2011). Outra importante modificação diz respeito à questão do Pátrio Poder, uma vez que com o Estatuto, a falta ou carência de recursos não mais se constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do Pátrio Poder. Esta distinção torna menos arbitrária a intervenção da autoridade judiciária nos diferentes contextos familiares (RIZZINI, 2002).

No entanto, ainda são encontradas muitas resistências que dificultam a efetivação das propostas do ECA. Cotidianamente, fazem-se presentes os reflexos de concepções ultrapassadas sobre a criança e o adolescente historicamente difundidas no Brasil. Consta-se que desde a época da colonização do país até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente predominaram ações paliativas e, muitas vezes, com viés repressivo e seletivo, uma vez que as legislações existentes foram elaboradas com vistas ao atendimento daqueles que, de alguma forma, não se enquadravam nos padrões morais e sociais estabelecidos (KAMINSKI, 2012).

Nesse sentido, ainda se constitui um desafio a desconstrução de crenças arraigadas sobre a repressão e a exclusão enquanto estratégias básicas de intervenção para a infância e adolescência. Em especial, no tratamento destinado aos adolescentes autores de atos infracionais, para os quais os direitos comumente são negados e inacessíveis e a exclamação e clamor social pela repressão fazem-se, por vezes, presentes. Esses elementos devem ser considerados, dada a interação entre a norma legal e as práticas sociais efetivas, uma vez que a lei interage com o conjunto de fatos concretos que tem lugar na sociedade (GONÇALVES, 2005). Assim, preconiza-se que os direitos devam ser assegurados para todas as crianças e adolescentes, inclusive, para aqueles que chegam à Justiça em razão da autoria de ato infracional (BRASIL, 1990).

Um importante avanço conquistado através do ECA é que não somente passou-se a considerar os direitos do cidadão, mas também os aspectos singulares que constituem um sujeito. Dessa forma, não se constituem unicamente como sujeitos de direitos, mas também sujeitos de impulsos e desejos, sendo esses elementos fundamentais e decisivos para se compreender sobre as razões de cada adolescente e, sobretudo, encontrar saídas possíveis em cada caso particular (PACHECO, 2003).

Constata-se, assim, que os processos históricos influenciam a forma com que se pensa e se olha para a infância e adolescência, assim como contribuem para o reconhecimento dos mesmos como categorias sociais que apresentam características específicas, não sendo

considerados, meramente, miniaturas da vida adulta. As legislações vigentes demarcam que as crianças e adolescentes no Brasil deixem de ser percebidos como objetos a serem atendidos pelo Estado, mas sim como sujeitos capazes de possuir e exercer uma cidadania e uma individualidade (SANDALOWSKI, 2012).

Ao refletir sobre esses aspectos, traçando paralelos históricos e atuais, impõem-se grandes questões tanto para o Estado, quanto para a sociedade como um todo. Embora tenham sido alcançados avanços significativos, existem diversos desafios que ainda precisam ser superados, para que se consiga garantir a proteção desse público. Nesse sentido, problematizar essas temáticas faz-se urgente e necessário, tendo em vista os aspectos preconizados e estabelecidos nas legislações.

2.1.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: traçando diretrizes para a efetivação de direitos na prática de atos infracionais

No que diz respeito às questões relacionadas à infância e adolescência, a problemática que envolve o cometimento de atos violentos, historicamente, fomentou inúmeras preocupações e discussões. Atualmente, o panorama não é diferente, pois a temática da execução de medidas socioeducativas ainda permanece polêmica e em grande evidência na sociedade, mobilizando a opinião pública, a mídia e diversos segmentos. No entanto, existem múltiplas causas e fatores que devem ser entendidos e ponderados ao realizar a associação desse público com a temática das transgressões.

No cumprimento de medidas socioeducativas, o trinômio liberdade, respeito e dignidade, deve nortear as ações nesse contexto. O Estatuto da Criança e do Adolescente infere que a melhor forma de intervir na temática da conflitiva com a lei exige incidir positivamente na formação do sujeito, servindo-se, para tanto, do processo pedagógico como um mecanismo efetivo, que possibilite o convívio cidadão do autor de ato infracional em sua comunidade. Considerando, a importância desse caráter pedagógico, é necessário, portanto, elucidar a diferença da responsabilização prevista no ECA, da lógica meramente repressiva imposta pelo sistema penal, propriamente dito (VERONESE; LIMA, 2009).

No ano de 2004, considerando a necessidade de se especificar ainda mais sobre essa temática, foi apresentado como Projeto de Lei o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sistematizaram e apresentaram a proposta do SINASE,

enquanto um documento que visa promover uma ação educativa no atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa, seja em meio aberto ou com restrição/privação de liberdade (VERONESE; LIMA, 2009).

O SINASE foi, portanto, resultado de uma construção coletiva e entrou em vigência no ano de 2006, em comemoração aos 16 anos da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em uma assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Os aspectos centrais abordados nessa legislação dizem respeito a como devem ser conduzidas as situações de violência que envolvem adolescentes autores de atos infracionais (ou, dito de outro modo, vítimas de outras e anteriores violações de direitos), no cumprimento de medidas socioeducativas (MONTE et al., 2011).

Enquanto legislação, o SINASE foi regulamentado em 2012, por meio da Lei nº 12.594. Com a implantação desse sistema são determinados os parâmetros para seleção dos profissionais que atuarão diretamente com os adolescentes, assim como os padrões arquitetônicos, de organização funcional das unidades socioeducativas, da gestão e do financiamento das obras, do monitoramento e posterior avaliação das entidades, considerando condições básicas de salubridade, acessibilidade e conforto. Além disso, o SINASE faz referências aos parâmetros da gestão pedagógica, tão importante no contexto socioeducativo (BRASIL, 2012).

O processo democrático e estratégico que culminou na construção do SINASE concentrou-se na busca por estratégias que possibilitassem o enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes no contexto socioeducativo. Dessa forma, a implementação do SINASE objetivou primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada e orientada pelos princípios dos direitos humanos. Enquanto objetivos que devem nortear o cumprimento de medidas socioeducativas, o SINASE dispõe sobre: a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2006).

Em consonância com esses objetivos, a legislação ressalta sobre os princípios que regem a ação socioeducativa. Dentre eles, nessa discussão, destaca-se a individualização de cada adolescente, considerando a idade, capacidades e circunstâncias pessoais. Outro princípio importante de ser mencionado, diz respeito a não discriminação do adolescente,

notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política, sexual, associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status (BRASIL, 2012). Considerando os elementos históricos que marcaram as políticas e o atendimento a esse público, estes se mostram princípios fundamentais de serem problematizados. Ou seja, preconiza-se a valorização das potencialidades e singularidades dos contextos dos adolescentes na socioeducação, sendo esta uma perspectiva inovadora que visa, justamente, um caráter pedagógico e não excludente.

Com o atual sistema de medidas socioeducativas, pretende-se, portanto, a superação e reflexão de velhas concepções autoritárias de defesa social e de caráter retributivo. Considerando que a emancipação humana é compreendida enquanto a melhor alternativa para superação da violência, pondera-se que por meio da promoção de alternativas educativas e sociais é que será permitida a construção de outros horizontes. Para tanto, a presença de equipe multidisciplinar é fundamental visando auxiliar o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, pois este pode ser atendido de acordo com suas necessidades e pode receber o apoio profissional de advogados, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais (VERONESE; LIMA, 2009).

No SINASE, estipula-se também, que cabe aos municípios criar e manter os programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto e que compete aos Estados criar, desenvolver e manter os programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. Além disso, refere-se que o cumprimento das medidas socioeducativas dependerá da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente (BRASIL, 2006; 2012).

Outra diretriz que aparece em diferentes momentos da legislação do SINASE, em consonância com a discussão proposta no presente estudo, diz respeito à importância de se assegurar a inclusão da família no contexto do cumprimento de medidas socioeducativas, que pode ser exemplificada pelo princípio que dispõe sobre a necessidade de realizar o “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo”. Além disso, no momento da elaboração do PIA, o SINASE também destaca que deve haver a participação efetiva tanto do adolescente quanto de sua família, representada por seus pais ou responsáveis, de modo que também estejam incluídas atividades de integração e apoio à família do adolescente (BRASIL, 2006; 2012).

Assim, visando à efetividade da ação socioeducativa, devem ser contemplados diversos elementos pedagógicos que permitam que o cumprimento da medida possa fazer a

diferença na trajetória de vida do adolescente. Tais aspectos devem ser pensados tanto por parte de investimentos em políticas públicas, quanto por parte de instituições e profissionais. Contudo, a sociedade, de maneira geral, também deve contribuir de modo a possibilitar a inserção e a inclusão, em uma perspectiva de desconstrução de concepções rígidas e, por vezes, preconceituosas. O SINASE veio a reformular e a reiterar a importância de se pensar sobre essa temática com reverberações sociais tão significativas.

Contudo, em investigações atuais sobre a temática da socioeducação, percebem-se outros tantos desafios que ainda se fazem presentes, em especial, no que diz respeito a questões referentes à desigualdade social. Refletir sobre esses aspectos, exige uma compreensão ampliada de que os contextos familiares desses adolescentes também estão permeados pela mesma. Assim, considerando-se a complexidade do que é prestar o atendimento socioeducativo nesses contextos, os desafios existentes precisam ser atentados, no intuito de melhor executar a luta na defesa e proteção desse público.

Neste trabalho, o principal eixo de discussão situa-se no cumprimento e nas especificidades da medida socioeducativa de internação, que corresponde à privação de liberdade para adolescentes que cometeram atos infracionais.

2.2 ADOLESCÊNCIA E O COMETIMENTO DE UM ATO INFRACIONAL: QUAIS AS RELAÇÕES POSSÍVEIS?

No Brasil, de acordo com a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, são considerados penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos. Assim sendo, considera-se ato infracional as condutas descritas como crimes ou contravenções penais, quando praticadas por crianças ou adolescentes. Aqueles que cometerem atos infracionais estão sujeitos às medidas previstas nesta lei, podendo ser as medidas de proteção ou as medidas socioeducativas (BRASIL, 1990).

A criança não está sujeita à imposição de medidas socioeducativas, considerando a condição ainda mais peculiar de um ser em formação. Assim, com a prática de qualquer ato infracional, a uma criança com idade inferior aos 12 anos completos, poderá ser aplicada quaisquer uma das medidas protetivas. Além disso, ressalta-se que ao se tratar de crianças, estas não deverão ser encaminhadas à autoridade policial, nem tampouco permanecerem detidas em qualquer unidade prisional, devendo-se acionar o Conselho Tutelar (BANDEIRA, 2006).

No entanto, quando verificada a prática de algum ato infracional por um adolescente, este estará sujeito à imposição de quaisquer medidas socioeducativas e/ou protetivas, descritas nos Arts. 112 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente e aplicadas pela autoridade judiciária competente. Dessa forma, vigora-se a responsabilidade juvenil, por meio de medidas socioeducativas somente quando o adolescente encontrar-se na faixa etária entre doze anos completos e dezoito anos incompletos. Nesse sentido, podem ser aplicadas as seguintes medidas socioeducativas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

Nesse ínterim, a partir do estabelecimento da Doutrina da Proteção Integral, introduziu-se no Brasil o chamado direito penal juvenil. Assim, ainda que seja enfatizado o aspecto socioeducativo, deve ser reconhecido o caráter sancionatório ou punitivo dessas medidas. O adolescente autor de ato infracional tem uma responsabilidade a ser cumprida, que pode ser definida como penal especial. Assim, embora inimputáveis perante o direito penal, os adolescentes são imputáveis diante da lei especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O não reconhecimento dessa característica do Estatuto torna-se, justamente, uma dificuldade na aplicação e execução das medidas socioeducativas (ARANTES, 2005).

Destaca-se que, embora a caracterização das condutas infratoras esteja baseada no que é considerado crime pelo Código Penal Brasileiro, a aplicação da medida socioeducativa não está vinculada aos parâmetros traçados nesta legislação. Ou seja, o Direito Penal apenas refere sobre os tipos penais que são considerados crimes ou contravenções, porém a forma de responsabilização pela prática do ato infracional é exclusiva das normativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Estas pressupõem que devem ser consideradas a capacidade de cumprimento da medida pelo adolescente, as circunstâncias e a gravidade da infração. Dessa maneira, desde que regularmente comprovada a autoria e a materialidade do ato infracional, a individualização da aplicação da medida deverá considerar a especial condição do adolescente, demonstrando-se, a partir disso, a adequação à resposta socioeducativa (MAIOR NETO, 2006; VERONESE, LIMA, 2009; BANDEIRA, 2006).

Nesse sentido, as entidades de atendimento e/ou programas que executam as medidas socioeducativas devem possuir, na concepção básica, uma natureza sancionatória, uma vez que responsabilizam judicialmente os adolescentes, estabelecendo restrições legais e, sobretudo, uma natureza sócio-pedagógica, haja vista que sua execução está condicionada à garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações educativas. Ademais, a ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento do adolescente considerando

potencialidades, subjetividade, capacidades e limitações, bem como procurar garantir a particularização no acompanhamento (BRASIL, 2006).

2.2.1 A medida socioeducativa de internação e seus princípios norteadores

No contexto socioeducativo, o cumprimento de uma medida socioeducativa de internação representa a forma mais drástica de intervenção, uma vez que se interfere diretamente no direito de liberdade do adolescente. De acordo com o Art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a aplicação dessa medida deve estar sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. A permissão para realização de atividades externas realiza-se levando em consideração a percepção da equipe técnica, juntamente com a determinação judicial. Esta medida deve ser reavaliada no máximo a cada seis meses e a sua manutenção deve ocorrer mediante decisão fundamentada. Em nenhuma hipótese, o tempo de internação poderá exceder o tempo de três anos (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, preconiza-se que a medida socioeducativa de internação seja aplicada somente em situações nas quais o ato infracional cometido indique grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves, ou então, por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Além disso, esta não poderá ser aplicada caso haja outra medida mais adequada ao ato infracional e ao contexto do adolescente (BRASIL, 1990). Assim, devem ser priorizadas as medidas socioeducativas em meio aberto, em detrimento das restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional). Trata-se, portanto, de uma estratégia que busca reverter a tendência crescente de internação de adolescentes, bem como confrontar a ideia de que lançar mão de medidas mais rigorosas, possibilitaria maior eficácia para os egressos (BRASIL, 2006).

A internação deve ser, portanto, o último recurso, considerando que todos os demais se mostrem insuficientes ou inadequados. Entretanto, na medida em que o ECA não define o que deve ser considerado um ato infracional grave, esse contexto pode se configurar, muitas vezes, problemático, por possibilitar uma pluralidade de compreensões. Por esse motivo acredita-se que, muitas vezes, a aplicação desta medida possa não estar se constituindo enquanto exceção, mas sim, como uma regra.

A medida socioeducativa de internação deverá ser cumprida em uma entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa

separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. Durante a internação, é obrigatório o acesso do adolescente a atividades pedagógicas, as quais compreendam a finalidade socioeducativa a que se presta. Evidencia-se que é dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos adolescentes internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança (BRASIL, 1990).

Além disso, o adolescente privado de liberdade deve ter assegurado, conforme o ECA, direitos, dentre os quais se destacam: ser tratado com respeito e dignidade, permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável, receber visitas, ao menos, semanalmente, corresponder-se com seus familiares e amigos, habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade, receber escolarização e profissionalização, além de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer e ter acesso a meios de comunicação social. Ressalta-se que em nenhum caso haverá incomunicabilidade e as visitas somente poderão ser suspensas de forma temporária se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente (BRASIL, 1990).

Com isso, ressalta-se sobre as diversas especificidades que permeiam as instituições que executam o cumprimento de uma medida socioeducativa de internação, considerando que estas podem ser caracterizadas como instituições totais. De acordo com Goffman (1961, p. 11), uma instituição total pode ser definida como “um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Nesse sentido, a vida em instituições totais que representem a privação da liberdade para adolescentes, considerando as especificidades da etapa do desenvolvimento na qual se encontram, pode ser muito impactante.

De acordo com Aberastury (1981), faz-se presente ao adolescente três exigências básicas de liberdade nesse momento da vida: a liberdade nas saídas e horários, a liberdade de defender uma ideologia e a liberdade de viver um amor e um trabalho. No entanto, no contexto de privação de liberdade, embora o adolescente possua competências físicas para realizar e exercer tais liberdades, este não pode fazê-las normalmente. A diminuição do exercício da autonomia é constante e radical, o que implica uma dependência do adolescente em relação aos adultos para questões banais do seu cotidiano (OLIVEIRA, 2001). Assim, no contexto de uma medida socioeducativa de internação, estes aspectos inerentes ao período da adolescência podem ser impossibilitados de serem exercidos ao seu modo. Por esses motivos,

a ação socioeducativa implica um trabalho permeado por inúmeras complexidades relacionadas ao que este local representa e repercute nas diferentes trajetórias de vida.

2.2.2 A experiência de “ser adolescente”: intensidades e conflitivas nos processos de construção identitária

A adolescência é compreendida atualmente como uma etapa especial, desafiadora, instigante, complexa e com diversas especificidades. Esta fase da vida é entendida como um tempo de mudanças, que deve ser pensado a partir de um determinado contexto histórico, considerando aspectos políticos, culturais e sociais. Ainda que possa ser entendido como o período mais curto do ciclo vital, a adolescência é carregada de intensidade e de efeitos que são duradouros. Essas razões são suficientes para que a sociedade reconheça a importância desse momento e atente para os desejos e demandas que a envolvem (ARPINI, WITT, 2015).

Diferentemente da puberdade, entendida enquanto um processo biológico, com o surgimento de uma atividade hormonal que desencadeia os caracteres sexuais secundários, a adolescência é basicamente um fenômeno psicológico e social. Caracteriza-se, assim, como um complexo psicossocial assentado em uma base biológica (OUTEIRAL, 1994; OSÓRIO, 1989). Ser adolescente corresponde à ideia de vivenciar a estruturação da identidade. Embora esta comece a ser construída desde o início da vida, é na adolescência que ela se define e se encaminha para um perfil. Essa identidade se organiza por meio de identificações: inicialmente com as figuras materna e paterna, depois com outros membros da família para que, finalmente, volte-se para professores, amigos, ídolos e pessoas da sociedade em geral. Assim, a identidade corresponde a várias experiências de identificação que se “fundem” na adolescência (OUTEIRAL, 1994).

Considerando esses processos identificatórios, a adolescência corresponde, portanto, ao momento de se romper com os ideais narcísicos dos pais, de subjetivar-se, aceitando as limitações sociais e, a partir disso, posicionar-se criativamente. É um tempo de buscar novas relações, fundar-se num corpo que foi amado e que poderá amar, que foi gerado e que poderá gerar e que adentra na realidade social, simbólica, com um nome próprio. No entanto, esse processo não é feito sem luta, considerando a explosão pulsional que um corpo na puberdade possui e a multiplicidade de identificações que a sociedade contemporânea coloca a disposição (MARIN, 2002).

Os “grupos de iguais” são continentes para as ansiedades existenciais da adolescência, na medida em que se faz necessário cristalizar identidades adultas e afirmar-se como indivíduos autônomos. Assim, surge a necessidade de buscar novas pautas identificatórias nos

grupos de iguais, pelo espaço propício de interação e confronto de experiências que permite aos seus componentes uma melhor identificação dos limites entre o eu e o outro (OSÓRIO, 1989). A adolescência também é entendida como um momento muito criativo, especialmente, por ser um período de intensas transformações. No entanto, essa criatividade também se articula com a noção de limites, palavra esta que tem, muitas vezes, uma conotação negativa, erroneamente relacionada à “repressão”, “proibição”. Em uma compreensão ampliada, limites podem significar a criação de um espaço protegido dentro do qual o adolescente poderá exercer sua espontaneidade e criatividade sem receios e riscos. Dessa forma, salienta-se que não existe um conteúdo organizado sem que haja um espaço continente que lhe dê essa forma. Os adolescentes pedem por limites, na medida em que estes são constitutivos e organizadores (OUTEIRAL, 1994).

Nessa perspectiva, a rebeldia e a contestação podem, muitas vezes, compreender a passagem pela adolescência, já que essa se refere à busca de novas identidades, testa diferentes formas de se relacionar e ensaia novas posturas éticas. Acrescido a isso, no mundo moderno vigora uma ética que transmite aos jovens o não sacrifício do prazer de hoje pela segurança de amanhã, na medida em que se convive com um futuro imprevisível. Considerando estes aspectos, a violência pode se configurar como uma das formas de conquistar privilégios dentro dessa lógica no período da adolescência. A partir daí, o jovem pode se rebelar e o faz como reação ao sentimento de que o estão marginalizando diante das questões sociais e de poder. Como perversão dessa luta, pode surgir a delinquência juvenil, esquecendo-se que, muitas vezes, os maiores delitos podem estar sendo cometidos pelos adultos (OSÓRIO, 1989).

De acordo com Winnicott (1961), a adolescência tem cura e esta ocorre com o passar do tempo e dos processos graduais de amadurecimento que, resultam no aparecimento de uma pessoa adulta. No entanto, faz-se presente uma irritação pública com o fenômeno da adolescência, a qual é concebida como um problema, por existirem incompreensões dos fatores que a constituem. Frequentemente, deixa-se fora de questão o fato de que o adolescente está, na verdade, vivendo um processo e que, justamente esse mesmo adolescente será um adulto consciente e integrado na sociedade, com todas as reverberações advindas dessas concepções.

Além disso, faz-se importante compreender a respeito da tendência anti-social, conceito discutido por Winnicott (1956), a qual, segundo o autor, se apresenta relacionada a dificuldades inerentes ao desenvolvimento emocional, em especial, a privações emocionais. Nesse sentido, a manifestação da tendência anti-social representa a ocorrência de um

verdadeiro desapossamento, a perda de algo bom, que foi positivo na experiência da criança e que lhe foi retirado, estendendo-se por um período maior do que a criança pode manter viva a lembrança dessa experiência. Portanto, a tendência anti-social, que pode ser manifestada através do roubo ou da destrutividade e compele o meio ambiente a ser importante, isto é, que alguém encarregue-se do cuidado.

Salienta-se, com isso, que a tendência anti-social representa, na verdade, a esperança no retorno dos cuidados do ambiente. Essa esperança, em uma direção, pode ser entendida enquanto a procura por alguma coisa, em algum lugar e, não encontrando, busca-se em outro lugar, quando ainda há esperança. Na outra direção, está procurando uma estabilidade ambiental que se perdeu e que suporte a tensão resultante do comportamento impulsivo (WINNICOTT, 1956). A transgressão da lei assinala, portanto, a privação de algum direito, contudo, nenhuma transgressão a lei deve conferir a perda do direito mais fundamental, o direito de reconhecimento enquanto humano (MOREIRA et al., 2015).

2.2.3 Adolescência e a questão do reconhecimento: quando se faz necessário o recurso ao ato

Na sociedade atual, as condições necessárias para a ascensão à vida adulta envolvem aspectos que ampliam dificuldades e complexidades e tornam essa transição aparentemente mais penosa. Nesse cenário, espera-se que seja possível encontrar condições para assumir-se e encarregar-se do próprio destino, o que se constitui como um aspecto difícil de ser atingido, considerando as conjunturas sócio-político-econômicas que atravessam a realidade da população. Há quem diga que a adolescência seja um segundo nascimento, no sentido de que, primeiro se nasce e na adolescência começa-se a viver. Este período constitui-se, portanto, como uma busca de si mesmo, sendo que, nesta etapa, são revividas, consciente ou inconscientemente, situações do passado (LEVISKY, 1995).

O ingresso no mundo adulto significa, para o adolescente, a perda da condição de criança. Assim, este se constitui como um momento crucial, bem como uma etapa decisiva de um processo de desprendimento. As mudanças psicológicas que se produzem e que se relacionam com as mudanças corporais e biológicas, permitem uma nova relação com os pais e com o mundo. A elaboração desses processos exige o luto pelo corpo de criança, pela identidade infantil e pela relação com os pais da infância (ABERASTURY, 1981; 1984).

Nesse sentido, a adolescência não se constitui como um mero prolongamento da infância inscrita em uma continuidade para aspectos do desenvolvimento. O sujeito adolescente é confrontado a um conflito interno entre a manutenção de seus investimentos

narcísicos, correspondentes a uma herança da infância e o empenho em novos investimentos objetivos. Por isso, a adolescência pode ser considerada uma “situação fronteira”, uma vez que abrange questões de espaços psíquicos, limites externos e internos e incide sobre o eixo narcísico e sobre o eixo alteritário (MARTY; CARDOSO, 2008).

O adolescente flutua entre uma dependência e uma independência, e somente com a maturidade, será possível aceitar ser independente dentro de um limite esperado e necessário de dependência. Dessa forma, a adolescência caracteriza-se por um período, em geral, permeado por contradições, confusões, ambivalências, situações dolorosas e, muitas vezes, por fricções com o meio familiar e social. Este processo da vida, destinado ao desprendimento da infância, pode provocar uma revolução no seu meio familiar e social, possibilitando a criação de problemas entre gerações (ABERASTURY, 1981).

De acordo com Winnicott (1960), a transição para a independência nem sempre ocorre facilmente, uma vez que se fazem presentes as alternativas da rebeldia e, ao mesmo tempo da dependência. Segundo o autor, na rebeldia, o indivíduo irá romper com o que lhe promove segurança, porém este terá, em alguma medida, que retornar para a situação que foi rompida. Dessa forma, percebe-se que é muito difícil a elaboração dos conflitos provenientes da saída e do retorno ao apoio satisfatório da família. O desenvolvimento sadio baseia-se nessa progressão regular, ou seja, numa série graduada de ações rebeldes, que estejam compatíveis com a conservação de um vínculo inconsciente com as figuras que se identifiquem parentais.

Ressalta-se que os adolescentes são, frequentemente, idealizados pelos adultos, pela capacidade que têm de gozar, de lutar, de expressar seu descontentamento, de buscar o prazer de forma incessante através do consumo de grifes, de drogas e também porque estão em busca de um mundo sem conflitos e sofrimento. Entretanto, ao mesmo tempo em que são valorizados, também são, muitas vezes, execrados porque transgridem, protestam violentamente, ou ainda, podem vir a cometer atos “criminosos” para realizar o seu desejo, eliminando o que os incomoda. Por isso, na contemporaneidade, tem-se optado por deixá-los de lado, “livres”, e fugir dos embates que provocam. Afinal, eles aborrescem (MARIN, 2006).

Nessa perspectiva dos “incômodos” que a adolescência produz, salienta-se que a existência de um sujeito se dá através do reconhecimento que se tem e se recebe do outro. Ou seja, se nos processos da adolescência o sujeito não encontra esse reconhecimento, que é esperado, poderá vir a exercer ações violentas. Isto porque se entende que quanto menor o reconhecimento, maior a possibilidade de deflagração da violência. Nesse sentido, o advento da violência pode ocorrer como uma tentativa desesperada de ser reconhecido. Fala-se, portanto, que um adolescente que pratica um ato infracional pode, no percurso de sua história,

não ter sido legitimado. Muitas vezes, a necessidade de atuar através da violência aponta para a questão de que foi preciso valer-se dela, pois, de outra forma, não se chegaria ao reconhecimento (ROSÁRIO, 2008).

A partir disso, o recurso ao ato pode se fazer necessário, uma vez que o adolescente, tomado por uma força pulsional, que não consegue dominar, passa do impulso diretamente à ação, sem efetuar o trabalho psíquico de processamento e, dessa forma, atua violentamente. Espera-se que, nessas situações, as figuras parentais possam oferecer aos adolescentes o suporte narcísico necessário. Todavia, quando existem entraves para a efetivação desse suporte, surgem dificuldades que enfraquecem a possibilidade de que a violência interna possa ser elaborada, o que torna a passagem ao ato um recurso de elaboração (SAVIETTO, 2010). Nesse sentido, paradoxalmente, o ato violento pode ser compreendido como uma forma de convocação do outro, de manter o objeto vivo, atacando-o. Por esses aspectos, faz-se fundamental o posicionamento do adulto frente ao jovem, caso contrário, este pode se encontrar desamparado diante da expressão da violência (MARIN, 2002).

Considerando que o adolescente da atualidade se encontra sobrecarregado para dar conta de suas questões e conseguir, sozinho, realizar inúmeras tarefas, compreende-se, a importância do papel dos pais na travessia da adolescência dos filhos. O sofrimento envolvido na travessia da adolescência vem sendo intensificado devido à inserção do adolescente dos dias atuais neste contexto de uma “cultura narcísica da violência”. Nessa cultura, a experiência de desamparo é impetuosa, o que agrava a revivência desta experiência, gera obstáculos à sua superação e impede a utilização de recursos mais elaborados. As figuras parentais mostram-se, portanto, imprescindíveis para que o adolescente elabore essa violência interna inerente às mudanças pubertárias. Isto significa que o apoio parental é essencial ao adolescente (SAVIETTO, 2010).

Desta maneira, considerando as incompreensões com relação ao período da adolescência, bem como as experiências desamparadoras que podem estar presentes nos contextos familiares e sociais pelos quais os adolescentes circulam, a violência pode se caracterizar como um recurso na busca pelo reconhecimento que não se fez presente. Nesse sentido, espera-se que a família possa ser um importante sustentáculo no decorrer de todo o desenvolvimento, mas em especial, para lidar com as demandas que surgem na adolescência. Assim, por meio do suporte que o contexto familiar pode proporcionar, o adolescente sentir-se-á nesse grupo de referência essencial (que é a família) reconhecido enquanto sujeito diante dos contextos e situações que surgem.

2.3 FAMÍLIAS E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: CONVIVENDO COM REALIDADES PERMEADAS PELA VIOLÊNCIA

O estudo sobre a temática da família compreende a percepção desta como um sistema de relações que se traduz em conceitos e preconceitos, ideias e ideais, sonhos e realizações. A família caracteriza-se como uma instituição que mobiliza os sentimentos mais importantes, na medida em que se torna paradigmática para outros relacionamentos e que pode ser considerada como a célula *mater* da sociedade. Nessa perspectiva, a relação dialética nas questões familiares pode ser percebida, na medida em que os indivíduos elaboram as informações trazidas através dos sentidos, as reinterpretam e, por fim, criam-se novos paradigmas. Famílias são, portanto, um caleidoscópio de relações que mudam suas constituições e consolidações conforme a evolução da cultura, de geração para geração (GROENINGA, 2003).

Assim, o contexto familiar como um ponto de confluência da realidade de seus membros, destaca, dentre outras realidades, aquelas relativas à criança e ao adolescente (COSTA, 2011). Com isso, ressalta-se a importância dos vínculos referentes à família, ao passo que este é um aspecto fundamental na condição humana e particularmente essencial ao desenvolvimento. A constituição do sujeito enquanto ser social e indivíduo inclui de forma imediata e intrínseca o contexto familiar e toda rede de parentesco ao qual se vincula (VICENTE, 2011).

Independentemente das múltiplas possibilidades de organização e constituição, a instituição familiar possui um papel de socialização primordial na vida das pessoas. Entendê-la, como espaço de construção da iniciação dos afetos e de todo aprendizado que esses afetos podem trazer a seus componentes, é fundamental para a sociedade (OLIVEIRA, 2009). Considerando esses aspectos, uma das funções da família, socialmente construída é, portanto, a do cuidado dos seus filhos, assunto este que parece estar cada vez mais em pauta no cenário nacional, uma vez que se reconhece a importância do seu papel na constituição psíquica destes. Atualmente, é consensual a noção de que para o bom desenvolvimento de um sujeito, é necessário um ambiente que garanta cuidados essenciais, reconhecendo a criança e o adolescente em suas necessidades (SILVA, et al., 2012).

O estabelecimento de vínculos é uma característica própria do ser humano e a família, como grupo primário, é o *locus*, ou seja, o espaço essencial, para a concretização desta experiência. A confiança que um indivíduo adquire de poder estar no mundo e estar bem entre os outros, é transmitida, inicialmente, através da aceitação dentro do próprio grupo familiar.

Dessa forma, sentir-se pertencente ao grupo familiar, possibilita que, no decorrer da vida, o sujeito possa vir a pertencer a outros grupos (GOMES; PEREIRA, 2005).

As famílias se constituem a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar. Esse universo é único para cada contexto, embora circule na sociedade por meio das interações com o meio social em que vivem. A família, portanto, faz parte do universo de experiências dos seres humanos no decorrer da história e experiência pessoal de cada sujeito. Abordar a temática familiar corresponde a adentrar em um assunto repleto de significados afetivos para cada indivíduo, que, como ser biopsicossocial, está inserido em um ambiente, integrando a cultura e o seu grupo social de pertença. Tais aspectos levam a compreensão de famílias de modo contextualizado, considerando a subjetividade que a permeia e lhe é inerente (GOMES; PEREIRA, 2005).

Nessa perspectiva, a família contribui imensamente para que ocorra a maturidade emocional do indivíduo e de acordo com Winnicott (1960), para que essa maturidade seja atingida, é necessário que seja proporcionado um caminho de transição entre o cuidado dos pais e a vida social, considerando que a vida social pode ser, em muitos aspectos, uma extensão das funções da família. Nesse sentido, para o autor, a família contribui de dois modos: deve proporcionar ao indivíduo a oportunidade de voltar e ser dependente a qualquer momento; e também deve permitir a troca do círculo social mais imediato e abandonar essa unidade por outras ainda maiores, sendo estes os agrupamentos políticos, religiosos e sociais. A família, portanto, parece ter a função de dar a continuidade à dependência inconsciente em relação aos pais.

As características que marcam a denominada família contemporânea são fruto de uma série de transformações ao longo do tempo, dentre as quais podem se destacar modificações nas figuras de autoridade e a existência de um contexto regido pela lógica do “aqui e agora” (SAVIETTO, 2010). A reflexão sobre essas mudanças se faz importante na medida em que não se pode considerar um único conceito de família, sem que este esteja situado nas conjunturas em que a sociedade se insere e, também, no contexto específico em que a própria família se encontra. Ou seja, destaca-se a importância da família em relação ao contexto social, uma vez que esta continua sendo o cerne da sociedade, um lugar valorizado para formar pessoas. É necessário pensar a família, reaprender o que significa ser família e entender que ela possui suas especificidades e suas complexidades (OLIVEIRA, 2009).

A partir de um olhar histórico, a evolução das famílias pode ser pensada de acordo com Roudinesco (2003), a partir de três grandes períodos. No primeiro deles, havia uma

valorização das famílias ditas “tradicionais”, as quais eram constituídas por meio de casamentos arranjados e com o intuito de assegurar a transmissão de um patrimônio. Nesses contextos, as famílias estavam inteiramente submetidas a uma autoridade patriarcal. Em um segundo momento, ao final do século XVIII e meados do século XX, surgiram as famílias ditas “modernas”, que passam a valorizar uma lógica mais afetiva nas relações, fundadas no amor romântico. Passou-se a vigorar, assim, um momento em que o casamento prezava pela reciprocidade de sentimentos e os desejos carnavais. Por fim, a partir dos anos 1960, decorreu o surgimento das famílias “contemporâneas”, ou ainda, das famílias “pós-modernas”. Estas se caracterizam pela união de dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. Neste modelo, a transmissão da autoridade tornou-se mais problemática, fator este que impulsiona o fenômeno presente na contemporaneidade relacionado ao aumento dos números de divórcios, separações e recomposições conjugais.

As transformações que ocorreram ao longo dos séculos na instituição familiar, possibilitaram mudanças em aspectos, como por exemplo: formas mais horizontalizadas de relações entre seus membros e os problemas cotidianos decorrentes destas relações; práticas educativas dos pais ou responsáveis; legislações referentes às questões familiares, entre outros. A compreensão desse panorama contemporâneo das famílias faz-se importante, pois suas reverberações, certamente, atravessam e estão manifestas nas falas e problemáticas dos participantes do presente estudo, de modo que estes integram a cultura e as questões sociais existentes na atualidade. Compreende-se, assim, que as famílias não são mais as mesmas e que, atualmente, está em vigor um modelo de família que exigiria que o poder fosse mais distribuído entre os homens e as mulheres. As principais mudanças ocorridas no panorama das famílias dizem respeito, justamente, a um deslocamento para o lado das mulheres. Podem ser mencionadas transformações como: o ingresso no mercado de trabalho e a conseqüente emancipação financeira; o aumento dos índices de escolaridade; liberdade sexual, técnicas anticoncepcionais e a possibilidade de relações mais “experimentais”. (KEHL, 2003).

Considerando tais transformações e o fato de que as famílias brasileiras, em sua maioria, possuem meios escassos de sobrevivência, entende-se que as mesmas buscam no cotidiano dividir não somente as emoções dos laços familiares, mas também as angústias que lhes apresentam. A manifestação cotidiana da desigualdade social existente traz o retrato de famílias que, cada vez mais, são apartadas do acesso ao mínimo de sobrevivência. Diante desses efeitos da desigualdade, a família, na sociedade contemporânea, encontra o desafio de sobreviver em tempos de mudanças e de continuar exercendo seu papel (OLIVEIRA, 2009).

A sociedade atual sofre, portanto, intensas e profundas transformações nos diversos níveis que a compõe, sejam estes econômicos, culturais, de valores, etc., e os grupos familiares, por consequência, acompanham essas transformações (OUTEIRAL, 1994). Considerando esses aspectos, entende-se que nem sempre a família consegue se constituir como um lugar de apoio, cuidado e proteção para os filhos. Nesses contextos, faz-se fundamental, o investimento e articulação de políticas sociais de atendimento e fortalecimento das famílias. Tudo que diz respeito ao adolescente e a sua formação também diz respeito a sua família. Assim, compreende-se que a cidadania pode não ser concretizada se distante da comunidade e não compartilhada com a família (MEDEIROS; PAIVA, 2015).

A partir dessas reflexões, também se faz relevante considerar as implicações da convivência com discrepâncias significativas existentes na realidade brasileira para as relações familiares. Estas questões sociais revelam a existência de processos de exclusão social, os quais se fazem presentes para uma grande parcela da população.

2.3.1 Repercussões da convivência em contextos de exclusão social para o âmbito familiar

Abordar a temática da exclusão social é problematizar uma questão complexa e multifacetada da atualidade, com dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. A exclusão, como um processo sutil e dialético, só existe em relação à inclusão e como parte constitutiva dela, além de ser um processo que envolve o sujeito por inteiro e as suas relações com os outros. Pode ser entendida também como um produto do funcionamento do sistema, no qual as subjetividades determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, manifestando-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 1999).

Assim, a exclusão social pode se concretizar a partir de diferentes formas. Uma delas e, talvez a mais grave, diz respeito à exclusão econômica, na medida em que pode gerar outros tipos de exclusão. Quando em um país, não se gera emprego para seus cidadãos, deixa-se de lado os menos preparados e que se encontram em uma zona menos privilegiada. Outras formas de exclusão são a cultural, territorial e étnica. No que concerne à segregação cultural, há uma privação do indivíduo de obtenção da escolaridade, sendo esse um importante instrumento de acesso à informação e exercício da plena cidadania. Já a exclusão territorial afasta o cidadão do convívio com o restante da sociedade, o acesso a emprego, escola e elementos produtivos. Por fim, a exclusão étnica provoca um comportamento de revolta entre os indivíduos uma vez que classifica seres que se caracterizam como inferiores e diferentes,

privando-os do convívio sadio e produtivo. Todas essas formas de exclusão levam os sujeitos a vivenciar um conjunto de vulnerabilidades que operam como obstáculos difíceis de serem superados na sociedade contemporânea (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

O termo exclusão social possui, portanto, sentido temporal e espacial, na medida em que um grupo social está excluído segundo determinado espaço geográfico ou em relação à estrutura e conjuntura econômica e social do lugar a que pertence. Como reflexo das transformações ocorridas na política econômica do Brasil, acentuam-se desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as condições de sobrevivência e minando as expectativas de superação desse estado de pobreza, além de que podem reforçar a submissão aos serviços públicos existentes. As desigualdades de renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família (GOMES; PEREIRA, 2005).

Por isso, o conceito de exclusão deve ser compreendido como um processo que ocorre efetivamente pelo estado daqueles que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais, uma vez que não se nasce excluído. Nesse sentido, o excluído pode ser considerado um “desfiliado” cuja trajetória é constituída por uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis ou instáveis (CASTEL, 1997). Dessa forma, essa condição reverbera na falta de ganhos, alojamento, cuidados, instrução, atenção e a possibilidade de exercício da cidadania. A falta de acesso as mais diferentes oportunidades para o indivíduo e para a família pode afetar o sentido de sua existência e as expectativas de futuro (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

Embora não se constituam como sinônimos de uma mesma situação de ruptura, pode-se afirmar que a pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa um acúmulo de precariedades. No Brasil, a pobreza e a exclusão são faces de uma mesma moeda, na medida em que existem altas taxas de concentração de renda e de desigualdade. Ressalta-se, com isso, que a consolidação de um país democrático, que preza pela cidadania deverá promover uma desnaturalização dessas diferenças, assim como das práticas discriminatórias relacionadas que são perpetuadoras dos processos de exclusão (WANDERLEY, 1999).

Esta realidade brasileira pode ser evidenciada através do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2016, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no qual foram divulgados, entre outras informações, dados referentes ao Coeficiente de Gini. Os resultados apontam que Brasil é o décimo país mais desigual do mundo e o quarto da América Latina (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016).

A partir disso, ressalta-se que a família e a sua capacidade protetiva com relação aos seus membros, especialmente com relação a crianças e adolescentes, é influenciada pela manifestação dessas questões sociais. Os contextos sociais podem exercer grande influência tanto sobre a configuração quanto sobre a própria organização familiar, expressando diversidades em suas relações interiores. As contradições sociais que se fazem presentes na atualidade trazem um mundo novo no qual as famílias convivem com a violência e as manifestações dela decorrentes. Muitas vezes, os pais não sabem como evitar que seus filhos adentrem nesse mundo e buscam a educação deles de diversificadas maneiras, e nem sempre obtêm resultados que poderiam ser considerados positivos (OLIVEIRA, 2009; SILVESTRE, 2013).

O histórico diferenciado de acesso aos recursos, tanto de ordem material como de ordem simbólica, caracteriza o contexto no qual as pessoas se desenvolvem e constroem suas subjetividades e percorrem suas trajetórias de vida (SANTOS; MOTA; SILVA, 2013). Diante dessa realidade, as políticas sociais têm encontrado dificuldades nas tentativas de diminuir o quadro de pobreza e de exclusão no Brasil, considerando as expressivas taxas de desigualdade social, com a concentração de renda nas mãos de poucos (OLIVEIRA, 2009).

Esses conceitos, quando transpostos para as trajetórias de vida e realidade das famílias brasileiras, evidenciam situações de fragilidade, nas quais crianças e adolescentes ainda estão sendo vítimas. Não se tem conseguido romper ciclos excludentes, desumanos e desiguais, na medida em que os jovens cidadãos crescem, se constituem e convivem com esses contextos. Salienta-se que posteriormente, esses mesmos jovens acabam por cumprir esses ciclos, na medida em que ao chegarem à vida adulta podem permanecer encontrando dificuldades na consolidação de processos mais inclusivos. Por fim, consagra-se a exclusão social entre as gerações familiares no país e suas vastas consequências para as relações familiares. Considerando as especificidades sociais, culturais, políticas e econômicas que, hegemonicamente, caracterizam os adolescentes e as famílias atendidas pelo sistema socioeducativo, evidencia-se que estes convivem em contextos permeados por diversas fragilidades e, conseqüentemente, pela exclusão social.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 DELINEAMENTO

Buscando atingir os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa qualitativa, pois para Minayo (2014) o método qualitativo “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos de interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”. (p. 57). Ainda, as abordagens qualitativas contemplam adequadamente investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais, sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e documentos.

Além disso, conforme sugerido por Minayo (2012; 2013), o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo, considerando que a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva, com toda a riqueza de significados dela transbordante. Neste método há uma preocupação com um nível da realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha-se com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos atores envolvidos, sendo que esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social. Ressalta-se que a análise qualitativa de um objeto possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico.

O delineamento do presente estudo é o Estudo de Caso, utilizado no formato de Estudo de Casos Múltiplos, os quais seguem a lógica da replicação, pois cada caso em particular consiste em um estudo completo e são as conclusões de cada caso individual que necessitam de replicação através de outros casos individuais (YIN, 2005). Nesse sentido, a definição operacional proposta por Yin a respeito do Estudo de Caso refere que este trata de uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Isto significa enfrentar uma situação única a partir do desejo de compreender fenômenos sociais complexos. As dinâmicas que se fazem presentes nos contextos familiares de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ainda mais quando se trata da internação, justificam a complexidade, bem como a utilização do Estudo de Caso com o intuito de melhor compreender tais situações.

O pressuposto epistemológico adotado no presente estudo é o da dialética, enquanto uma arte do estranhamento e da crítica, o que, segundo Minayo (2002), envolve a compreensão de que as coisas, as relações e as ideias se transformam em virtude das leis

internas e do auto-dinamismo, isto é, são entendidas como um processo, um “tornar-se”. Ainda que esses processos estejam relacionados e existam encadeamentos, não correspondem às mesmas coisas que foram em situações e momentos anteriores, pois se entende que estes não ocorrem de forma linear, não se tratando de meras repetições. Nesse sentido, os fenômenos que se concretizam são próprios de um determinado momento, correspondendo a uma síntese de sua afirmação e também de sua negação.

3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE-SM), que é uma unidade de execução da medida socioeducativa de internação integrante da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS).

3.2.1 A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS)

Na década de 90, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, iniciou-se um processo de reordenamento em todo território nacional, considerando a necessidade de extinção das instituições nos moldes da antiga FEBEM. No intuito de acompanhar as mudanças legais e adequar as instituições de atendimento às diretrizes da Doutrina de Proteção Integral, começaram a surgir legislações que davam o aporte necessário para esse processo de reordenamento, que teve seu ápice em 1999, com a criação de novas instituições. A execução das medidas socioeducativas em meio fechado passou a ser realizada pelos estados da República Federativa do Brasil e no Rio Grande do Sul, originou-se a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS), a qual passou a ser vinculada à Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Assim, a FASE/RS voltou-se exclusivamente para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, sendo a responsável por cumprir as obrigações previstas quanto às unidades de atendimento (TEJADAS, 2007, BRASIL, 2012, RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Dessa forma, FASE/RS foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002. Desde então, o Rio Grande do Sul vem se adaptando e atendendo essas exigências, o que resultou na elaboração de um documento norteador de suas ações através do Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade (PEMSEIS). Esse é um instrumento norteador para as ações e práticas dos profissionais da socioeducação (BRASIL, 2014).

Atualmente, no Rio Grande do Sul, existe um total de treze unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação, sendo que dessas, seis unidades estão situadas em Porto Alegre, na capital do Estado, e sete unidades estão localizadas em cidades no interior do estado. Dentre essas unidades, existe uma unidade voltada para a internação feminina, em Porto Alegre. Além disso, em relação à semiliberdade, totalizam-se dez unidades desta medida no estado, sendo dessas, uma unidade feminina e nove masculinas.

3.2.2 O Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria

A presente pesquisa foi realizada no município de Santa Maria, o qual possui aproximadamente 280.000 habitantes, localizando-se na região central e no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Neste município, situa-se o Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria. O CASE-SM caracteriza-se por ser uma unidade com capacidade para 39 adolescentes do sexo masculino e está sob a jurisdição do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santa Maria. Salienta-se que no momento da coleta de dados essa instituição possuía, em média, 70 adolescentes cumprindo a referida medida socioeducativa.

A instituição foi fundada em 1998, sendo que nesta época ainda era denominada como Centro da Juventude (ZAPPE; RAMOS, 2010). A transição para tornar-se um Centro de Atendimento Socioeducativo ocorreu em conformidade com o reordenamento estadual em relação às legislações. Salienta-se que o Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria não recebe somente adolescentes residentes da própria cidade onde se situa, mas também de outros municípios, que não possuem instituições de cumprimento da medida socioeducativa de internação ou então aqueles que, por alguma razão, são encaminhados a essa unidade.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A fim de atender os objetivos propostos foram utilizadas duas formas de coleta de dados: a pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas. Como fonte de informação, a análise documental foi realizada através do acesso aos prontuários dos adolescentes na instituição, com o intuito de melhor compreender o contexto da medida e do ato infracional. A pesquisa que utiliza uma base documental pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, a análise documental pode ser utilizada como uma técnica complementar, na medida em que

busca aprofundar dados obtidos por meio de entrevistas, questionários e observação (GODOY, 1995).

Salienta-se que a consulta aos prontuários dos adolescentes ocorreu após a finalização de todas as entrevistas e que ela permitiu o acesso a informações referentes ao cumprimento de medidas socioeducativas nas unidades de internação e de semiliberdade do município em que a pesquisa foi realizada (para aqueles que nela estiveram). Isso se deu pelo fato de que os prontuários e as pastas de cada adolescente são compartilhados entre as instituições mencionadas. Sendo assim, não se teve acesso aos prontuários e às informações dos adolescentes que estiveram cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto (para aqueles que nelas estiveram).

Assim, considerando a complementariedade da pesquisa com base documental no presente estudo, o principal instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. De acordo com Gaskell (2002), o emprego da entrevista qualitativa contribui para que se possa mapear e compreender o mundo dos respondentes, isto é, dos participantes. Ademais, através desta, permitiu-se o fornecimento de dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e a situação investigada.

No que diz respeito à preparação para a realização de uma entrevista qualitativa, salienta-se a importância da construção do tópico guia, o qual deve ser elaborado com o intuito de contemplar os objetivos da pesquisa, ou seja, através dos tópicos, são criados referenciais para uma discussão de forma lógica e plausível, por meio dos temas em foco. Entretanto, ressalta-se que este deve ser utilizado com certa flexibilidade e cautela, na medida em que o pesquisador perceba que outros temas que não surgiram em planejamentos anteriores, possam aparecer na discussão (GASKELL, 2002).

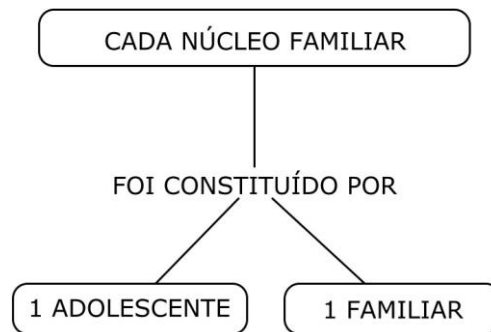
Assim, as entrevistas foram realizadas na própria unidade de cumprimento da medida socioeducativa de internação de Santa Maria (CASE-SM), de modo que foram gravadas e realizadas mediante a autorização dos participantes através da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos familiares e pelo responsável legal e do Termo de Assentimento pelos adolescentes.

3.4 PARTICIPANTES

Integraram o presente estudo dez participantes, sendo destes cinco adolescentes que estavam cumprindo a medida socioeducativa de internação na referida instituição e cinco respectivos familiares desses adolescentes, que possuíam autorização institucional para visita.

Dessa forma, entende-se que o conceito de “núcleo familiar” utilizado nas discussões propostas neste trabalho é formado pelo par: adolescente e seu familiar.

Ilustração 3 – Esquema de constituição dos participantes da pesquisa que compõem cada núcleo familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A pesquisadora frequentou a instituição em diferentes turnos e dias destinados ao momento da visita e os familiares foram convidados de forma aleatória. Os convites foram realizados ou ao final do horário de visita, ou antes dos familiares ingressarem para esse momento e ocorriam conforme a ordem com que saíam ou entravam do auditório, que é o espaço onde ocorre esse momento na referida instituição.

Salienta-se, portanto, que no momento em que os familiares foram convidados a participar do presente estudo, os participantes adolescentes se encontravam em Internação sem Possibilidade de Atividades Externas (ISPAE), pois recebiam a visita dos familiares na instituição. Isto é, ainda não havia a possibilidade de atividades externas aos finais de semana, fora da instituição. Salienta-se também que na instituição CASE-SM são permitidos dois familiares por dia de visita.

Nas instituições da FASE-RS, as normativas referentes ao momento da visitação aos adolescentes são instituídas através do Plano de Atendimento Coletivo (PAC). Nesse sentido, cada Centro de Atendimento Socioeducativo estabelece as suas próprias normativas. De acordo com PAC do CASE-SM, permite-se a visitação de familiares com parentesco de primeiro grau, o que inclui pai, mãe, irmãos, filhos e esposas. Outros familiares, como avós, tios e padrastos/madrastas, por exemplo, são permitidos quando a equipe técnica entender que a presença destes será importante para o adolescente. Assim, evidencia-se que os familiares que frequentam o momento da visita na instituição são familiares significativos na trajetória de vida dos adolescentes.

Como critérios de exclusão, não foram convidados a participar os adolescentes e familiares que estivessem na instituição por meio da internação provisória (IP). Além disso, foram excluídos namoradas, companheiras ou irmãos dos adolescentes, pois se espera que para atender aos objetivos do estudo os familiares participantes devam ter uma diferença geracional ou caracterizem-se como adultos responsáveis na trajetória de vida dos adolescentes. Por fim, foram excluídos do presente estudo o núcleo familiar no qual o adolescente ou seu respectivo familiar não concorde com a participação.

Dentre as iniciativas que foram realizadas no dia da visita pela pesquisadora para convidar familiares a participar da pesquisa, apenas uma família não aceitou. Na ocasião, estavam presentes a mãe e a avó de um dos adolescentes e ambas relataram estarem sem tempo para participação na pesquisa. Além dessa situação, em outro núcleo familiar, a madrasta de um dos adolescentes havia, em um primeiro momento (no dia da visita) aceitado participar. No entanto, após o não comparecimento em três dias agendados conforme combinações telefônicas e as posteriores dificuldades de contatar a família, incluindo contato com o pai do adolescente, decidiu-se por desconsiderar essa participante. Todos os adolescentes contatados aceitaram participar da pesquisa.

Salienta-se que dentre os familiares que compareceram para a entrevista, todos foram as respectivas mães dos adolescentes. As tabelas abaixo indicam algumas informações dos participantes da presente pesquisa e os dados nelas contidos foram extraídos tanto das entrevistas, quanto da pesquisa documental com o acesso aos prontuários dos adolescentes na instituição. As numerações ao lado dos nomes fictícios referem-se ao núcleo familiar (constituído por adolescente + familiar) que identifica os participantes.

Tabela 1 – Informações gerais sobre os adolescentes participantes

	Idade	Atos infracionais²	Histórico de cumprimento de MSE	Escolaridade (atual)
1.Rodrigo	17 anos	- Roubo - Tentativa de homicídio - Homicídio	- Semiliberdade - 1ª internação - 2ª internação (atual)	9º ano EF
2.Miguel	15 anos	- Roubo - Tentativa de homicídio - Homicídio	- Liberdade Assistida - Internação (atual)	6º ano EF
3.André	17 anos	- Roubo - Furto - Tentativa de homicídio	- Prestação de serviços à comunidade - Liberdade Assistida - Internação (atual)	6º ano EF
4.Vinícius	17 anos	- Tráfico - Desacato à autoridade - Resistência - Desobediência - Ameaça - Roubo - Porte ilegal de arma - Tentativa de homicídio	- Prestação de serviços à comunidade - Internação (atual)	1º ano EM
5.Paulo	17 anos	- Tráfico - Assalto - Homicídio	- Prestação de serviços à comunidade - Semiliberdade - Internação (atual)	7º ano EF

Fonte: Entrevistas semiestruturadas e prontuários dos adolescentes na instituição de cumprimento da medida socioeducativa de internação (2018).

Tabela 2 – Informações gerais sobre os familiares participantes

	Idade	Profissão	Escolaridade	Número de filhos	Estado civil
1.Gisele	38 anos	Diarista	EM completo	4 filhos	Casada
2.Cláudia	39 anos	Diarista	3º ano EF	4 filhos	Solteira
3.Janaína	38 anos	Desempregada	1º ano EM	4 filhos	Está no 2º casamento
4.Adriana	44 anos	Empregada doméstica	EF completo	5 filhos	Casada
5.Elisabete	39 anos	Proprietária e cozinheira de uma lancheria	EM completo, concluído através do EJA (Educação de Jovens adultos)	8 filhos	Está no 2º casamento

Fonte: Entrevistas semiestruturadas e prontuários dos adolescentes na instituição de cumprimento da medida socioeducativa de internação (2018).

² Os atos infracionais listados contemplam tanto as informações retiradas dos prontuários dos adolescentes (referentes às medidas socioeducativas de semiliberdade – para os que a cumpriram - e internação) e das informações que foram referidas nas entrevistas semiestruturadas.

3.5 PROCEDIMENTOS

No que diz respeito aos procedimentos que foram realizados para a efetivação do presente estudo, primeiramente o projeto foi apresentado para a Fundação de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com a Resolução 004/2017, dessa instituição. A partir da aceitação pela FASE/RS para a efetivação dessa pesquisa, solicitou-se que o CASE-SM assinasse o Termo de Autorização Institucional, por meio de seu responsável, diretora Magali Marques da Rocha. Após, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Maria. A partir da aprovação, os participantes foram convidados a integrar a pesquisa. Dessa forma, os convites foram realizados, primeiramente, para os familiares que estavam no CASE-SM visitando os adolescentes. Com a aceitação dos familiares, foram agendados datas e horários que melhor se ajustassem a disponibilidade dos mesmos. Também foi explicado aos familiares que seria feito um contato com o respectivo adolescente na instituição, em outro momento, separado do momento da visita, para verificar se este também aceitaria a participação na pesquisa e que, após esse aceite, por contato telefônico, seria confirmada a data previamente agendada. Sendo assim, os adolescentes foram contatados posteriormente ao aceite dos familiares e quando familiares e respectivos adolescentes aceitaram participar, constituíam-se os núcleos familiares do presente estudo.

Ressalta-se que a pesquisadora atentou para não interferir ou interromper o momento da visita na instituição, compreendendo a importância desses encontros no processo de cumprimento da medida socioeducativa. Sendo assim, o convite aos familiares era sempre realizado na chegada ou na saída dos mesmos na instituição, ocorrendo em sábados ou domingos pela manhã ou pela tarde. O convite aos adolescentes era realizado em outro turno, diferentemente do turno da visita. As entrevistas dos adolescentes foram agendadas conforme a disponibilidade da instituição e do turno em que os mesmos não estivessem na escola ou realizando outras atividades.

Destaca-se também que no intuito de viabilizar o agendamento da entrevista com os familiares em um momento diferente daquele previsto para as visitas, por consequência, os familiares integrantes dessa pesquisa deveriam ser residentes no município de Santa Maria. Salienta-se também que as entrevistas com os adolescentes e os familiares ocorreram separadamente.

Os adolescentes assinaram o Termo de Assentimento, os quais foram colocados em seus respectivos prontuários nos arquivos da instituição. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido também foram assinados pelo seu responsável legal na instituição. No momento

do comparecimento dos familiares para as suas entrevistas, estes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos familiares, com o intuito de consentirem com a sua participação no presente estudo, enquanto familiares.

Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas, analisadas e interpretadas. Por último, salienta-se que os resultados da pesquisa serão disponibilizados para os participantes, para a unidade de execução da medida socioeducativa de internação na qual a pesquisa será realizada e para a FASE-RS. Os participantes serão convidados a integrar dois grupos, um de adolescentes e outro de familiares, a serem realizados no local da pesquisa como forma de devolução coletiva dos resultados. Será oferecido também, um espaço para devolutiva de forma individual, caso algum dos participantes tenha interesse. Na instituição CASE-SM serão entregues duas cópias impressas da dissertação. Além disso, será dado retorno à instituição FASE-RS sobre os resultados obtidos com o trabalho desenvolvido, por meio da entrega de cópias à Assessoria de Informação e Gestão da FASE-RS.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se uma das cinco técnicas propostas por Yin (2005), em seu livro “Estudo de caso: Planejamento e Métodos”, sendo ela a síntese de casos cruzados. Essa técnica se aplica especificamente à análise de Estudos de Casos Múltiplos, pois, de acordo com o autor, quando são mais do que dois casos, as descobertas podem ser reforçadas. Assim, a partir dessa técnica de análise pode-se contar com mais de uma fonte de dados, partindo da compreensão dos casos individuais. Portanto, os dados obtidos foram analisados em profundidade, primeiramente, de forma individual e, em um segundo momento, no seu conjunto, a partir de um cruzamento dos dados individuais.

Considerando a complexidade que envolve o Estudo de Casos Múltiplos, os resultados foram dispostos neste trabalho através de discussões que permeiam a singularidade que cada caso possui, através dos “núcleos familiares”. Isto é, foram compiladas as informações obtidas sobre cada adolescente e seu respectivo familiar nas diferentes categorias de discussão e também na apresentação dos núcleos familiares. Na construção desse processo, foi possível cruzar algumas informações nos diferentes contextos analisados, assim como temas com maior força discursiva e que emergiam com maior intensidade emocional. A partir disso, puderam ser elencadas as categorias do presente estudo e também realizar discussões mais coletivas.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

O presente estudo é fundamentado nas diretrizes e normas regulamentadoras das pesquisas envolvendo seres humanos, considerando a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e a Resolução CFP nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade em que foi realizado, sendo aprovado sob CAAE 84187418.2.0000.5346.

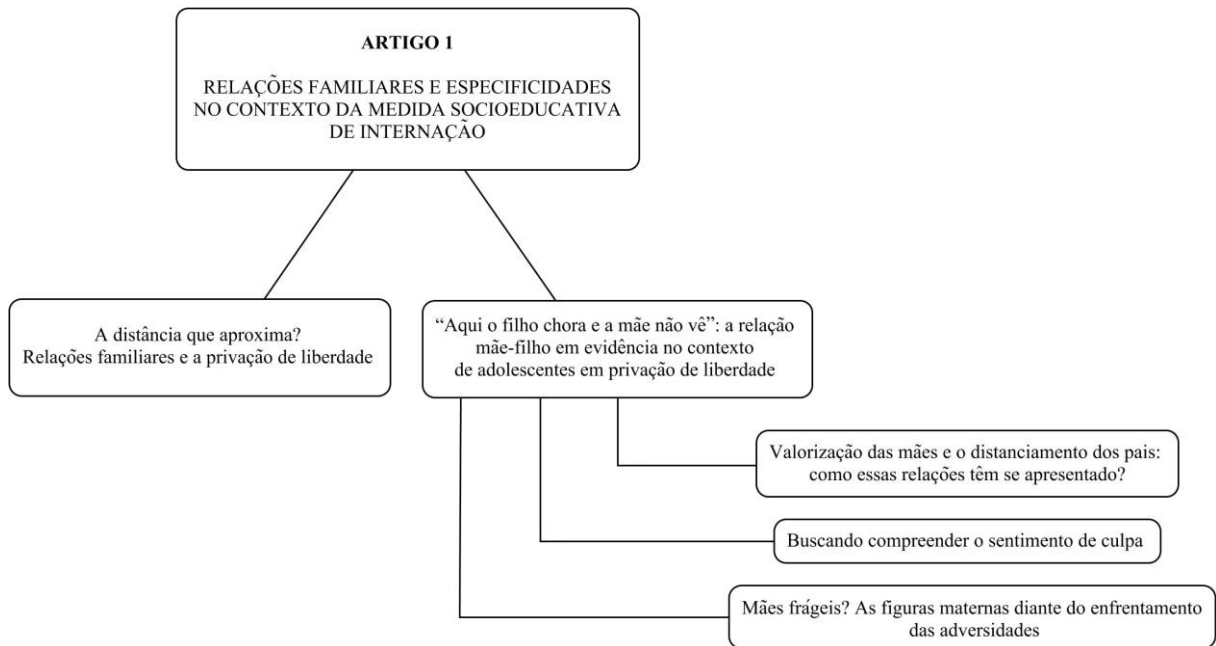
Os participantes desta pesquisa estão amparados por meio dos Termos que foram assinados, informando em linguagem clara e compreensível, os propósitos do estudo, procedimentos, riscos, desconfortos, benefícios e direitos envolvidos, visando permitir uma decisão autônoma, consciente e esclarecida dos sujeitos (BRASIL, 2012). Ademais, salienta-se a garantia a todos os participantes do sigilo em relação à sua identidade, bem como com a garantia da privacidade. Assim, reitera-se que, pensando na não identificação, todos os participantes do presente estudo serão referenciados por meio da utilização de nomes fictícios.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão apresentados, inicialmente, por meio de uma síntese das principais informações referentes a cada núcleo familiar participante. Tal disposição foi pensada visando à valorização das trajetórias e histórias de vida que foram relatadas nas entrevistas. Após, será realizada uma discussão de forma mais integrada entre os núcleos familiares, trazendo considerações sobre os contextos sociais dos participantes. Posteriormente, compondo a categoria das Discussões deste trabalho, serão apresentados três artigos e suas respectivas categorias, os quais foram elencados a partir da análise desses dados.

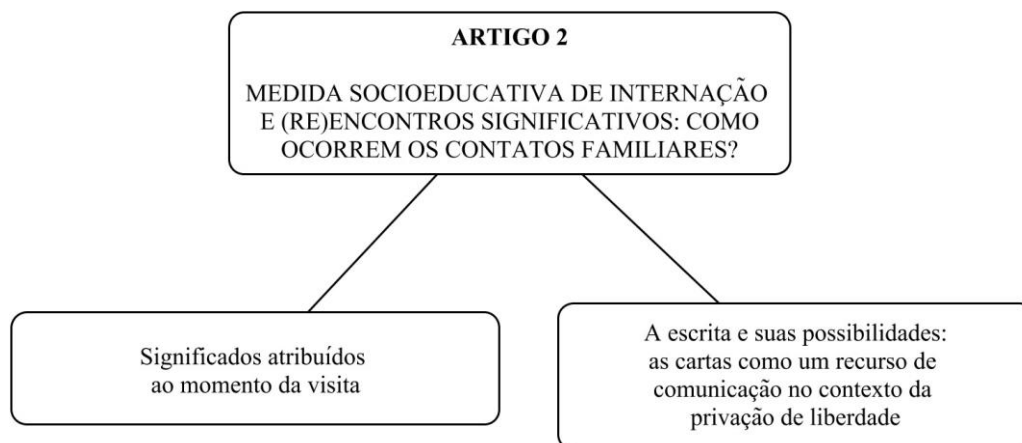
Abaixo, estão dispostas ilustrações que esquematizam a organização e a disposição dos artigos que compõem este estudo.

Ilustração 4 – Organização e disposição do Artigo 1



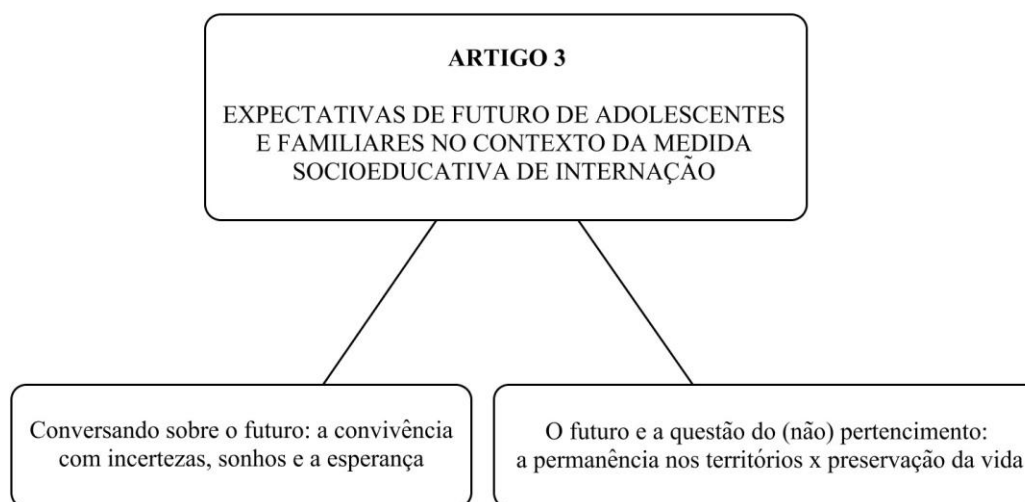
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ilustração 5 – Organização e disposição do Artigo 2



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ilustração 6 – Organização e disposição do Artigo 3



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

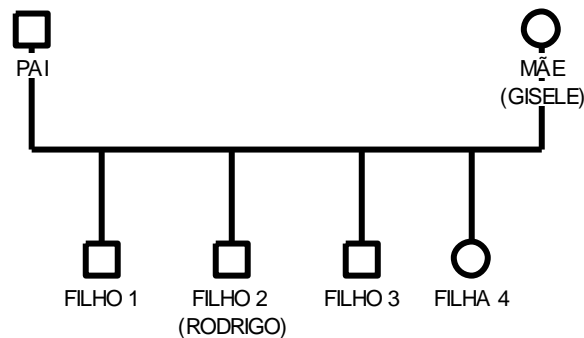
4.1 DESCRIÇÃO DOS NÚCLEOS FAMILIARES

Considerado as finalidades a que se destina essa pesquisa, para a apresentação e descrição de cada caso, também se considerou importante a utilização dos genogramas, que permitem que algumas informações familiares sejam exibidas graficamente. De acordo com McGoldrick, Gerson e Petry (2012), os genogramas, podem ser bastante adequados para pesquisas qualitativas, pois sua configuração estética permite dar vida àquilo que foi encontrado. As autoras ainda ressaltam que possibilitam um resumo eficiente, no qual uma pessoa que não está familiarizada com o caso obtenha rapidamente informações sobre a

família, visto que essas são imediatamente reconhecíveis. Sendo assim, haverá uma representação gráfica na descrição de cada núcleo familiar.

4.1.1 Núcleo familiar 1: Rodrigo e Gisele

Genograma 1 – Representação gráfica do primeiro núcleo familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Este núcleo familiar é constituído por Gisele que é casada com o pai dos quatro filhos da família. O filho mais velho, de 19 anos, possui deficiência física e em decorrência disso, é cadeirante. Rodrigo, que cumpre a medida socioeducativa de internação, é o segundo filho, com 17 anos, seguido por um irmão que possui 13 anos e uma irmã de 5 anos.

No momento do convite para a participação na pesquisa, estavam na instituição Gisele e a filha mais nova. Quando foi feito o convite para participar da pesquisa, em um domingo no turno da manhã, Gisele prontamente aceitou. A entrevista com Rodrigo, que se mostrou bastante comunicativo, foi uma das mais extensas, tendo duração aproximada de uma hora e vinte minutos.

Rodrigo

Durante a entrevista, foi possível constatar que Rodrigo esteve institucionalizado na maior parte de sua adolescência cumprindo a medida socioeducativa de internação no local em que a pesquisa foi realizada. Isso se deve ao fato de que, no momento da entrevista, estava cumprindo a sua segunda internação. A partir disso, também foi possível observar a vontade e o interesse que o adolescente tinha em relatar de forma detalhada sobre os atos infracionais que cometeu, assim como as suas motivações para que acontecessem. Ademais, no discurso do adolescente, percebeu-se certa dificuldade em mencionar situações que não estivessem relacionadas a experiências infracionais ou na própria instituição, visto que essa tem sido a

sua realidade por tanto tempo. Em um trecho de sua entrevista fez referência a esse aspecto: “Eu parei e pensei dona, eu não vi a minha irmã crescer, dona. [silêncio] Eu vim pra cá, ela tinha 3 meses. [...] Perdi... [...] Bei! Eu não vi ela crescer. Aí hoje eu paro e penso né? Tá na hora de parar. [Silêncio]. Que se eu quero ver ela crescer, então eu vou ter que parar, né dona?”. Salienta-se que o prontuário desse adolescente era muito extenso, o maior de todos aos que se teve acesso, e com muitas informações desde o início da sua trajetória em medidas socioeducativas em meio fechado.

Na ocasião do acontecimento da primeira internação do adolescente, constava em seu prontuário o relato da mãe que referia “que ele é um filho tranquilo, que nunca fez uso de substância psicoativa”. Também consta em relatórios escritos pela equipe técnica que “o relacionamento intrafamiliar é bom, e existindo forte vínculo afetivo entre os membros”. A equipe também tinha a percepção de que Rodrigo possui “o apoio incondicional de seus pais” e de que “a família tem demonstrado preocupação constante com o cumprimento da MSE”. Ainda, no período que contempla essa primeira experiência, há relatos de que o adolescente, inicialmente, teria apresentado dificuldades de adaptação à instituição por incorrer em faltas disciplinares graves com frequência, envolvendo-se em brigas com outros adolescentes.

Atualmente, no contexto familiar de Rodrigo, parecem haver muitos conflitos, em especial, na relação do irmão mais velho, que é cadeirante. Esse irmão, conforme foi referido na entrevistas, possuiria duas questões principais: a de que ele seria viciado em cocaína e também a de que ele não é independente para realizar atividades cotidianas, fator esse que mobilizaria nele uma revolta. De acordo com Rodrigo, as situações de desentendimentos na família seriam recorrentes: “O meu irmão acaba brigando com o meu pai. Meu pai acaba brigando com o meu irmão. A minha mãe não deixa. Já briga com o meu pai. Meu pai já briga com a minha mãe”. Apesar desses conflitos, o adolescente relatou ter uma relação muito próxima e afetiva com a mãe e com a irmã mais nova. No entanto, também mencionou sobre os atritos que ocorreriam na relação entre o seu pai e a sua mãe, questão essa que parece mobilizá-lo de forma significativa.

No momento da entrevista, Rodrigo também referiu ter uma namorada, a qual já possuía dois filhos de outro relacionamento. No entanto, ele demonstrou que a relação entre ambos parecia estar estremecida e, em especial, pelo fato dela ter o desejo de que, com o início das saídas aos finais de semana na ICPAE, Rodrigo passasse a residir com ela. Sobre isso ele referiu achar que sua presença poderia, justamente, colocar as crianças dela em risco, já que ele possui muitas inimizades nos locais por onde transita: “Só que ela tem dois filhos,

né dona? Mas é muito perigoso, eu acho muito perigoso. [...] Tá sendo egoísta, não tá pensando nos filho dela. [...] Eu corro um grande risco né?”.

Apesar de estar nesse relacionamento atual, Rodrigo relatou amplamente sobre a intensidade do relacionamento que teve com a sua primeira namorada. Essa experiência, no entanto, foi atravessada e, em certo sentido, interrompida, pela experiência da primeira internação, pois ela terminou o relacionamento com a primeira privação de liberdade dele. Durante a entrevista, o adolescente lembrou com carinho sobre algumas dessas experiências e mencionou que ainda gosta dela: “Pra mim foi sofrido porque eu tinha a minha namorada né? [...] Eu ainda gosto dela sabe? [...] Ainda gosto dela. E eu tenho namorada, tudo. É, gostar é uma coisa, amar é outra. Porque ela me ajudou muito... E a gente tinha intimidade que só eu e ela sabia, né?”.

A primeira internação de Rodrigo ocorreu em 2013, quando estava com 13 anos de idade, recém-completos, em decorrência de um homicídio qualificado. Salienta-se que o adolescente referiu nunca ter tido nenhum outro envolvimento com atos infracionais anteriores a esse homicídio, isto é, o seu primeiro contato com o contexto infracional já teria sido um “ato infracional gravíssimo, como constava em seu prontuário. Nestes documentos, constava também que “a condição sociofamiliar é de pessoas muito simples. Acredita-se que o adolescente deixou-se influenciar pelos imputáveis” (os adultos que estavam com ele no referido ato infracional). Nessa situação, Rodrigo ingressou na privação de liberdade e cumpriu essa medida socioeducativa, entre ISPAE e ICPAE, por dois anos e quatro meses na instituição.

Conforme o relato do adolescente, durante o período em que esteve cumprindo essa medida socioeducativa, seu irmão mais velho foi baleado. Essa situação, segundo referiu a mãe, teria ocorrido em razão de inimizades causadas por grupos rivais. Esse pareceu se constituir como um aspecto de grande impacto emocional não só para o adolescente, mas para a família como um todo. Rodrigo também demarcou que possui uma revolta, um sentimento de vingança por essa situação: “Esse rancor já ficou pra mim né dona?”. O adolescente manifestou a ideia de que, ao sair da instituição, ele irá resolver aquilo que haveria ficado de pendências com esse grupo rival, no que seria uma forma encontrada por ele de demonstrar um sentimento de proteção ao irmão e à família. Essa situação também parece ser um motivo de preocupação da família desde a primeira internação de Rodrigo, pois constava no prontuário do adolescente que, mesmo decorrido dois anos dessa medida a família “ainda teme que possa acontecer algum tipo de ‘vingança’”.

Após o cumprimento da primeira internação, Rodrigo foi referenciado à instituição de semiliberdade. No entanto, constatou-se que ele foragiu, ficando por oito meses evadido do contexto socioeducativo, tendo residido, inclusive, em outro município. Após esse período, ele foi novamente apreendido em razão de outro ato infracional, um furto em que foi reconhecido por uma câmera de segurança. Com essa situação, no início de 2017, ele retornou para a unidade de cumprimento da medida socioeducativa de internação, onde estava cumprindo a medida socioeducativa referente ao momento da entrevista.

No período em que Rodrigo esteve fora da instituição, referiu ter entrado para uma facção com outros jovens que possuíam as mesmas inimizades, a qual se juntava com a finalidade de “guerrear” contra essas desavenças. “Daí eu fiquei um tempo na rua, e aí acabei me juntando com uma facção, né dona? Foi aí que eu tentei vingar o meu irmão. [...] A gente não tava vendendo droga. A gente tava pra matar”. A motivação para o ingresso nesse grupo teria sido, justamente, o desejo de somar forças para vingar as pessoas integrantes do grupo que atiraram no irmão: “Só que eu não tinha poder de fogo pra enfrentar os outros”.

Salienta-se também que, durante a entrevista, Rodrigo parecia estar percebendo o envolvimento do seu irmão mais novo com o contexto infracional:

Só que aí, agora, meu outro irmão pequeno, não sei o que que tá acontecendo, se ele tá achando bonito. Só que não é essa... Eu não quero isso pra ele, né dona? Eu já falei mais... Muitas vezes pra ele: “Óh, cara, lá é horrível”. [...] “Tu não tá entendendo, lá é horrível. Não é fácil. Não é do jeito que tu tá pensando. Não é na hora que tu quer! É bem diferente”. Só que ele... Só que ele tá ficando igual a minha idade né? Vai fazer 14 agora. [...] Ele não tá respeitando muito a minha mãe. Respeitando, não de xingar. Mas de tá saindo. (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

No prontuário, constava uma referência da mãe de que o irmão mais novo “sofreu muito com a internação de Rodrigo”. E, para além disso, no momento em que se realizou a pesquisa documental, constatou-se que o irmão de Rodrigo havia ingressado na instituição e que também estava cumprindo a medida socioeducativa de internação. Outra informação relevante que foi constatada quando se acessaram os documentos foi a de que Rodrigo, que naquele já estava podendo realizar atividades externas, deveria ter retornado para a instituição após uma saída no final de semana, mas não o fez. Em razão de estar foragido, naquele momento, estava vigente uma determinação judicial de busca e apreensão ao adolescente.

Gisele

A mãe de Rodrigo referiu que atualmente trabalha como diarista, depois de ter permanecido algum tempo desempregada. Ela mencionou que desde os seus 11 anos de idade mora no mesmo bairro em que reside atualmente com a sua família, sendo um local que gosta e onde encontraram uma boa vizinhança.

Durante a entrevista, Gisele também contou sobre a sua história com o marido. Eles se conheceram quando tinham em torno dos 12 anos de idade, sendo que aos 16 anos de Gisele e 17 anos dele foram morar juntos, iniciando a constituição dessa família. Somado a isso, em seu relato, ela referiu sentir que a relação do casal seria de suporte e apoio tanto na educação dos filhos, quanto na divisão das tarefas domésticas.

Na verdade, a gente aprendeu a viver junto né? Tudo que a gente sabe, a gente... Um ensinou pro outro. Era bem dizer, duas criança né? [...] Quando você cria os filho né? Normalmente os homens deixam com as mães. Mas ele não. Ele tá sempre junto comigo. Ele é bem companheiro. Se eu saio pra trabalhar e ele tá por casa, ele estende a roupa, ele lava a louça, ele faz tudo! (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Quando mencionou sobre como percebia ser o relacionamento de Rodrigo com o pai, Gisele referiu que ele possui um carinho pelo filho, mas que, ao mesmo tempo, parece se colocar de forma autoritária e, por vezes, violenta. “Mas a maneira como ele se expressa [...] Se precisava dar uma cintada, ele dava! Mas ele sempre foi muito bondoso também, sabe?”. Nesse sentido, ela também parece entender que o marido demonstra exigir que os filhos ajam corretamente, no que seria uma postura mais rígida, conforme mencionou: “Eu tenho mais paciência de conversar. [...] Ele grita. Quando ele acha que tu tá errado, ele começa a gritar. ‘Calma o coração! Vai estourar teu coração’ [...] Não é gritando que se resolve. [...] Então, acho que por isso que os guri tem mais aquele vínculo comigo mesmo.

Com relação aos filhos, Gisele disse ser a principal cuidadora do mais velho, que é deficiente físico e que isso tem demandado uma disponibilidade de tempo em sua rotina. Sobre esse aspecto, ainda acrescentou que é ela quem o leva na fisioterapia e no médico, espaços que ele regularmente precisa frequentar. “A nossa família, assim, virou muito, sabe? De cabeça pra baixo, sabe? E até o dia de hoje né? Não fizeram maldade só pra ele né? Fizeram pra todos. Principalmente pra mim. Quem mais sofre é eu”. Em razão disso, ela relatou que estava procurando um emprego no turno da noite, para poder se dedicar integralmente a esses cuidados, sem precisar faltar no trabalho.

Além disso, Gisele ainda chegou a mencionar que, no passado, na infância de Rodrigo, o seu marido a agrediu:

Quando nós éramos jovens, a gente brigava, sabe? Ele chegou até a me agredir uma vez. E daí depois me agrediu bastante. Eu tava com o Rodrigo no colo. E daí eu falei pra ele depois: “Foi a última vez!”. Eu chamei: “Óh, [nome do marido], chegou! Da próxima vez, eu vou dar parte de ti, e tu vai ser preso.” Foi quando surgiu aquelas lei Maria da Penha. E daí desde então, nunca mais houve agressão. Ele amadureceu muito. É... Ele também. Eu também, sabe? Então, a gente não tem esses problema mais, de ciúme, nem nada. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Outro ponto central no discurso de Gisele sobre o seu contexto familiar diz respeito às dificuldades de relacionamento que possui, justamente, com esse filho, a partir do momento em que se tornou cadeirante e também com relação à dependência das drogas. Ela relatou sobre esses aspectos chorando e emocionada, demonstrando ser um sofrimento para ela:

Eu trabalho e eu tenho que dar dinheiro pra droga pra ele. E o pai dele não sabe disso [falando baixinho]. Se eu não dou, ele começa a quebrar tudo dentro de casa, começa me chamar de vagabunda, de tudo que é palavra, assim, horrível, que a gente não diz nem pra um estranho! [...] Eu chego a ter medo dele. Eu tenho medo. Não tem mais louça em casa, ele quebrou tudo! Tudo as minhas louça! Aí, esses dia... Pra mim trabalhar, nós temo que deixar tudo chaveado. [...] Liquidificador, batedeira, prato, copo, tudo, assim óh... Que eu imaginar que dá pra vender, eu tenho que esconder, porque ele vende pra usar droga. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

No que diz respeito à relação de Rodrigo com esse irmão, ela referiu: “O Rodrigo sempre tenta proteger o irmão dele, pelo fato do irmão dele ser cadeirante né?”. Essa percepção sobre a proteção de Rodrigo em relação ao irmão parece corroborar com o que foi evidenciado no relato dele, no que diz respeito à necessidade de “vingar” o que aconteceu ao irmão mais velho. Isto é, ainda que com a possibilidade de realizar uma atitude violenta, Rodrigo parece ter se tornado muito sensível às consequências que marcaram a vida desse irmão e, por isso, teria o entendimento de compensar o que ocorreu.

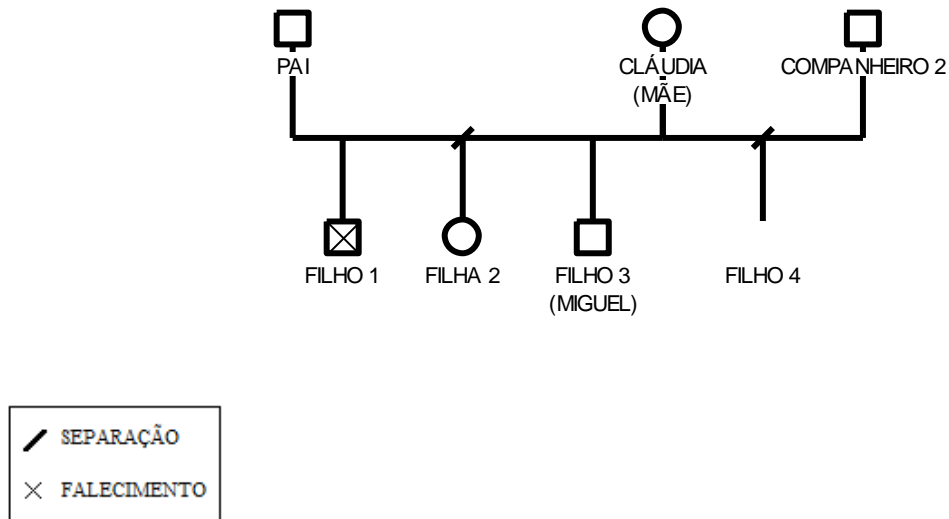
Da mesma forma que Rodrigo mencionou em sua entrevista, Gisele também referiu o importante vínculo que o adolescente possui com a irmã mais nova.

É como se o Rodrigo fosse um ídolo! Ela vê a foto dele, ela mostra pra todo mundo: “Olha! A foto do meu irmão!” Aí esses dias, mandou um vaso [resultante do

artesanato na instituição]: “Porque o meu irmão, olha só o que o meu irmão fez pra mim!”. Ela faz desenho pra trazer pra ele! Então é muito legal [...] Se dão super bem. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

4.1.2 Núcleo familiar 2: Miguel e Cláudia

Genograma 2 – Representação gráfica do segundo núcleo familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O segundo núcleo familiar da pesquisa iniciou-se a partir do relacionamento de Cláudia com o pai de Miguel. Deste relacionamento, nasceram 3 filhos, sendo que Miguel é o filho mais novo, com 15 anos. O filho mais velho desse casal é falecido e a segunda filha possui 17 anos. No momento do nascimento de Miguel, o casal já não mais residia na mesma casa, pois estavam separados. Alguns anos depois, Cláudia teve outro filho, que possui 5 anos, fruto de uma relação com outro companheiro. Atualmente, Cláudia referiu não estar em nenhum relacionamento e reside com seus três filhos.

No momento do convite para participação na pesquisa, quem estava visitando Miguel na instituição era a irmã. Assim, solicitou-se para ela se poderia passar o contato de um familiar de referência para participação na pesquisa, conforme os critérios de inclusão da mesma. Ela referiu que falaria com a mãe e que ela possivelmente aceitaria participar, sendo bastante solícita e já informando os horários em que a mesma costumava ter disponibilidade. Considerando essas informações, foi realizado contato telefônico com a mãe e, após a sua aceitação, foi agendado um horário que melhor se adequava aos seus compromissos.

Já a entrevista com Miguel foi realizada em uma oportunidade posterior, em uma sexta-feira pela manhã. Em especial no início desse encontro, Miguel apresentou-se um pouco

desmotivado, até mesmo sonolento. Mas no decorrer da conversa ele pareceu ter se sentido mais a vontade nesse contato.

Miguel

O adolescente Miguel considerou que o bairro onde mora é bom, sendo também o local onde tem amigos. Todavia, o adolescente também referiu ter amigos em outros bairros da sua cidade. Quando se conversou sobre sua rotina anterior ao cumprimento da medida socioeducativa de internação, Miguel relatou que não mais estava frequentando a escola e que a sua rotina consistia em: “Acordava de manhã, tomava café e ia pra rua. [...] Eu ficava na minha vila com meus amigo”.

Em seu discurso, ficou muito marcante, justamente, a experiência de estar pelas ruas, com os amigos. Ele referiu que faziam o uso da maconha nas esquinas, ou então, que jogavam futebol e demonstrou que a sua relação com o uso dessa droga era contínuo e que a fumava diariamente, referindo também achar que não conseguiria parar de utilizá-la. A maconha pareceu se caracterizar como um elemento central e muito presente na trajetória de Miguel, aspecto esse que pôde ser corroborado também na entrevista de Cláudia. No prontuário do adolescente encontraram-se as seguintes informações: “Miguel diz que aos 08 anos experimentou maconha, começando a fazer uso sistemático a partir dos 09 anos e de cigarro. Aos 10 anos começou a fazer uso de cocaína e aos 11 anos de álcool”.

Com relação aos aspectos familiares, em seu prontuário constava que “o adolescente demonstrou ser tranquilo e ter uma boa relação com o grupo familiar (mãe, irmãos)”. Ao mencionar sobre as lembranças que possui de momentos em família, ele recordou de seus aniversários, salientando que nesse dia a família toda se reunia para comemorar, lembrando também que davam risadas. No momento em que Miguel foi relatar a respeito das pessoas que moram em sua residência, mencionou que a sua mãe era a pessoa com quem mais convivia em casa. No entanto, ele também mencionou a existência de conflitos importantes com ela, quando a desobedecia.

Em sua entrevista, o participante mencionou as suas tias, irmãs de sua mãe, como importantes redes de apoio em sua trajetória, sendo pessoas com quem ele também conversava. No prontuário de Miguel, constava que o pai do adolescente teria tido três filhos em outro relacionamento, que não com a sua mãe e que o mesmo não pagava pensão alimentícia. Brevemente, ele citou sobre a ocorrência de alguns desentendimentos e atritos com a sua irmã mais velha. Ainda, quando se adentrou na temática referente à relação com

seu pai, ele referiu que não conversa com ele e também que: “Quando eu me lembro... Quando eu cresci mesmo, meu pai já não tava mais com a minha mãe.”. Salienta-se que as características que Miguel endereçou aos seus familiares foram corroboradas pela percepção de Cláudia, em sua entrevista, sobre as relações significativas do filho.

O adolescente encontrava-se há um ano cumprindo a medida socioeducativa de internação nesta instituição, em decorrência de um homicídio, sobre o qual preferiu não relatar detalhes. Além disso, mencionou que chegou a cumprir a medida socioeducativa de Liberdade Assistida, em razão de um assalto. Na consulta ao prontuário do adolescente, constatou-se que o mesmo frequentemente incidia em medidas disciplinares na instituição, de forma que, no momento dessa consulta, encontrava-se evadido da instituição, em razão de não ter retornado à instituição, pois ele já estava cumprindo a Internação com Possibilidade de Atividades Externas (ICPAE).

Cláudia

Na entrevista, a participante Cláudia demonstrou um descontentamento ao abordar a questão da escolaridade, pois, revirando os olhos, disse: “3ª série. Parei muito nova”. Ainda, acrescentou que no ano de 2018 tentou retomar os estudos no turno da noite, juntamente com sua irmã, mas que não conseguia se concentrar nas aulas e que havia uma diferença de idade muito grande entre os colegas. Por esses motivos, ela referiu que acabou desistindo e não deu continuidade nos estudos. Salienta-se que Cláudia mencionou em diferentes momentos no decorrer da entrevista sobre a sua dificuldade no que concerne a questões financeiras que possui no sustento da família.

Assim como Miguel, Cláudia também referiu gostar do bairro onde residem, sendo que, há seis anos, Cláudia passou a residir em uma casa própria, relatando sobre isso com um sentimento de orgulho por essa conquista. Antes disso, ela mencionou que morava em cima da casa de sua mãe, mas que sempre desejou ter o seu próprio espaço para morar com seus filhos. Quando isso se concretizou, eles foram morar em outro bairro da cidade, que é o endereço atual da família.

Assim como o adolescente mencionou sobre essas desavenças na relação com a mãe em sua entrevista, conforme evidenciado anteriormente, Cláudia também abordou sobre esses aspectos. No prontuário do adolescente constava a seguinte informação:

A mãe refere dificuldades em impor limites ao Miguel. Ela atribui ao tempo que está no trabalho como fator principal para a perda de controle sobre o adolescente. Pois,

este aproveitava-se de sua ausência para permanecer em lugares de risco para a sua integridade, se envolvendo em situações de perigo para si ou para outrem. (Prontuário de Miguel – Núcleo familiar 1).

Em contrapartida a isso, ambos também trouxeram elementos que remeteriam a uma proximidade na relação. Cláudia, por exemplo, disse que eles dormiam na mesma cama: “Ele dorme comigo, ele nunca dormiu longe de mim, separado”.

A mãe de Miguel também lembrou sobre a notícia da gravidez dele, a qual teria sido perpassada por um momento conturbado no relacionamento com o seu companheiro naquele momento, o pai biológico de Miguel. Dessa forma, durante maior parte da gestação, Cláudia referiu que estava com dificuldades na aceitação da chegada desse filho, conforme referiu:

E quando eu engravidei do Miguel, eu só chorava, porque eu não aceitava minha gravidez. Eu só chorava e só chorava, só chorava, sabe? Daí eu fui aceitar com seis meses já, por aí... Sete por aí. Aí daí, pedi perdão a Deus né? Das maldade que saiu da minha boca né? E cuidei dele. Meu filho! Cuidei né? Parei, fiz o que eu pude. Faço o que eu posso. (Cláudia, mãe – Núcleo Familiar 2).

Outro aspecto que foi relatado como sendo de grande impacto nesse contexto familiar foi o falecimento do filho mais velho de Cláudia, irmão de Miguel. No momento da entrevista, faziam dois anos dessa situação, a qual a participante relatou com muita tristeza e emoção. “Olha, o outro mais velho entrou nessa vida do crime. Daí eu perdi ele. 2 anos fez em março [...] E ele me faz tanta falta [chorando]”. Cláudia mencionou que esse filho mais velho também chegou a cumprir a medida socioeducativa de internação, por 10 meses, na mesma instituição que Miguel e que, quando começou a cumpri-la na modalidade ICPAE, foragia e por algumas vezes não retornou dos finais de semana.

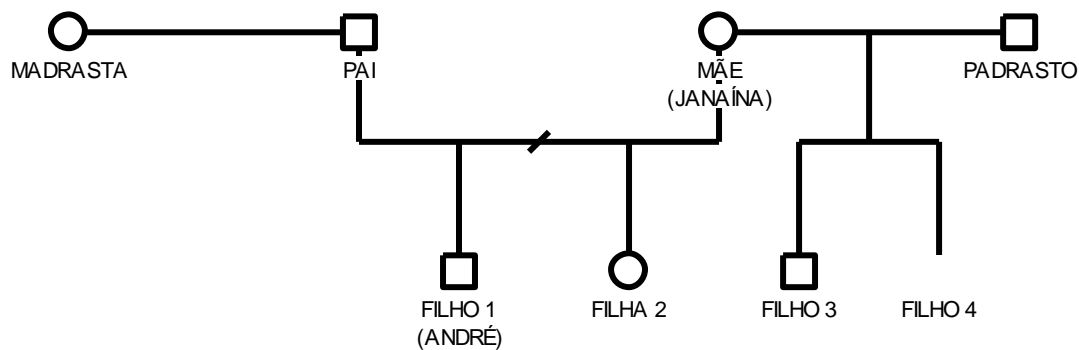
O adolescente Miguel não abordou em sua entrevista sobre o acontecimento com o irmão. Contudo, na percepção de Cláudia, o falecimento dele teria contribuído e desencadeado maior envolvimento do filho mais novo no contexto infracional, conforme disse: “E o Miguel ficou pior ainda depois né, que aconteceu tudo isso”. Na entrevista, a mãe demonstrou que pelo fato de Miguel estar na instituição, ela parecia estar revivendo a sua primeira experiência de privação de liberdade com o filho mais velho, sendo que isso lhe causava sofrimento.

Além disso, Cláudia também compartilhou durante a sua entrevista algumas dificuldades que tem encontrado no relacionamento com a filha adolescente de 17 anos, em

razão de um relacionamento amoroso que a mesma está há nove meses. Esta situação também parecia estar interferindo nas relações dentro do contexto familiar, dada a não aceitação desse relacionamento por parte da mãe.

4.1.3 Núcleo familiar 3: André e Janaína

Genograma 3 – Representação gráfica do terceiro núcleo familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Este núcleo familiar iniciou-se a partir do relacionamento entre Janaína com aquele que atualmente é seu ex-marido. Desta união, nasceram André, que se encontra com 17 anos, e sua irmã, que possui 13 anos. Após, sucedeu-se a separação do casal, sendo que ambos possuem novos relacionamentos e residem em cidades distintas. Janaína está em um relacionamento com seu atual companheiro há 12 anos, sendo que juntos possuem dois filhos, com 9 e 8 anos. Os quatro filhos residem com Janaína e seu atual companheiro.

Na ocasião em que a família foi contatada, encontravam-se na instituição Janaína e o filho mais novo. Janaína prontamente aceitou participar da pesquisa e o encontro com esta participante foi agendado e realizado na semana seguinte. A entrevista com Janaína foi considerada extensa, totalizando mais de uma hora e trinta minutos de duração.

Para a realização da pesquisa com o adolescente André, foi necessário aguardar que o mesmo concluísse um período de atendimento especial e cumprimento de uma medida interna da instituição, em função de terem ocorridos desentendimentos e brigas com outros adolescentes na unidade de internação. Em razão de ter saído recentemente desse atendimento especial, o adolescente participou da entrevista utilizando as algemas, pois essa é uma regra para a circulação dos adolescentes na instituição nesses casos.

André

O adolescente referiu que antes do cumprimento da medida socioeducativa de internação ele não frequentava regularmente a escola, sendo que esta instituição não mais fazia parte de sua rotina. André passou a residir no município onde mora atualmente aos 5 anos de idade, após a separação de seus pais. Na entrevista, o adolescente referiu já se sentir pertencente à cidade atual, pelo tempo em que já reside nela.

De acordo com os relatos das entrevistas, percebeu-se que o pai biológico de André não teria sido uma pessoa presente em sua trajetória, pois raramente ele realizava contato com o filho. Esta ausência e distanciamento parecem se constituir como aspectos muito delicados e conflitivos para o adolescente. Além disso, de acordo com os relatos dele, a relação de André com a sua mãe, parece ser permeada por laços de afeto. Salienta-se que André possui em seu antebraço uma tatuagem com o nome da mãe.

Aos 11 anos de idade, André foi residir na casa da avó, figura que referiu como sendo muito importante, sendo também uma referência em sua trajetória. Essa mudança para a casa da avó teria ocorrido, em razão do nascimento do seu irmão, que atualmente possui 9 anos, pois, segundo a mãe: “Ele sentia ciúme, não gostava do choro do nenê, né? Que o nenê chorava muito”. Atualmente, a avó de André reside em outro município.

No decorrer da adolescência de André, o uso da maconha foi cada vez mais assumindo um caráter de centralidade em sua vida, de modo que antes do cumprimento da medida socioeducativa de internação, ao relatar sobre sua rotina, surgiam somente atividades relacionadas ao uso dessa droga. Na pesquisa documental constatou-se que ele “[...] iniciou precocemente o uso de drogas e devido a isso teve algumas tentativas de tratamento para dependência química. Segundo a mãe, quando sob efeito das drogas se torna agressivo e principalmente, quando está em crise de abstinência”. Nesse documento, constava que aos 12 anos ele teria iniciado o uso da maconha, aos 14 anos de álcool e aos 16 anos o uso de cigarro e cocaína. Foram recorrentes em ambas entrevistas os relatos de que Janaína permitia que o filho fumasse maconha dentro de casa, quando André não mais morava com a avó e passou a residir com a mãe novamente:

Acordava às 8 horas, às vez... Acordava, fumava maconha. Ficava chapado. [...] Em casa. Fumava em casa. Eu não era muito de fumar na rua. só quando me chamavam. Que a minha mãe... Bá, apesar de eu fazer o... As coisa errada, ela me apoiava de fumar em casa e não fumar na rua. [...] Almoçava, dormia... Acordava, fumava maconha de novo e ia pra rua e essa era a minha rotina (André, adolescente – Núcleo Familiar 3).

O adolescente mencionou que o uso da droga passou a ocorrer no período em que residiu com a avó e sobre isso ele referiu: “É, foi difícil no começo, assim, não gostavam. Me xingavam, só que depois, eles foram se conformando. Se conformaram do fato de eu fumar maconha”.

Também foi possível perceber nas entrevistas que antes da internação, o adolescente envolveu-se no cometimento de diversas infrações, sendo mencionados roubos, uma tentativa de homicídio e porte ilegal de armas. Por isso, foi sancionado o cumprimento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços a Comunidade e Liberdade Assistida. No entanto, o adolescente não as cumpria regularmente, sendo esse descumprimento um dos fatores que contribuíram para que o mesmo tivesse a medida socioeducativa de internação aplicada.

Ressalta-se que, no momento da entrevista, André estava há pouco mais de dois meses na instituição de privação de liberdade. Em seu relato, também compartilhou o fato de que, nesse período, havia brigado com outros adolescentes da instituição e que, por isso, recentemente tinha cumprido uma RTA (Restrição Total de Atividades) e usava algemas.

Janaína

Janaína reside no município onde mora atualmente há 12 anos, desde que se separou do ex-marido. Ela relatou que estava desempregada, após ter pedido demissão do emprego onde atuava como cozinheira e chefe de cozinha em um restaurante. “O dinheiro que eu teria já não tenho. Eu podia tá ainda trabalhando, ganhando dinheiro ainda né? Não tenho. Tudo. Tudo foi em torno do André. A minha vida toda, eu acho que foi em torno do André”. A mãe referiu em sua entrevista que, com o impacto da notícia de que ele iria cumprir a medida socioeducativa de internação ela pediu demissão do seu emprego, tamanha a mobilização que essa situação lhe causou.

No que concerne ao relacionamento com o pai biológico de André, Janaína relatou que moraram juntos por um tempo, mas que ela descobriu uma traição, que ocasionou a separação do casal. O ex-marido permaneceu em um relacionamento, justamente, com a mulher que Janaína descobriu a traição. De acordo com o relato de Janaína, após a separação, o pai de André procurava o filho aos finais de semana: “Aí de vez em quando ele vinha buscar o André pra passear, levar de carro, de férias, final de semana”. No entanto, na sua percepção, André e a madrasta não tinham uma boa relação entre si e esse teria sido o aspecto que promoveu um afastamento na relação pai-filho. “Mas ele vinha. Aí levava na casa dessa mulher, que eu sempre dizia pra ele: ‘Não leva. Não leva que ela não gosta dele. Então não leva’. Só que ele

mentia que ia levar na mãe dele e levava pra lá. E o André sempre teve raiva dessa mulher, porque ela não gostava de mim”.

Salienta-se que, durante a entrevista, Janaína referiu não ter mais nenhum contato com o seu ex-marido e que sua relação com a família dele se dá apenas por meio do contato com a tia de André: “Não liga pra mim pra saber do André. Quem eu converso, eu converso pelo face, que é a tia dele. [...] Uma pessoa muito legal assim, sabe? Com ela, que eu converso, ela que me dá notícia, é pra ela que eu mando recado”.

Durante a entrevista, Janaína referiu em diversos momentos encontrar, atualmente, um apoio muito importante na figura do seu atual marido, tanto no cuidado com os filhos, (incluindo também os filhos do seu relacionamento anterior), quanto em termos de cuidado da casa e rotina diária. Ela referiu que estão juntos há 12 anos. O padrasto de André trabalha como pizzaiolo no turno da noite e, quando Janaína ainda trabalhava no restaurante, permanecia fora de casa durante o dia. Sendo assim, ela demonstrou valorizar o quanto eles são parceiros em suas atividades: “Ele me ajuda... Bei, ele faz o almoço, ele limpa a casa, ele lava roupa. Ele assim, óh, um companheiro dez! [...] Então, ele é meu companheiro, assim. [...] Eu sempre posso contar com ele, assim. Então, ele tomava conta da casa e eu chegava e eu fazia a minha parte, no caso, né”.

A mãe também referiu sobre a centralidade da maconha para André: “Ela destrói! Ela divide! [...] Ele é usuário, ele é viciado em maconha! [...] Pra dormir, tinha que fumar. E já acordava... Não tomava um café! Era maconha! Era maconha”. A mãe ainda relembrou detalhadamente sobre uma situação que lhe foi muito marcante, quando, aos 13 anos de André, ela encontrou uma mochila com muito dinheiro dentro do quarto do filho.

E uma vez eu achei uma mochila dentro da minha casa. No quarto. Com dinheiro. Cheio de dinheiro. Aí eu peguei aquela mochila e fui pra cima dele. Foi aonde ele veio pra cima de mim, com 13 anos. Me agrediu. Que não era pra mim mexer naquela mochila. Eu disse: “Eu vou chamar a polícia e tu vai dizer de quem é essa mochila!”. E ele não me disse. [...] Peguei o guarda-chuva que tinha e dei! Dei! Dei e deixei todo machucado. Mas eu bati nele, sabe? E aí logo depois ele tomou um banho. Quando ele tomou um banho, o carro parou na frente da casa, um carro preto. E ele entrou no carro. [...] Aí depois ele voltou sem nada (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Janaína também compartilhou uma situação em que, aos 15 anos de idade do filho, ele lhe pediu uma arma de aniversário: “Tanto é que quando ele fez 15 anos, ele queria que eu

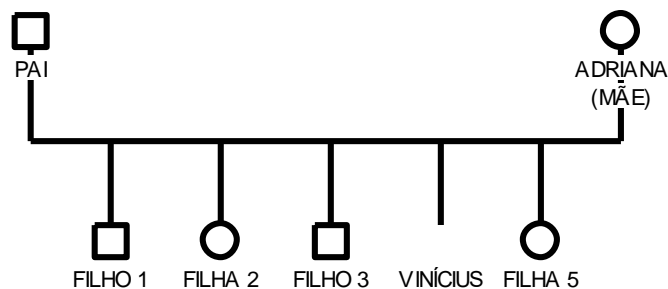
desse um 38 pra ele de aniversário. [...] ‘Ah, tu compra uma arma pra mim?’. ‘Não, eu não compro arma. Da minhas mão tu nunca vai ter arma! Nunca!’. Nessa situação, ela mencionou ter sentido certo descontrole e o sentimento de que não sabia como proceder em relação ao filho, dadas as proporções que as situações em que ele estava se envolvendo foram adquirindo: “Protegia, não deixava! Chamava a polícia, sabe? E comecei a fazer coisas que eu não era acostumada, de gritar, de xingar, coisa que eu acho ridícula uma coisa dessas sabe?”.

Um aspecto muito presente na entrevista de Janaína foi o fato de que ela mencionou diversas situações em que procurou ajuda da rede de proteção à infância e adolescência no município onde a família reside, no intuito de encontrar suporte e apoio no enfrentamento das dificuldades que vinham surgindo. Dentre as instituições mencionadas, incluem-se o Conselho Tutelar, Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPSAD), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CRAS) e a Promotoria da Infância e da Juventude. Ela referiu: “Eu sempre procurei, eu sempre corri. Sempre procurei Estatuto da Criança, eu assim... Eu sou bem informada, né? Então, não é... Eu corria por ele!”.

Janaína também relembrou quando um dos profissionais da instituição de internação questionou André sobre a formação de sua mãe, por ela ser uma pessoa bem “entendida”: “E aí foi onde chamaram ele e perguntaram: ‘O que que a tua mãe é? Tua mãe é advogada?’, daí ele disse: ‘Não, minha mãe não é advogada.’. ‘Ah não? Mas a tua mãe é bem entendida né?’. Aí ele disse: ‘Ah, a minha mãe é. A minha mãe não é boba’”.

4.1.4 Núcleo familiar 4: Vinícius e Adriana

Genograma 4 – Representação gráfica do quarto núcleo familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Adriana e seu marido se conheceram quando eram adolescentes e permanecem juntos desde então. Dessa relação, nasceram os cinco filhos do casal, sendo três homens e duas

mulheres. O filho mais velho possui 24 anos, a segunda filha 23, o filho seguinte 18, o Vinícius (quarto filho), integrante da pesquisa, 17 anos e a filha mais nova de 15 anos.

Salienta-se que no dia da visita em que foi realizado o convite para participação na pesquisa, encontravam-se na instituição o pai e o filho mais velho do casal, os quais repassaram um número de contato para agendar o melhor horário. Quando se contactou a família através desse telefone, o pai repassou que a pesquisadora poderia ligar em outro horário, ao final da tarde, para que pudesse tratar diretamente com a esposa, como se direcionasse que a participante seria ela. Dessa forma, conforme sugerido pelo pai, a participante Adriana foi convidada a integrar a pesquisa e a mesma aceitou a sua participação.

No entanto, ela solicitou que a entrevista fosse realizada no final de semana, após o momento da visita ao filho na instituição. Segundo ela, estava em vias de ser efetivada e contratada com carteira assinada para trabalhar como empregada doméstica e não haveria a possibilidade de agendar um horário durante a semana.

Salienta-se também, que a entrevista com ela teve de ser realizada em dois momentos distintos, isto é, uma parte foi efetivada no primeiro domingo e, dois finais de semana depois, concluiu-se essa conversa. Isso ocorreu, pois, na primeira ocasião, com 45 minutos de entrevista, o transporte que realiza a locomoção dela até à instituição havia chegado para buscá-la. Diante disso, a pesquisadora perguntou se haveria a possibilidade de continuar em outro momento, sugerindo outro domingo ao final da visita. Adriana concordou e, assim, na segunda ocasião, depois de realizar um breve resumo do que já havia sido conversado e de retomar suas principais respostas deu-se a continuidade e finalização da entrevista.

Vinícius

Logo no início da entrevista, Vinícius relatou com empolgação estar gostando da escola onde estuda na instituição. Todavia quando mencionou sobre a sua experiência escolar anterior ao cumprimento da medida socioeducativa de internação, ele referiu um contexto de evasão e desinteresse:

Eu ia na aula, mas depois fui me envolvendo com... Com as amigadas, sabe? Daí eu fui... Bá, fui pro outro lado do crime, daí. Eu matava aula pra ficar na praça. Matava aula depois pra vender droga. Eu comecei a me envolver muito no crime. Daí nisso, eu parei de estudar. É, parei de estudar. [...] Completamente, parei. (Vinícius, adolescente – Núcleo familiar 4).

Vinícius também relatou que se considera uma pessoa tranquila, mas que não pode ser provocado: “Mas né... Não mexe com quem tá quieto. Eu sou um cara que é tranquilo, mas também não vem mexer comigo, né?”. Com o prosseguimento da entrevista, compartilhou questões relativas ao convívio com os pares e o uso de drogas (álcool e o cigarro): “É, agitava, né? Nós tava sempre agitando né? Bá, fazer loucura! [...] Briga. Sempre se envolvendo em briga. Bá! Era comigo mesmo. Tá louco. [...] Daí eu ficava meio pela frente ali, tomando uma bira com os guri. Fumando um cigarro”. Sobre a questão das drogas, constava em seu prontuário que aos 15 anos começou a fazer uso de maconha e de álcool esporadicamente, e que aos 16 anos iniciou o uso do cigarro e da cocaína, a qual teria parado de utilizar depois de perceber os efeitos negativos em seu corpo.

O adolescente lembrou que antes da internação, em 2015 ele já havia cumprido medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. Em seu prontuário, constava que essa medida socioeducativa foi aplicada pelo envolvimento com o tráfico. Além disso, ele já havia estado na instituição de privação de liberdade para uma Internação Provisória (IP), durante a qual permaneceu 45 dias. Após essa situação, segundo ele, ficou em torno de um ano em liberdade até que retornasse para, então, cumprir a medida atual, a qual estava cumprindo há oito meses, em razão de três tentativas de homicídios qualificados. No período após a saída da Internação Provisória, Vinícius relatou que se mudou e foi residir em outra cidade, junto com amigos. A razão mencionada para essa mudança foram os atritos e as inimizades que possuía na cidade onde residia: “Por causa da minhas guerra. Muita guerra”.

Nesse outro município, ele também se envolveu com o contexto infracional, juntamente com esses amigos. “Me envolvi também no crime lá, também me envolvi. Fiquei um tempão lá. Tinha sempre mais uns dois comigo, três”. Dois dias depois que decidiu retornar para a sua cidade natal, pensando em sua família, que segundo ele, estava em risco, acabou sendo apreendido e voltando para a instituição para, então, cumprir a medida socioeducativa de internação. No prontuário do adolescente, constava a possibilidade do envolvimento dele com uma facção, pelas características dos atos infracionais por ele praticados. O adolescente também relatou sobre suas experiências com a polícia. Segundo Vinícius, ele não aceitava as ordens das autoridades policiais, aspecto esse que culminou na sua apreensão em duas situações por desacato, resistência, desobediência e por ameaça.

Durante a entrevista, o adolescente referiu o bom relacionamento que possui com a sua mãe, sendo alguém com quem costumava conversar e confidenciar sobre os acontecimentos de sua vida. “Daí eu contava tudo pra ela. Sempre contei. E ela sempre me avisou pra mim sair dessa vida, mas... Eu escolhi. Eu optei por esse caminho né?”.

Adriana

Em sua entrevista, Adriana relatou que ela e o marido estão juntos desde quando tinha 16 anos de idade. Ela também lembrou o momento em que o conheceu, quando foram em uma festa e ele a tirou pra dançar e que, a partir disso, foram aos poucos se aproximando e ficando juntos. Adriana também referiu que a família dela não aceitava o relacionamento entre eles e que, por isso, tiveram que fugir para ficarem juntos. “É uma história que ele não gosta que eu conte. É que a gente fugiu pra poder ficar junto, eu e ele. Ele não gosta que eu conte pra minhas filha... Eu digo. Mas eu já conto pra não fazerem igual né? [...] Aí depois eu engravidei.”

Aos 19 anos de Adriana, o casal teve o seu primeiro filho, quando o seu marido estava, na época, prestando serviços militares no quartel. Ademais, referiu que esses momentos da chegada dos primeiros filhos foram, para ela, difíceis, porque não possuía uma rede de apoio para ajudá-la naquele momento, conforme referiu: “Aprendi a trocar fralda na marra. Eu aprendi a dar mama na marra. Eu me benzi pra dar banho nele [referindo-se ao filho mais velho] [...] Tive que aprender a criar eles sozinha!”. Adriana também relatou, durante a entrevista, que aos 28 anos ela fez a laqueadura com o intuito de não ter mais filhos.

A filha mais velha do casal já se tornou mãe e possui uma filha de dois anos, isto é, Adriana já é avó. Durante a entrevista, ela referiu que tem se colocado, muitas vezes, no papel de cuidadora da neta. Ela também comentou que se compreende como alguém que se tornou muito ansiosa e nervosa, desde que se tornou mãe. “Eu sei que com meus filho, eu me tornei uma pessoa enjoada, mas é meu jeito, entendeu? [...] De alguma maneira, eu tenho que botar pra fora aquilo que tá me... Entende? E às vez um deles fala uma coisa. Aí sai uma palavra errada, na hora errada. Sem eu querer, entendeu?”. Sobre isso, também chegou a referir que: “Não tenho mais paciência nem com a minha neta! Não tenho mais paciência, às vezes”.

Na entrevista, Adriana mencionou sobre a sua primeira experiência de trabalho:

Eu nunca trabalhei, nunca precisei também, sabe? Meu marido pode ter os defeito dele, mas eu nunca precisei. Ele sempre disse: “Adriana, fica em casa, faz a tuas coisa em casa, cuida das... Das criança, que não são mais criança, e que o resto eu faço”. Mas agora me deu vontade, entendeu? Acho que chega uma certa altura da vida da gente que a gente quer ter... Ai, porque eu quero dinheiro pra comprar o meu shampoo, meu perfume. meu esmalte. Meu, sabe? Porque nunca é tarde pra gente começar a fazer as coisas que a gente gosta. (Adriana, mãe – Núcleo Familiar 4).

No entanto, como a segunda parte da entrevista foi realizada duas semanas mais tarde, Adriana contou que já havia sido contratada por essa família e que estava feliz com essa novidade em sua trajetória. “Graças a Deus! Agora é... É uma coisa que pra mim... Pra minha vida, vai ser muito bem... Bem interessante, entendeu? Em todos os sentidos! De eu sair da rotina da minha casa... Daquela coisa de tá sempre ali, sabe?”. Ao mencionar sobre isso, Adriana demonstrou estar cansada com a rotina que vinha tendo, além de que pareceu haver um desgaste no envolvimento unicamente com os filhos e os cuidados com a sua casa: “Chega um ponto que é um stress a tua própria casa, entendeu? Pra mim, tava assim! Mas agora, graças a Deus tá... As coisa tão melhorando. Pra mim, ai... Eu tô me sentindo no céu né? [...] Bá, se eu soubesse que trabalhar ia me fazer tão bem eu já tinha procurado, entendeu?”.

Em relação ao casamento, Adriana parecia estar repensando e ressignificando alguns aspectos, transparecendo estar em um momento de dúvidas sobre sua continuidade:

[Participante]: E ele pra mim não me interessa.

[Entrevistadora]: Entendi. Tu tá passando por um momento de... Avaliar um pouco ele, assim?

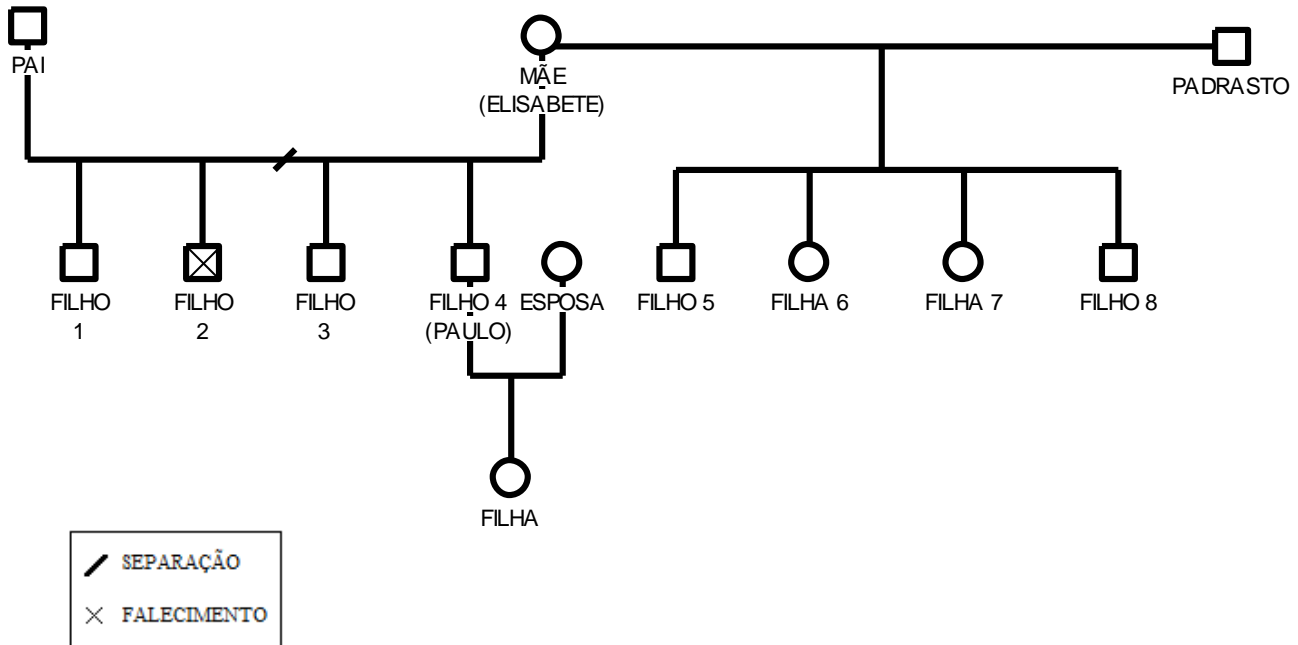
[Participante]: Exatamente. (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Segundo Adriana, o relacionamento entre os seus filhos é muito bom, pois ainda que existam algumas brigas e desavenças, prevalece o sentimento de pertença e proteção à família, de modo que, quando necessário, eles defendem-se uns aos outros:

Desde pequeno, eles são assim... [...] Eles brigam, brigam. Mas na hora que um precisa do outro, sempre vai ter. Sempre tem um que... A minha guria, a mais velha [...] Eles brigavam na rua, ela saía às vezes até de toalha na cabeça pra defender os irmão dela no meio da rua. Sempre isso, de bom. Eles são unidos. (Adriana, mãe – Núcleo Familiar 4).

4.1.5 Núcleo familiar 5: Paulo e Elisabete

Genograma 5 – Representação gráfica do quinto núcleo familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Esta família apresenta-se como uma família numerosa, pois Elisabete teve, ao longo de sua trajetória, oito filhos. Os quatro primeiros filhos são frutos de um relacionamento. Dentre esses filhos, o mais velho possui 22 anos, seguido por um filho que faleceu quando era bebê, aos dois meses de idade. De acordo com Elisabete, ele nasceu com Síndrome de Down e tinha o coração grande. Logo após o nascimento, ele havia contraído pneumonia e não resistiu, vindo a falecer. O terceiro filho possui 18 anos, seguido por Paulo, com 17 anos. Após, Elisabete iniciou um novo relacionamento, fruto do qual possui mais 4 filhos, com o atual padrasto de Paulo. As idades deles são: 14 anos, 10 anos, 3 anos e 1 ano.

Na ocasião em que a família foi convidada no dia de visita, estavam a mãe Elisabete, a esposa e a filha de Paulo. Após esse processo, entrou-se em contato com o adolescente em outro dia na instituição. Nesse contato com Paulo, considera-se relevante a informação de que ao explicar a pesquisa e os objetivos da mesma, mencionando que a mãe já havia aceitado a participação, ele referiu que se ela havia aceitado participar, então ele confiaria na decisão dela e, portanto, também aceitaria participar.

Após a aceitação do adolescente, foi realizado contato com Elisabete para agendar a data que melhor se adequasse às suas possibilidades. Ela referiu que o melhor momento para a

entrevista seria ao final do dia da visita, por já estar na instituição e também em razão da sua impossibilidade de ausentar-se do trabalho, do cuidado dos filhos e da casa. A própria mãe sugeriu que a entrevistadora chegasse uma hora antes do fim do horário da visita para que o filho e a sua nora, que é a pessoa que também frequenta esse momento, pudessem ter um momento a sós, e enquanto isso ocorreria a entrevista.

Sendo assim, no dia em que a entrevista foi agendada com a mãe, estavam visitando o adolescente na instituição, além dela, o irmão menor, de 1 ano, a esposa de Paulo e a sua filha. A entrevista com Elisabete ocorreu juntamente com o seu filho de colo que a acompanhava. Ressalta-se que uma peculiaridade constatada na entrevista com Elisabete, é o fato de que parecia haver certa dificuldade de que ela direcionasse as respostas ao filho Paulo. Pareceu que em alguns momentos Elisabete acabava por referir-se à maternidade, ou então, por vezes, respondia sobre a relação com os filhos, de uma maneira geral.

Outra peculiaridade constatada no contato com esse Núcleo familiar consiste no fato de que Paulo foi o único dos adolescentes entrevistados que já estava construindo o seu próprio núcleo familiar, por ser pai e ter uma companheira com quem residia, nomeada como esposa, por ele e por sua mãe. Esse é um aspecto que também confere outro significado para aquilo que o adolescente compreende como “família”, considerando também que já havia deixado de residir com a mãe, demonstrando maior independência em relação ao seu núcleo familiar de origem, quando comparado aos demais adolescentes.

Paulo

Antes do cumprimento da medida socioeducativa de internação, Paulo trabalhava como pintor há dois anos. De acordo com o seu relato, não estava frequentando a escola há aproximadamente quatro anos, tendo retomado os estudos desde que ingressou na semiliberdade, onde permaneceu por quatro meses. O adolescente passou para a internação em razão de uma regressão de medida ou substituição de medida, isto é, ele estava previamente cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade e regrediu para a internação, onde estava há quase dois meses. Paulo relatou que esse fato teria ocorrido em razão da suspeita de que estaria incitando uma rebelião na semiliberdade junto com outro adolescente e que teria levado uma arma para dentro da instituição. No entanto, Paulo negava esse acontecimento. Havia um registro em seu prontuário de que durante essa medida haveria: “total falta de comprometimento do adolescente, visto reiterado descumprimento das regras,

bem como diante dos seus retornos à instituição com visíveis sinais de uso de substâncias psicoativas”.

Em relação ao momento em que iniciou os contatos com o contexto infracional, quando questionado, Paulo referiu que por muito tempo, desde quando ainda era criança, esteve envolvido com o tráfico de drogas: “Do meus 10, até meus 14, eu tava envolvido muito! Por demais! Eu tava muito envolvido. [...] Com o tráfico dona. Sempre o tráfico”. No entanto, ele mencionou que, após algum tempo, na busca de mais dinheiro, ele teria começado a efetuar roubos: “Daí eu não contente com o que eu ganhava no tráfico, a senhora me entende? Passei a roubar”.

No prontuário do adolescente, constava que “o socioeducando conta com apoio e suporte familiar da mãe, irmãos e companheira”, sendo que ele também referiu amplamente sobre esses personagens durante a sua entrevista. Além disso, mencionou que está no relacionamento com a sua esposa há 3 anos e 3 meses e como fruto dessa relação já possuem uma filha de 1 ano e 3 meses. Eles já residiam juntos, em uma casa que se situa em cima da casa da avó. No relato do adolescente, ele mencionou que passaram a morar juntos desde o primeiro mês de namoro. Paulo mencionou em diversos momentos durante a sua entrevista sobre a falta e a saudade que sentia da convivência com elas: “Eu choro né dona? Tô num... Tô nem aí pro que vão dizer né dona? Mas eu choro com saudade da minha filha, da minha esposa, porque bui, não é fácil né dona, ficar longe delas. Nunca fiquei longe delas!”. Em outro momento da entrevista, ele mencionou sobre o que seria a ordem de importância que dá as pessoas da sua família:

Eu boto ela [referindo-se à esposa] em primeiro lugar, depois a minha filha e depois a minha mãe [...] Eu sinto mais saudade dela [referindo-se à esposa], do que da minha mãe, a senhora me entende dona? [...] Porque eu sempre fui sozinho, né dona? E a partir daquele momento que ela começou a morar comigo, bui, começou a criar um vínculo forte né dona? (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

O adolescente parece reconhecer e perceber que o relacionamento com a sua esposa foi algo que o teria “acalmado”, conforme mencionou: “Bui, ela mudou minha vida, né? Eu aprontava demais. [...] Bui, fui mudando aos pouquinho né dona?”. Em outro momento da entrevista, ele também relatou sobre esses períodos de “ajustes” no início do relacionamento: “No começo do nosso namoro, eu passava só na rua. Daí ela começou a reclamar, que eu deixava ela muito sozinha, sabe dona? Daí eu fui largando a rua e fui ficando mais caseiro sabe?”. Ademais, Paulo referiu que foi uma opção conjunta do casal o fato de que gostariam

de ter um filho: “Daí a gente sentou e conversou e eu disse pra ela: ‘Se pá vamo fazer uma filha, que eu vou me aquietar’. Daí nós fizemo uma filha, entremo num acordo de fazer uma filha e se aquietemo [...] Se aquietemo não. Eu me aquietei né”.

Quando relatou sobre a relação com os seus irmãos, ele mencionou que tinha muitos e que compunham uma família grande: “Bui, muitos. Muitos né dona?”. Na conversa, ele referiu ter maior proximidade com o seu irmão que possui 18 anos e com a sua irmã de 3 anos. “Se a senhora tivesse vários irmão, tem uns que tu sempre gosta mais né dona?”.

Outra pessoa que se mostrou muito importante em sua trajetória foi a avó e em sua entrevista, ele referiu “Sempre morei com ela”. Ao caracterizar a relação que possuem, ele disse: “Ei a minha vó é... Bui é... Bui, eu choro de saudades dela, né dona? Sou bastante apegado com ela né?”. Paulo também relatou detalhadamente e parecendo estar emocionado o episódio de um assalto a uma lancheria que foi cometido por ele. Essa situação parece ter lhe suscitado sentimentos em razão da senhora que ele assaltou, justamente, o ter feito lembrar da imagem da sua avó.

Uma véinha, chorando mesmo, sabe dona? “Bá, essa aqui é meu ganha pão”. Eu digo: “Bá, ô dona, desculpa mesmo dona. Não... Não vou roubar a senhora”. Eu com a mochila, cheia de dinheiro, eu disse: “Ô dona, desculpa, eu não vou roubar a senhora. Eu vou largar aqui óh. E desculpa. Desculpa, por assaltar a senhora, tá dona?” [...] Bá! Tu sabe? Parece que eu vi a minha vó chorando, né? E a minha vó é tudo pra mim! Bei, me criou, né dona? [...] Parecia que eu vi a minha vó chorando, ali sabe? [...] Me comovi sabe dona? Com ver ela chorando, eu me comovi pra ela (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Considera-se que também seja um dado importante o fato de que o adolescente possui uma tatuagem em um local do seu rosto, a qual diz “família”. Questionado pela pesquisadora sobre ela, ele disse: “Ela representa... [fazendo um círculo com as mãos, como demonstrando algo que engloba tudo] Toda a minha família!”.

Elisabete

Elisabete reside há seis anos no bairro onde mora, sendo que foi por ela considerado um local onde se sente bem e onde construiu, juntamente com o marido, a empresa que sustenta a família atualmente. “E hoje eu tenho um bar, né? Daí a gente faz lanche, faz pizza, faz as viandas né? Que eu entrego. Então, tudo que eu tenho, foi feito lá”. Ainda nesse assunto, quando questionada sobre a sua profissão, Elisabete mencionou: “Do lar... É

comerciante... Não... [...] É um pouco de tudo né? Hehe [...] É mãe, é cozinheira, é vendedora! É tudo né? Hehe. [...] É, tem que se virar né? Não adianta”. Durante a entrevista, ela caracterizou, em tom de cansaço, a sua vida e rotina como:

A minha é isso! É uma bagunça, assim! [...] De noite, às vez, eu tenho vontade de sumir! Porque é muita criança! É muita bagunça! E eu, assim, pra comida, essas coisas, assim, que a gente vende pra fora, né? Eu procuro deixar tudo limpinho, organizado onde eu trabalho. (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5)

Além disso, a mãe referiu que, atualmente, além dos filhos menores e do marido, residem com ela, a esposa e a filha de Paulo, o filho de 18 anos e a sua namorada, sendo que esses dois últimos moram em um quarto nos fundos da casa. Ela acrescentou, com o intuito de exemplificar sobre a rotina conturbada, que no dia anterior à entrevista, havia levado as crianças pequenas da família para vacinação e então ela disse: “Ontem eu levei tudo pra vacinar! Levei a do Paulo, mais o [nome do neto], o outro neto. E mais os dois meu, hehe”.

Ressalta-se que a esposa e a filha de Paulo passaram a residir com Elisabete desde que o adolescente passou a cumprir a medida socioeducativa de internação. Por estar privado de liberdade, o adolescente não mais poderia trabalhar e contribuir financeiramente para o sustento das duas, sendo este o fator que ocasionou essa mudança. Sobre isso, Elisabete referiu: “Assim, eu amo a minha neta né? Adoro a minha nora! Só que já são duas pessoas a mais, né? [...] Então, ficou pesado né! Mas...”.

Quando Elisabete teve os filhos do primeiro relacionamento, ela parece ter vivenciado algumas dificuldades tanto no que concerne a sua rede de apoio, quanto em aspectos financeiros. De acordo com o seu relato, o pai biológico das crianças nunca teria ajudado ou contribuído com pensão para o cuidado dos filhos. Ela também compartilhou que ele era violento e que a agredia fisicamente.

Sobre esse sentimento de sentir-se sozinha no cuidado dos filhos, ela demonstrou ter sentido falta de outra figura parental e paterna nesses períodos, a qual auxiliasse nas responsabilidades. “Eu sempre fui sozinha né? Depois que eu encontrei meu marido, que me assumiu com eles”. Elisabete demonstrou encontrar no marido um apoio para o enfrentamento das situações cotidianas, alguém que lhe é um companheiro, inclusive, ajudando com os demais filhos, dos quais ele não é o pai biológico. Além disso, ela mencionou que recebia o apoio de seu pai e de sua irmã quando ainda não estava nesse relacionamento: “Mas assim, foi bastante sofrido, sabe? Meu pai, minha irmã sempre me ajudaram. Eu trabalhava, eles que cuidavam, né?”.

A importância e a necessidade do trabalho foram elementos centrais no discurso de Elisabete. Isso pode ser evidenciado em seu relato conforme essa passagem da entrevista: “Ontem, era dez pra meia noite, me ligaram pedindo uma pizza e uma fritas. Como é que eu não vou fazer, se é o meu trabalho, né? E era 50 pila que a gente ia ganhar. Fui fazer! Fui dormir uma hora da manhã”.

Ao relatar sobre o início dos comportamentos transgressores de Paulo, ela referiu que isso ocorreu por volta dos 12 anos de idade e que esse acontecimento teria sido marcante para Elisabete, na medida em que ela referiu que já não teve mais controle sobre as atitudes do filho. Constatou-se, nesse aspecto, uma divergência entre os discursos de Elisabete e de Paulo, pois enquanto ela mencionava que a referência de cuidado e de casa para o filho, nesse período, teria sido o avô, o adolescente referiu durante toda a sua entrevista como sendo a avó e em poucas situações se remeteu ao avô. Além de Paulo, seu outro filho, que possui atualmente 19 anos, também foi residir na casa dos avôs nesse mesmo período. Nesse sentido, parece que Elisabete procurou ajuda com pessoas da família extensa para que contribuíssem com o cuidado de alguns dos seus filhos.

Elisabete também comentou sobre o relacionamento de Paulo com a esposa dele. Na percepção da mãe, o início do relacionamento com a sua nora representou uma possibilidade de acalmá-lo em um período que estava muito envolvido com o tráfico: “É uma pessoa muito importante pra ele”. No entanto, Elisabete percebe uma grande preocupação do filho, com relação a sua nora, em especial, quanto ao assunto da fidelidade no relacionamento. Sobre esse aspecto, ela referiu que procura tranquilizá-lo, já que ele se encontra privado de liberdade. “Cuida tudo quando ela vem aqui. Tudo! [...] Eu digo: ‘Meu filho, fica despreocupado, porque a única pessoa que se envolve com a [nome da nora] sou eu!’, né? Hehe. Porque ela tá sempre comigo. [...] Pra ficar tranquilo!”. No prontuário do adolescente havia uma referência de que ele seria “muito condicionado a manter hábitos saudáveis se estiver namorando”, fator esse que também foi reiterado por Elisabete, a qual salientou um ciúme excessivo que ele sente pela esposa, que tem 19 anos: “Porque ele tem um ciúmes tremendo dela! [...] O medo dele perder ela, entende? E aí eu pensava muito... A semana que ele foi preso, porque... [...] Assim, eu fiquei preocupada nessa semana, com a angústia dele de saudade dela. Da solidão né?”.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONTEXTOS SOCIAIS DOS PARTICIPANTES DA PRESENTE PESQUISA

Diante dos resultados já propostos, acredita-se que seja importante problematizar, brevemente, algumas características e especificidades que puderam ser percebidas sobre os contextos dos diferentes núcleos familiares, assim como relacioná-los com outros autores que abordaram e pesquisaram sobre esses aspectos.

Uma primeira questão a ser considerada diz respeito aos bairros de onde advêm as famílias integrantes deste estudo. Em geral, são famílias que residem em bairros periféricos da cidade onde a unidade socioeducativa se situa. Esses bairros são usualmente lembrados e já reconhecidos pela violência. A única exceção em relação ao local de moradia foi em relação ao terceiro núcleo familiar, pois segundo relato da mãe Janaína, a família havia, justamente, vendido a casa no antigo bairro em que residia, sendo que o bairro em que moravam anteriormente se encaixava nas características periféricas e violentas citadas. Segundo a mãe, essa mudança de passar a morar em outro local da cidade, ocorreu pela busca da desvinculação do filho com as relações que mantinha naquele território e com o envolvimento em contextos infracionais. No entanto, salienta-se que boa parte da adolescência de André foi no antigo bairro.

Na pesquisa de Souza e Costa (2013), também se constatou que as famílias residiam em locais de maior vulnerabilidade social, assim como Medeiros e Paiva (2015) observaram que a maior parte das famílias vivencia condições concretas de acesso precário aos direitos sociais básicos e diversas problemáticas relacionadas e advindas dessa situação. Salienta-se que os territórios das periferias urbanas, não se caracterizam apenas como o lugar por onde se passa no percurso entre casa e trabalho, mas também se constituem como um lugar onde se convive e se compartilham os pressupostos da sociabilidade, da confiança, das trocas, dos favores e de redes de interação (GUIMARÃES, 2011).

É a partir dessa compreensão de um território vivo, que Broide (2010), aborda que os espaços urbanos da periferia podem ser definidos “enquanto um lugar sem acesso aos bens sociais e aos ganhos da cultura”. O autor ainda refere que o afastamento do Estado nesses territórios reverbera em ausências do trabalho formal que se associam à penetração do tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. Com isso, constitui-se uma porosidade cada vez maior entre o mundo formal e o informal e entre o lícito e o ilícito. Segundo Soares (2004), está em funcionamento no Brasil, nos bairros pobres, nas vilas, favelas e periferias uma organização do tráfico e do crime. Nesses territórios, existiriam duas possibilidades para a população:

aderir a esse contexto; ou então conviver porta a porta com essa situação, fator esse que gera grande tensão em relação aos filhos e às cenas cotidianas de violência (BROIDE, 2010).

Nessa mesma perspectiva, Feltran (2008) dispõe que mesmo os jovens que nunca estiveram inscritos no “mundo do crime” não podem se esquivar de estar em contato com ele, pois o modo como as fronteiras “do crime” se aproximam de suas famílias e circuitos sociais é múltiplo e evidente. Para os adolescentes nascidos em famílias de baixa renda, nas periferias das cidades, o “mundo do crime” é algo com que se é preciso lidar, na medida em que coexistem o “mundo legítimo”, dos trabalhadores, e o “mundo do crime”, dos bandidos, ou seja, é algo instituído em suas vidas. Todavia, os adolescentes pobres por si só já seriam associados à periculosidade por habitarem locais que são percebidos como degradantes. Assim, difunde-se uma percepção que tende a igualar jovens pobres e de periferia como desordeiros perigosos (SALLES; SILVA; FONSECA, 2014).

No entanto, Oliveira (2001) problematiza que os sujeitos que vivem na periferia seriam como uma pequena árvore desprotegida, em que todos que por ela passam, acabam dando uma beliscada, retiram-lhe folhas e galhos, isto é, todos passam por eles e arrancam-lhes algo de valor. Quando esse sujeito resolve buscar o que lhe roubaram, é posto atrás das grades pelo sistema, tentando proteger a sociedade dele, mas também escondendo a sua beleza. A autora também aponta a exacerbada busca por um lugar, deflagrada nesses territórios, justamente, pela condição de “sem-lugar” que lhes é imposta. Em suas palavras, “o delinquente juvenil é um adolescente desalojado que busca o reconhecimento” (p. 56).

A partir dessas discussões, outro aspecto importante em relação aos contextos familiares, diz respeito às profissões exercidas e que foram mencionadas pelas mães participantes do presente estudo: diaristas, empregadas domésticas, proprietária e cozinheira de uma lancheria, ou ainda, desempregada. Durante as entrevistas e nas consultas aos prontuários, constatou-se que as profissões dos pais dos adolescentes ou dos padrastos seriam: auxiliar de gesso, pizzaiolo, marceneiro, pintor, segurança, carregador e também proprietário da lancheria da família e que, em alguns casos trabalhavam sem carteira assinada. Em relação a esses dados, aponta-se para o fato de que, dado o número de membros, poder-se-ia inferir que as famílias participantes do presente estudo podem ser caracterizadas como sendo de baixa renda.

De forma semelhante a presente pesquisa, Monteiro e Rocha (2013) revelaram que a maioria dos familiares entrevistados são trabalhadores do mercado informal, sem vínculos empregatícios, mencionando domésticas, ambulantes, feirantes, vendedoras de pequenas mercadorias, pedreiros e desempregados. Além disso, pontuaram que as condições em que os

sujeitos das famílias participantes se encontram poderiam ser significadas como produto de relações sociais excludentes e marginalizadoras, afetando tanto os homens quanto as mulheres. Medeiros e Paiva (2015) constataram que o público atendido nas unidades de privação de liberdade pesquisadas é advindo de uma classe social bem definida, compreendendo famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.

Sobre esse aspecto, pode-se pensar que a carência material, a ausência de redes sociais e dos benefícios da cultura trazem graves consequências para aqueles que os vivenciam. Nesses contextos de precariedades na saúde, educação, emprego e moradia, ocorrem espécies de inundações no psiquismo, as quais tornam necessários grandes investimentos psíquicos defensivos contra a dor da privação. Isto é, o sujeito tem maior dificuldade de representar o conflito já que o mesmo o conecta com intensas perdas e rupturas. Ocorrem também intensos esforços adaptativos que levam o sujeito ao concreto absoluto. Assim, a única alternativa que parece viável é a do alívio imediato da pressão interna e externa e que podem resultar também no uso de drogas, álcool e desconhecimento do outro. Ainda, esses aspectos vão sendo introjetados através da vida familiar, a qual estaria plenamente permeada pelas relações sociais mais amplas (BROIDE, 2008).

Nessa mesma perspectiva, Soares (2004) refere que as famílias pobres não são constituídas por pais menos amorosos, mas sim por famílias com menos oportunidades de organizar as responsabilidades profissionais de modo a privilegiar a presença em casa, sobretudo com os filhos pequenos. Além disso, também têm menos chance de contar com apoio nos momentos de crise e dispõem de menos recursos para mobilizar profissionais quando se constatam dificuldades provocadas ou não por sofrimento psíquico. Sendo assim, as famílias de baixa renda estão mais expostas à angústia e insegurança do desemprego e enfrentam com mais frequência tensões que desestabilizam emoções e corroem a autoestima. O autor defende que ainda que não haja relações causais, diretas e mecânicas, há correlações entre fatores que pertencem a um mesmo campo de fenômenos, considerando o que as tendências probabilísticas representam.

Na perspectiva de Sales (2007), para a juventude pobre na sociedade brasileira, em particular no contexto de adolescentes autores de atos infracionais estaria configurada uma cidadania denegada. Esse conceito pressupõe a uma cisão entre direitos e a questão da violência, isto é, não deveriam ter a oportunidade de acesso aos direitos, justamente pelo envolvimento com a violência. Nesse sentido, os adolescentes seriam duplamente desrespeitados: tanto pela condição de cidadania escassa, quanto pela associação indiscriminada entre esse público com o contexto infracional.

Sendo assim, o fenômeno do conflito com a lei também pode ser pensado, portanto, como resultado de conjunturas políticas, culturais, sociais e econômicas. As crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, que precisam da atenção do Estado para ter acesso aos seus direitos básicos, frequentemente, esbarram na oferta mínima e inadequada de políticas sociais, encontrando dificuldades para superar as barreiras existentes e, assim, permanecendo à margem da sociedade e invisíveis (SOUZA; COSTA, 2013). Por isso, defende-se que a promoção de mudanças concretas nas condições de vida e acesso aos direitos das famílias nesses contextos é urgente, para que se possam vislumbrar formas de inserção e acesso aos bens socialmente valorizados, para além de um envolvimento com atos infracionais (MEDEIROS; PAIVA, 2015).

Somando-se a questão das profissões que foram mencionadas pelas famílias, constatou-se também a questão do número de filhos das mães participantes. Três mães mencionaram 4 filhos, uma mãe 5 filhos e outra 8 filhos. No Brasil, a taxa de fecundidade no ano de 2015, que consiste em uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher tem ao longo da vida, foi de 1,72 filhos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Diante disso, percebe-se que as mães do presente estudo estão acima dessa média nacional e que esse também passa a ser considerado um aspecto que contribui para o incremento das dificuldades e questões financeiras dos contextos familiares.

Outro aspecto a ser analisado com relação aos contextos familiares dos participantes, diz respeito ao estado civil das mães participantes. Duas delas permaneciam no relacionamento com os pais dos adolescentes participantes, outras duas estavam em um relacionamento com novos companheiros e uma não se encontrava em nenhum relacionamento. De acordo com as classificações propostas por Sousa e Peres (2002), teriam duas famílias com a configuração nuclear simples (constituída pelo casal e ambos tiveram apenas uma união e têm ou já tiveram filhos); duas famílias com a configuração nuclear reconstituída (a família é formada pelo casal e um ou ambos os cônjuges já tiveram mais de uma união conjugal, possuindo ou não filhos); e uma família monoparental feminina simples (família cuja organização se dá em torno de uma figura feminina (mãe), com estado civil variado, que não possui companheiro coabitando, com filhos de uma ou mais uniões).

Em contrapartida aos resultados dessa pesquisa, no estudo de Rocha (2010) constatou-se que a configuração priorizada foi a de famílias do tipo monoparental feminino, cuja mãe é a figura central na estruturação financeira e/ou emocional da família. Já de acordo com Monteiro e Rocha (2013), em uma pesquisa com familiares de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação, constatou-se que a maioria dos pais dos adolescentes

eram separados. No entanto, as autoras salientam que a separação em si não se constitui um problema para os filhos e atentam para o fato de que não se pode estabelecer uma relação direta entre a separação do casal e o fato dos adolescentes envolverem-se com a prática de atos infracionais. Esses aspectos também foram apontados por Feijó e Assis (2004), quando constataram que a maioria dos entrevistados provém de famílias em que os pais se separaram, ou que os genitores abandonaram os filhos e suas mães morreram, ou ainda, formaram outras famílias, com novos companheiros.

Também se percebeu no presente estudo que algumas das mães participantes iniciaram suas experiências com a maternidade ainda na adolescência, com 16 e 17 anos, sendo que essas experiências não necessariamente ocorreram com os adolescentes também participantes, mas com outros filhos mais velhos. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que Paulo, um dos adolescentes do presente estudo, também se tornou pai adolescente aos 16 anos. Evidentemente, a forma como estas situações de gravidez podem ser vividas irão adquirir um curso individual e único, de acordo com as características contextuais em que ocorreram. Por esse motivo, tornar-se pai e mãe na adolescência, por si só, não pode ser descrito como fator de risco ou de proteção (CERQUEIRA-SANTOS, et al., 2010).

De acordo com Kehl (2008) deve-se, portanto, atentar para a questão de que não há nada de errado, em si, na gravidez na adolescência, pois biologicamente, por já terem entrado na fase reprodutiva, os pais já seriam considerados aptos a formar famílias. No entanto, a autora refere que, frequentemente, quando jovens, a gravidez acaba por ser assumida como uma forma de preencher o vazio de vidas que poderiam estar sem perspectivas e projetos, em termos de estudos ou de um trabalho que possa lhe ser gratificante. Assim, a autora pontua o crescimento de uma geração de filhos da adolescência sem projeto, assim como o fenômeno de “filhos da mãe”, com pais ausentes e desconhecidos.

Salientando a complexidade e as possibilidades que permeiam as situações de gravidez na adolescência, aponta-se também para o fato de que a gravidez e os filhos têm sido apontados como o principal motivo citado pelas próprias mães para a interrupção dos estudos, ou também pela necessidade de trabalhar, que, no entanto, aparece com maior frequência em casos de pais adolescentes (ALMEIDA, 2008). Em relação à questão da escolaridade, observou-se que tanto as mães participantes, quanto os próprios adolescentes não concluíram a educação básica, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como sendo constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e que deveria ser obrigatória (BRASIL, 1996).

Dentre os adolescentes, de forma unânime, constatou-se a defasagem escolar em relação às idades que possuem. Estas questões também têm sido foco de estudos que relacionam a temática da escolaridade com o cometimento de atos infracionais por adolescentes. A existência de dificuldades de vinculação com o contexto escolar é recorrente nos discursos desse público, por falta às aulas, evasão escolar, repetência, ou ainda dificuldades nas relações entre professor e aluno, sendo a figura do professor, aquela por vezes, pode representar uma figura de autoridade. Diante disso, conclui-se que a frequência escolar seria um importante fator de proteção diante das vulnerabilidades que podem se fazer presentes para adolescentes (TEJADAS, 2007; ROLIM, 2016; BRONDANI; ARPINI, 2019).

Quanto à questão da escolaridade das mães dos adolescentes, observou-se que duas delas haviam concluído a educação básica, tendo, portanto, completado o ensino médio (sendo que uma delas o concluiu quando adulta, através da Educação de Jovens Adultos – EJA), outra mãe possui o ensino médio incompleto, outra o ensino fundamental completo e, por fim, uma das mães não concluiu o ensino fundamental. Nenhum dos familiares mencionou o ingresso no Ensino Superior. Em relação a esses aspectos, Arpini (2003), pontua que uma das possibilidades que fazem com que a escola possa ir ficando para trás é devido ao sentimento de que o estudo não contribuirá ou não lhes dará nenhum retorno, na medida em que o que aprendem na escola não será utilizado mais tarde.

A partir de todas as considerações realizadas sobre os diferentes contextos familiares que constituíram o presente estudo, percebeu-se a existência de vulnerabilidades e fatores de risco que podem ter sido presentes e terem marcado suas trajetórias. Dessa forma, faz-se significativa a compreensão de que os adolescentes de contextos sociais excludentes e vulneráveis são o público majoritário do contexto socioeducativo, assim como os demais membros da família no momento do cuidado de seus filhos. No entanto, é importante que se tenha atenção para não realizar análises descontextualizadas sobre essas famílias, de forma que sejam criados modelos idealizados. Tais concepções podem contribuir para que sejam reforçados elementos de culpabilização e de responsabilização das famílias pelas vulnerabilidades vivenciadas e conseqüentemente pelas dificuldades encontradas para realização da proteção (SILVESTRE, 2013).

Sendo assim, considerar essas questões na leitura e no olhar que será lançado para as discussões propostas neste estudo, dada a relevância dessa temática no cenário brasileiro atual, faz-se muito importante.

5 DISCUSSÕES

5.1 ARTIGO 1 – RELAÇÕES FAMILIARES E ESPECIFICIDADES NO CONTEXTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

5.1.1 Resumo

Os vínculos familiares possuem uma importância indiscutível, especialmente quando se trata de etapas do desenvolvimento, como a adolescência. Com base nisso, o objetivo deste artigo é discutir elementos relativos às relações familiares e às especificidades relacionadas ao cumprimento da medida socioeducativa de internação. Esta é uma pesquisa qualitativa, com delineamento de Estudos de Casos Múltiplos. Os participantes foram cinco adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação e cinco respectivos familiares desses adolescentes, de forma que os dados foram analisados através da síntese de casos cruzados. Foi possível constatar que o impacto gerado pela privação de liberdade traz repercussões para as relações familiares e parece oportunizar que novas possibilidades surjam desse contexto. Além disso, observou-se que dentre as relações em família, há uma centralidade da figura materna nas trajetórias dos adolescentes. No entanto, essas mães enunciaram intensos sentimentos de culpa, ainda que se apresentem de forma resistente e resiliente diante dos desafios que se apresentam a elas cotidianamente. Compreendeu-se, portanto, que o impacto gerado pela privação de liberdade parece permitir novos olhares para as relações em família. Destacou-se também a importância de possibilitar a escuta dessas mães, por se mostrarem referências significativas nas trajetórias de vida dos filhos.

Palavras-chave: Relações familiares; Medidas socioeducativas; Privação de liberdade.

5.1.2 Introdução

Uma das abordagens possíveis em relação à complexa temática do cometimento de atos infracionais por adolescentes é olhá-la a partir da ótica das relações familiares. A construção de uma família é um diferencial da espécie humana, sendo considerada não somente a *célula mater* da sociedade, mas também a matriz de constituição do psiquismo humano. As relações em família são, portanto, entendidas como estruturantes para os indivíduos (Groeninga, 2003). Enquanto primeiro ambiente a propiciar o desenvolvimento, caberia à família possibilitar que a criança e o adolescente cresçam e se desenvolvam com a finalidade de chegar a uma vida mais autônoma. A compreensão de famílias permeadas

unicamente pela perfeição e por afetos, remete ao ideal da proteção, carinho, compreensão e calor humano (Kehl, 2008).

No entanto, as famílias encontram desafios e entraves no exercício das suas funções. E diante dessas situações, sem deixar de considerar as diversas possibilidades explicativas relacionadas a esse fenômeno, podem os adolescentes encontrar uma saída para seus conflitos de maneira antissocial (Dias, Arpini & Simon, 2011). O grupo familiar se configura, portanto, como o espaço cujos eventos podem contribuir para a forma de ser e se colocar em um determinado contexto social (Silva, Polli, Sobrosa, Arpini & Dias, 2012).

Historicamente, o tema da família esteve em plano secundário na evolução das lutas sociais no país, por não serem significativos os movimentos organizados que se mobilizassem para incluir questões familiares em suas pautas, diferentemente de outras causas como a das mulheres, crianças e adolescentes, índios, negros, camponeses sem terra, ambientalistas, idosos, trabalhadores, deficientes, entre outros (Costa, 2011). Além disso, as famílias se deparam, historicamente, com a ausência de políticas sociais integradas (Sales, 2007). No entanto, como instituição social, a família está em um processo de fortalecimento tanto em razão da valorização do seu caráter de acolhimento quanto pelo seu caráter nucleador, não só no âmbito dos movimentos sociais, como também no que diz respeito a sua centralidade nas políticas públicas (Costa, 2011).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também passou a exigir mais atenção a esta instituição quando reordenou as competências dos agentes intervenientes no que concerne às crianças e aos adolescentes no país: família, Estado e sociedade civil (Brasil, 1990). Além disso, o ECA considera que a família é fundamental para a realização e a defesa dos direitos previstos, de forma que a mesma também deve ser protegida e amparada pelo poder público para que possa realizar plenamente suas funções e responsabilidades (Martins, 2013; Moreira, 2013).

No que concerne à temática do cumprimento de medidas socioeducativas por adolescentes, também disposta no ECA, é igualmente importante lançar um olhar sobre as famílias de forma semelhante a outras políticas (Brondani, 2016). O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é outro documento que institui parâmetros e referências sobre esse tema. Em seu Artigo 35, ordena sobre os princípios que devem reger as medidas socioeducativas e, dentre outros aspectos, aborda sobre as relações no âmbito da família, demarcando a necessidade de “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.” (Brasil, 2006, 2012).

A partir dessas legislações, acredita-se importante compreender quais as possibilidades que podem permear o fortalecimento desses vínculos quando se trata do cumprimento da medida socioeducativa mais agravada. Nas instituições que atendem a privação de liberdade, os contatos com os membros da família, em geral, ocorrem uma vez na semana, em um horário restrito e determinado para o momento de visitação nas unidades. Salienta-se, aqui, a importância e a obrigatoriedade de se assegurar o direito de convivência familiar e comunitária dos adolescentes internos nessas instituições, ainda que haja a privação do contato externo para aqueles que se encontram sem a possibilidade de realizar atividades externas.

De acordo com Vicente (2011), o direito à convivência familiar e comunitária compreende a existência de uma política de manutenção do vínculo, sendo que este vínculo possui dimensões biológicas, simbólicas, afetivas e sociais. No entanto, também é salientada a dimensão política desse vínculo quando, para a sua manutenção e desenvolvimento, ocorre uma intervenção do Estado, passando a fazer parte de um conjunto de pautas das políticas públicas. Diante desse panorama, salienta-se que a convivência familiar é uma condição relevante para a proteção, crescimento e desenvolvimento dos membros da família (Croenemberger & Teixeira, 2013).

A família pode exercer uma importante função nos contextos de adolescentes em conflito com a lei e deve ser um fator a ser considerado no cometimento de atos infracionais, compreendendo a realidade biopsicossocial em que o ser humano está inserido (Coutinho, Estevam, Araújo & Araújo, 2011; Silva, Vargas, Hoffmeister, Prates & Vasconcellos, 2015). No contexto socioeducativo, as intervenções familiares devem visar tanto o entendimento do que contribuiu para o envolvimento com o contexto infracional, quanto as práticas de reinserção social e voltadas para as políticas públicas, que incluam as famílias, sendo, portanto, importantes aliadas nesses processos. Um trabalho que contemple abordagens que envolvam unicamente o adolescente pode ser mais superficial, se comparado com aquele que contempla as famílias. Nessa segunda (e mais adequada) possibilidade, permite-se o fortalecimento das redes envolvidas, assim como a mobilização de relações que podem representar um apoio para o adolescente, a partir do suporte familiar (Melo & Silva, 2017).

Dessa forma, considerando que um mero enfoque na não reincidência não seja suficiente, devem ser buscadas estratégias que procurem envolver o contexto de vida mais amplo do adolescente. E para que isso ocorra, é preciso que os profissionais envolvidos tenham interesse em conhecer as motivações advindas das histórias de vida do adolescente, da realidade social e cultural, bem como dos conflitos familiares que o constituem. Com isso,

não se quer minimizar o acontecimento do ato infracional cometido, pois ele também é importante de ser considerado (Predebon & Giongo, 2015). Todavia acredita-se que intervenções simplistas desconsiderariam questões primordiais de serem trabalhadas no contexto socioeducativo.

Durante o cumprimento de medidas socioeducativas, pode-se oportunizar maior sensibilidade aos adolescentes e aos familiares em receber o suporte de profissionais. Tem-se, com isso, uma potencialidade para trabalhar sobre vários aspectos, a partir dos quais podem emergir outros referenciais e a possibilidade de outros olhares, visando contribuir para o fortalecimento de vínculos e quiçá auxiliar também no rompimento de comportamentos infracionais (Brondani & Arpini, 2019).

Nesse sentido, destaca-se sobre a importância da família participando ativamente da experiência socioeducativa, colocando-a como sendo um dos aspectos fundamentais para alcançar os objetivos da medida aplicada ao adolescente. Ressalta-se também a necessidade do desenvolvimento de ações e atividades programáticas que visem “à participação ativa e qualitativa da família no processo socioeducativo, possibilitando o fortalecimento dos vínculos e a inclusão dos adolescentes no ambiente familiar e comunitário” (Brasil, 2006, p. 49). Salienta-se, com isso, que tal participação familiar não se dê de forma superficial, mas sim por meio de um envolvimento e investimento reais, comprometidas com os processos adjacentes ao cumprimento de todas as medidas socioeducativas passíveis de serem aplicadas.

Tudo que é objetivo na formação do adolescente é extensivo à sua família. Portanto, o protagonismo do adolescente não se dá fora das relações mais íntimas. Sua cidadania não acontece plenamente se ele não estiver integrado à comunidade e compartilhando suas conquistas com a sua família. (Brasil, 2006, p. 49).

De acordo com Perfeito (2005), a adolescência, por si só, já compreende um período de transição com vários desafios que se atravessam a essa experiência para aqueles que a estão vivendo em condições normais de liberdade e amparados pelas suas famílias. Infere-se, a partir disso, que a transição da adolescência pode ser considerada ainda mais desafiadora para aqueles que experienciam esse adolecer em um ambiente de restrição desse contato, como no caso da medida socioeducativa de internação. De forma ainda mais agravada, a possibilidade de incomunicabilidade, ou ainda, de abandono/não-comparecimento por parte dos familiares nesses contextos, culminariam em restrições significativas, na ordem de um importante desamparo para esses adolescentes.

Nesse sentido, considerando a presença e o comparecimento das famílias nas unidades de cumprimento da medida socioeducativa de internação, Mascarenhas e Dias (2011)

apontam para a importância de se realizar orientações aos familiares, considerando que o apoio da família é essencial para que se possa lidar com os desafios internos e externos à instituição. Da mesma forma, salientam a importância de se pensar sobre a corresponsabilização, com a finalidade de trazer a família para atuar junto aos profissionais, isto é, consolidar a parceria entre a unidade de internação e as famílias. Além disso, discute-se sobre a importância de se apresentar aos familiares sobre os equipamentos sociais disponíveis na rede de saúde, assistência social e educação, para que estejam amparados a receber apoio profissional, com o retorno para o convívio familiar e comunitário.

Com base nessas considerações, o presente artigo divide-se em duas categorias de resultados e discussões que contemplam sobre a temática das famílias e o contexto socioeducativo: a primeira delas aborda sobre como o distanciamento físico que o cumprimento da medida socioeducativa de internação pressupõe, tem impactado nas relações familiares; a segunda categoria, inicialmente, situa sobre algumas características das famílias participantes e salienta a importância com que apareceu a figura materna nesse contexto.

5.1.3 Metodologia

5.1.3.1 Delineamento

Buscando atingir os objetivos propostos e compreender as repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares, foi realizado um estudo qualitativo. Em pesquisas qualitativas, há uma preocupação com um nível da realidade que não pode ser quantificado, trabalhando-se com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos atores envolvidos. Ressalta-se que a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico (Minayo, 1994, 2012).

A partir disso, o delineamento do presente estudo é o Estudo de Caso, utilizado enquanto Estudo de Casos Múltiplos. A definição operacional proposta por Yin (2005) a respeito do Estudo de Caso refere que se trata de uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Isto significa enfrentar situações únicas, a partir do desejo de compreender fenômenos sociais considerados complexos.

5.1.3.2 Participantes

Integraram o presente estudo dez participantes, os quais estavam vinculados a uma instituição de cumprimento da medida socioeducativa de internação em um município do Rio Grande do Sul. Dentre os dez participantes, têm-se cinco adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação sem possibilidades de atividades externas (ISPAE) e cinco respectivos familiares desses adolescentes (Núcleo familiar = adolescente + familiar). Totalizaram-se, assim, cinco núcleos familiares, ou então, cinco casos, que foram compreendidos em profundidade.

Os convites para participação na pesquisa foram realizados, primeiramente, aos familiares no dia em que visitavam os adolescentes na instituição. Após a aceitação dos familiares, os adolescentes também eram convidados a integrar o estudo. Somente após a dupla aceitação dos participantes referentes ao mesmo núcleo familiar, é que as entrevistas eram realizadas. Salienta-se que dentre os familiares convidados a participar da pesquisa, foram cinco mães que compareceram no dia das entrevistas. As principais informações dos participantes podem ser consultadas nas tabelas já apresentadas na página 71.

5.1.3.3 Instrumentos e procedimentos

Utilizou-se como fonte de informação a análise documental, através do acesso aos prontuários dos adolescentes na instituição, com o intuito de melhor compreender o contexto da medida e dos atos infracionais. Segundo Godoy (1995), a pesquisa que utiliza uma base documental pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Ressalta ainda, que a análise documental pode ser utilizada também como uma técnica complementar, aprofundando dados obtidos por meio de entrevistas, questionários e observação.

Considerando a complementariedade da pesquisa com base documental, no presente estudo, o principal instrumento utilizado para a coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas. De acordo com Gaskell (2002), o emprego da entrevista qualitativa contribui para que se possa mapear e compreender o mundo dos respondentes, isto é, dos participantes. Ademais, através dela, permite-se o fornecimento de dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e a situação investigada. Salienta-se que o roteiro de entrevistas foi dividido em quatro tópicos-guia, com enfoque nas relações familiares e referentes aos momentos: 1) Anterior ao cumprimento da medida; 2) No momento em que soube do cumprimento da medida; 3) No decorrer do

cumprimento da medida socioeducativa; 4) Com o término do cumprimento da medida socioeducativa.

Destaca-se que o estudo atendeu todas as exigências da ética em pesquisa e as Diretrizes e Normas Regulamentadoras envolvendo Seres Humanos – a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, como também, a Resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade em que foi realizada, sendo aprovada sob CAAE 84187418.2.0000.5346. Além disso, todos os participantes ficaram cientes do objetivo do estudo e assinaram os Termos de Assentimento e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Destaca-se que para preservar a identidade dos participantes, todos os nomes apresentados são fictícios.

5.1.3.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se uma das cinco técnicas propostas por Yin (2005), sendo ela a síntese de casos cruzados. Essa técnica se aplica especificamente à análise de Estudos de Casos Múltiplos, pois, de acordo com o autor, quando são mais do que dois casos, as descobertas podem ser reforçadas. Assim, a partir dessa técnica de análise pode-se contar com mais de uma fonte de dados, partindo da compreensão dos casos individuais. Portanto, os dados obtidos foram analisados em profundidade, primeiramente, de forma individual e, em um segundo momento, no seu conjunto, a partir do cruzamento dos dados individuais.

Considerando a complexidade que envolve o Estudo de Casos Múltiplos, os resultados foram dispostos neste trabalho através de discussões que permeiam a singularidade que cada caso possui, através dos “núcleos familiares”. Isto é, foram compiladas as informações obtidas sobre cada adolescente e seu respectivo familiar nas diferentes categorias de discussão. Na construção desse processo, foi possível cruzar algumas informações dos contextos analisados, assim como temas com maior força discursiva e que emergiam com maior intensidade emocional. A partir disso, puderam ser elencadas as categorias do presente estudo e também realizar discussões mais coletivas.

5.1.4 Resultados e discussões

5.1.4.1 *A distância que aproxima? Relações familiares e a privação de liberdade*

Diante dos objetivos a que o estudo se propõe, parte-se das seguintes questões: Quais seriam os impactos que o distanciamento físico imposto por essas instituições mobilizam nas relações em família? Com esse questionamento, procurou-se compreender nas entrevistas, primeiramente, sobre como os participantes percebem que as relações familiares se caracterizavam antes da internação e, em um segundo momento, a ocorrência de mudanças nessas relações. Assim, os resultados serão apresentados buscando traçar um paralelo entre esses dois momentos nas trajetórias de vida dos participantes: no período anterior à privação de liberdade e no período de privação de liberdade, dadas as peculiaridades do andamento de cada entrevista.

Para pensar sobre esses aspectos, é preciso considerar que a medida socioeducativa de internação representa a permanência dos adolescentes em uma instituição total. Esse é um conceito utilizado por Goffman (1961), que definiu essas instituições, que possuem a tendência a um “fechamento”, como sendo “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p. 11). De acordo com o autor, existiriam cinco agrupamentos possíveis de instituições totais, sendo que um desses agrupamentos seriam as cadeias e as penitenciárias, por exemplo. Essa associação é feita considerando as devidas ressalvas e diferenciações em termos de legislação, com o contexto de internação dos participantes dessa pesquisa. Para o autor, esses espaços seriam organizados para proteger a comunidade contra os perigos intencionais e o bem-estar das pessoas isoladas, não constituindo um problema imediato. Ele também referiu que nas instituições totais, existiria uma “incompatibilidade” com um elemento que foi considerado por ele como sendo decisivo na sociedade: a família, justificando esse aspecto pelo fato dos sujeitos dessas instituições conviverem com uma realidade e cotidiano solitários.

Nessas instituições, propicia-se um afastamento da cultura advinda do “mundo da família”, em razão da barreira que é colocada entre aquele que está internado e o mundo externo (Goffman, 1961). Portanto, há nas instituições totais uma tendência de que as famílias sejam elementos de pano de fundo do indivíduo, já que uma vez na instituição, o sujeito deve se adaptar ao funcionamento e regras do local e deixar para trás muitos aspectos que dizem de sua singularidade e trajetória de vida. No entanto, sabe-se que os desafios colocados por essa “incompatibilidade” presente nas instituições que possuem características totais, não

poderiam ocorrer e precisam ser transpostos, tornando-as instituições mais arejadas e consoantes com as legislações. As questões relativas ao contexto familiar são primordiais e devem ser tratadas com a prioridade que merecem, bem como trazidas e trabalhadas nesses locais.

A partir desses pressupostos e da convicção da importância da participação e envolvimento familiar no contexto socioeducativo, serão explanadas algumas repercussões para as relações em família que surgiram para cada participante dos cinco núcleos familiares.

Em relação ao primeiro núcleo familiar, conversou-se com o adolescente Rodrigo, sobre a percepção de existirem mudanças nas relações familiares. Sobre esse aspecto, ele mencionou que elas ocorreram e salientou alguns desafios que se colocaram para a convivência em família:

Mudou sim. Mudou por causa que a minha mãe vem me ver. Daí às vez tão sem dinheiro, eles brigam, sabe? Que a minha mãe vem de carro, ela tem carro tudo. [...] O meu pai vem lá de vez em quando. [...] Olha aí, meu pai, minha mãe, passam brigando e coisa e tal. [...] Já faz muito tempo que não durmo tranquilo né dona? (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Diante disso, observou-se que tão logo o assunto foi introduzido, a primeira referência feita por Rodrigo foi: “Mudou sim. Mudou por causa que a minha mãe vem me ver”. Entende-se, com isso, que dentre as mudanças mencionadas, o adolescente destacou como elemento valorizado e o primeiro a ser lembrado, justamente, a presença da mãe na instituição. Acrescido a isso, no prontuário do adolescente havia informações referentes à significativa presença da família na instituição: “A família é muito presente na vida institucional do socioeducando, seja através das visitas semanais, telefonemas e também comparecendo à Unidade para conversar com a Equipe Técnica”. Assim, em termos de relações familiares, especialmente com a mãe, ele parece considerar essa sendo uma mudança e uma repercussão significativas.

Percebeu-se também que Rodrigo mencionou transformações na rotina dos diferentes membros da sua família, tendo como parâmetro a frequência (ou não) de visitas realizadas para ele. Isto é, a partir das informações sobre esse contexto familiar, a medida socioeducativa pareceu adquirir um caráter de centralidade para a família, considerando, principalmente, o tempo de internação prolongado que já foi vivenciado por ele. Nesse fragmento, o adolescente também referiu sobre as questões financeiras que estariam sendo um fator causador de desentendimentos entre seus pais e que também poderiam estar potencializando conflitos ou ausências em dias de visita. Em relação a esses desentendimentos, Kehl (2008) refere que as

agressões, sendo elas físicas ou verbais, cometidas por pessoas queridas da família são as que causam as feridas e marcas mais profundas. Por esses aspectos, é que se compreende que as repercussões podem estar se colocando de forma significativa para o adolescente.

Outra repercussão importante que aparece na fala de Rodrigo é a percepção que ele possui de ser uma influência negativa para o irmão mais novo, como se pode evidenciar no trecho abaixo:

Meu irmão, eu não acho legal. Meu irmão tá falando que vai fazer coisa errada sabe? Pra mim, aquilo dali é uma vergonha. [...] Eu me preocupo com ele. É a coisa que mais me toma a razão. Quem tá dando o exemplo é eu né dona? Isso não é vida pra ninguém, né dona? (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

No momento das entrevistas, na percepção de Rodrigo, esse irmão estaria anunciando a possibilidade de vir a cometer atos infracionais, aspecto esse que na pesquisa documental constatou-se ter se efetivado e que ele também estava cumprindo a medida socioeducativa de internação na mesma instituição. No entanto, quanto ao momento da entrevista, se pode inferir que, possivelmente, pelo fato de Rodrigo ser o irmão mais velho e se colocar como um “exemplo”, ele pareceu sentir-se responsável, fator este que estava lhe gerando preocupações. De acordo com Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), os relacionamentos fraternos constituem uma teia complexa de sentimentos e emoções e desempenham um papel fundamental na determinação das características de identidade e personalidade. Quando há afinidade, os irmãos mais velhos podem, justamente, contribuir para os direcionamentos dos irmãos mais novos para o mundo. Nesse sentido, Rodrigo parece reconhecer a sua importância e valorizar o seu papel, como figura fraterna, da mesma forma que reconhece as possíveis influências na trajetória de vida do seu irmão, sendo essa uma repercussão da privação de liberdade.

Em consonância com esses aspectos, Kehl (2003) discute que nas famílias contemporâneas, podem ser encontradas importantes alianças entre os irmãos, ao passo que se possa pensar na existência de uma função fraterna, como sendo algo complementar na constituição do sujeito. Por vezes, os irmãos podem se constituir como referências sólidas em identificações horizontalizadas, pois as alianças de afeto e cumplicidade entre os irmãos podem ser mais estáveis do que os laços com os adultos.

Outra importante repercussão mencionada por Rodrigo diz respeito aos conflitos com o pai, mencionando que estes teriam iniciado no momento em que cometeu a primeira transgressão, a qual também coincidiu com a primeira internação dele. Quando rememorou sobre essa relação no passado, referiu:

Antes era muito bom. Era ótimo, assim, perfeito! [...] Tinha muita paz, assim, na família. A gente se dava super bem. Eu e o meu pai se dava super bem, porque daí eu não era envolvido com o crime naquele tempo ainda, né? [...] Eu não tenho aquela intimidade mais, porque a gente já brigou bastante vezes. (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Todavia, Rodrigo comentou a ocorrência de diversas discussões com o pai, quando ele o visitava na instituição, dada a não aceitação de Rodrigo sobre a forma com que o pai “alterava a voz” com a sua mãe: “Ele é meu pai, mas assim, quando eu via ele alterando a voz com a minha mãe, a vontade que eu tinha era de matar ele, que eu sou muito sangue quente.”. No entanto, o adolescente também mencionou uma situação durante a internação, em uma reunião para elaboração e construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), que lhe foi marcante por ter ido na contramão da forma com que vinham se relacionando, adquirindo, assim, uma importância para a experiência familiar na instituição:

Eu não tinha coragem de conversar com o meu pai. Foi naquele momento que eu tive coragem de falar pra ele algumas coisas. [...] Quando ele veio pro PIA. [...] Porque a minha mãe e eu tinha brigado, veio o meu pai. [...] A gente sempre discutiu. Eu falei: “Não é que eu tô querendo bater de frente contigo”. Jamais! [...] Nós começamos a conversar e coisa e tal, sabe? Aí começamos a se entender... Se entender aos poucos, porque eu desrespeitei muito ele, eu sei também, né? Eu fiz muita coisa pra ele [...] Daí ele se emocionou sabe, dona? Porque a gente sempre discutiu. (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Assim, ainda que o envolvimento com atos infracionais possa ter provocado alguns desentendimentos na relação pai-filho (e também nas relações familiares como um todo), com o tempo, a medida socioeducativa também teria possibilitado que, em algum sentido, esses laços pudessem se estreitar novamente. Esses aspectos também puderam ser elucidados na pesquisa de Dias, Arpini e Simon (2011), na qual se constatou que com o decorrer da medida socioeducativa de internação, as relações entre o adolescente e a família tendem a melhorar, pela ocorrência de processos de aproximação, perpassados pelo diálogo que pode se intensificar.

Destaca-se também que dentre as possibilidades que podem surgir a partir do PIA, no caso de Rodrigo e sua família, oportunizou-se abranger aspectos que envolviam as relações familiares e que, como se evidenciou, foram marcantes para o adolescente no contexto da medida socioeducativa. Diante disso, o relato de Rodrigo confirma a importância que momentos de encontro entre adolescente e familiares, mediados por profissionais, como no momento do PIA, possuem uma potencialidade no que concerne ao trabalho com famílias nas experiências institucionais. De acordo com o SINASE para além de se constituir como uma

importante ferramenta para o acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente em relação às metas e compromissos pactuados, o PIA também permite a ocorrência de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família (Brasil, 2006).

Outro aspecto importante de ser mencionado em relação ao adolescente é que, durante a entrevista, ele pareceu assumir um posicionamento protetivo em relação a sua família, como quando mencionou: “Mexo comigo, mas não mexo com a minha família”. Pode-se depreender do discurso de Rodrigo que com a institucionalização e perda de contato com alguns estímulos do mundo externo, pôde-se favorecer o reconhecimento da importância que ele confere à família. Esses aspectos também foram apontados por Dias, Arpini e Simon (2011), quando pesquisaram juntamente com familiares de adolescentes que cumpriam a medida socioeducativa de internação e constatou-se que, na percepção deles, os adolescentes adquiriram um amadurecimento que propiciava a aproximação com a família.

Além disso, ressalta-se que, na entrevista com Gisele, assim como na fala de Rodrigo, também surgiram elementos que referenciaram a proteção da família e a união que possuíam:

Porque a gente tem os altos e baixos, mas a gente é sempre muito unido. [...] Desde quando eu fiquei com o meu marido. [...] Se tiver um ovo, a gente pega aquele ovo e reparte pra todos comer igual. Então, a gente é muito unido sabe? Em todos os sentidos. [...] Nós somos muito unidos. Por mais que o meu marido é meio louco, às vezes ele grita, paga de brabão, mas ele não é... Não é ruim de coração. (Gisele, mãe – Núcleo familiar).

Posteriormente na entrevista, ao mencionar sobre as repercussões observadas a partir da privação de liberdade, a mãe referiu as diferenças que percebe quando comparou os impactos da primeira e da segunda internação do filho:

Na primeira vez foi muito, sabe? Até porque agora, eu até me conformei que é melhor ele tá aqui. Foi melhor ele vir pra cá. Porque ele tinha tomado um tiro dois dias antes de prenderem né? [...] Aí isso eu botei isso na minha cabeça. Acho que é melhor, ele ia sofrer menos, talvez? Que eu preferi entender que foi Deus que botou ele aqui pra evitar de matarem ele, porque depois que ele tomou o tiro, a gente olhava e mandava: “Fiquem dentro do pátio”. Nós virava as costas, eles abria os portão e ia lá pra calçada de novo. Talvez se não tivesse acontecido dele vir pra cá, ele já taria morto agora. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Diante dessa fala, percebe-se que quando o filho tinha 13 anos o impacto teria sido maior do que a experiência atual. Pode-se depreender disso, o que poderia ser certa “aceitação” de Gisele, quando ela mencionou estar “conformada” pelo fato de o filho estar na instituição pela segunda vez. Compreende-se também que esse possa ter sido um recurso

encontrado pela mãe para que não precise se deparar tão intensamente com as ressonâncias e sentimentos que surgem dessa experiência novamente. Mencionando esse conformismo, pode-se pressupor também uma forma defensiva de Gisele se colocar diante do contexto que se apresenta, na medida em que o posicionamento citado não pressupõe um confronto direto com os significados que essa experiência pode assumir.

No entanto, faz-se importante refletir o quanto essa fala pode estar perpassada por um sofrimento, pois um espaço tão rígido e endurecido, como o da privação liberdade, paradoxalmente, demonstra assumir um caráter de proteção para o filho, sendo entendido por ela como aquilo que seria a melhor alternativa. Também foi apontado por Souza e Costa (2013) que, com o decorrer da medida de privação de liberdade, o sistema familiar vai se reorganizando e, em certo sentido, ocorreria uma adaptação a esse contexto, justamente, pela compreensão de que estariam protegidos dos perigos que o mundo oferece. Esse é um aspecto que deve ser considerado, dada a progressiva adaptação que é passível de acontecer após um impacto inicial, tanto para o adolescente quanto para os familiares.

Quando Gisele abordou sobre o relacionamento com Rodrigo, anteriormente ao cumprimento das medidas socioeducativas, ela referiu uma aproximação especial, ao comparar com o relacionamento que possui com os outros filhos:

Ele sempre foi muito do bem... Não tenho o que reclamar do Rodrigo antes desses problemas. [...] Sempre foi muito amigável. Sempre. O Rodrigo... Eu amo todos os meus filhos, mas o Rodrigo é o que eu mais tenho vínculo, assim, de amizade, sabe? Ele se abre mais comigo e eu também com ele. A gente é de falar os sentimentos. É, às vezes eu e o Rodrigo a gente meio que se estranha, vamos dizer assim, sabe? Que às vezes ele não aceita, não gosta que eu fale as coisas pra ele. Mas no final, a gente acaba se acertando. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

No entanto, ainda que Gisele tenha referido uma relação próxima e amigável com Rodrigo antes do cumprimento da medida socioeducativa, ela relatou que essa relação teria se estreitado ainda mais desde a primeira experiência de internação:

[Participante] - E daí eu e o Rodrigo a gente criou mais amizade desde que o Rodrigo veio pra cá. Não sei se foi a **carência**, ou o que que foi, que daí ele ficou mais meu amigo [...] Desde primeira vez. [...] Até porque quem mais vem aqui é eu. Eu que venho aqui, eu que me preocupo se ele tá precisando de alguma coisa. Aquela coisa de mãe toda né? [...] Eu percebo, assim, o carinho dele, sabe? Que ele me abraça e fala: “Tu sabe mãe, que eu te amo mãe? Que eu dou a minha vida por ti, mãe? Pela minha irmãzinha”. Pela irmãzinha dele também, ele fala! Ele fala assim.

[Entrevistadora] - Ele passou a falar aqui dentro?

[Participante] - Aqui dentro. Aham. Desde a primeira vez. Daí depois lá fora também. Ele sempre foi mais amoroso, ele ia deitar comigo de manhã [...] Ele se acordava cedo e foi lá pra minha cama. [...] Sabe, ele foi dormir, mas ele ia deitar com a mãezinha

dele de manhã. Aí em casa, também... “Ai, mãe, faz um cafezinho pra mim, mãe!”. “Rodrigo, arruma tu”. “Ah, mãe, tu sabe fazer daquele jeito, mãe”. [...] Eu fazia café pra ele, né? Por uma questão de carinho mesmo. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Durante o relato da mãe, pôde-se observar a afetividade contida no seu discurso ao se referir sobre o relacionamento com o filho, ao relembrar momentos de cuidado e de proximidade. Na percepção dela, a aproximação ainda maior se deve pelo fato de que a internação teria possibilitado que o adolescente manifestasse e demonstrasse de forma mais clara, ou talvez mais afetiva, os sentimentos que possui especialmente em relação a ela e à irmã. Ainda, segundo o seu relato, tal exteriorização teria persistido no período em que não esteve privado de liberdade, ou seja, não foi apenas restrito aos períodos na instituição.

Além disso, parece estar presente nas entrelinhas do relato de Gisele um saudosismo, conforme ela fez referências a situações agradáveis com o filho, quando estavam convivendo fora da instituição, no período entre a primeira e a segunda internação dele. Associado a esse saudosismo, Gisele também abordou sobre a sensação de “carência”, que remeteria a uma ausência que estava sendo sentida e que, segundo ela, poderia influenciar em comportamentos mais afetivos. Outras pesquisas que buscaram compreender sobre os sentimentos que envolvem a privação de liberdade, também constataram elementos referentes ao sentimento de saudade, no entanto, referentes aos discursos dos próprios adolescentes. Apontam também que essas manifestações se traduzem para eles através de sentimentos como tristeza, angústia e sentimento de vazio (Coutinho et al., 2011, Souza & Costa, 2013).

Em relação ao segundo núcleo familiar, quando Miguel mencionou sobre a relação com a sua mãe anteriormente à internação, ele respondeu: “Com a minha mãe era boa. É bom. [...] Era mais tranquila né dona?”. Todavia, no decorrer da entrevista, ele referiu a existência de alguns conflitos, em um tom de lamentação: “Bá, eu xingava ela. Daí ela ficava braba comigo. [...] Bei, é... Tudo errado. Pra mim é errado, né? Que ela falava pra mim e eu não ouvia né?”. Ainda, segundo ele, os desentendimentos ocorreriam porque Cláudia costumava ficar “no pé” dele, solicitando que frequentasse a escola ou retornasse para casa, sendo esses alguns fatores que o incomodavam. Miguel também foi questionado sobre como era o relacionamento com a sua irmã, a qual também se apresentou como sendo uma referência familiar significativa em sua trajetória: “Bá, às vezes eu brigava com ela né? [...] Dava umas ladaia lá. [...] Era só eu e a minha irmã que brigava”.

Sobre a possibilidade de terem ocorrido mudanças nessas relações a partir da experiência na privação de liberdade, ele disse, referindo-se à mãe: “Ei, mudou muita coisa!

[...] Eu gosto dela. Amo ela [...] Agora ela vem me visitar né? Daí eu fico pensando que eu viajei né?”. Já em relação á irmã, ele também mencionou algumas modificações:

[Participante] - Ah, agora eu converso com ela.

[Entrevistadora] - Antes tu não conseguia conversar com ela?

[Participante] - Não. [...] Até conversava, mas quando nós brigava, eu não... Demorava pra nós conversar. (Miguel, adolescente – Núcleo familiar 2).

Sendo assim, a partir das falas de Miguel, assim como no primeiro núcleo familiar, também é possível inferir a ocorrência de modificações na relação do adolescente com os membros familiares. Isso em razão de que quando falou sobre os momentos anteriores ao cumprimento da medida socioeducativa, referiu-se à mãe e à irmã, predominantemente, através de situações que remetiam a xingamentos e brigas. Já ao se reportar ao momento atual, mencionou outras possibilidades de relacionamento, permeadas pelo sentimento de amor e por relações mais dialogadas.

Miguel ainda chegou a referir sobre o que percebeu nos seus familiares quando souberam da notícia de que ele passaria a ficar privado de liberdade, mencionando o que teria sido um impacto muito grande: “Choraram bastante, dona. Ficaram né? Se abalaram também. [...] Bei, me deu uma dor no coração!”. Além disso, ele pareceu refletir e compreender que a privação de liberdade não estaria sendo fácil de ser vivenciada pela sua família: “Pra minha família? [...] É, tá sendo difícil, porque eu refleti né, um pouco. Eu refleti”. Com isso, pode-se inferir que a percepção de Miguel sobre o sofrimento da família também é um fator que pode trazer repercussões sobre o próprio cumprimento da medida e sobre a sua trajetória, como um todo. Isto é, naquele momento, pareceu que a internação estava oportunizando que o adolescente parasse e atentasse para os sentimentos e impactos que estão presentes não só para ele, mas também para as pessoas que lhe são significativas.

Ainda com relação ao segundo núcleo familiar, Cláudia também identificou algumas mudanças, a partir da privação de liberdade do filho. Ela referiu sentir-se mais tranquila, pelo fato de não precisar mais ter preocupações com a segurança dele, desde que passou a cumprir a medida na instituição: “É, a gente lá fora tá mais tranquilo com ele aqui. Não tem essa preocupação né?”. Na pesquisa de Souza e Costa (2013), também foi constatada na entrevista com familiares uma preferência pela privação de liberdade do que a insegurança e os desafios que podem advir da liberdade do adolescente. Percebe-se, com isso, a existência de um sentimento de impotência desses familiares diante da realidade que esteve presente nos momentos anteriores ao cumprimento da medida socioeducativa. Algo que remeteria ao que poderia ser entendido como uma perda de controle. No caso do segundo núcleo familiar,

sugere-se que essa insegurança estivesse ainda mais intensificada, possivelmente, pela escassa rede de apoio que a mãe possuiria, tendo como base os discursos de ambos nas entrevistas. Todavia, salienta-se que em situações como essa, intervenções que evidenciassem que a família pode contar com o suporte e o olhar de serviços da rede de proteção de forma articulada poderiam amenizar esse sentimento e contribuir para que essa mãe tivesse com quem compartilhar suas preocupações.

Relatos como o de Cláudia podem enunciar também um desabafo sobre as dificuldades que podem surgir no exercício da parentalidade, considerando que essa não é uma tarefa fácil. No período anterior à internação as atitudes dos adolescentes podem ser de revolta e indiferença em relação à família, enunciando importantes dificuldades nos relacionamentos. Assim, apesar da experiência de internação ser permeada por sofrimentos, ela também estaria atrelada a alguns benefícios, inclusive, na ordem de certo “alívio”, em alguns casos (Dias, Arpini e Simon (2011),

Outra repercussão referida por Cláudia a partir da privação de liberdade, em termos mais práticos, seria o aumento das despesas da família por ter que trazer materiais de higiene para o filho fazer uso na instituição. Além disso, ela ressaltou que, embora esse aspecto tenha gerado maiores gastos financeiros, ela não permite que lhe falem esses utensílios: “Olha, tá... Tá normal. A única coisa que aumentou foi gasto hehe. Só isso. [...] Eu pago as coisas pra ele né? [...] Os higiene, eu trago. Não deixo faltar né. Eu trago pra ele.”. No entanto, há de se considerar também que Cláudia mencionou em diversos momentos que as dificuldades financeiras sempre existiram no decorrer da criação dos filhos por ela ser a única provedora da família. Assim, pode-se inferir que as referidas dificuldades poderiam ter se tornado mais exacerbadas com o contexto da privação de liberdade, mas que já se faziam presentes.

Para além das referidas repercussões, Cláudia também abordou sobre a sua relação com Miguel, referindo que ela teria sido permeada por alguns conflitos ao longo do desenvolvimento dele:

O Miguel é muito difícil [Suspiro]. Sempre foi, desde pequenininho. Sempre foi difícil. Minha relação com ele sempre foi difícil, sabe? Sempre, sempre, sempre. Ele foi crescendo e daí já não quis mais estudar. Ele é um guri muuuito difícil pra lidar. [...] E só aprontando, aprontando. E eu conversava, dava conselho e ele dizia: “Eu é que sei da minha vida”, “Eu que me governo”. (Cláudia, mãe – Núcleo Familiar 2).

Ela também manifestou que nas situações desgastantes de brigas entre eles, Miguel reagia de forma agressiva e impulsiva: “Quando nós brigava, ele chutava as minhas coisas, ele quebrava meu telefone, meu ventilador. O que ele via, ele chutava e sai pra bater boca [...]

Que ele batia boca comigo, ele me ofendia, ele me chamava de tudo.”. No entanto, na percepção de Cláudia, o relacionamento dela com Miguel passou por mudanças significativas desde que ele passou a cumprir a medida socioeducativa de internação. Sobre esse aspecto, ela mencionou:

Agora tá maravilhosa! Eu venho, converso, a gente brinca, sendo que lá fora né? Ele só queria, né? Nem se importava com a gente. Nem se importava! [Atualmente] Faz carinho. Eu começo a mexer na cabeça dele, fazer carinho. Me abraça e diz: “Eu te amo, mãe. Te cuida”. Eu digo: “Também”, mas tá bem mais, sabe? (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Com o relato da mãe, ao referir que “lá fora” o adolescente “nem se importava com a gente”, pode-se inferir que no contexto da medida socioeducativa, o adolescente tivesse passado a se “importar” com a família. Pressupõe-se, assim, um olhar diferente de Miguel em relação às questões familiares. Com isso, evidencia-se, na percepção de Cláudia, que ele estaria conseguindo externalizar seus afetos e sentimentos, sendo que, ao longo de sua trajetória, essa não foi identificada como sendo uma característica do relacionamento deles.

Pressupõe-se que tais mudanças nas relações familiares, podem estar relacionadas a uma valorização dos familiares que permanecem junto com o adolescente durante esse período que pressupõe a exposição de algumas fragilidades. Depreende-se a partir disso também, que o suporte familiar nesses momentos pode assumir um caráter transformador, pela potencialidade de impactar nos sentidos que o adolescente confere à experiência socioeducativa, assim como nas próprias relações familiares. De acordo com Sousa, Silva, Ferreira, e Ferreira (2018), a privação de liberdade provoca nos adolescentes, justamente, uma maior sensibilidade à exteriorização de diversos sentimentos atrelados às suas trajetórias de vida, fator esse que pode estar relacionado à demonstração dos afetos nas relações familiares, conforme foi mencionado.

Passando ao terceiro núcleo familiar, o adolescente André também comentou sobre esses impactos. Na percepção dele, nos períodos anteriores à internação, a relação com os familiares “não era muito boa” e a respeito disso, ele detalhou:

Antes de eu parar aqui? Ah, não era muito boa. Não era... [...]. Às vezes eu não tinha maconha, às vezes eu enlouquecia. Pegava e brigava com a minha mãe, falava coisas que ela não é né? [...] Brigava com a minha mãe, com o meu padrasto. Xingava eles bastante... [...] De não ter maconha, porque quando eu tinha maconha, tava tudo numa boa, tava tudo tranquilo. Daí quando eu não tinha, eu enlouquecia né? Ficava neurótico. [...] Descontava neles. Por não ter a maconha. Por não ter dinheiro pra comprar a maconha. [...] Ah, às vezes eu empurrava a minha mãe, assim... Dava soco,

assim, às vez. Brigava com meu padrasto, também, às vez... A gente se trocava uns empurrão, eu e meu padrasto. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

No caso de André, percebe-se que antes da internação as relações familiares também estavam se configurando conflitivas e até mesmo violentas, percebendo-se também certo descontrole sobre limites e regras. Sobre a questão do diálogo com a família, ele referiu que costumava conversar ou contar acontecimentos do dia-a-dia, mencionando:

Ah, só quando eu brigava, só quando eu aprontava. Daí eu chegava e conversava com eles [...] É, contava. Não com o meu padrasto, era mais de conversar com a minha mãe. Às vezes quando eu ficava devendo, quando eu pegava fiado e eu não tinha pra pagar. Daí eu ia pra minha mãe conversar com a minha mãe. E a minha mãe sempre foi de me ajudar. [...] Me ajuda até hoje. Eu que não dava valor pra ela (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

No que concerne ao relacionamento de André com os irmãos, antes do cumprimento da medida socioeducativa de internação, ele referiu uma relação próxima, mas ao mesmo tempo, permeada por alguns atritos, em especial, com a irmã. Isso ocorreria pelo fato de que o adolescente sente ciúmes dela e dos envoltimentos afetivos e amorosos com amigos de André. Esses elementos podem ser constatados nos seguintes trechos:

Ah, minha relação era boa até. A gente brigava, porque a gente é irmão, né? A gente brigava, às vez. Eu brigava mais com a minha irmã que era maior. [...] Com os gurizinho eu não era muito de brigar, eu era mais de conversar. De ficar brincando com eles. Às vez judiava um pouco deles, mas... Mas eu mais brincava do que judiava deles. [...] Ah, porque bá... Hehe. Eles aprontam muito. Tá louco. São muito tihoso. [...] Ei, mas são malandro aqueles pequenininho. Tá louco! [...] E eu brigava mais com a minha irmã, porque a minha irmã [...] ela entrava no face e queria falar com meus amigos. Meus amigo tudo! Que nem eu né? Até mais velho. Eu ficava brabo né? [...] Sim, eu tenho ciúmes da minha irmã. Bastante ciúmes. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Uma importante repercussão que pareceu se fazer presente para André, a partir do ingresso na unidade de privação de liberdade, parece ter sido a valorização em relação a figura de seu padrasto, conforme mencionado por ele:

E meu pai é o meu padrasto. Agora que eu fui ver. Aqui dentro, que eu fui perceber que meu pai foi meu padrasto. [...] Que quando a minha mãe não tinha emprego, ele comprava as coisa pra nós, pra mim e pra minha irmã, sendo que nem pai biológico, ele era. Então, pra mim, hoje, assim, eu enxergo ele como meu pai. Ele é meu pai. Meu padrasto é meu pai. E ele mesmo fala que eu sou o gurizinho dele mais velho. [...] Eu tive que passar por isso, né? Pra poder dar valor, porque se eu não passasse por isso, por esse sofrimento... [...] Aqui dentro, fiquei pensando, porque a gente pensa

bastante. O que mais faz aqui dentro é pensar né? A gente pensa bastante. A gente revê, porque até me visitar aqui ele vem me visitar. Vem! Ele compra roupa, ele mandou roupa pra mim. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Outro aspecto que André compartilhou em sua entrevista foi justamente o sofrimento que permeou a notícia de que ele estaria privado de liberdade:

Foi difícil pra mim, logo que eu cheguei na casa aqui. Foi difícil conviver, ficar longe da minha família. Chorava, me dava uns ataque... Ah, tá louco... Senti uma dor. Uma tristeza enorme né? Ah... Uma tristeza enorme. Fiquei triste. Eu chorei. [...] Fiquei com medo... (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Sobre essa questão, assim como foi enunciado pelo adolescente, há de se considerar o impacto que a notícia e a transição para a instituição possuem. De acordo com Assis (1999), esse momento pode se configurar traumático, especialmente, para os que estão nela pela primeira vez. Em geral, essas impressões advêm daquilo que fantasiam e que geralmente são aspectos negativos, assim como de informações que os amedrontam recebidas de outros adolescentes, ou até mesmo de agentes socioeducativos.

No entanto, para além de se considerar essas questões, André parece referir que o maior impacto da privação de liberdade para ele foi ocasionado, justamente, em razão do afastamento da família. E então, como nos demais núcleos familiares, o adolescente mencionou modificações nas relações familiares e que teriam se tornado mais unidos: “Não, minha família tá mais unida nessas hora, porque eu tô aqui. A minha família se uniu bastante. A minha família não era tão unida. Daí comigo aqui começou a mudar. Tô mais unido.”. Para além disso, ele ainda acrescentou sobre mudanças mais voltadas para a sua forma de se relacionar com a família:

Ah, mudou muita coisa. [...] Ah, mudou meu comportamento, minha forma de me expressar, porque eu não me expressava muito em casa. Na visita eu já me expesso mais o meu sentimento. Já falo coisas que eu não dizia em casa. [...] É, esse tempo que eu tô aqui, tá fazendo eu mudar. Tá fazendo eu botar em dia meus pensamentos. [...] É. Mudou. Mudou bastante. É uma mudança. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Acredita-se que as referidas mudanças nas formas de se relacionar e de se colocar nos contatos em família também estão perpassadas por modificações mais abrangentes na própria compreensão do adolescente sobre a importância da família e do que ela representa. É possível evidenciar em sua fala uma valorização da união e da proximidade das figuras significativas que compõem o núcleo familiar e que isso permitiria a construção e a motivação para um novo posicionamento quando ocorrem os contatos com os familiares. Além disso,

quando André referiu como ele imaginava que as relações com a família iriam ocorrer após o término da medida socioeducativa, ele referiu: “Ah, vai ser mil maravilhas! Vai ser totalmente diferente do que era antes. Vou dar mais valor!”.

Pelo fato de que, antes da internação, André parecia estar vivendo uma realidade mais dispersa, envolta no contexto infracional e com centralidade no uso de drogas, a convivência familiar não estaria sendo experienciada de forma tão reconhecida ou valorizada. O cumprimento da medida socioeducativa, ainda que distancie o contato físico com os familiares na maior parte do tempo, pareceu contribuir para que o adolescente passasse a identificar a família como uma importante referência para a sua trajetória. A realidade anterior conturbada e talvez mais distante, mesmo com a presença física, aparentemente, não oportunizava o enaltecimento de conversas e possibilidades de manifestação de sentimentos, em contrapartida à forma com que referiu estar ocorrendo na privação de liberdade.

Emocionado, André também relatou, que quando ouve rádio, por vezes, tocam músicas que lhe fazem lembrar e sentir saudades da família, da rotina e das atividades que costumavam fazer juntos:

É, sinto saudade quando toca Maiara e Maraísa também. Eu choro, porque eles... Ela [irmã] e a minha mãe escutavam bastante lá em casa essas música. Eu não gostava muito de Maiara e Maraísa e Simome e Simaria... Ah, essas coisa aí. Daí eu tenho radinho, daí quando toca essas música, assim... Bá, eu me abalo, eu fico abalado. [...] Fico me lembrando delas cantando. Eu não dava valor né? Eu não dava valor mesmo. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Evidencia-se aqui, novamente, o saudosismo que pode se fazer presente na experiência da internação, demonstrando uma valorização de atividades habituais que costumavam ser realizadas em família e que parecem adquirir outro significado nesse contexto. Talvez o maior obstáculo imposto na privação de liberdade de adolescentes, segundo Steinberg, Chung e Little (2004), seja a saída de casa, longe da segurança das situações em família, de modo que representa uma interrupção. De acordo com Sousa et al. (2018), os adolescentes podem fazer essa volta ao passado porque estão presos em momentos de vivências familiares que sempre estarão presentes em suas histórias pessoais e de cotidianos que foram interrompidos pela institucionalização. Assim, facilmente, podem se remeter ao tempo em que viviam no aconchego familiar, assim como descrevem os conselhos, apoios e incentivos.

Já na entrevista com Janaína, quando ela relatou a sua relação com André anteriormente à internação, referiu de forma detalhada sobre a trajetória dela e do filho e também sobre algumas situações que lhe foram marcantes no envolvimento dele com atitudes

transgressoras no decorrer da adolescência. Destaca-se que ela começou a perceber um distanciamento aos 11 anos de idade, como se sentisse não conseguir mais acessá-lo:

Aí depois quando era criança [suspiro], tinha uns 11 anos, o André começou a se revoltar. Eu acredito que seja em relação ao pai. [...] Nós temo uma relação. Sempre foi,.. Sempre foi unido, a gente sempre quis proteger ele. Só que o André, aos 11 anos [...] já se mostrou um comportamento, assim, agressivo. Ele não queria ter proximidade. Não deixava muito a gente abraçar, ter aquele contato com ele assim, sabe? (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Destaca-se que Janaína também relacionou a ocorrência de mudanças ao nascimento de seu outro filho na mesma época. Assim como foi mencionado por Janaína, no que concerne às relações familiares, Predebon e Giongo (2015) apontaram para a dificuldade que os adolescentes possuem, justamente, em conseguirem se abrir com a família, de falar sobre dificuldades e pedir ajuda. Em geral, constatou-se que nos contextos de adolescentes em conflito com a lei encontram-se famílias com significativas dificuldades de comunicação, as quais podem contribuir para esse afastamento. Com isso, ressalta-se também a frustração que pode se fazer presente para as figuras parentais diante dessas situações de distanciamento dos filhos, sendo essa uma característica bastante presente no discurso de Janaína quando fala do seu lugar de mãe.

No que concerne ao relacionamento com os irmãos, a mãe compreende que André sempre teria sido muito agressivo, especialmente, com os irmãos menores, através de brincadeiras entendidas por ela como inadequadas: “Muito agressivo. Ele sempre judiava dos irmão. Sempre judiava e eu não podia sair assim... Um dia que eu tivesse em casa, pra ir no mercado e deixar ele com eles em casa, porque ele fazia umas brincadeira muito bruta.”.

Assim, com base nisso, a respeito das possíveis modificações que tenham ocorrido nessas relações a partir da internação e de forma semelhante ao que as mães dos núcleos familiares anteriores também relataram, Janaína verbalizou se sentir mais tranquila, porque o filho estaria mais seguro no contexto da privação de liberdade:

Agora eu tenho paz, sabe? Eu tenho paz na mente, de assim, de eu deitar e dizer assim: “Ele não tá na rua, ele tá trancado lá dentro. E lá dentro eles são responsáveis. Tudo que vier acontecer com ele, eles são responsáveis aqui”. Eles são responsáveis por todos os adolescentes que tão aqui. Então, eu sei que na rua ele não vai tá apanhando, não vai tá roubando, ele não vai tá usando drogas ou não vai tá fazendo alguma coisa errada, não traz... Num perigoso, não tão ameaçando, ou vão matar ele, correndo risco de vida, entende? Então, eu penso assim. [...] Mais tranquila. Eu sinto que ele tá mais seguro do que em casa, porque eu não tinha paz, qualquer barulhinho... Qualquer barulhinho na porta, ou alguém passando na calçada, ou um cachorro latindo... Eu já

saía correndo pra ver. Ouvia um grito... “Ai, tão pegando ele, tão brigando”, sabe? Assim era a minha vida. E agora não. Agora não. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Ela ainda complementou que compreende existirem consequências para os irmãos de André e o que ela, como mãe, entende que deve fazer para que os filhos pequenos possam entender o que está ocorrendo:

E muda! E muda! Muda tudo! Tanto que pros irmãos dele, também! Que as crianças sentem falta. Pra ti ver... Eles olham no calendário: “Mãe, já fez um mês né? Que o mano tá lá né? Falta mais tanto”. Até a cabeça das criança também, com isso aí. Aí tu tem que conversar, tu tem que explicar. Tu tem que dizer: “Óh, o mano não ouviu, o mano fez isso, o mano fez aquilo. Não vai fazer igual, porque se não tu vai parar lá”. Tudo assim, eu converso com eles. Eles são umas criança, mas eles tem, assim, uma cabeça bem bom! [...] Os guri tão, que nem eu te disse, parece que a gente tem mais paz! Até as criança! [...] Nos momento que ele tava dentro de casa aqui com a gente, era sempre assim: “André, não faz! André, não judia! [...] Toda hora gritando com ele: “Deu!”. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Diante disso, apesar de compreender a angústia e a preocupação tanto de Janaína quanto de outras mães pelos contextos de risco em que os filhos estavam inseridos, salienta-se a importância de problematizar a vivência que a privação traz. Isto é, ainda que possa estar representando uma proteção, esta medida socioeducativa é extrema e a prevenção antes de se chegar nela seria a melhor alternativa. Com isso, aponta-se para o fato de que a internação não deve ser naturalizada, tanto quanto não deve ser compreendida como uma alternativa banal.

Outra importante repercussão mencionada e que afetou diretamente o contexto familiar, e em especial Janaína, foi quando ela recebeu a notícia de que André havia sido encontrado pela polícia. Nessa situação, o impacto teria sido tão grande que, no mesmo momento, ela pediu demissão do local de trabalho, por estar se sentindo “desesperada”:

No dia que ele foi preso, foi o dia que eu saí do meu trabalho. [...] Eu pedi, porque eu fiquei desesperada. No dia, porque pegaram ele na rua. [...] E eu tô lá no serviço e aconteceu isso e isso. E eu fiquei desesperada. A gente ouve falar tanta coisa [...] “Ai porque é assim, porque é assado”. E eu precisava de dinheiro. E eu não tinha dinheiro. E eu precisava de dinheiro, pra ir com advogado. Eu enlouqueci. Aí eu pedi pra sair. Saí. Que que adiantou? Entendeu? Não adiantou pra ele. Até piorou, no caso, seu for pensar, hoje eu to desempregada, né? O dinheiro que eu teria já não tenho. Eu podia tá ainda trabalhando, ganhando dinheiro ainda né? Não tenho. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

No decorrer da entrevista, Janaína transpareceu que, enquanto mãe, dedicava-se com intensidade aos cuidados e proteção de André, sendo isso um aspecto significativo de sua trajetória. Dado esse contexto, pode-se compreender o impacto que essa notícia lhe suscitou,

considerando que essas questões de Janaína podem influenciar nas repercussões que a privação de liberdade suscita na família. No momento da entrevista, passados dois meses do período de internação do filho, ela demonstrava uma ansiedade significativa.

Para além das repercussões já explicitadas, outro aspecto percebido por Janaína, diz respeito ao que também apareceu no discurso das outras mães, que André teria mudado a forma de se relacionar com os membros da família, colocando-se de forma mais comunicativa e afetiva: “Tá carinhoso, conversa! Ele sempre foi calado, na dele. Sempre foi, assim, de sofrer sozinho, sabe? Ele não expôs o sentimento dele, sabe? Ele sofre quieto. [...] Porque ele não tinha esse amor que ele tem hoje, sabe?”.

Sobre o quarto núcleo familiar, no que diz respeito às relações na família antes da internação, Vinícius referiu a existência de uma proximidade com sua mãe no decorrer de sua trajetória de vida. De acordo com o seu relato, pode-se inferir a existência de uma relação perpassada pelo diálogo e pelo compartilhamento de situações, conforme referiu: “Chamava minha mãe de canto lá: ‘Óh mãe, na real tá acontecendo tal, tal coisa. Fiz tal, tal, coisa’. Pra não deixar ela preocupada né? [...] Daí eu contava tudo pra ela. Sempre contei.”. Durante a entrevista, Vinícius referiu que essa convivência afetiva e comunicativa teria permanecido durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação: “Até hoje nós falemo né? [...] É bem boa a nossa convivência”.

Dentre as informações que constavam no prontuário do adolescente, destacam-se os seguintes trechos: “A relação familiar é considerada boa”; “Os pais demonstram ser muito comprometidos com o cumprimento da MSE pelo adolescente”; “Adolescente nervoso, preocupado em ficar longe da sua família”. Essas afirmações corroborariam a fala de Vinícius sobre os seus vínculos familiares. Já em relação às mudanças observadas nas relações familiares a partir do cumprimento da medida socioeducativa de internação, destaca-se que o adolescente referiu que elas ocorreram, mas que não conseguia expressá-las ou colocá-las em palavras no momento da entrevista.

Ainda, quando se conversou com Vinícius sobre como imagina as relações familiares após a privação de liberdade e, portanto, novamente em convivência com a família, ele respondeu:

Minha relação? Bei! Jamais visto, porque eu vou aproveitar até o último minuto né que eu for né, preciso. [...] Ah, vou aproveitar mais, vou ficar mais com a minha mãe, vou dar mais valor pra minha família, pra quem fechou comigo na hora do sofrimento né? [...] É, porque antes eu nem dava bola, nem ligava pra minha família. [...] Não dava muita bola pro que eles falavam. (Vinícius, adolescente – Núcleo familiar 4).

De acordo com McMahon e Jump (2017), em uma pesquisa que buscou compreender adolescentes que desistiram de cometer transgressões e do envolvimento com atos infracionais, constatou-se que todos referiram a importância de aproximarem-se de outras pessoas pró-sociais, exemplificando a família. Considerando esses aspectos, salienta-se que esses movimentos de aproximação e valorização da família também poderiam contribuir para ocorrerem tais desistências, visto que esse é um dos fatores apontados para essa ruptura.

Quando o adolescente mencionou que a relação com os familiares será como “jamais visto”, compreende-se que a medida socioeducativa de internação parece ter representado para ele uma importante virada na forma como percebe as relações familiares em sua trajetória de vida. Também perpassa o seu discurso a percepção de que as pessoas que efetivamente lhe apoiaram nos momentos difíceis na privação de liberdade foram, justamente, a sua família, transmitindo uma ideia de que, nessas circunstâncias, foi com a família que ele pôde contar.

Novamente, constatou-se o que poderia ser considerada uma transformação na forma com que se representam as relações em família, pois o adolescente teria passado a compreendê-las de formas distintas em dois momentos: um momento antes do cumprimento da medida e pressupondo que haverá um momento diferente com a finalização dela. Segundo seu relato, antes da internação, mesmo referindo e pressupondo relações familiares importantes, seria algo que “não ligava”, ou a que não destinava o devido reconhecimento e valorização. Com a experiência da internação, essas relações parecem ter sido enaltecidas e passíveis de reconhecimento.

A partir da pesquisa de Coutinho et al. (2011), podem-se trazer contribuições para se pensar sobre esses dados. Nela apontou-se que em instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, na opinião dos adolescentes, as práticas não socializadoras têm superado as práticas socializadoras. Surgem referências a elementos como insegurança, medo e violência, os quais contrapõem a proposta ressocializadora do ECA. Assim, considerando tal realidade ainda existente e os resultados que têm sido apontados na presente pesquisa, acredita-se que a participação da família no contexto socioeducativo pode ser uma das estratégias a serem lançadas para tornar o cotidiano das instituições mais consoante com as práticas socializadoras, já que essa participação parece contribuir para um ambiente mais agregador e saudável.

Outro aspecto abordado por Vinícius foi a sua percepção sobre o impacto da notícia do cumprimento da medida socioeducativa de internação em sua mãe: “Minha mãe que se abalou bastante. [...] Eu conheço a minha mãe não é de hoje né? [...] Bem abatida.”. Dada a

proximidade que Vinicius relatou ter com Adriana, acredita-se que perceber esse “abalo”, possa tê-lo sensibilizado e também possa ter gerado repercussões significativas para a sua experiência socioeducativa. Isto é, compreender que atitudes dele possam estar influenciando diretamente no sofrimento da mãe não é algo que deve passar despercebido. Ainda, segundo seu relato, o pai também teria sentido repercussões decorrentes dessa experiência: “Ah, meu pai sentiu também, porque ele tava comigo na hora. [...] Ele que ficou lá comigo na delegacia. Ele chorou comigo junto”.

Diante do que foi exposto, entende-se que tanto o impacto da notícia quanto os momentos que sucedem os primeiros contatos com a internação podem evidenciar algumas fragilidades familiares e, com isso, tornar os atores que a vivenciam mais sensíveis a essas relações e àquilo que representam. O fato de que um familiar tenha “chorado junto”, pressupõe uma aproximação e um contato mais próximo a partir dessa situação delicada e complexa. A união da família, portanto, parece se apresentar como uma forma de tornar o processo mais fácil de ser vivenciado, já que as repercussões se apresentam tanto para o adolescente quanto para os familiares. Essa experiência parece adquirir maior sentido, justamente, por não se estar sozinho e por estar sendo vivida com a família.

Já na entrevista com Adriana também surgiram relatos sobre as relações familiares nos momentos anteriores ao cumprimento da medida socioeducativa: “Antes dele vim pra cá, eu tenho a minha consciência tranquila. Ele mesmo tá de prova, tu vai conversar com ele, ele vai te dizer! Eu sempre fui... Tentei ser melhor possível de mãe.”. Com essa afirmação, Adriana demonstrou que procurou estabelecer, ao longo do desenvolvimento do filho, uma boa relação com o mesmo.

E em relação à possibilidade de terem ocorrido mudanças com a privação de liberdade Adriana referiu que, conforme o tempo foi passando, ela e a família foram se adaptando a essa nova realidade. Ela também enfatizou que o início do período de internação representou um forte impacto para todos da família, salientando o quanto se vive em torno desse acontecimento até que se possa voltar novamente a “seguir a vida”.

No início sim [...] porque agora, assim, com o tempo não, porque a gente tem que seguir a vida da gente também né? Porque eu, no caso, assim óh... Até eu, a minha vida mudou muito depois que ele veio aqui pra dentro. [...] A minha vida muda quando eu sei que ele tá com problema aqui dentro, mas agora que eu sei que ele tá bem, que ele tá, sabe? Pra mim, tá ótimo! Eu também lá fora... Também eu tenho que seguir minha vida, né? Não adianta! Mas no início foi bem complicado! Todo mundo ficou abalado, né? [...] No início, a nossa vida tava assim óh... Parece que andava em círculo, entendeu? [...] Em função daquilo ali, entendeu? Aí, mas depois não. E

continua e agora a gente sabe que ele tá bem, a gente também tá tentando né? Pra depois que ele sair daqui a gente poder apoiar (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Para além de observar as repercussões que ela referiu terem sido presentes nos momentos iniciais dessa experiência, percebe-se na fala de Adriana o quanto o fato de se assegurar que o filho estaria bem na instituição surge como um elemento importante para os familiares. As autoras Medeiros e Paiva (2015), também constataram que as famílias passam uma série de angústias, dúvidas e inquietações acerca das condições vivenciadas pelos adolescentes no período em que permanecem na instituição. Além disso, para esse núcleo familiar, a sensação de tranquilidade de Adriana em relação ao filho parece ser reforçada pela percepção de que Vinícius teria passado a cumprir horários e a se alimentar de forma mais adequada, conforme o trecho abaixo:

Depois que ele veio pra cá, ele mudou horrores! Ele não tinha horário. Sabe o que que é uma pessoa não parar pra comer? Ele comia de pé! Qualquer besteira, qualquer coisa. E eu acredito que pra ele foi complicado, né? Mas eu acho que, por ele ser um guri meio avoado na rua, eu acho até que aqui dentro ele se ajustou, entendeu? (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Adriana também relatou que percebe que o seu relacionamento com Vinícius está diferente, no sentido de estarem mais próximos:

Bem diferente! É diferente, porque ele aprendeu. Não que antes ele não... Todos eles, sempre souberam que podem contar comigo sempre, mas agora ele... Eu acho que ele aprendeu a dar mais valor, entendeu? Aquilo ali ficou mais forte na cabeça dele, entendeu? [...] Eu acho assim óh, que tem horas que ele pensa assim: “Bá, minha mãe podia tá dentro de casa ou tá por aí na casa dum amigo, né? Mas ela tá aqui todos os domingo!”. Se ele já sabia que podia contar com a gente, comigo, no caso... Com irmão dele também, né? Porque o irmão dele é outro, que podia. O [nome do irmão] tem 24 anos! Domingo de tarde, ele podia ir na casa de alguém. E tá aqui óh, chega no domingo ele pede pro irmão dele... [...] Então eu acho que pra ele também ficou bem mais visível com quem que ele pode contar... “Ah, a mãe, o [nome do irmão] vão tá sempre aqui comigo”, né? Então, isso aí eu acho que reforçou mais! (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Constata-se, assim, que, na percepção de Adriana, Vinícius teria passado a se importar de forma diferente com ela e com o irmão. Ainda de acordo com a mãe, essas mudanças estão perpassadas pelo que poderia ser uma capacidade de empatia que Vinícius teria potencializado a partir da internação, sendo que essa incluiu valorizar as renúncias e o esforço dispendidos pela família com a finalidade de lhe dar apoio. No caso dele, teriam ficado

evidentes mudanças em termos de uma maior sensibilização sobre a importância das relações familiares.

Já Paulo, adolescente do quinto núcleo familiar, ao abordar as relações familiares no passado, referiu em diversos momentos sobre o relacionamento próximo e comunicativo que possui com a sua mãe. Ele referiu nunca ter mentido para ela em sua trajetória de vida, salientando que aquilo que ele disser para a mãe, tem um caráter de confiabilidade, pela relação construída entre mãe e filho.

Nunca menti pra minha mãe. Nunca menti. Tipo, tudo que eu fazia, parece que ela já sabia. “Ô Paulo, vieram me falar que tu fez isso, isso e isso. É verdade ou é mentira?”, eu digo: “Ô mãe, é verdade”. Aí: “Ô Paulo, vieram me falar, que tu fez isso, isso e isso”. “É mentira!”. [...] Se eu falar na frente da minha mãe, que é mentira, é porque é mentira né dona? (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Ainda reforçando a questão do diálogo com a mãe e a autenticidade que confere ao próprio discurso quando está falando com ela, Paulo lembrou uma situação em que confiou a sua mãe a informação de que havia cometido um ato infracional que estava sendo investigado: “Aí depois eles me levaram pra delegacia lá [...] e aí a minha mãe lá me perguntou, depois que nós saímos de lá, sabe? Nós chegemo em casa e ela me perguntou: ‘Paulo, foi tu?’, eu digo: ‘Fui eu, mãe. Fui eu.’. Nesse trecho, pode-se evidenciar, justamente, a confidencialidade que permeava a relação de ambos nesses momentos, sugerindo a existência de uma relação próxima, mesmo antes da privação de liberdade.

Durante a entrevista, Paulo também relatou sobre o impacto que lhe causou perceber os sofrimentos tanto de sua mãe, quanto de sua esposa, ao passar a cumprir a medida socioeducativa de internação: “Bastante difícil né? Porque ver minha mãe chorando, ver minha esposa chorando, né? E eu já dei muita decepção pra minha mãe. E eu só quero sair daqui, dar só orgulho pra ela! Chega de dar decepção pra minha mãe.”. Esse parece lhe ter sido um momento marcante, e que pode ter contribuído para que ele chegasse à seguinte compreensão:

Se tu tivesse no centro e eu tivesse a oportunidade de te matar no centro, eu ia arrancar o meu revólver e ia te matar no centro. Então, eu não pensava nas consequências. Eu não pensava na consequência que eu ia ter depois daquilo, a senhora me entende? E agora eu penso né dona? Bui... [...] É porque eu não tinha... Não tinha no que pensar, sabe dona? Mas eu aprendi que aqui, em primeiro lugar é a família da gente. E aí agora eu aprendi que se eu tenho alguma coisa pra aprontar, mesmo se eu não tiver casado, eu tenho que pensar na minha mãe. Que é ela que vai sofrer as consequências, a senhora me entende? (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Assim, constatou-se novamente que quando os adolescentes conseguem perceber e se sensibilizar com a angústia dos membros da família em razão de atitudes cometidas por eles, surgem momentos que poderiam ser entendidos como “de virada”, pois parece ficar mais evidente que as consequências dessas atitudes não são experienciadas unicamente por eles. Paulo demonstrou, portanto, estar vivenciando um momento de valorização da família, ao mencionar o sentimento de proteção aos membros dela. Isso também pode ser percebido quando se refere à família como aquilo que “está em primeiro lugar”, ou seja, colocando-a como uma prioridade:

Família em primeiro lugar, né dona? Família em primeiro lugar. Não sei né... Eu, meu caso, eu boto a minha família em primeiro lugar, né dona? Que a minha família no caso é eu, minha esposa e minha filha, sabe? Aí depois vem minha mãe, minha vó, meu vô, minha tia, meu tio, meus irmãos, sabe dona? Mas primeiro lugar é a minha família. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Em relação à existência de modificações nas relações, desde que passou a cumprir a medida socioeducativa de internação, Paulo referiu: “Bá dona! Depois que eu sair daqui, eu nunca mais quero ficar longe da minha mãe! Nunca mais mesmo. [...] Minha mãe, bá! É a única que tá sempre comigo, né dona?”. Sendo assim, constata-se que o adolescente remeteu-se ao desejo de estar ainda mais próximo da figura materna e, com isso, infere-se que o contexto da privação de liberdade pode ter contribuído para que ele atribuísse mais valor para essa relação.

No que diz respeito ao relacionamento com a sua esposa, Paulo relatou que o contexto da privação de liberdade possibilitou que ele confiasse nela, justamente, porque a mesma permaneceu durante esse período. Segundo seu relato, na medida em que ela passou a apoiá-lo e visitá-lo semanalmente, ele compreendeu a existência de um desejo de estar junto, porque a privação de liberdade, em certo sentido, teria colocado à prova, o relacionamento do casal:

Quando eu cá preso... “Capaz, ela vai me largar. Capaz que ela vai tá visitando preso, perdendo tempo da vida dela!” E bá! E todo os domingo ela tá aí, né dona? E não falha uma né dona? [...] Eu aprendi a ter confiança, sabe dona? Eu não tinha confiança dona. Eu não tinha confiança nela. E eu achei que quando eu caísse aqui, ela ia me abandonar e ela ia me trair. Eu pensei muitas coisa, porque eu não tenho... Eu não tinha confiança nela, sabe dona? [...] Eu aprendi! Eu vi que ela me ama de verdade! Eu vi que ela sente a minha falta. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Outra repercussão advinda da privação de liberdade é o fato de que Paulo refere que pretende aconselhar os seus irmãos e ajudá-los a partir do que ele já vivenciou. Em sua

percepção, ao compartilhar sobre essas experiências, poderia estar se aproximando e fortalecendo a relação que possui com eles:

Eu quero dizer muita coisa pra eles sabe? Vou dizer que eu não quero que eles passem pelo que eu passei, sabe dona? Não quero. Eu queria dizer pra eles: “Bá, vocês não sabem o quanto é ruim tá lá”, sabe? Que o meu irmão [...] todo dia ele chora minha mãe diz. Todo dia ele chora. “Falou teu nome, ele sai da nossa frente, e sai empurrando todo mundo e vai pro quarto dele e começa a chorar”. [...] Eu já tinha um vínculo forte com ele, sabe dona? Então, vai fortalecer esse vínculo! Vai fortalecer mais ainda, a senhora me entende? Porque eu quero dizer pra eles? “Bá, óh... Não faz isso, cara! Tu vai ir pra lá e tu vai viver o que eu vivi. E eu já vivi aquilo e... E eu sei que é ruim, sabe? Então, não... Não faz isso! Não faz isso!”, sabe? Se for preciso, eu dar nele pra ele não fazer isso, eu vou dar nele pra ele não fazer aquilo, né dona? Porque eu sei que é difícil dona [...] Eles não vão aguentar ficar aqui dona. Eles vão chorar. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Como se pode observar, as relações não só de Paulo, mas dos adolescentes em geral com os irmãos também têm surgido como um aspecto significativo no que concerne às relações familiares, sendo que as figuras fraternas geralmente são mencionadas, mesmo que de diferentes formas, pelo viés da proteção, do cuidado e do valor que possuem. Assim como tem sido evidenciado nos resultados desse estudo, Predebon e Giongo (2015), também constataram que as relações mais fortalecidas nas famílias estão, justamente, na figura da mãe e dos irmãos. Portanto, diante da valorização das figuras fraternas, Paulo pareceu querer utilizar a sua experiência como um alerta às pessoas que são importantes para ele, no caso, os irmãos, de modo a aconselhá-los.

Já na entrevista com Elisabete, ela referiu que, no passado, quando Paulo foi residir com o avô, ela sentiu dificuldades em monitorá-lo em suas atitudes: “Olha, ele foi morar com meu pai, acho que ele tinha uns 12, 13 anos, que ele foi morar com o pai. Daí ali no pai eu perdi o controle, porque ele não tava mais junto comigo, né?”. Assim observou-se que tanto nesse núcleo familiar, quanto no contexto da família de André e Janaína, ambos adolescentes foram residir na casa dos avôs/avós, isto é, recorreu-se ao apoio da família ampliada em determinados momentos das trajetórias de vida. Na pesquisa de Dias, Arpini e Simon (2011), também foi apontada a importância de avós e tios como cuidadores nas histórias de adolescentes em conflito com a lei. Em especial, mencionaram situações em que as mães se veem incapazes de manter o controle dos filhos ou de algum deles e outros familiares entram em cena para contribuir nos cuidados e educação familiar. No entanto, observou-se que, ainda que os adolescentes tenham residido em algum momento com outros familiares, as mães permaneceram sendo figuras de referências para eles.

Em diversos momentos da entrevista de Elisabete, ela mencionou sobre as dificuldades que encontrava em sua rotina atarefada para sustentar a família, tendo filhos pequenos. Em relação a isso, contou sobre uma situação, que parece lhe ter sido marcante, de quando frequentava uma ONG que atua com a finalidade de prestar apoio e orientação a familiares:

Com o Paulo eu tinha a [nome da irmã] pequeninha. Eu trabalhava o dia inteiro. Chegava de noite, tinha que ir pra lá [...] Daí teve um dia que teve uma oração, que eu tive que segurar uma vela e eu dormi com aquela vela na mão, tu acredita? Enquanto tinha que fazer a oração, porque abaixou a luz, sabe? [...] De tão cansada que eu tava, né? [...] O que eu pude fazer, eu fiz né? (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Com esse relato, percebe-se o esforço que era desempenhado por Elisabete, na tentativa de dar o suporte que acreditava que Paulo precisava naquele período de sua vida. No entanto, compreende-se que as circunstâncias de ter que se distribuir em diversas atividades poderiam estar influenciando nessa relação, ainda que demonstrasse dispendêr as suas possibilidades naquele momento. De acordo com Borges (2010), a existência de rotinas nas famílias representa a forma com que as mesmas se organizam em torno do grande desafio de conciliar os interesses, gostos e necessidades, influenciando no bem-estar, no ambiente seguro e protetor de seus membros. Além disso, compreende-se que a organização das atividades e do tempo não interferem somente nos hábitos dos filhos, como também nos procedimentos reguladores por parte dos pais. Todavia, considera-se que rotinas exaustivas e atarefadas como foi referido por Elisabete, podem trazer repercussões nesse âmbito.

Durante a entrevista, Elisabete também referiu a sua percepção sobre a ocorrência de modificações na dinâmica familiar, com o cumprimento da medida socioeducativa de internação:

Eu acho que hoje ele expressa mais o amor dele. [...] Ele mostra mais. É que o Paulo não é muito de carinho né? Mas hoje, assim, ele me abraça, eu sinto que quando ele tá conversando comigo, ele me olha dentro do meu olho, sabe? Porque eu converso, assim... Mas o Paulo é... [...] É como eu te disse, é... Hiperativo. Ele não... Não para! Sabe? Mas, assim, eu vejo que hoje ele conversa mais! Hoje ele me abraça! Ele me fala que me ama, sabe? (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Além disso, ela referiu estar modificando algumas de suas atividades profissionais para poder estar presente nas visitas ao filho, já que ele faz questão de sua presença: “Eu tô investindo na mudança do Paulo, entende? Eu espero que aqui seja um aprendizado pra ele, né? Porque que ele repense, que como é difícil vim aqui. [...] Da dificuldade que isso representa [...] Porque tudo é um trabalho”. No entanto, ainda que represente dificuldades,

Elisabete também parece perceber aspectos positivos na internação do filho, podendo inferir, a partir disso, seu entendimento de que ele estaria amadurecendo com essa experiência e tornando-se mais responsável para com a sua família: “Por um lado foi bom o Paulo vim pra cá, porque ele vai pensar, né? Ele tem uma menina pra criar, né!”.

Sendo assim, considerando as discussões realizadas nesse tópico, as quais evidenciaram as possibilidades de aproximação a partir da privação de liberdade, percebeu-se também a centralidade e a importância com que as mães se apresentaram no transcorrer da medida socioeducativa nos diferentes discursos. Diante da relevância desse dado, a próxima categoria irá abordar sobre essa questão.

5.1.4.2 “Aqui o filho chora e a mãe não vê”: a relação mãe-filho em evidência no contexto de adolescentes em privação de liberdade

A predominância e a relevância com que aparecem as figuras maternas para adolescentes em conflito com a lei ou em contextos socioeducativos têm sido observadas em diversos estudos sobre essa temática. Essas pesquisas vêm salientando os elementos afetivos que frequentemente estão presentes na relação entre as mães e os adolescentes (Branco, Wagner & Demarchi, 2008; Coutinho, et al., 2011; Davoglio & Gauer, 2011; Dias, Arpini & Simon, 2011; Gomes & Conceição, 2014; Mestre, 2015; Monteiro & Rocha, 2013; Predebon & Giongo, 2015; Zappe, & Dias, 2012).

Diante do objetivo principal da presente pesquisa, que se propôs a compreender as repercussões da privação de liberdade para adolescentes e familiares, não se pôde deixar de observar que dentre todos os membros das diferentes famílias que integraram o estudo, os vínculos mais significativos foram entre os adolescentes e suas mães. Aponta-se, também, que a totalidade dos participantes familiares foram, justamente, as respectivas mães dos adolescentes. No entanto, para além de um aspecto quantitativo que esse dado indica, nos discursos dos adolescentes e das mães, qualitativamente, também se pôde ratificar sobre esse aspecto. Assim, essa categoria busca aprofundar sobre essas relações e como elas apareceram para os núcleos familiares deste estudo.

Os estudos que envolvem a questão da maternidade estão perpassados por representações sociais complexas e se constroem a partir de imagens, modelos e crenças estabelecidos histórica, social e culturalmente, o que os tornam um campo fértil nas áreas das ciências sociais e humanas (Mestre, 2015). Sendo assim, inicialmente, faz-se importante discorrer sobre o papel e a importância da figura materna no decorrer do desenvolvimento. De acordo com Winnicott (1965), haveria algo nas mães que as tornam particularmente

qualificadas para proteger os filhos e contribuir para suprir as necessidades que se apresentam. Os cuidados que são dispendidos pelas mães não viriam de um conhecimento formal, mas sim de uma atitude sensível adquirida desde a gravidez e na medida em que vai ocorrendo o desenvolvimento do sujeito.

A mãe representa uma figura básica e essencial durante todo o processo de desenvolvimento e educação dos filhos. Nos contextos em que ela assume a tarefa de prover a família, tanto em aspectos financeiros como afetivos, assim como as participantes dessa pesquisa, ela pode se constituir imprescindível para a constituição da subjetividade dos filhos. Nesse sentido, faz-se importante refletir sobre o papel materno no período de internação do adolescente em conflito com a lei, na medida em que há um afastamento físico, relacional, temporário e, ainda, indeterminado, entre mãe e filho em uma fase crucial do desenvolvimento humano, na qual ela perde a tutela deste para o Estado (Rocha, 2010).

A importância e a frequência de participação das mães no contexto do cumprimento da medida socioeducativa de internação foi corroborada pela pesquisa de Priuli e Moraes (2007). Nela, revelou-se que, em relação às visitas aos adolescentes, a mãe foi a pessoa que mais os visitou (50,0%), seguida do casal de pais (18,7%) e depois as figuras de avós, irmãs e madrastas. Além disso, a pesquisa constatou que a mãe foi a figura mais citada pelos jovens, em 79,1% dos casos. Ainda, segundo Davoglio e Gauer (2011), constatou-se que nas instituições socioeducativas qualquer situação que diga respeito a uma menção desrespeitosa ou inoportuna em relação às mães, pode ser deflagradora de agressões e desentendimentos entre os adolescentes, fator esse que reforça a proteção e o respeito que podem se fazer presentes em relação a essas figuras.

Em outra pesquisa, divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (2012), em âmbito nacional, foi possível constatar que as principais figuras responsáveis pela criação e cuidados com os adolescentes, novamente, foram as mães, uma vez que 43% deles referiram-na. Apenas 4% dos adolescentes foram criados somente pelo pai, sem a presença da mãe. Além disso, 38% das respostas corresponderam a ambos e 17% pelos avós.

Além disso, de acordo com Gomes e Conceição (2014), apontou-se que o apoio da família, sobretudo o da mãe, seria fundamental nos processos de mudança dos adolescentes em contextos socioeducativos. As mães dos adolescentes aparecem sendo as principais figuras de afeto nas trajetórias de vida dos adolescentes. Para além disso, essa pesquisa também revelou que quando os adolescentes percebem o sofrimento das mães pelo envolvimento infracional, este se torna um dos principais motivos que contribuem para motivá-los a romper com o mesmo, como já evidenciado na categoria anterior.

Sendo assim, para se pensar sobre esses aspectos, considerou-se relevante intitular esta categoria com um trecho de uma das entrevistas, a do adolescente Paulo, integrante do núcleo familiar 5. Enquanto Paulo relatava suas experiências no contexto da privação de liberdade, ele referiu:

Aqui a gente tem um ditado: “Aqui o filho chora e a mãe não vê”. Ele vai chorar, ele pode chutar a porta, ele pode fazer... Eu vou dizer pra senhora bem no... No português. Ele pode fazer o diabo a quatro ali. Chorando ou não, ele vai ter que puxar o que o juiz deu pra ele”. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Nas palavras do adolescente, por ser um ditado, esta seria uma frase frequentemente reproduzida no contexto da privação de liberdade entre os adolescentes e sugere que o sofrimento experienciado nessa instituição não poderá ser abrandado pelas figuras maternas, podendo-se inferir que elas seriam as que usualmente os protegem. Infere-se, com isso, uma função que parece ser reconhecida entre os adolescentes em relação às mães: elas seriam as pessoas de referência quando há algum sofrimento (que no ditado seria representado pelo “chorar”). Nessa perspectiva, independentemente da proteção e do cuidado que as mães tendem a exercer nesses casos, quando em unidades de internação, as regras sancionadas pelas autoridades, serão cumpridas e elas não poderão protegê-los.

O ditado referido acima estaria fazendo menção a um fenômeno coletivo em relação à importância das mães na instituição em que a pesquisa foi realizada. Todavia, com esse trabalho, objetiva-se discutir sobre esse tema, compreendendo individualmente esse aspecto. Sendo assim, seguem abaixo algumas subcategorias que indicam as particularidades que apareceram em cada núcleo familiar.

5.1.4.2.1 Valorização das mães e o distanciamento dos pais: como essas relações têm se apresentado?

No que concerne ao contexto desta pesquisa, foram recorrentes nos relatos dos adolescentes situações que evidenciavam as mães sendo bastante valorizadas. Para além disso, também foram apontados distanciamentos ou dificuldades nas relações com os pais. Sendo assim, selecionaram-se alguns trechos que foram considerados mais significativos nas falas dos adolescentes para exemplificar sobre a valorização das figuras maternas, já que esse foi um aspecto bastante explorado no decorrer das entrevistas. Realizou-se o mesmo procedimento, para abordar a questão das figuras paternas, que, no entanto, foram menos exploradas nas falas dos adolescentes.

Diante do tema das relações familiares, Assis (1999, p. 50) discorre sobre algumas condições que seriam determinantes para a qualidade das relações familiares: coesão, adaptabilidade e comunicabilidade. Também aborda sobre a importância que possui a presença e a participação afetiva de ambas as figuras parentais, referindo:

O pai tem papel fundamental e complementar na educação da criança e do adolescente. A mãe é a figura básica e essencial, não só na concepção, mas em todo o processo de desenvolvimento e educação da criança. Seu relacionamento com o filho tem início desde a gravidez, continuando por toda a vida. O pai, por sua vez, desempenha um papel igualmente importante, não só como provedor material, mas principalmente por representar aspectos sociais relevantes para a formação de seu filho. Ele transmite à criança a idéia de segurança, proteção e um afeto distinto daquele advindo da mãe. O pai que demonstra carinho, compreensão e tranqüilidade influi no equilíbrio e saúde da criança, desde a concepção. Além disso, fornece o apoio e o suporte de que a mãe necessita para desempenhar seu papel.

Considerando essas problematizações, em relação ao primeiro núcleo familiar, para Rodrigo, a valorização da relação com sua mãe apareceu em diversos momentos da entrevista, como, por exemplo, no trecho seguinte, que foi considerado um dos mais representativos quando abordou esse aspecto:

Com a minha mãe, foi sempre super ótimo, né dona? Porque a minha mãe é... Eu amo ela demais. Ela é tudo pra mim né? Eu respeito ela. Nunca, nunca vou alterar a voz com a minha mãe, né? [...] Ela é uma rainha pra mim, dona, sinceramente. [...] Sempre foi. E sempre vai ser. Se Deus quiser né dona? Porque ela é minha mãe né? Porque aí eu sempre tive um... Mais um amor por ela. [...] Porque mãe é sagrado né dona? É a única que a gente tem né? Hehe. Ela me criou. Nunca levantei a voz pra ela, tenho um carinho por ela. (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Nessa fala, observou-se a verbalização do sentimento de amor e também um posicionamento protetivo em relação à mãe, quando Rodrigo disse que nunca alteraria a voz com ela e que não gosta que alguém faça o mesmo. Nessa relação, parece existir um sentimento forte e que os une de forma intensa, o qual também fica evidente quando o adolescente demonstra valorizar a relação que possuem e refere-se à mãe como sendo uma “rainha”. Em consonância com o que foi dito por ele, Mestre (2015) utilizou-se da frase “Amor só de mãe”, por compreender que ela expressaria, justamente, o sentimento que constatou que adolescentes nesses contextos possuem sobre suas mães. Em outras palavras, esse sentimento de amor seria único, singular e, por vezes, até mesmo difícil de colocar em palavras. Esse aspecto, conforme foi evidenciado, também se aplicaria a Rodrigo.

Ainda discorrendo sobre as relações que estabelece no seu núcleo familiar, Rodrigo abordou sobre compreensões que possui em relação às figuras parentais, abordando algumas diferenças que percebe sobre elas:

Com meu pai eu não tenho o que eu tenho com a minha mãe. Como é que é? Aquela intimidade, sabe? Eu não tenho aquela intimidade mais, porque a gente já brigou bastante vezes. Porque ele é nervoso e eu também sou. [...] Porque eu acabei crescendo, né dona? A gente também cresce. E a gente acabou meio que se... [sinal com as mãos sinalizando um afastamento]. [...] Se falemo, sim. Ele me ajuda, mas tem coisas que a gente guarda pra gente né dona? [...] Eu não confio nele [...] Ela é minha mãe, né? Porque ela sempre me tratou com carinho. Não tô dizendo que o meu pai, assim, não me tratou com carinho. Mas ela sempre me entendeu, assim, porque quando eu era pequeno eu já apanhei do meu pai, né dona? Mas não precisava. Não é assim que se educa um filho, eu acho, hoje em dia. (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Nesse trecho da entrevista, evidencia-se que a relação do adolescente com o pai parece ser mais distante, quando comparada a da mãe, pois até mesmo já teriam ocorrido situações de violência e agressões físicas, as quais Rodrigo demonstrou desaproveitar. Assim como foi discutido acima, pode-se inferir que a referência que o adolescente possui em termos de afeto e de proximidade, estaria centrada na mãe, que, segundo seu relato, sempre o teria tratado com carinho. Essas percepções também foram compartilhadas por Gisele durante a sua entrevista, quando ela referiu: “Eu acredito que eles se gostem. O pai dele gosta muito dele. Mas não é que nem eu e o Rodrigo. É diferente.”. Gisele também acrescentou que entende que o marido teria dificuldades de se comunicar de forma não-violenta, pois referiu que ele grita ao invés de propor uma conversa.

Eu gostaria que ele conversasse com os guri. Sem gritar. Ele grita e me irrita. E eu também não gosto que grite comigo. Só que às vezes ele grita comigo. Se ele tá muito brabo, ele grita. [...] Assim, se ele tá muito brabo, começa lá... Bater boca. Eu saio, vou lá fora, estender uma roupa, fazer alguma coisa. Quando eu entro, tá tudo calmo. Porque eu cheguei a essa conclusão, se eu for lá discutir com ele, vai virar uma briga generalizada. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Evidencia-se, assim, o que parece ser uma confusão entre a importância do exercício do papel de autoridade e o exercício do autoritarismo na relação com os filhos. De acordo com Monteiro (2013), o autoritarismo estaria relacionado a uma violência que é nociva para a educação dos filhos, por se basear em uma imposição. Já o exercício de uma autoridade pressupõe o estabelecimento de uma relação hierárquica, sendo um ato legitimado com naturalidade, pois se baseia em uma hierarquia reconhecida em que ambos têm posições

estáveis. Dessa forma, um exercício mais adequado da autoridade justifica a ausência da necessidade do uso da força e da obrigação e é fundamental para que a família se apresente como fator de proteção frente às manifestações desviantes. Contudo, quando se colocam algumas dificuldades, pode se constituir como o fator desencadeante delas (Brondani, 2016). Nessa perspectiva, constata-se que a imensa maioria dos adolescentes em conflito com a lei já tenham experimentado, pelo menos uma vez, algum tipo de violência no ambiente familiar, sendo que o pai tem sido apontado como o principal agressor. Assim, as relações em família podem ser um indicador da natureza do perfil comportamental do adolescente, por serem a base dos vínculos afetivos mais significativos (Lima, Alcântara, Almeida & Alves, 2006).

Para o adolescente Miguel, também ficou em evidência a importância da figura materna. Em um determinado momento, conversando sobre a experiência socioeducativa e referindo-se à elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), ele disse que esse momento havia sido importante e acrescentou que a razão disso foi “porque minha mãe tava ali”. Diante dessa fala de Miguel, pode-se inferir que ele pontuou como sendo a razão, ou então, como uma das razões mais relevantes em relação ao PIA a “simples” presença da sua mãe na instituição. Isto é, a proximidade dela teria tornado o momento especial e significativo.

Esse relato pode ser compreendido, recorrendo ao conceito de confiabilidade ambiental proposto por Winnicott (1957), que sugere que esse seja um aspecto a ser promovido no desenvolvimento da criança e que pode continuar sendo muito importante na adolescência. De acordo com o autor, desde a infância, é através do ato de “prover” um ambiente que represente confiança que se facilita a saúde mental e o desenvolvimento emocional. Assim, a provisão ambiental apontada através do exercício da função materna é algo essencial para o desenvolvimento. Pode-se inferir que, agora, nessa experiência, Miguel possa ter identificado na presença da mãe na instituição, uma confiabilidade, o contato com algo que lhe é familiar, relacionado ao contato maternal, com o qual se identificou através das experiências anteriores em relação à Cláudia.

Além disso, no decorrer da entrevista, percebeu-se a não inclinação de Miguel em mencionar sobre o seu pai, pois foram em poucos momentos que ele o referiu. Acredita-se que isso tenha ocorrido, justamente, pelas dificuldades que a ausência dessa figura representaria em sua trajetória de vida, aspecto que foi apontado na entrevista com a mãe. Assim como na presente pesquisa, Gomes e Conceição (2014) constataram que a relação com o pai, além de menos comentada, parece ser um ponto mais nebuloso para os adolescentes. Rolim (2016) também pontuou que os relatos mais problemáticos que envolvem os contextos familiares de

adolescentes em privação de liberdade são relacionados à ausência dos pais ou para a experiência da incompreensão, hostilidade ou ainda de violência com eles.

Nesse sentido, Cláudia mencionou que o pai de Miguel soube da notícia da privação e que o mesmo não demonstrou interesse em visitar ou se aproximar do filho e referiu também que: “A gente não conversa. Ele não procura ninguém. Ele não procura ninguém”. Através desse relato de Cláudia, pode-se inferir que o pai não teria se constituído uma figura de referência para Miguel durante o seu desenvolvimento, pois não o teria procurado e se aproximado. Esse fato pode ser corroborado por outro trecho da entrevista em que Cláudia mencionou ter procurado a ajuda dele, quando em um determinado momento da adolescência de Miguel, sentiu que não estava conseguindo mais acessar o filho, que demonstrava grande envolvimento no contexto infracional. Mas, segundo seu relato, nem mesmo nessa situação o pai teria participado e contribuído:

Daí fui procurar ajuda do Conselho. [...] Entrou em contato com o pai. Eu disse que eu queria ajuda do pai dele. Não com dinheiro, porque ele nunca deu nada, mas que pelo menos chegasse fim de semana, encostasse o carro e dissesse: “Meu filho, vamos sair? Vamos jogar bola e ir andar. Vamo pra casa do pai?”. Fizesse alguma coisa, assim, pra tirar ele. Que eu vi que eu não tava conseguindo, que eu não tava mais conseguindo mesmo. Daí ela entrou em contato com ele, ele foi lá, assinou um termo de responsabilidade, de compromisso, mas nunca... [Silêncio]. Daí eu e ele só piorando, piorando... Foi o que ele fez de pior né? (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Percebe-se que, em uma situação de fragilidade, Cláudia solicitou que o pai de Miguel se fizesse presente, pois possivelmente identificava que essa seria uma aproximação importante naquele momento. Nessa tentativa, ela não estaria em busca de suporte financeiro, ainda que esse seja um aspecto importante, mas sim em busca de alguém que estivesse por perto, apoiando e dividindo responsabilidades. Ela esperava, portanto, que ele, finalmente, pudesse exercer a função paterna. Para Winnicott (1957), o pai não precisa estar presente o tempo todo, porém deveria aparecer com frequência para que a criança sinta que o pai é um ser vivo e real. No entanto, no caso de Miguel, o pai não parece ser alguém que aparece com frequência. Pelo contrário, nem mesmo em um contexto peculiar de fragilidade com Miguel ele se aproximou.

Outro aspecto a ser considerado é que quando os pais não são capazes de orientar e promover o desenvolvimento dos filhos, a mãe pode acabar sobrecarregada, pois o ambiente protegido e de apoio que deveria ser propiciado pode não se construir. Além disso, podem surgir significativos desafios com a ausência do pai no interior da família, salientando que os casos de uma presença instável, temporária e menos envolvida dessa figura na família

também trazem repercussões. A ausência ou fragilidade da figura do pai, como pessoa, é algo a ser considerado, mas principalmente, há de se considerar uma ausência de ordem simbólica desta função, que muitas vezes não se instala (Dias, Arpini & Simon, 2011).

Em relação à questão simbólica da função paterna, entende-se que a mesma é fundamental para sustentar a lei e representá-la para o sujeito. A falta de contenções e impedimentos pode repercutir em atitudes de convívio social, no exercício da cidadania e no respeito dos direitos e deveres. Considerando o contexto de adolescentes em conflitiva com a lei, compreende-se que a relação com as regras é um aspecto delicado e conflitivo (Brondani, 2016). Nessa perspectiva, muitas vezes, a lei jurídica vem a suprir a lei “do pai” e a justiça, portanto, deve buscar compreender que no ato infracional há também um pedido de ajuda para os conflitos pessoais e intersubjetivos da família e da sociedade, de maneira geral (Sena, Machado & Coelho, 2006).

Outro aspecto importante de ser considerado são questões relacionadas à legislação, aspecto que foi problematizado por Kehl (2008) em relação às “mães abandonadas”. Buscando compreender a questão de que “os filhos são da mãe” e de que frequentemente os pais as responsabilizam, como únicas cuidadoras e se ausentam, discute-se a importância de que a lei exista e se faça cumprir para “obrigar adultos responsáveis a assumir filhos renegados e pagar pensões alimentícias” (p. 61). No entanto, pondera-se também que a lei não pode obrigá-los a se interessar e entender que os filhos sempre devem fazer parte da vida do pai e da mãe. Da mesma forma, não se poderia obrigá-los a entender a importância que a convivência com os pais pode ter para um filho, de modo que a não convivência também pode trazer repercussões significativas. Cláudia poderia ser considerada uma “mãe abandonada” nos termos propostos. No entanto, no caso desse núcleo familiar, nem mesmo o suporte financeiro pareceu ter ocorrido, pois ela referiu “ele nunca deu nada”.

Já em relação a André, adolescente do terceiro núcleo familiar, também se percebeu a existência de uma estreita vinculação com a mãe Janaína. Em um dos momentos mais relevantes da entrevista em que esse aspecto pôde ser observado, foi quando o adolescente quis compartilhar o trecho de uma música que estava escrevendo, sendo que a mesma continha uma homenagem para a sua mãe: “Prisão perpétua é a morte. Eu volto é sim. Você é a parte boa que existe em mim. Mãe”.

Constata-se nessa escrita, que durante a privação de liberdade, ele parece estar se referindo à possibilidade de retornar ao mundo externo, lembrando que a privação de liberdade não seria definitiva em sua trajetória. E quando fez essa referência, mencionou a figura materna como sendo a “parte boa” da sua vida. Essa seria uma afirmação muito forte e

representativa, pois ele parece ter colocado a mãe em uma posição de valorização e reconhecimento. Também ficou implícita nessa escrita que a volta para a liberdade estaria atrelada a essa “parte boa”.

Em oposição à sua mãe, a qual foi citada em diversas situações durante a entrevista, o pai de André não foi mencionado com a mesma frequência e nem mesmo através de características semelhantes. O adolescente referiu que eles residem em cidades diferentes, e que não haveria procura de nenhuma das partes. Assim, quando se conversou sobre a existência ou não de contato com o pai, ele mencionou: “Não tenho. Eu nem gosto muito dele. [...] Nunca participou. Nunca participou.”.

Janaína referiu que o filho não costuma expor, mas a relação com o pai seria um aspecto muito conflitivo para ele: “Ele sofre quieto, que nem ele disse. Dia dos pais, ele é furioso. Ei, ele bufa, assim... [...] Ele fica com outra fisionomia no rosto. Parece que ele muda, sabe? Que é uma situação que é difícil pra ele”. Nessa perspectiva, Predebon e Giongo (2015), também apontaram que uma das principais problemáticas dos adolescentes que cometem atos infracionais relaciona-se à inexistência de um pai, justamente, no que diz respeito à ausência simbólica desta função, que possibilite a vivência de um sistema de limites e proibições que toda a cultura possui. Nessa perspectiva, Aberastury (1984), salienta que sentir-se filho do pai é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo como o próprio fato de sê-lo. No caso de André, a ausência do papel afetivo, protetivo e de autoridade e as questões relacionadas a isso, parecem se exacerbar em datas comemorativas, como por exemplo, a do dia dos pais.

Observou-se que o terceiro núcleo familiar teriam algumas experiências semelhantes ao segundo núcleo familiar, pois ambas as mães referiram ter solicitado a ajuda dos pais em momentos que não estavam conseguindo dar conta dos filhos e também na situação de quando eles ingressaram na privação de liberdade. No caso do terceiro núcleo familiar, sobre essas situações, Janaína referiu: “Quando o André já tava querendo aprontar, a gente mandou pra ir pra lá com o pai. O pai levou lá, mas daí, ele brigou com a madrasta.”. Aparentemente, não teria havido uma negação do pai em receber o filho, no entanto, o relacionamento com a madrasta pareceu ser um obstáculo para a aproximação, fazendo, inclusive, com que André voltasse para a casa da mãe antes do período previsto.

Já em relação à notícia da privação de liberdade, ela fez o seguinte relato:

Aí conversei com o pai do André quando aconteceu isso com ele. “Óh, o André, aconteceu isso. O André tá preso, assim, assim.”. Aí eu pensei, assim, que ele podia dizer assim: “Não, eu vou aí ver ele num final de semana.”, porque ele tem carro né?

“Eu vou aí ver ele”. Não se prontificou. Não liga pra mim, pra saber do André”. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Diante desses relatos, parece ficar evidente que em situações mais graves e significativas das trajetórias de vida dos adolescentes, as mães procuraram o auxílio e o suporte dos pais de seus filhos. Ademais, elas pareceram também estar procurando alguém que participasse e compartilhasse da responsabilidade de cuidado dos filhos, das angústias e obstáculos que o exercício da parentalidade pressupõe. No entanto, também se observa que parecem se fazer presentes para os pais algumas questões e dificuldades que interferem no posicionamento que é esperado dos mesmos. Ainda que não fosse desejável que as mães tivessem que solicitar que a presença paterna se efetivasse (já que ela deveria ser intrinsecamente compreendida pelos pais), quando elas o fizeram, segundo seus relatos, não teria sido o suficiente para trazê-los de forma mais participativa para perto dos filhos.

No que se refere ao quarto núcleo familiar, Vinícius relatou a relação com a mãe da seguinte forma: “Minha relação com ela? Bei, era muito boa! Bei, minha mãe é nota 10! Ela é minha rainha né? Meu tudo! Só com ela!”. Ao se referir a ela com adjetivos como “nota 10”, “rainha”, “tudo”, compreende-se como se estivesse a colocando em uma posição de perfeição, uma posição idealizada. Pôde-se perceber também a constante presença que Adriana tem em sua trajetória de vida, porque em diversos momentos da entrevista, foram feitas menções, como por exemplo, em situações de compartilhamento sobre os problemas e atritos que se faziam presentes, a companhia para tomar chimarrão todas as manhãs, ou ainda, o retorno para voltar à cidade onde residem por solicitação dela. Contudo, seria importante pontuar, conforme foi problematizado por Badinter (1985), que o amor materno é apenas um sentimento humano e, como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. A autora ainda discute que nas situações em que se depara com essa idealização, possivelmente haveria uma resistência em se pensar que o amor materno não é indefectível, talvez em razão da recusa de se questionar sobre o amor absoluto da própria mãe.

Sendo assim, ao realizar reflexões sobre o “ser mãe”, é preciso buscar contemplar os aspectos que reverberam para essa condição, incluindo a forma com que se colocam as relações com o pai e com o filho, além das implicações individuais do que representa o “ser mulher”. De acordo com Roudinesco (2003), historicamente, construiu-se a percepção de que recairia para a mulher, acima de tudo, o exercício da maternidade e do cuidado com os filhos. Dessa forma, considerando também as questões propostas por Badinter (1985) sobre o “ser mãe”, no caso de Adriana, ela parece estar assumindo uma responsabilidade com os filhos,

justamente, por não concordar com as atitudes de seu marido, enquanto pai. Esse aspecto também parece torná-la uma figura proeminente, em destaque no contexto familiar, tamanha parece ser a sua doação na execução do papel materno. De forma taxativa, ela diz se considerar pai e mãe ao mesmo tempo, sendo esse um aspecto significativo e que foi abordado no trecho abaixo:

O meu marido sempre foi aquele tipo de pai que ele cobrava, mas um tipo de cobrança que eu acho que tava errado. Pra mim, ele tava empurrando meu filho pra certas coisas. [...] Não desejo o mal dele, mas eu acho que uma hora ele vai ser cobrado. Porque tudo que tu faz pra um filho, eu acredito que um momento vai ter o acerto. [...] Eu me considero melhor que ele sim, porque ele é um pai presente, é um pai vivo, mas sempre quem foi pai e mãe fui eu. [...] Agora, depois do que aconteceu as coisas com ele, que ele tá tentando ser mais presente, mas ainda acho que ele tá errado, que ele não tá fazendo o papel de pai, que ele deveria fazer. [...] Eu sou. Tenho orgulho e sou pai e a mãe e continuo sendo. (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Percebe-se que Adriana teria discordâncias significativas das atitudes dele como pai e salientou uma importante diferença, na sua percepção, entre pais que estão por perto e pais que realmente buscam estabelecer uma relação de proximidade. No entanto, há de se considerar também as ressonâncias dos referidos aspectos históricos que ainda podem se fazer vigentes, quando trata-se do papel de cuidador dos filhos, já esse foi por muito tempo exclusivamente destinado à mulher/mãe. No entanto, na contemporaneidade, estaria presente uma concepção ampliada para a paternidade, que vai além do que tradicionalmente se colocou: autoridade e sustento econômico. Nesse sentido, o resgate da presença do pai no ambiente familiar, ao problematizar as ausências, contribui para a superação de alguns paradigmas que permeiam a maternidade e a paternidade, dissolvendo, em especial, as perspectivas de que mães são as melhores cuidadoras, e os pais ocupam uma posição secundária na relação com os filhos (Cúnico & Arpini, 2016).

Assim como foi pontuado por Adriana, segundo Gomes e Conceição (2014), a ausência paterna também pode ocorrer na forma de omissão. Os pais, ainda que presentes, omitem-se ao não estarem dispostos a dialogar com os filhos ou participar ativamente de suas vidas. Dessa forma, um exercício inadequado da função paterna não necessariamente ocorre de forma totalmente ausente, pois podem permanecer em contato com os filhos no decorrer do desenvolvimento e ainda que estejam fisicamente presentes, podem ser relacionamentos construídos de formas mais superficiais, sem direcionamentos na perspectiva de cuidado (Brondani, 2016). Adriana também exemplificou as discordâncias que possui em relação ao pai de Vinícius:

Muitas vezes uma palavra, meia mal falada. Vai saber o que se passava na cabeça dele, né? Não, é que o pai dele falava certas coisas duma maneira que eu achava errada, entendeu? [...] “Tu é um isso, um aquilo, aquele outro!”. [...] Coisas que não era pra ser falado ali pra um guri da idade que ele tava! [...] Que nem uma vez, ele veio aqui, aí ele me chega pro Vinícius e diz assim: “Ah, se se atravessarem no teu caminho, tu tem que rachar o melão”. Capaz! Como é que tu vai chegar... “Tu não parece um homem velho!”, eu disse pra ele! Como é que tu vai chegar pro guri que tá lá dentro... Ah, vou chegar lá, vou dizer pro meu filho: “Se fulano se atravessar no teu caminho, tu óh” [Fazendo sinal com as mãos de alguém dando um soco]. Mas aí eu vou tá incentivando! Eu não sou assim, entendeu? Eu quero apaziguar! [...] Não tem como! Eu não posso isso aí. (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Com esse exemplo, Adriana parece referir que o pai estaria incentivando Vinícius a realizar atitudes violentas, aspecto esse que estaria sendo repudiado por ela. Enquanto o pai que deveria exercer a função paterna, a qual se localiza no espaço de subjetivação do exercício da autoridade, possivelmente, na percepção de Adriana, ele não estaria conseguindo colocar-se nesse lugar. De acordo com Oliveira (2001), quando discute em seu capítulo “Cadê o pai que não estava aqui?”, refere que as novas gerações têm evitado serem “pais”. Isso tem ocorrido, pela dificuldade de sustentar e transmitir uma filiação, que implica a colocação de limites aos prazeres que são colocados e buscados a todo o momento. Nesse sentido, Zappe e Dias (2012) também apontam que em muitos casos, o pai falha ao introduzir a lei como suporte à renúncia da satisfação dos impulsos.

Além disso, em um tom irritado, Adriana ainda acrescentou sobre uma situação que teria ocorrido no dia dos pais. Ela compartilhou esse exemplo também procurando manifestar seu descontentamento em relação ao papel do pai:

Como trabalha de noite, ele chegou aqui e deu uma... Um ataque de sono nele, que tava melhor ele dormir sentado do lado. Então, tudo isso, ele sentiu, bem dizer. [...] Eu não ia vim domingo passado. Eu vim. Aí, ele me disse: “Ai, Adriana, tu vai comigo?”. Eu disse: “Eu vou”. E aí também já... Já tinha dado uma briguinha, porque ele tava meio assim... “Vou ou não vou?”. Eu digo: “Como é que tu não vai, rapaz? Hoje é dia dos pais, vai lá passa com o teu filho!” [...] Como é que eu vou chegar aqui no dia dos pais, sem o pai dele? Eu vou dizer o que? O que que eu vou dizer, entendeu? [...] Eu sei que eu, pra mim, não ia fazer diferença, mas eu sei que eu ia sair daqui e ele ia se abalar aqui dentro, sabe? (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Nessa situação, percebe-se no relato de Adriana um descontentamento com o marido, quando ele não parecia estar valorizando a importância da sua presença para o filho no dia dos pais. Já na entrevista com Vinícius, quando o adolescente mencionou sobre o seu relacionamento com o pai, ele disse: “Era boa também, mas não era que nem com a minha mãe. [...] É que meu pai é mais, né? Casca dura, né?”. Ou seja, ainda que ele não tenha

mencionado problemas na interação com o pai, ele se referiu a essa relação, comparativamente à proximidade que possui com Adriana. Assim, a relação que possui com ela parece se apresentar de modo mais íntimo e próximo, da mesma forma que a relação com o pai apareceria mais distante. Diante disso, este estudo também corrobora com o que foi exposto por Rolim (2016), que, em geral, os adolescentes não vinculam aos seus pais aspectos afetuosos dignos de menção pelos adolescentes. No entanto, em relação às mães essas menções são frequentes.

Passando para o quinto núcleo familiar, Paulo também se referiu a sua mãe reiteradamente durante a entrevista. Em seus relatos, percebeu-se que o adolescente a coloca em uma posição de centralidade, como pode ser constatado nos trechos: “Minha mãe... Bá! É a única que tá sempre comigo né dona?”; “A minha mãe é... Minha mãe e minha esposa são tudo pra mim né dona? Bui!”. A pesquisa de Davoglio e Gauer (2011) também ressaltou o forte sentimento afetivo e a preocupação familiar, que ocorreriam, especialmente, em relação à figura materna. Atrelado a isso, os adolescentes acabam criando expectativas tanto em relação às visitas delas, quanto em relação à compreensão e ajuda durante o período do cumprimento da medida socioeducativa. Considera-se, contudo, que em razão das expectativas direcionadas às mães, pode ser despertado no adolescente um desejo de orgulhá-las e de corresponder ao que elas esperam, conforme Paulo mencionou:

Se eu tenho alguma coisa pra aprontar, mesmo se eu não tiver casado, eu tenho que pensar na minha mãe, que é ela que vai sofrer as consequências [...] Eu já dei muita decepção pra minha mãe, sabe dona? E eu só quero sair daqui, dar só orgulho pra ela. Chega de dar decepção pra minha mãe. Depois que eu sair daqui eu quero dar só orgulho pra ela. E o orgulho dela é ver eu trabalhando. Eu na minha casa, com a minha família, esse é orgulho dela. E é esse o orgulho que eu vou dar pra ela, né? Chega, eu não quero mais ninguém sofrendo. [...] Depois que eu sair daqui, eu nunca mais quero ficar longe da minha mãe! (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

De forma semelhante, na pesquisa de Costa (2007), também se constatou uma situação similar em que se mencionou o desejo de orgulhar a mãe. Nesse sentido, parece que nas situações em que as figuras maternas acompanharam as trajetórias dos filhos e se constituíram como as principais figuras de referências para eles, pode se desenvolver a sensação de que seria necessário compensá-las ou agradá-las, a partir da privação de liberdade. Ainda que os adolescentes já reconhecessem a importância das mães em suas vidas, elas parecem ser ainda mais valorizadas nesses contextos.

Sobre a relação com seu pai, Paulo também não a explorou no decorrer da sua entrevista. Acredita-se que, (assim como o adolescente Miguel, integrante do segundo núcleo

familiar) esse possa se constituir como um tema de difícil abordagem e exploração. Todavia, obtiveram-se algumas notícias sobre esse pai na entrevista com Elisabete, onde se constatou, segundo o relato dela, que no primeiro ano de vida de Paulo, eles se separaram e que a relação pai-filho também não teria se mantido desde então.

[Participante] - É o pai do Paulo que nem dá pra se comparar a uma pessoa, né? Então, eu sempre fiquei sozinha. [...] O pai do Paulo a gente separou quando o Paulo tinha 1 ano. E daí eu fui vivendo a minha vida, né? Com os meus filho. [...] Eu não recebo nem pensão do pai deles. Nunca recebi. Nunca pedi nada. Nada pra eles, porque ele nunca me ajudou e ele sempre foi muito ruim pra mim, né? [...] Pai deles nunca deu nada pra eles.

[Entrevistadora] - E nem em questão de convivência, assim?

[Participante] - Não, não. Nada. Não. Nunca. Nunca mais vi. (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Segundo Elisabete, uma das razões que levou à separação e o distanciamento do casal foi a agressão física que o pai de Paulo cometeu. Diante disso, constata-se novamente que podem existir dificuldades em diferenciar o que diz respeito ao casamento e à relação do casal, enquanto marido, do que diz respeito aos filhos, enquanto pai. A ideia de que os “filhos são pra sempre” e de que os pais deveriam se apropriar dessa responsabilidade parece não ter se colocado na prática no caso de Paulo e de outros adolescentes deste estudo. A paternidade também implica uma verdadeira conexão com os filhos. Nessa perspectiva, é perceptível uma resistência dos pais em assumir a paternidade de uma criança proveniente de uma relação conjugal desfeita (Cúnico & Arpini, 2014).

Segundo Alencar & Moraes (2017), nas situações em que o papel do pai não é assumido ou desempenhado, podem surgir dificuldades na criança ou no adolescente em aspectos como o estabelecimento de vínculos, autoestima e confiança em si mesmo, sendo possível que também surjam obstáculos na transmissão da importância desse lugar para os seus filhos. Portanto, ainda que se compreenda que possam existir tais repercussões e prejuízos, pouco se aborda ou se explora sobre os motivos que levariam esses pais a não acompanharem as trajetórias e o desenvolvimento de seus filhos, sendo esse um importante aspecto a ser considerado.

Como se pôde observar nas discussões dessa categoria, dentre os discursos dos adolescentes foi unânime a centralidade e o reconhecimento da importância das relações dos adolescentes com as respectivas mães, diante das singularidades de cada núcleo familiar. Esta pesquisa parece demonstrar que ainda pode se fazer muito presente nas famílias a perspectiva histórica de que o cuidado dos filhos é algo de responsabilidade da mulher/mãe.

Percebe-se, assim, a valorização da relação com as mães na perspectiva dos filhos, por vezes, até estabelecendo relações idealizadas, através da imagem de uma suposta perfeição das figuras maternas. De forma semelhante, também pode existir uma relação de idealização das mães para com os filhos e dentre outras repercussões, se constatou a questão do sentimento de culpa, verbalizado de diferentes formas pelas mães participantes e que será abordado no próximo tópico. Acredita-se que a recorrência com que aparece esse sentimento entre as mães possa estar atrelada aos papéis de grande importância que têm ocupado dentro dos contextos de suas famílias.

5.1.4.2.2 Buscando compreender o sentimento de culpa das mães

Ter um filho adolescente implica importantes responsabilidades, assim como também gera dúvidas para aqueles familiares que se sentem inseguros sobre a forma com que os papéis serão exercidos e ao tipo de autoridade que será desempenhada. Salienta-se, com isso, que essa não é uma tarefa simples de ser executada, dados os inúmeros desafios que se atravessam no decorrer dessas transformações e adaptações (Predebon & Giongo, 2015).

Nessa direção, das repercussões que podem se fazer presentes aos contextos familiares a partir da internação, Zappe e Dell’Aglia (2016) discutem sobre alguns desafios que, naturalmente, se colocam às famílias no que concerne à promoção do desenvolvimento saudável na adolescência. No entanto, de acordo com as autoras, em contextos institucionais, como o da internação socioeducativa, estes desafios podem ser ainda mais intensos, pois também se faz necessário superar as adversidades que levaram à institucionalização.

Pensando nos desafios que podem se fazer presentes, ressalta-se que o sentimento de culpa, por vezes, parece estar presente para adolescentes e familiares em se tratando do contexto socioeducativo. Foram encontrados estudos que abordaram sobre esse sentimento (despertado ou não) nos adolescentes que cometeram atos infracionais (Penna, 2017; Souza, Calazans & Moreira, 2017). Os autores Sousa, et al. (2018), por exemplo, discutem que os mesmos buscam explicações para estarem vivenciando o processo de institucionalização e que, em razão disso, culpam-se, procuram culpados, ficam tristes, pensativos, se reportam ao período que antecedeu a internação e lamentam profundamente não ter ouvido e atendido aos apelos familiares.

No entanto, na presente pesquisa, um importante dado que se destacou nas entrevistas foi o sentimento de culpa verbalizado, de alguma forma, por todas as mães participantes. Acredita-se que dois aspectos poderiam estar repercutindo na sensação acentuada de

responsabilidade: o fato de serem as principais referências (e em alguns casos, as únicas) nas trajetórias de vida dos filhos e também por serem consideradas figurais essenciais e centrais nos diferentes contextos familiares. Esses aspectos podem ser percebidos em falas como a de Gisele, referente ao primeiro núcleo familiar:

O meu marido também trabalhava. [...] Eu trabalhava de faxina, porque eu nunca quis trabalhar de carteira assinada, porque eu dizia: “Não vou deixar os guri sozinho, atirado, porque é perigoso”. E mesmo assim, olha o que deu, sabe? Mas às vezes eu penso... Eu fiz a minha parte. Eu errei, mas eu não sei aonde que eu errei. [...] Eu fazia pensando que eu tava fazendo certo! Eu tentava cuidar dos guri. Assim, eu ficava por casa e cuidava deles e fazendo pão e limpando a casa [...] Bem de dona de casa, mesmo. A gente era feliz, antes de acontecer isso. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Essa fala de Gisele se apresentou de forma representativa para os dados desta pesquisa, pois ela parece estar buscando respostas e, ao mesmo tempo, não entender o que possa ter ocorrido na educação que deu aos filhos. Em sua compreensão, ela demonstra ter feito tudo que compreendia que uma mãe devota ao seu lar e sua família deve fazer, que inclui dedicar-se à criação dos filhos, sem trabalhar com carteira assinada e também realizar as tarefas domésticas. Essa compreensão pode ser corroborada também por outro trecho de sua entrevista: “Eu me sentia uma bocó. Eu me sentia frustrada, sabe? Porque eu não... Eu sabia que eu tava errando na educação dele, mas eu não sabia o que fazer pra eu acertar, sabe?”.

Durante a entrevista, Gisele também referiu sobre o sentimento de culpa em relação ao filho mais velho, que é cadeirante em decorrência de um disparo de arma de fogo, e que também esteve envolvido com o contexto infracional: “Ele era muito arteiro quando era pequeno. Ele incomodava muito. O pai dele batia bastante nele, de vara, assim. Batia. E daí também, isso também, às vezes, assim, **eu me sinto culpada**. Eu penso: Ai, será que eu sou culpada?”. Nesse trecho, Gisele abordou o posicionamento do marido em relação à educação dos filhos. No entanto, mesmo relatando atitudes dele e não sendo ela quem batia nos filhos, parece permanecer se sentindo responsável por essa atitude. Quando mencionou que se culpa pela agressão aos filhos, é como se estivesse dizendo que os aspectos relativos à educação deles seriam responsabilidade unicamente dela, por ser a mãe.

Considerando esses aspectos, parecia ser difícil para Gisele, em um primeiro momento, perceber outras possíveis falhas e responsabilidades, que não fossem dela, em relação à educação dos filhos. Contudo, no decorrer da entrevista, em um determinado momento, ela mencionou outras questões além das já abordadas e que seriam relativas ao

marido. Isto é, passou a refletir que uma situação em específico, poderia ter influenciado no que seria uma tendência violenta dos filhos, conforme a transcrição abaixo:

Talvez isso tudo tenha a ver com a nossa vida lá atrás, que quando os guri eram bem pequeno, andava tendo umas briga com meu marido e um outro sobrinho dele. Talvez as criança já se criaram vendo. Talvez isso foi acumulando. [...] O meu marido com os primo dele. [...] Ah, era umas briga bem feia, de facão, com tiro, essas coisas. [silêncio] E eles eram pequenos. É, tinham quatro, cinco aninhos e talvez foi isso que eles foram se criando, assim. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Diante desses trechos da conversa com Gisele, faz-se importante considerar e salientar que essas falas possivelmente estejam permeadas por um grande sofrimento, justamente, por contemplarem angústias e incertezas em relação aos acontecimentos com os filhos. De acordo com Dias, Arpini e Simon (2011), existiria uma inclinação por parte dos familiares de culpabilização seja deles próprios ou de figuras próximas pelo envolvimento com atos infracionais. Todavia, assim como neste estudo, essas autoras constataram que os familiares não tendem a conjecturar outros possíveis fatores associados à situação de vulnerabilidade como, por exemplo, condições de trabalho inadequadas, contexto sociocultural violento, falta de assistência, entre outros.

Contudo, Gisele parece se contrapor a essa perspectiva na medida em que referiu a sensação de falta de acolhimento pela sociedade de maneira geral, bem como a dificuldade de compreensão dela sobre tudo que envolve o fenômeno do cometimento de um ato infracional: “As pessoas lá fora só condenam a gente. Ninguém tá pra ajudar. Só condenam né? ‘O Rodrigo não pensa, que o Rodrigo é isso, que o Rodrigo é aquilo.’. Mas eu sou a mãe dele, entendeu? Ninguém vem pra falar uma palavra boa, uma palavra amiga né?”. Nesse sentido, Gisele parece denunciar uma falta de sensibilidade com ela e sua situação, como a mãe do adolescente, na medida em que estaria sendo “desconsiderada” em suas questões e julgada pelo papel que ocupa. Mestre (2015) também mencionou esse como sendo um importante ponto de tensão, ao se direcionar para a questão das mães e seus filhos nesses contextos. O obstáculo se coloca, pois elas, no exercício da maternidade, querem proteger os filhos ao mesmo tempo em que precisam lidar com o fato de que o “crime” também é perpassado por questões sociais.

Sob a ótica de Goffman (1988), essa fala de Gisele também poderia ser pensada através do conceito de estigma abordado pelo autor. Para ele, diante do estranho e de evidências de que uma pessoa possuiria atributos que a tornam diferente dos outros, deixa-se

de considerá-la alguém comum, reduzindo-a àquilo que a distingue, diminuindo-a. Em especial, os estigmas aparecem nas situações em que o descrédito é muito grande, podendo ser, até mesmo, considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. Nos casos em que isso ocorre, parece que elas seriam concebidas unicamente através do estigma de “mãe do adolescente que cometeu um ato infracional”. Esse fator também contribuiria para reiterar um sentimento de culpa já existente.

Já Cláudia, que é a mãe integrante do segundo núcleo familiar, não verbalizou como as demais mães diretamente sobre o sentimento de culpa. No entanto, compreende-se que nas entrelinhas da sua fala e considerando o contexto do seu relato, esta seria uma condição que pode estar presente em sua trajetória. Para pensar sobre isso, considerou-se relevante o seguinte trecho de sua entrevista:

Eu não conseguia mais. Não conseguia mais com ele, porque eu tinha que trabalhar, né? Eles dependem de mim só, né? Então, se eu parasse de trabalhar pra cuidar deles, ficar 24 horas por dia, que que ia ser de nós? E daí eu perdi o meu filho mais velho. Daí que ele [Miguel] piorou mais ainda. [...] Eu tinha medo de perder ele, que nem eu perdi o outro na rua [emocionada]. Daí eu entreguei ele. Foram lá em casa, recém eu tinha levantado de manhã, daí eu falei: “Não, ele tá dormindo ali”. Daí eles: “Mas aonde dona? Aonde?”. Daí eu disse “Ali óh, na minha cama. Ele dorme comigo, ele nunca dormiu longe de mim, separado.”. Daí eles pegaram ele e prenderam ele. (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Diante desse relato emocionado de Cláudia, enquanto abordava sobre questões delicadas de sua vida no exercício da maternidade, poder-se-ia inferir alguns aspectos sobre o que se propõe este tópico. Inicialmente, percebe-se um tom culpabilizatório quando Cláudia diz que ela perdeu o filho mais velho, pois em diferentes momentos referiu-se a ele dessa mesma forma: “Olha, o outro mais velho entrou nessa vida do crime. Daí **eu perdi** ele.”. Quando menciona que perdeu ele, pressupõe-se, com isso, que talvez ela sinta que não conseguiu recuperá-lo ou ainda salvá-lo. Cláudia ainda chegou a referir na entrevista que “Depois que eu perdi o outro, eu quase entrei em depressão.”. Arelada a essa situação do falecimento do filho, também pode ser percebido que Cláudia poderia estar se culpabilizando pelo fato de que não estava mais conseguindo dar conta de “segurar” o envolvimento de Miguel com atos infracionais. Ela parece enunciar em diversos momentos o medo de que se repita com Miguel a mesma situação do outro filho, fator esse que estaria, em certo sentido, reforçando uma culpa nela já existente. Segundo seu relato, a partir desse falecimento, do qual ela parece se sentir responsável, Miguel também teria passado a se envolver ainda mais com situações de transgressão.

Salienta-se aqui a estreita rede de apoio que Cláudia possui para o enfrentamento dessas situações, de modo que ela menciona como se estivesse “em dívida” com os filhos por ter que trabalhar, prover o sustento da família e se sentir responsável por não poder estar presente da forma como gostaria em casa. Evidencia-se aqui novamente o retrato de uma situação que também estaria atrelada ao sentimento de culpa. De acordo com Cúnico e Arpini (2014), em contextos de famílias monoparentais femininas, como no caso de Cláudia, a intensa jornada de trabalho, a dificuldade em conseguirem empregos melhor remunerados e a falta de apoio de ex-companheiros para dividir responsabilidades, podem fazer com que as mães sintam-se, sobrecarregadas em razão do acúmulo de funções que exercem.

Em relação ao terceiro núcleo familiar, percebeu-se que a questão da culpa está muito presente. Em especial, o relato de Janaína mostrou-se em diversos momentos sobrecarregado desse sentimento, pois foram inúmeras as situações em que mencionou essa questão, como por exemplo no trecho seguinte, em que se referia à André: “Só que ele é uma pessoa assim óh, se ele tá bem, eu tô bem. Se ele tá mal, eu também tô mal. Se acontece uma coisa boa com ele, ele compartilha comigo. Se acontece uma coisa ruim, **eu sou culpada**.”. Em sua percepção, na relação com o filho, ela seria a pessoa responsável por qualquer problema com ele, o que confere a essa relação uma característica de muita proximidade. Em outra passagem da entrevista essa característica foi corroborada, quando Janaína referiu sobre como se sentiu com a notícia da privação de liberdade do filho:

Eu me senti um lixo. Eu me senti um nada. Eu me senti a pior pessoa do mundo, sabe? Eu me senti culpada. Eu me senti... Eu não sei te dizer, assim, óh. Só que não era nada bom o que eu senti. Nada bom. Eu, por mim, me jogava no chão. Me jogava na frente do carro. Não fiz bobagem porque o meu marido não deixou, porque ele tava indo todo tempo do meu lado, assim, dizendo: “Não é assim, não é assim, não é! (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Essa passagem evidencia o impacto e a culpa associados à notícia da privação de liberdade para a mãe. Nesse momento, ela também referiu o quanto o apoio do marido foi importante para tranquilizá-la diante do ocorrido. Posteriormente, na entrevista, ela verbalizou de forma mais específica sobre essa sensação de “culpa”, e quando a fez colocou-se como “a errada”, responsabilizando-se pela situação do filho:

E eu fiz o errado, entende? Eu fiz o errado. De repente, se eu deixasse ele sofrer, não tinha acontecido tanta coisa, ó que eu não deixava ele sofrer. [...] Se eu tivesse deixado, ele não taria aqui. Mas eu não deixei. Meu erro foi esse. Foi amar ele, entendeu? Foi e não foi. [...] Eu acho que é isso aí. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Diante disso, acredita-se que seja relevante considerar que, historicamente, muitos autores abordam em suas obras reflexões sobre a importância da presença materna para o desenvolvimento de um filho. Contudo, Badinter (1985) observou que conforme essas ideias foram sendo socializadas e difundidas, também se chegou ao auge da compreensão das responsabilidades maternas, e, em contrapartida, também se acompanhou um sentimento difuso (e talvez mais exacerbado) de culpa no exercício da maternagem. Pode-se inferir também que, quando Janaína abordou sobre conversas que ela e o filho têm tido a respeito do contexto da privação de liberdade, o próprio André poderia estar procurando amenizar o sentimento de culpa sentido pela mãe, trazendo a responsabilidade do ocorrido para si, como se estivesse tentando tranquilizá-la:

“É, mãe, agora não adianta eu vou pagar, mas essa vida, pra cadeia, eu não volto mais”, ele disse. “Pra cadeia eu não vou voltar mais”. Aí eu venho, choro e choro. Aí ele, no linguajar dele, ele diz: “Não te abala, não te abala, tu não tem culpa. O culpado sou eu! Só te peço perdão (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Por outro lado, em outro momento da entrevista, Janaína referiu como se a culpa sentida por ela fosse reforçada pelo seu atual marido, que entendia que ela tinha uma preocupação excessiva com o filho e que, em razão disso, ela poderia estar falhando na educação dele. Ela exemplificou sobre esse aspecto, lembrando diálogos que tinham quando o filho ainda não se encontrava privado de liberdade:

Tudo, assim, em função, em torno do André. [...] O [nome do marido] também me culpa. Dizia assim: “Viu, tu protegeu ele demais! Larga ele. Deixa ele, vai dormir, larga! Tu tem que trabalhar amanhã de manhã!”. Mas como que eu vou... Como é que tu me diz pra uma mãe? “Deixa ele, vai... Vai dormir que tu tem trabalhar. Deixa ele!”. Então, eu... Eu não deixava. Entende? Eu não deixava. E o [nome do marido] dizia pra mim: “Deixa, tu sufoca ele demais! Tá sufocando”. De repente também foi isso, sabe? [...] Eu sempre era assim com ele. Enquanto ele não chegava em casa, eu não descansava, sabe? Tinha vezes que eu ia dormir era 3 horas da manhã, sendo que eu tinha que acordar cedo no outro dia. Sendo que eu chegava em casa, eu tinha que fazer janta, eu tinha os outros pequeno pra atender, que chegavam da escola. Isso de tarde né? [...] Então, a minha vida era assim: Corrida, sofrida com o André. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Por fim, em relação à Janaína, faz-se importante discutir sobre um aspecto que ela mencionou em sua entrevista e que também já havia sido citado por Gisele: “As pessoa julgam muito, falam muito, mas não sabem o que acontece. Não sabem o que acontece ali dentro de casa, o dia a dia, sabe?”. Evidencia-se, assim, a preocupação que ela possui com o julgamento da sociedade em decorrência do cumprimento da medida socioeducativa. Esse

fator também poderia exacerbar o sentimento de culpa. Ela parece refletir que ao lançar um olhar simplista, que não contemple as singularidades e problemáticas dos contextos familiares que vivenciam a conflitiva com a lei, não se teria a compreensão das situações que podem estar se fazendo presentes. Isto é, elas referem uma pressão da sociedade, por terem filhos com envolvimento em transgressões, uma vez que fugiriam de um protótipo imaginado para as relações.

Segundo Esmeraldo (2011), não é o ato infracional que inaugura os conflitos e as problemáticas na família, pois eles já poderiam existir antes mesmo desse acontecimento, através de situações como desencontros na comunicação, falta de escolaridade, o trabalho que consome, a eventual desatenção nos rumos que os filhos começam a traçar, o envolvimento em grupos de risco, os quais, em geral, já desenham um contexto conflituoso em que a transgressão se apresenta como um resultado, um final que poderia já estar sendo anunciado. No entanto, existiria uma tendência da sociedade em culpabilizar as famílias, ignorando todos os outros aspectos que dizem respeito à condição humana.

A culpabilização da família também pode estar presente nas rotinas institucionais, conforme foi apontado por Medeiros e Paiva (2015; 2017). Buscando compreender a forma com que os profissionais se referem a essas famílias, aparecem termos como "famílias desestruturadas", ou ainda expressões como "mãe muito permissiva", que estariam supostamente explicando o envolvimento do adolescente no contexto dos atos infracionais. No entanto, não se percebe que tais formas de compreender o fenômeno e se relacionar com ele podem gerar tensionamentos. Assim, se compreende que as diferentes instituições pelas quais as famílias transitam em suas trajetórias podem ir, aos poucos, e desde antes do cumprimento da medida socioeducativa, reforçando essas culpabilizações que não agregam para o trabalho e para a construção de algo que promova ressignificações e acolhimento.

Nessa perspectiva, Silva et al. (2012) destacam que historicamente as instituições utilizam-se das nomenclaturas de estrutura/desestrutura familiar. Todavia, quando as utilizam inadequadamente, desconsideram que toda e qualquer família tem uma estrutura que lhe é própria que precisa ser respeitada. A utilização de rótulos não traz avanços para o trabalho, pois não indica uma aproximação da realidade vivida pelas famílias, de modo que compreendê-las é fundamental.

No que concerne ao quarto núcleo familiar, também se constatou um sentimento de culpa durante a entrevista com Adriana, enquanto ela refletia como teria desenvolvido o seu papel de mãe:

Antes dele vim pra cá, eu tenho a minha consciência tranquila. Ele mesmo tá de prova. [...] Eu sempre quis fazer de tudo pro meus filhos, eu posso até ter errado, em querer ter sido mãe demais. Exagerei. Tentei ser melhor possível de mãe. Pra eles todos. Errei? Errei. Porque eu acho que eu, muitas vezes, eu superprotegi. Mas o que eu pude fazer por ele, principalmente por ele, né? E agora ali dentro ele tá vendo né? Que, né? Posso ter errado... Não sei se eu não errei também. Vai saber! Né? [...] Superprotetora, presente! [...] Porque quando ele caiu aqui, eu me culpava muito. Mas agora eu tirei isso da minha cabeça. Eu não sou culpada, porque o que eu podia fazer, olha, eu ensinei... (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Nesse relato de Adriana, percebe-se o quanto ela também se questiona sobre o que poderia ter feito de errado na educação dos filhos, trazendo como possibilidades o fato de ter sido “mãe demais”, “superprotetora”. Novamente, percebe-se o quanto essas mães demonstram estar angustiadas e apreensivas com questões relativas aos possíveis erros que tenham cometido com os filhos. Adriana, por exemplo, colocou o seu discurso de forma discrepante ao longo da entrevista. Ora dizia se sentir de “consciência tranquila”, como se estivesse na tentativa de se convencer disso, ora também demonstrava preocupações e inquietude, por meio de questionamentos e indefinições que pareciam se fazer presentes. No entanto, acredita-se que a forma com que Adriana exerce o seu papel de mãe também estaria sendo influenciado pelo modo como o seu marido se coloca nas relações em família, bem como sobre o papel que ela compreende que deve exercer nesse contexto.

O meu marido sempre pensou assim, óh: “Eu boto a comida pra dentro de casa, eu boto dinheiro, tu faz o resto”. Ah, daí lá ia Adriana pra reunião do colégio. “Ah, mãe tá acontecendo tal coisa. Briguei com o fulaninho”. Lá ia a Adriana lá resolver o problema. “Ai, mãe minha namoradinha, não sei o que...”. Ele sabia que... Ele sabia que... Resumindo pra ti, assim, óh, eu sempre fui aquele tipo de mãe que eu brigava, sapateava, gritava, mas eles sempre podiam chegar e contar comigo. Todos eles, não só ele, entendeu? (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Em contraposição a essa experiência familiar, Cúnico & Arpini (2013), apontam para a questão de que estariam sendo vivenciados momentos de muitos desafios com relação à construção e vivência da paternidade, seja em termos de repensar o lugar afetivo dela no desenvolvimento dos filhos, seja porque já não se sustenta mais a visão de um pai apenas como provedor do lar. No entanto, discute-se que tais aspectos também envolvem diretamente o lugar materno, já que também influencia as questões que envolvem a paternidade, uma vez que o afeto e o saber sobre os filhos foi historicamente um atributo unicamente materno. O resgate à presença do pai no ambiente familiar é uma tarefa que desafia pais, mães e todos aqueles que se encontram implicados nas questões que envolvem a família.

Outro aspecto que se pode inferir a partir das entrevistas e que também foi abordado por Adriana em um trecho supracitado é o fato de que esse sentimento de culpa teria sido mais acentuado nos momentos iniciais do cumprimento da medida socioeducativa. Acredita-se que isso ocorreria devido ao impacto que a aplicação da medida pode ocasionar nas famílias, de forma que alguns sentimentos seriam vivenciados mais intensamente, incluindo a sensação de ter que lidar com o que seria uma responsabilidade diante das falhas na educação dos filhos.

Para o quinto núcleo familiar, a questão da culpa também apareceu no diálogo que se teve com Elisabete, no seguinte momento:

Meu filho! Eu que botei no mundo, né? Eu cuidei, eu... Hoje, quem decide a vida dele é a justiça, né? Então, é bem... Bem difícil. [...] Eu falhei com ele como mãe, né? Porque ele não teve pai, né? Pai deles nunca deu nada pra eles. (Elisabete – Núcleo familiar 5).

Nesse relato de Elisabete, também fica evidente o comprometimento que ela, como mãe, parece assumir pelo envolvimento do filho com o contexto infracional, mencionando o quanto se torna difícil conviver com essa realidade. Em outras palavras, é como se dissesse que por ter sido quem gerou o filho, não poderia ter falhado. Esse fato teria repercutido no envolvimento dele com a justiça, por questões relacionadas a ela. No entanto, percebeu-se que Elisabete também referiu que a falha não teria sido do pai, porque não foi ele a pessoa que educou e esteve por perto. Contudo, nesse ponto, Elisabete parece desconsiderar a importância da presença afetiva e constante do pai no desenvolvimento do filho, pois o fato de não ter estado presente na educação dele não o exime da sua responsabilidade. Pelo contrário, à ausência paterna, possivelmente, estejam atreladas significativas repercussões.

Assim, na perspectiva das reflexões que vem sendo feitas, pondera-se também que não é infundado que questões familiares podem repercutir nas atitudes dos filhos adolescentes, ou ainda, a tentativa de compreender as razões que possam ter influenciado para esses contextos. No entanto, com essa discussão, pretende-se problematizar que essa culpa surgiu de forma exacerbada para as mães da presente pesquisa e que estas pouco trouxeram ou consideraram, em seus discursos, outras possibilidades. Isto é, compreendeu-se que dada a centralidade das mães nas vidas dos filhos e da falta de suporte, seja dos pais, da família extensa, da sociedade ou do Estado, elas se sentem protagonistas dos acontecimentos na vida dos filhos.

Outro aspecto significativo observado é que as mães são as pessoas que efetivamente carregariam consigo as consequências do que vem ocorrendo com os filhos e que, por conseguinte, também demonstram estar, cada uma ao seu modo, cumprindo a medida

socioeducativa juntamente com eles. Para além de serem as pessoas que, em geral, não faltam as visitas e que fazem questão desses momentos de encontro, também são aquelas que, nos diferentes discursos estão afetivamente implicadas e preocupadas com o cumprimento da medida e também com o futuro dos filhos. Acredita-se que o sentimento exacerbado de culpa possa influenciar no desejo de participar ativamente do cumprimento da medida socioeducativa.

Percebeu-se que outros autores pontuaram questões semelhantes em suas pesquisas, como Monteiro e Rocha (2013), ao afirmarem que são as mães que, em geral, acabam por assumir sozinhas toda a responsabilidade pela criação e educação dos filhos que estão em unidades de internação. Mestre (2015) também concluiu que as mães são as figuras que, predominantemente, acompanham o adolescente em todo o processo de execução da medida socioeducativa de internação. A autora também apontou a ideia de que essa responsabilidade de acompanhar recai sobre a figura feminina e materna, pelas projeções que socialmente se colocam sobre elas, principalmente, em situações de maior fragilidade. Ou seja, haveria um entendimento historicamente difundido de que quem dará conta desses desafios será a mulher/mãe.

Os trechos abaixo foram considerados elucidativos para exemplificar sobre essa questão:

A nossa família, assim, virou muito sabe? De cabeça pra baixo, sabe? E até o dia de hoje né? Não fizeram maldade só pra ele, né? Fizeram pra todos, principalmente pra mim. Quem mais sofre é eu. (Gisele, mãe - Núcleo familiar 1).

Ontem eu fui fazer uma faxina, 100 pila. Fui no centro comprar uma jaqueta pra ele. [...] Que ele disse: “Ai, mãe, eu quero tanto uma jaqueta quando eu sair daqui, compra pra mim!”. “Compro!”. Fiz ontem a minha faxina. (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Agora sim, parece que tá... Que eu tô aceitando, porque eu não aceitava, né? Na verdade, eu não aceito, mas assim, eu tô me adaptando, vamos usar essa palavra. [...] Às vezes eu tô muito bem em casa, mas daqui a pouco já me dá aquele choro, sabe? (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Hoje ele ainda me disse pra mim, e pro [nome do irmão]: “Quem tá puxando FEBEM comigo é tu e a mãe, né?”. Então, quer dizer que na mente alguma coisa entrou, entendeu? [...] Vamo começar a esperar junto, eu e tu. “Ah, cada domingo é um domingo. Não vamo se afobar!”. [...] Foi o que eu disse pra ele. Então, vamo nós dois né? (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

E eu tô investindo na mudança do Paulo, entende? E eu espero que aqui seja um aprendizado pra ele, né? Porque... Que ele repense, que como é difícil vim aqui, né? (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Sendo assim, depreende-se a partir dessas discussões que o sentimento de culpa que foi verificado na relação das mães com os filhos em privação de liberdade também pode trazer a ideia de uma “dívida” com os mesmos, por entenderem que falharam no exercício das suas funções. Esse aspecto também poderia estar relacionado com o desejo de se estar próximo dos filhos e se colocarem como uma referência durante o cumprimento da medida socioeducativa, isto é, de cumprir juntamente com os adolescentes essa punição, até mesmo, porque no decorrer das entrevistas demonstraram-se satisfeitas em mencionar o quanto se esforçavam em ser participativas na instituição.

Perante essas situações e tantas outras às quais foram vivenciadas pelas mães no decorrer de suas trajetórias, também se pôde compreender como elas têm se colocado diante dos obstáculos que vão surgindo. É sobre esse aspecto que se refere a próxima subcategoria que busca problematizar a “fragilidade” dessas mães.

5.1.4.2.3 Mães frágeis? As figuras maternas diante do enfrentamento das adversidades

No decorrer das entrevistas com as mães, em diversos momentos, elas manifestaram fragilidades e também os sentimentos associados a essas fragilidades. Sobretudo, diante desses relatos, percebeu-se o quanto as trajetórias de vida delas estão atravessadas por sofrimentos e situações difíceis de serem vividas. No entanto, nessa pesquisa, também se percebeu que a possibilidade de escuta durante as entrevistas teria despertado nas mães a necessidade de falar, de compartilhar e desabafar. Considera-se que o espaço proporcionado pelas entrevistas tenha sido importante tanto para os adolescentes quanto para as mães participantes. No entanto, em especial, para elas percebeu-se que esse momento se constituiu bastante significativo. Em geral, elas não pareciam encontrar espaços de escuta nos dispositivos do sistema de garantia de direitos pelos quais circulavam (quando o faziam). A mãe Adriana, ao final da entrevista, chegou a mencionar: “Eu acho que deveria ter mais, assim, entendeu? Da gente conversar! Da gente mãe, conversar com eles. Elas tudo! [referindo-se a equipe técnica] Pra gente saber, como é que eles são e pra gente também expor alguma coisa pra elas”.

Para algumas mães, as emoções pareciam aflorar facilmente quando tocavam em alguns pontos delicados de suas trajetórias de vida. Podem ser mencionadas aqui, por exemplo, situações como: relatos que fizeram sobre a morte de filhos pelo envolvimento com a criminalidade; situações em que receberam a notícia da privação de liberdade; brigas e

agressões no cotidiano familiar tanto com filhos, como também com companheiros; o desejo de que ocorresse a separação do marido; desgaste pelo envolvimento dos filhos com as drogas e o contexto infracional; a insegurança e a incerteza com o futuro dos filhos; relatos de violência doméstica; ou ainda lembranças de situações de trabalho exaustivo.

Percebe-se que as mães que integraram a pesquisa experienciaram diversas situações que poderiam ser consideradas como situações limites, com expressivos sofrimentos e desgastes, colocando à prova as suas características resilientes, de força e de resistência. De forma semelhante aos resultados desta pesquisa, no estudo de Feijó e Assis (2004), observou-se, em termos de relacionamento familiar de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, a convivência das famílias com uma rede de problemas de relações interpessoais de comunicação entre pais e filhos. Revelou-se, também, uma gama de desentendimentos e desafetos nas famílias envolvidas, sendo este um fator que estaria atrelado ao envolvimento com a infração.

Existem fragilidades na maioria das famílias em contextos infracionais pelos mais variados motivos, de acordo com Assis (1999). Para a autora, em primeiro lugar há de se considerar a pobreza e a exclusão social a que elas estão sujeitas. É preciso considerar também as consequências emocionais e financeiras decorrentes de separações dos pais, instabilidades nas relações parentais, nos cuidados necessários no decorrer da infância e de relacionamentos marcados por agressões físicas e emocionais. São apontados ainda os históricos familiares de agravos à saúde, de envolvimento familiar em transgressões e violências sofridas.

Nesse sentido, Medeiros e Paiva (2017), salientam que as famílias vivenciam a mesma realidade concreta de violações de direitos fundamentais que os filhos que estão em cumprimento de medidas socioeducativas e que, em razão disso, também devem ser olhadas para que possam superar as suas dificuldades, dentre elas, a do envolvimento de seus adolescentes com atitudes transgressoras. Nessa perspectiva, Monteiro e Rocha (2013), também mencionam que ao se interessar não só pela fala dos adolescentes, mas também pela fala dos familiares, é possível ampliar o conhecimento sobre o contexto dos adolescentes e de suas famílias, a partir de uma compreensão mais global do fenômeno.

Todavia, mesmo diante do convívio com tantas experiências difíceis compreende-se que olhar para essas mães e considerá-las frágeis diante desses acontecimentos não parece ser um adjetivo adequado. Pelo contrário, destaca-se que, em um olhar mais aprofundado, constata-se que elas se apresentaram fortes, resistentes e audaciosas diante das diferentes situações, buscando a proteção dos filhos e da família. Elas parecem ser as pessoas que têm a

capacidade de ancorar e sustentar a família e de buscar ajuda com os pais ou em serviços da rede, quando os momentos mais difíceis acontecem. São aquelas que permanecem como referências afetivas, em contextos tão endurecidos e com uma escassa rede de apoio. Podem ser consideradas peças centrais e essenciais de uma “engrenagem familiar” para que essa possa girar e seguir em frente.

Para exemplificar sobre essas reflexões em cada núcleo familiar serão utilizados alguns trechos de falas das mães participantes da pesquisa:

O que fazer pra ajudar o meu filho? Era muita coisa pra mim... Eu não podia contar tudo pro meu marido. Se não, além de tudo, meu marido brigava comigo, por causa do Rodrigo. [...] Então, assim, eu consegui unir os dois [referindo-se a Rodrigo e ao marido]. Eu tô sempre tentando apaziguar. [...] Até isso eu tenho que ir sempre apaziguando também, né? (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Nesse momento da entrevista com Gisele, por exemplo, ela referia sobre as primeiras situações em que começou a perceber o envolvimento de Rodrigo com o contexto infracional, especialmente, quando começou a acompanhar um primo mais velho, algumas semanas antes de ir para a privação de liberdade. Nessas situações, segundo o relato da mãe, ela ficava sabendo do que estava acontecendo, pois o filho sempre vinha lhe contar por, possivelmente, enxergar nela uma figura de confiança, com quem poderia compartilhar. No entanto, Gisele referiu que o marido não sabia como conversar com o filho nesses momentos, resultando em brigas e discussões nas suas tentativas de fazer com que a família permanecesse unida. Dessa forma, Gisele não contava para o marido sobre o que estava ocorrendo, com o intuito de proteger o filho e disse também que frequentemente o alertava e discordava do que ocorria: “Ah, não meu filho! Tá errado isso aí, não vai te terminar em boa coisa!”.

Considerando as dificuldades mencionadas por Gisele no que diz respeito a abordar com o marido sobre Rodrigo, Vicente (2011) considera que quando a resolução de um conflito em um contexto familiar ocorre através do silenciamento, ele se transforma em algo latente. Isto é, ao invés dos membros da família se utilizarem da linguagem e da conversa como forma de entendimento entre si, encontram uma saída que, possivelmente, fará com que a situação venha a emergir através de interações menos satisfatórias.

De acordo com Predebon e Giongo (2015), as famílias podem guardar segredos ou negar algumas situações-problema que podem estar ocorrendo, com a intenção de minimizar riscos, ou até mesmo, de evitar outros problemas, como o que se percebeu no caso de Gisele. No entanto, salienta-se que, em geral, isso ocorreria porque as famílias de adolescentes em conflito com a lei já estão permeadas por relações familiares conflituosas, violentas e com

problemas de comunicação devido aos conflitos resolvidos de forma destrutiva. Por vezes, mesmo que com o intuito de proteção e de manter a família “funcionando”, essa proteção que as mães desenvolvem também pode denotar uma cumplicidade em relação aos comportamentos transgressores dos filhos, o que pode culminar na perda de uma posição de autoridade diante deles.

Ademais, Gomes e Conceição (2014) também constataram que, de maneira geral, a mãe foi referida como a pessoa com quem os adolescentes têm maior abertura para o diálogo, compreensão e acolhimento ainda que o filho esteja errado, ou relatando situações indesejáveis. Já os pais, aparecem como sendo aqueles que tendem à repreensão, com discurso mais agressivo e que gera sentimentos de medo. Nesse sentido, observou-se que as reações de mães e pais são diferentes e apareceriam polarizadas, de maneira geral.

Já em relação ao segundo núcleo familiar, destacou-se o seguinte trecho retirado da entrevista de Cláudia: “Olha, eu, assim, se eu pudesse pegar, entrar dentro dele, mudar os pensamentos... Se eu pudesse tirar ele daqui, ir embora, eu fazia, porque o outro eu tentei até o último dia da vida dele. E não consegui”. Nessa passagem, fica evidente o desejo dela de querer transformar a realidade do filho e, ao mesmo tempo, a impotência e a angústia por sentir como se estivesse falhando, ou ainda, por não poder agir e mudá-lo da forma como gostaria. Ela demonstra uma disponibilidade em fazer o que for preciso pelo filho, com a finalidade de que ele saia do envolvimento com contextos de violência, assim como do sofrimento que parece ser inerente à privação de liberdade. Ou seja, apesar de todas as situações com o filho mais velho que já esteve privado de liberdade e que fazem com que Gisele constantemente reviva essa experiência anterior, ela parece se colocar de forma incansável, não desistindo de investir em Miguel. De acordo com Botarelli (2011), o sofrimento surge, principalmente, quando se constata a sensação de incapacidade da mãe em proteger os seus filhos. O trecho acima também evidencia esse sofrimento, que aparece, até mesmo, com um tom de desespero/aflição, mas ainda assim, de esperança.

Já para o terceiro núcleo familiar, realçou-se o seguinte aspecto:

Eu, primeiramente, que **eu procurei**, foi ajuda da Promotoria. [...] Eu tava descobrindo que ele andava envolvido com droga e que ele tava vendendo droga. [...] Aí dali, ela me encaminhou, eu conversei com ela. Aí ela me apresentou o Conselho Tutelar, né? [...] Aí nisso **também procurei ajuda** por causa da maconha. Até mesmo, quem me ajudou foi Conselho nessa parte, pra ele frequentar o CAPS [...] O AD. [...] Também frequentei o CRAS, com psicóloga lá também, que ele ia duas vezes na semana pra psicóloga. Aí uma eu ia, né? Com ele. A outra ele ia sozinho. E aí depois, aí ele começou a ir sozinho. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

No decorrer da entrevista com Janaína, o fato de que ela se mostrava preocupada e interessada em conseguir o apoio de profissionais para o enfrentamento das dificuldades que vinha enfrentando com o filho, foi um aspecto bastante significativo no seu discurso. Isso ocorreria, possivelmente, por compreender que sozinha talvez ela não conseguisse dar conta do que vinha percebendo nas atitudes dele. Além disso, ela demonstrou dedicação para encontrar na rede de proteção serviços e pessoas que pudessem lhe ajudar a lidar com essas fragilidades. Constatou-se também o esforço que ela realizava para acompanhá-lo nesses espaços, ainda que ela tenha referido não encontrar em algumas instituições o acolhimento ou a abordagem esperada. Diante de todas as fragilidades, ainda assim, Janaína resistia em seguir buscando esse suporte.

O relato de Janaína poderia ser considerado uma exceção se comparado às demais mães do presente estudo, pois o fato de ela estar incessantemente em busca de suporte nos serviços seria uma característica singular. De maneira geral, se constatou que as famílias não frequentavam e nem acessavam serviços de proteção e prevenção do sistema de garantia de direitos, o que pode ser considerado um aspecto relevante nesta pesquisa. De acordo com Albuquerque (2012), no que tange à prevenção deve ser provido o acompanhamento às famílias avaliadas como em situação de risco para violência doméstica, ou ainda no sentido de orientar os pais sobre a educação dos filhos. Com ações como essas, busca-se garantir que os filhos realmente tenham seus direitos assegurados e que recebam da família e da sociedade os cuidados necessários para o seu desenvolvimento saudável.

Faz-se importante ressaltar que tornar os serviços da rede de proteção acessíveis para as famílias também é um desafio que está colocado para as políticas públicas e que, quando o atendimento ocorre de forma adequada, este pode ser um fator de proteção. A importância de efetivá-los está, justamente, na potencialidade que possuem de prevenir agravos, como no caso de uma medida socioeducativa de internação que é supostamente aplicada em contextos mais complexos. Sendo assim, ao se pensar em termos de prevenção deve-se objetivar o fortalecimento da proteção social, abrangendo, assim, os diferentes contextos familiares (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2016).

Em relação ao quarto núcleo familiar, dois trechos se mostraram representativos no que concerne à forma como Adriana tem se defrontado com as fragilidades. O primeiro deles encontra-se na transcrição abaixo:

A minha vida é muito turbulenta. Eu, até pra mim, deitar na minha cama e pra dormir. Ai, às vezes eu chego a me assustar. Perco o sono de madrugada, pensando nas coisas. [...] Mas me considero uma mulher feliz, porque né? Se o mundo fosse fácil, né? [...]

Eu choro mesmo. Eu choro, porque eu sou chorona. Eu tenho orgulho. Ai, eu passei por tanta coisa, né? [chorando] Pra mim é bem difícil. Eu não vou poder falar contigo, hehe. Se não, eu vou começar a chorar. (Adriana, mãe – Núcleo Familiar 4).

Enquanto rememorava a sua trajetória e as situações “turbulentas” que já teve que enfrentar, Adriana ficou bastante emocionada. A emoção surgiu quando ela se definiu sendo uma mulher feliz e orgulhosa do que vem conseguindo construir em sua vida, a partir das circunstâncias que tem encontrado. Sendo assim, fica evidente que, embora vivencie momentos de fragilidade e que chore, como ela mesma diz, Adriana demonstra se sentir bem consigo mesma e buscando a superação dos obstáculos. É como se estivesse relatando uma sensação de “dever cumprido” apesar dos desafios. Ainda na entrevista com Adriana, o segundo trecho que foi bastante significativo para abordar esse tópico foi quando ela mencionou: “Eu me considero melhor que um homem, porque tudo que eu já... E vou chorar de novo, hehe [chorando]. Tudo que eu já ouvi... Tu não sabe como dói.”. Essa fala poderia ser interpretada como uma desmistificação da ideia socialmente construída da mulher como um “sexo frágil”. Nesse sentido, ao reconhecer esse aspecto em sua trajetória de vida, Adriana novamente se emocionou diante dessa constatação, possivelmente, por dar-se conta de todos os obstáculos que já havia superado.

Já em relação ao quinto núcleo familiar, o trecho que melhor exemplificaria sobre esses aspectos, foi o seguinte: “Sempre foi corrida né? Minha vida. Mas era mais tranquila né? Porque eu tenho que vim aqui toda semana. [...] De noite, às vez eu tenho vontade de sumir! Porque é muita criança! É muita bagunça!”.

O relato de Elisabete apareceu em um tom de desabafo diante das inúmeras tarefas que ela se vê responsável por realizar, demonstrando cansaço e até mesmo exaustão. No entanto, novamente destaca-se aqui a força que Elisabete, como mãe, e também provedora da casa, demonstra ter para lidar com o trabalho e ainda assim visitar e se fazer presente para o filho privado de liberdade. Destaca-se, assim, que a experiência de uma “dupla jornada de trabalho”, que é vivenciada por muitas mulheres, inclusive as da presente pesquisa, demonstra a intensa dedicação das mesmas para os seus contextos familiares. Nesse sentido, compreende-se que o trabalho da mulher já não é visto complementarmente à renda familiar, como historicamente era concebido, pois com frequência é tido como sendo o principal rendimento da família, mesmo diante do preconceito e da desigualdade que predominam nas relações de trabalho. No entanto, há de se considerar também que o peso das responsabilidades domésticas que recai sobre as mulheres representa um obstáculo as suas

possibilidades de participação integral e em igualdade de condições no mercado de trabalho, assim como pode interferir nas relações em família (França & Schimanski, 2009).

Sendo assim, esta pesquisa permitiu observar que cada mãe ao seu modo, com seus recursos e em conformidade com os contextos e as fragilidades que se apresentam para cada família, demonstraram buscar formas de enfrentamento para os desafios. Nesse sentido, mesmo que existam dificuldades, pareceram não ter desistido. Apesar do choro, da necessidade de verbalizar, dos preconceitos, julgamentos e da sensação de culpa, constatou-se o quanto elas têm conseguido encontrar saídas junto aos seus filhos e famílias.

5.1.5 Considerações finais

Diante dos resultados discutidos, pode-se compreender que o cumprimento da medida socioeducativa de internação impacta as famílias. Como evidenciado, as repercussões que sucedem desse processo podem ocorrer de diversas formas, sejam em termos de afetividade, financeiramente, nas atitudes, através de ressignificações, ou ainda desenvolvendo um sentimento de proteção em relação à família. No entanto, conforme os discursos dos diferentes participantes, se pôde constatar que o distanciamento físico em consequência da privação de liberdade constitui, paradoxalmente, um potencial para fomentar reaproximações e ressignificações nas relações e nos vínculos familiares. Além disso, pôde-se reafirmar a importância da família estar ativa e presente no contexto socioeducativo.

Além disso, ao que se constatou, em um ambiente mais endurecido, permeado por grades, regras, horários, limites e os desafios impostos por ele, podem aflorar, mais facilmente, o “eu te amo”, os afetos, a saudade, os diálogos (que poderiam ser compreendidos como mais autênticos) e os abraços. O impacto gerado pela privação de liberdade parece permitir que a família possa, estabelecer um novo olhar, tanto em suas dificuldades e fragilidades, quanto nas possibilidades que podem emergir desse contexto.

No entanto, ao mencionar essas possibilidades, não se pretende, com isso, exaltar a medida socioeducativa de internação, ou ainda percebê-la unicamente através das potencialidades que dela podem surgir. Essa medida socioeducativa representa a inserção em um espaço invasivo e que interfere diretamente no direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes. Por isso, deve-se dar importância ao fato de que essa estratégia tão extrema precisou ser acionada para que os laços familiares pudessem ser repensados ou, talvez, valorizados e reconhecidos. Mas dada a circunstância de aplicação da medida socioeducativa, acredita-se que não se devem medir esforços (pelos profissionais das

unidades, pelo Estado, pelas famílias e pela sociedade), consideradas as potencialidades que podem surgir dela, através de apostas no reconhecimento das práticas executadas nas unidades.

Outro aspecto importante a ser considerado, diz respeito às circunstâncias com que se percebeu que as famílias lidavam no mundo externo, nos momentos anteriores à internação. Em sua maioria, estavam envoltas por contextos de violência e dificuldades socioeconômicas. Nesses casos, deve-se ponderar que as questões sociais podem interferir na capacidade protetiva da família e que essas podem, portanto, ser manifestadas nas relações familiares. Ainda que os participantes do estudo tenham considerado que as relações anteriores ao cumprimento da medida fossem boas, percebeu-se que elas eram passíveis de maior investimento e aproximação, já que de forma unânime consideraram que as relações familiares foram facilitadas/aproximadas no decorrer da medida socioeducativa.

Diante disso, também se aponta para o fato de que as políticas públicas que visem o fortalecimento de vínculos, antes mesmo da irrupção de violências, também possam entrar em cena e contribuir com essas demandas, em especial, mencionando aqui os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros equipamentos que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Pensando as relações familiares significativas como importantes redes de apoio, salienta-se que a prevenção por meio de um olhar para essas famílias sempre será uma importante estratégia de intervenção.

Acredita-se que uma das limitações deste estudo seja que os participantes foram convidados a integrar a pesquisa em dias de visita na instituição. Esse fato direciona que o público de familiares participantes fosse aqueles que estavam ativos e frequentando a mesma. Nesse sentido, sugere-se que outras pesquisas com enfoque nas relações familiares também possam contemplar adolescentes que não recebam visitas, ou ainda, adolescentes com familiares que residem em outros municípios que não aquele onde se situa a unidade.

Faz-se importante salientar que as unidades de cumprimento da medida socioeducativa de internação possam trabalhar com os integrantes dos núcleos familiares, considerando a relevância que as relações em família têm para os adolescentes não só durante a execução da medida, como também no período pós-internação. Pensando na questão dos familiares significativos, é inegável o lugar de valorização que os adolescentes do presente estudo colocaram as suas mães. Já os pais, foram mencionados como pessoas distantes afetivamente, mesmo para aqueles que residem na mesma casa. Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras possam compreender sobre o afastamento dos pais nos contextos de adolescentes que

cometeram atos infracionais, de modo a contribuir com a construção do conhecimento nessa área.

A centralidade que essas mães possuem e os sentimentos de culpa e de responsabilização pelos acontecimentos com os filhos foram aspectos que apareceram de forma marcante. A partir dos dados coletados nesta pesquisa, também foi possível considerá-las como sendo as figuras que estão cumprindo a medida socioeducativa junto com os adolescentes, principalmente, por terem sido as referências ao longo do desenvolvimento dos mesmos, mas também em razão dessa sensação de estar “em dívida” com eles.

Por essas razões, ressalta-se a demanda de escuta que elas demonstraram ter durante as entrevistas. Assim sendo, acredita-se que contemplá-las nesse aspecto seria uma forma de trabalhar as questões familiares nas intervenções socioeducativas. Uma das alternativas existentes não só para elas, mas para os familiares de maneira geral, seriam os grupos de familiares, os quais podem contemplar o compartilhamento de experiências, proporcionar momentos de escuta e possibilitar reflexões sobre o contexto da medida socioeducativa, no que diz respeito às ressonâncias da mesma para as relações familiares.

Também surgiu nos relatos de algumas mães a sensação de serem julgadas pela sociedade, que parece não compreender as dificuldades que elas e suas famílias podem enfrentar. No entanto, ainda que demonstrem fragilidades, se emocionem e relatem tantas adversidades em suas rotinas, compreendeu-se que as mães tem se colocado como as protagonistas no enfrentamento das fragilidades de suas famílias.

5.1.6 Referências

- Aberastury, A. (1984). A paternidade. In A. Arminda, & E. J. Salas. *A paternidade: um enfoque psicanalítico*. (M. N. Folberg, Trad., pp. 41-88). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Albuquerque, A. B. (2012). Violências em família. In M. I. C. Moreira, & S. D. M. Carellos (Org.). *Famílias em vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir?* (pp. 75-96). Curitiba: CRV.
- Alencar, M. L., & Moraes, R. C. P. (2017). O impacto da figura materna no desenvolvimento do indivíduo. *Psicologia - Saberes & Práticas*, 1(1), 54-61. Recuperado de <http://unifafibe.com.br/psicologiasaberes&praticas/?pagina=sumario&edicao=60>.
- Assis, S. G. (1999). *Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

- Borges, I. C. N. (2010). *Qualidade da parentalidade e bem-estar da criança*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Botarelli, A. (2011). O potencial protetivo de famílias empobrecidas. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (4), 81-89. Recuperado de <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/249>. doi: <http://dx.doi.org/10.17921/2176-5626.n4p%25p>.
- Branco, B. M., Wagner, A., & Demarchi, K. A. (2008). Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 125-132. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000100016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000100016>.
- Brasil (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- Brasil (2006). *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA.
- Brasil (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília-DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm.
- Brondani, R. P. (2016). *Adolescência e violência: um estudo sobre contextos da medida socioeducativa de semiliberdade* (Trabalho de conclusão de curso). Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- Brondani, R. P. & Arpini, D. M. (2019). Experiências escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 24(1), 73-88. Recuperado de <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/4228>. doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v24n1a4228>.
- Conselho Nacional de Justiça (2012). *Panorama Nacional: A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação - Programa Justiça ao Jovem*. Recuperado de http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf.
- Costa, A. C. G. (2011). A família como questão social no Brasil. In S. M. Kaloustian (Org.). *Família brasileira, a base de tudo* (pp. 19-25). São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Costa, C. R. B. S. F. (2007). *Contexto Socioeducativo e a Promoção de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Judicial de Internação no Amazonas*. (Tese de doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Coutinho, M. P. L., Estevam, I. D., Araújo, L.F., & Araújo, L. S. (2011). Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 101-109. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

73722011000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722011000100012>.

- Croenemberger, I. H. G. M. & Teixeira, S. M. (2013). Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. *Revista Eletrônica Informe Econômico*, 1(1), 17-26. Recuperado de <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1267>.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando famílias*, 17(1), 28-40. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014). Não basta gerar, tem que participar?: um estudo sobre a ausência paterna. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 226-241. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000100016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932014000100016>.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2016). Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 40-48. Recuperado de <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/psicologiaempesquisa/article/view/23357/12927>.
- Davoglio, T. R., & Gauer, G. J. C. (2011). Adolescentes em conflito com a lei: aspectos sociodemográficos de uma amostra em medida socioeducativa com privação de liberdade. *Contextos Clínicos*, 4(1), 42-52. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822011000100005&lng=pt&nrm=iso.
- Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300010&lng=pt&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000300010>.
- Esmeraldo, M. B. S. (2011). Adolescência e ato infracional: a família em conflito. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Feijó, M. C. & Assis, S. G. (2004). O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 157-166. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.
- França, A. L. & Schimanski, É. (2009). Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. *Emancipação*, 9(1), 65-78. Recuperado de <http://www.uepg.br/emancipacao>.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (2a ed., pp. 64-90) Rio de Janeiro: Vozes.

- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (4a. ed.)*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos (9a ed.)* São Paulo: Editora Perspectiva.
- Goldsmid, R. & Féres-Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista*, 13(2), 293-308. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Gomes, C. C., & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 47-58. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-7372189590005>
- Groeninga, G. C. (2003). Família: um caleidoscópio de relações. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira. *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp.125-142). Rio de Janeiro: Imago.
- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Orgs.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. (pp. 163-176). Rio de Janeiro: Imago.
- Kehl, M. R. (2008) *A frátria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho d'Água.
- Lima, I. M. S. O., Alcântara, M. A. R., Almeida, K. V. D., & Alves, V. S. (2006). Experiências de violência intrafamiliar entre adolescentes em conflito com a lei. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(2), 16-24. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Martins, F. F. S. (2013). Prefácio. In: M. I. C. Moreira. *Novos rumos para o trabalho com famílias*. (p.7). São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Mascarenhas, A. B. D., Dias, I. (2011). A criminalização do uso de drogas e a criminalização pelo uso de drogas - uma proposta de trabalho com dependentes químicos no contexto de um centro socioeducativo em Fortaleza, Ceará. *Revista do NUFEN*, 3(1), 165-182. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000100010&lng=pt&nrm=iso.
- McMahon, G., & and Jump, D. (2017). Starting to Stop: Young Offenders' Desistance from Crime. *Youth Justice*, 1–15. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Deborah_Jump/publication/321277676_Starting_to_Stop_Young_Offenders%27_Desistance_from_Crime/links/5a185440a6fdcc50ade7de45/

Starting-to-Stop-Young-Offenders-Desistance-from-Crime.pdf?origin=publication_detail. doi: 10.1177/1473225417741223.

- Medeiros, F. C. & Paiva, I. L. (2015). A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 568-586. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200008.
- Medeiros, F. C. & Paiva, I. L. (2017). Práticas de culpabilização e punição das famílias de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. In M. H. Zamora, & M. C. L. Oliveira (Orgs.). *Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos*. (pp. 85-106) Curitiba: Appris.
- Melo, L. L. B., & Silva, C. M. A. (2017). A importância da família na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, 1(1), 38-51. Recuperado de <https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/599>.
- Mestre, S. O. (2015). Amor só de mãe: drama e estigma de mães de adolescentes privados de liberdade (Parte I). *Zona de Impacto*, Ano 17(1), 206-234. Recuperado de <http://www.revistazonadeimpacto.unir.br/2015monografiaamorsodemaeh.htm>.
- Minayo, M. C. S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (21a ed., pp. 9-30). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2016). *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal. Recuperado de <http://blog.mds.gov.br/redesuas/caderno-de-orientacoes-tecnicas-servico-de-medidas-socioeducativas-em-meio-aberto/>.
- Monteiro, A. S. (2013). *Função paterna e autoridade: relatos de adolescentes em conflito com a lei*. (Dissertação de Mestrado), Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.
- Monteiro, L. P.; Rocha, T. T. (2013). Experiências socioeducativas das famílias de adolescentes em conflito com a lei. In S. M. G. Sousa (Org.). *Adolescentes autores de atos infracionais: estudos psicossociais*. (pp. 59-84). Goiânia: Editora PUC Goiás.
- Moreira, M. I. C. (2013). *Novos rumos para o trabalho com famílias*. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Oliveira, C. S. (2001). *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre. Sulina.

- Penna, P. S. V. (2017). *Adolescente autor de ato infracional e responsabilidade: uma perspectiva psicanalítica da política de assistência social*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Perfeito, D. M. (2005). Adolescentes infratores: uma aprendizagem e uma luz na psicoterapia - relato de prática profissional. *Psicologia para América Latina*, (4). Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2005000200007&lng=pt&nrm=iso.
- Predebon, J., & Giongo, C. (2015). A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando famílias*, 19(1), 88-104. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Priuli, R. M. A., & Moraes, M. S. (2007). Adolescentes em conflito com a lei. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1185-1192. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000500015>.
- Rocha, T. T. (2010). *Os olhares maternos diante da medida socioeducativa de privação de liberdade em Goiás*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Rolim, M. (2016). *A formação de jovens violentos: Estudo sobre a etiologia da violência extrema*. Curitiba: Appris.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Sales, M. A. (2007). *Invisibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez.
- Sena, I. J., Machado, T. R. C., & Coelho, M. T. Á. D. (2006). A delinquência juvenil e suas relações com a função paterna. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, 10(1), 1-11. Recuperado de <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/48>.
- Silva, M. L., Polli, R. G., Sobrosa, G. M. R., Arpini, D. M., & Dias, A. C. G. (2012). Da normatização à compreensão: caminhos construídos para a intervenção familiar. *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 20(1-2), 13-21. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/3154>. doi: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v20n1-2p13-21>.
- Silva, R. S., Vargas, F.; Hoffmeister, F. X.; Prates, P. F.; Vasconcellos, S. J. L. (2015). Adolescentes em conflito com a lei no Brasil: pesquisar para intervir. *Mudanças - Psicologia de saúde*, 23(1), 41-48. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/4527>. doi: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v23n1p41-48>.
- Sousa, G. S., Silva, R. N. F., Ferreira, N. G., & Ferreira, M. G. S. (2018). O adolescente e a institucionalização: compreensão do fenômeno e significados atribuídos. *Revista*

- Brasileira de Enfermagem*, 71(Suppl. 3), 1373-1380. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672018000901373&script=sci_arttext&lng=pt. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0242>.
- Souza, J. M. P., Calazans, R., & Moreira, J. O. (2017). Criminologia e Psicanálise: uma leitura dos atos infracionais na adolescência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(2), 725-743. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/37143>. doi: <https://doi.org/10.12957/epp.2017.37143>.
- Souza, L. A., & Costa, L. F. (2013). A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF*, 18(2), 277-287. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000200011&lng=pt&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011>.
- Steinberg, L., Chung, H. L., & Little, M. (2004). Reentry of Young Offenders from the Justice System: A Developmental Perspective. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 2(1), 21-38. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1541204003260045#articleCitationDownloadContainer>. <https://doi.org/10.1177/1541204003260045>.
- Vicente, C. M. (2011). O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In S. M. Kaloustian (Org.). *Família brasileira: a base de tudo* (pp. 47- 59). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.
- Winnicott, D. W. (1957). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Winnicott, D. W. (1965). *A família e o desenvolvimento individual*. (4a ed., M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. *Psico*, 47(2), 99-110. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000200002. doi: <https://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.21494>.
- Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(3), 389-395. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300006. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300006>.

5.2 ARTIGO 2 – MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E (RE)ENCONTROS POSSÍVEIS: COMO OCORRE A COMUNICAÇÃO FAMILIAR?

5.2.1 Resumo

O cumprimento de uma medida socioeducativa de internação, por corresponder à privação da liberdade de um adolescente, interfere nas possibilidades de contato e comunicação com o mundo externo à instituição. Diante desse contexto, o presente artigo contempla reflexões sobre os significados que foram atribuídos aos encontros proporcionados pelas visitas e também à troca de correspondências, pois ambas são possibilidades de comunicação existentes nesse contexto. Os integrantes desta pesquisa foram cinco adolescentes e cinco respectivos familiares desses adolescentes. Através de um olhar qualitativo, do delineamento de Estudo de Casos Múltiplos e da coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental, compreendeu-se que as referidas possibilidades comunicacionais se mostram significativas tanto para os adolescentes como para os familiares. Diante disso, ressalta-se a importância das instituições valorizarem essas formas de comunicação, pois elas apresentam uma potencialidade no que concerne às relações familiares.

Palavras-chave: Medida socioeducativa; Relações familiares; Comunicação.

5.2.2 Introdução

O reconhecimento das primeiras etapas do desenvolvimento e da vida de um sujeito nem sempre se fizeram presentes no imaginário social. As compreensões sobre a infância e a adolescência assumiram diferentes configurações e representações ao longo dos séculos até que se chegasse a uma legitimação dessas etapas, enquanto passíveis de investimento, cuidado e proteção. De acordo com Ariès (1981), somente a partir do século XVII é que a infância passou a ser vista a partir de um amplo movimento de interesse em seu favor. O reconhecimento da etapa da adolescência parece algo ainda mais distante, de forma que a distinção entre a infância e a vida adulta somente se tornou um tema privilegiado no século XX (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias & Silveiras, 2010).

Na realidade brasileira, o foco principal do olhar que foi historicamente lançado para crianças e adolescentes esteve direcionado à infância pobre, de classes populares e que permaneceram à margem da sociedade. Reservou-se para esse público a piedade e a solidariedade de uns, assim como a indiferença, hipocrisia ou crueldade de outros (Rizzini & Pilotti, 2011). Nesse sentido, a política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil

evidencia fortes e inúmeras contradições legais, sociais e culturais, permeadas por descasos constantes e uma rede de relações marcadas pela injustiça social para com esse público. As políticas sociais ficaram, na maioria das vezes, à mercê de processos e práticas compensatórias, que obstaculizam a implantação de uma política de acesso aos bens sociais, materiais e culturais que visam assegurar e garantir o provimento do bem-estar e dos direitos sociais na infância (Caliman, Milanezi & Dalton, 2004).

Após longos séculos de uma história ancorada no preconceito e na desigualdade para com esse público, na década de 80, surgiram no Brasil movimentos em prol de uma infância e adolescência, através de concepções que foram sendo redimensionadas e ressignificadas e que conduziram às compreensões e legislações em vigor atualmente. Nesse momento histórico, assistiu-se o início da desconstrução de um modelo assistencial-repressivo no tratamento da infância, embasado na crença de que a criança teria origem na família disciplinada e seria portadora de direitos, enquanto que o menor seria aquele que a família não quis ou o Estado não conseguiu disciplinar. Os críticos evidenciavam, em contrapartida a essa visão difundida, a necessidade premente de reformulação das formas de assistência à população menor de idade no Brasil (Gonçalves, 2005).

O resultado dessa luta foi a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em sua primeira versão em 1990. Ele pode ser considerado um pacto nacional em defesa dos direitos da infância e adolescência no Brasil, constituindo-se um marco no que concerne às temáticas referentes a esse público. Dentre as temáticas sobre as quais dispõe, o ECA também refere sobre o cometimento de atos infracionais e o consequente cumprimento de medidas socioeducativas, sob uma ótica inovadora e diferenciada em relação às legislações que haviam existido até então (Brasil, 1990).

Posteriormente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) também entrou em vigor e passou a dispor sobre outros elementos também relativos a esse tema, com o objetivo de especificá-lo ainda mais. O SINASE foi resultado de uma construção coletiva e entrou em vigência no ano de 2006, em comemoração aos 16 anos da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em uma assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (Brasil, 2006). Assim, o SINASE representa uma luta histórica, criado com a finalidade de alcançar um padrão comum e de qualidade nas ofertas dos programas, serviços e projetos que compõem a política socioeducativa, baseado nos princípios dos direitos humanos para adolescentes e famílias (Pereira & Gomes, 2017). Os aspectos centrais abordados nessa legislação dizem respeito a como devem ser conduzidas as situações de violência que envolvem adolescentes autores de atos infracionais (ou, dito de

outro modo, vítimas de outras e anteriores violações de direitos), no cumprimento de medidas socioeducativas (Monte, Sampaio, Rosa Filho & Barbosa, 2011).

Enquanto legislação, o SINASE foi regulamentado em 2012, por meio da Lei nº 12.594. Com a implantação desse sistema são determinados os parâmetros para seleção dos profissionais que atuarão diretamente com os adolescentes, assim como os padrões arquitetônicos, de organização funcional das unidades socioeducativas, da gestão e do financiamento das obras, do monitoramento e posterior avaliação das entidades, considerando condições básicas de salubridade, acessibilidade e conforto. Além disso, o SINASE faz referências aos parâmetros da gestão pedagógica, tão importantes no contexto socioeducativo (Brasil, 2012). Considerando, a importância desse caráter pedagógico, destaca-se a necessidade de se diferenciar a responsabilização prevista no ECA, da lógica meramente repressiva imposta tanto historicamente, quanto pelo sistema penal (Veronese & Lima, 2009).

Após as mudanças conquistadas ao longo dos séculos no que concerne a forma com que se lança o olhar para as questões relativas à infância e à adolescência no Brasil, passou-se a compreender que o cumprimento das medidas socioeducativas deve contemplar tanto aspectos de natureza sancionatória, no sentido de uma reação da sociedade diante do ato infracional, como também aspectos pedagógicos, que visem à proteção integral, bem como oportunizar a formação e informação. Isto é, ambos elementos precisam ser complementares para uma experiência com caráter verdadeiramente socioeducativo e em consonância com o que está previsto nas diretrizes legais que embasam essas experiências para sujeitos na condição peculiar de desenvolvimento (Arantes, 2005; Braga, 2016; Oliveira & Valente, 2017; Volpi, 1997).

No caso dos adolescentes, quando verificada a prática de ato infracional, podem ser aplicadas seis diferentes medidas socioeducativas pela autoridade competente, sendo elas: Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de serviços à comunidade; Liberdade assistida; Inserção em regime de semiliberdade; e Internação em estabelecimento educacional. Ainda, pode ser aplicada qualquer uma das medidas protetivas determinadas no Art. 101, I a VI, do ECA. Salienta-se que a aplicação das medidas socioeducativas deve levar em conta a capacidade do adolescente de cumpri-la, as circunstâncias do ato infracional, bem como a gravidade do mesmo (Brasil, 1990).

O presente estudo propôs-se a compreender de forma mais específica sobre a medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, a qual pressupõe a privação da liberdade do adolescente e sendo, portanto, a medida mais agravada possível de ser aplicada. Em razão das suas particularidades, ela só poderá ser aplicada em três situações: quando se

tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou então, por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Determina-se, também, que a sua aplicação deve estar sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Salienta-se que a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes e também em local distinto daquele destinado ao abrigo (Brasil, 1990).

Ainda, sobre a medida socioeducativa de internação, tem-se no ECA a enumeração de alguns direitos assegurados, em especial, ao adolescente privado de liberdade. Dentre eles, cabe destacar neste artigo dois deles: “VII – receber visitas, ao menos, semanalmente; VIII – corresponder-se com seus familiares e amigos”. Salienta-se também a existência de um dos direitos fundamentais previstos no ECA, o qual diz respeito à convivência familiar e comunitária. Baseando-se no princípio da proteção integral deve-se assegurar, entre outros fatores, a preservação dos vínculos familiares, em especial nos contextos da privação de liberdade (Brasil, 1990; Conselho Nacional de Justiça, 2012). Partindo desses pressupostos, compreende-se que a temática das visitas e das trocas de correspondências, possuem um aspecto em comum, pois dizem respeito a possibilidades de efetivar a comunicação entre familiares e adolescentes nos contextos de privação de liberdade. E, assim, em razão do que podem representar, são elementos importantes a serem discutidos.

Salienta-se que a reinserção social do adolescente privado de liberdade é o principal objetivo das ações socioeducativas, visto que estas devem buscar prepará-lo para o reestabelecimento de uma vida em liberdade. O período de internação deverá, portanto, garantir as condições necessárias para essa reintegração. Por meio da família, permitir-se-á que ocorra o acolhimento do adolescente após o término do período de privação de liberdade, isto é, que este sinta possuir um suporte que extrapole o âmbito da instituição socioeducativa e interponha-se em sua rotina. Assim, espera-se que a privação de liberdade possa contribuir tanto para o aprimoramento da cidadania do adolescente quanto do contato deste com a sua família (Conselho Nacional De Justiça, 2012).

Com base nesses aspectos, o presente estudo objetiva compreender os significados atribuídos ao momento da visita e também sobre a comunicação através de cartas no contexto da privação de liberdade.

5.2.3 Metodologia

5.2.3.1 *Delineamento*

Buscando atingir os objetivos propostos e compreender as repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares, foi realizado um estudo de caráter qualitativo. Em pesquisas qualitativas, há uma preocupação com um nível da realidade que não pode ser quantificado, trabalhando-se com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos atores envolvidos. Ressalta-se que a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico (Minayo 1994, 2012).

A partir disso, o delineamento do presente estudo é o Estudo de Caso, utilizado enquanto Estudo de Casos Múltiplos. A definição operacional proposta por Yin (2005) a respeito do Estudo de Caso refere que se trata de uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Isto significa enfrentar situações únicas, a partir do desejo de compreender fenômenos sociais considerados complexos.

5.2.3.2 *Participantes*

Integraram o presente estudo dez participantes, os quais estavam vinculados a uma instituição de cumprimento da medida socioeducativa de internação em um município do Rio Grande do Sul. Dentre os dez participantes, têm-se cinco adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação sem possibilidades de atividades externas (ISPAE) e cinco respectivos familiares desses adolescentes (Núcleo familiar = adolescente + familiar). Totalizaram-se, assim, cinco núcleos familiares, ou então, cinco casos, que foram compreendidos em profundidade.

Os convites para participação na pesquisa foram realizados, primeiramente, aos familiares no dia em que visitavam os adolescentes na instituição. Após a aceitação dos familiares, os adolescentes também eram convidados a integrar o estudo. Somente após a dupla aceitação dos participantes referentes ao mesmo núcleo familiar, é que as entrevistas eram realizadas. Salienta-se que dentre os familiares convidados a participar da pesquisa, foram cinco mães que compareceram no dia das entrevistas. As principais informações dos participantes podem ser consultadas nas tabelas já apresentadas na página 71.

5.2.3.3 Instrumentos e procedimentos

Utilizou-se como fonte de informação a análise documental, através do acesso aos prontuários dos adolescentes na instituição, com o intuito de melhor compreender o contexto da medida e dos atos infracionais. Segundo Godoy (1995), a pesquisa que utiliza uma base documental pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Ainda, a autora ressalta que a análise documental pode ser utilizada também como uma técnica complementar, aprofundando dados obtidos por meio de entrevistas, questionários e observação.

Considerando a complementariedade da pesquisa com base documental, no presente estudo, o principal instrumento utilizado para a coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas. De acordo com Gaskell (2002), o emprego da entrevista qualitativa contribui para que se possa mapear e compreender o mundo dos respondentes, isto é, dos participantes. Ademais, através desta, permite-se o fornecimento de dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e a situação investigada. Salienta-se que o roteiro de entrevistas foi dividido em quatro tópicos-guia, com enfoque nas relações familiares e referentes aos momentos: 1) Anterior ao cumprimento da medida; 2) No momento em que soube do cumprimento da medida; 3) No decorrer do cumprimento da medida socioeducativa; 4) Com o término do cumprimento da medida socioeducativa. Os resultados apresentados neste artigo abordam, principalmente, os dados que foram obtidos no terceiro tópico-guia relacionado ao decorrer do cumprimento da medida socioeducativa.

Destaca-se que o estudo atendeu todas as exigências da ética em pesquisa e as Diretrizes e Normas Regulamentadoras envolvendo Seres Humanos – a Resolução n° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, como também, a Resolução n° 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade em que foi realizada, sendo aprovada sob CAAE 84187418.2.0000.5346. Além disso, todos os participantes ficaram cientes do objetivo do estudo e assinaram os Termos de Assentimento e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Destaca-se que para preservar a identidade dos participantes, todos os nomes apresentados são fictícios.

5.2.3.4 *Análise dos dados*

Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se uma das cinco técnicas propostas por Yin (2005), em seu livro “Estudo de caso: Planejamento e Métodos”, sendo ela a síntese de casos cruzados. Essa técnica se aplica especificamente à análise de Estudos de Casos Múltiplos, pois, de acordo com o autor, quando são mais do que dois casos, as descobertas podem ser reforçadas. Assim, a partir dessa técnica de análise pode-se contar com mais de uma fonte de dados, partindo da compreensão dos casos individuais. Portanto, os dados obtidos foram analisados em profundidade, primeiramente, de forma individual e, em um segundo momento, no seu conjunto, a partir do cruzamento dos dados individuais.

Considerando a complexidade que envolve o Estudo de Casos Múltiplos, os resultados foram dispostos neste trabalho através de discussões que permeiam a singularidade que cada caso possui, através dos “núcleos familiares”. Isto é, foram compiladas as informações obtidas sobre cada adolescente e seu respectivo familiar nas diferentes categorias de discussão. Na construção desse processo, foi possível cruzar algumas informações dos contextos analisados, assim como temas com maior força discursiva e que emergiam com maior intensidade emocional. A partir disso, puderam ser elencadas as categorias do presente estudo e também realizar discussões mais coletivas.

5.2.4 **Resultados e discussões**

Os resultados do presente artigo serão apresentados em duas categorias distintas: uma referente aos “Significados atribuídos ao momento da visita” e a outra intitulada “A escrita de cartas como um recurso de comunicação no contexto da privação de liberdade”.

5.2.4.1 *Significados atribuídos ao momento da visita*

O Capítulo VI do SINASE dispõe a respeito das visitas ao adolescente em cumprimento de medida de internação, salientando em seu Art. 67 que a visita do cônjuge, companheiro, pais ou responsáveis, parentes e amigos deve observar dias e horários próprios definidos pelos programas de atendimento (Brasil, 2006; 2012). Isto é, assim como as demais atividades da rotina das unidades socioeducativas, é fundamental a existência de algumas regras para o funcionamento e ocorrência adequada do momento das visitas. De acordo com Volpi (1997), a organização do cotidiano institucional deve buscar propiciar um espaço sadio para que ocorra a vivência do direito à afetividade no contexto da privação de liberdade.

Na pesquisa de Costa (2007), constatou-se que dentre os familiares que mais realizam visitas aos jovens, em primeiro lugar, encontram-se as mães, totalizando 44%, seguidas pelos pais e pelos irmãos, ambos correspondendo a 21%, os tios e tias, com o percentual de 6%, avó, com 4%, tutores, com 2% e madrastas/padrastos, também com 2%. Em conformidade com esses dados, durante a realização do presente estudo, quando a pesquisadora esteve na instituição para convidar os familiares a participarem da pesquisa, também se constatou a predominância das mães nessas situações.

Ressalta-se que nas unidades de internação do estado do Rio Grande do Sul, as normativas referentes ao momento da visitação aos adolescentes são instituídas através do Plano de Atendimento Coletivo (PAC), de forma que cada Centro de Atendimento Socioeducativo estabelece as suas próprias regras. De acordo com o PAC da instituição em que a pesquisa foi realizada, é permitida a visitação de familiares com parentesco de primeiro grau, o que inclui pai, mãe, irmãos, filhos e esposas. Outros familiares, como avós e tios, por exemplo, são permitidos quando a equipe técnica entender que a presença destes será importante para o adolescente.

Nessa perspectiva, pensando em iniciar as reflexões sobre esse tema, destaca-se a pesquisa de Souza e Menezes-Santos (2010), a qual buscou compreender sobre o processo de desvinculação de um adolescente com a prática infracional. Nos resultados dela, encontraram-se no momento das visitas alguns elementos que podem ser considerados importantes ao se pensar sobre a essa desvinculação. Salienta-se que ao referir sobre os momentos bons relacionados ao período de internação apareceram no referido estudo “só o dia de visita”. Foram referidas também a expectativa em aguardar que os familiares chegassem até a instituição no dia previsto e a importância desses momentos ocorrerem semanalmente, de modo que o “não faltar às visitas” pareceu ser um aspecto valorizado. Já no presente estudo, contatou-se que diversas falas dos participantes corroboram esses achados, evidenciando a importância que esse encontro possui para os adolescentes inseridos no contexto institucional, conforme os resultados abaixo.

De acordo com Rodrigo, integrante do primeiro núcleo familiar, as pessoas que geralmente o visitam na instituição são a sua namorada e a mãe Gisele e, ocasionalmente, seus irmãos. Quando o adolescente relatou o que representa para ele o momento da visita, mencionou: “Fico ansioso, né dona? Eu fico feliz. [...] Fico ansioso pelo domingo. [...] Eu gosto. Gosto! Desço pra ver a minha mãe. [...] E gosto de ver a minha irmã também. É o momento melhor que tem pra mim aqui”. Além disso, ele referiu ter solicitado que a visita

subsequente ao momento da entrevista fosse realizada por sua irmã, já que seria o aniversário dela: “Que a minha irmã tá de aniversário. [...] Quero que ela venha.”.

A partir dessa fala, pode-se constatar a importância que essa experiência possui para o adolescente, o qual a considera como sendo o melhor momento dentro da instituição. Percebe-se, com isso, uma valorização das situações de encontros e (re)união da família, sendo que tal experiência também parece se apresentar como mobilizadora de sentimentos, colocando-se de forma aguardada e, portanto, permeada por muitas expectativas. Rodrigo também pareceu fazer questão de que, através de visita, possa se manter, de alguma forma, vinculado a situações externas da família consideradas importantes por ele, como o aniversário da irmã. Ainda que de dentro da instituição, o adolescente demonstra procurar alternativas para se fazer presente nessa data importante, querendo comemorar com ela no dia da visita.

Além disso, no que concerne à dinâmica institucional, é possível observar que Rodrigo mencionou o ato de “descer” representando a saída do dormitório para receber a visita de seus familiares. Compreende-se que, no caso desse adolescente, tal ação o remete a uma experiência agradável, significativa e que ele parece gostar de realizar. No entanto, faz-se importante problematizar situações em que as visitas possam estar sendo valorizadas, por exemplo, pela possibilidade de saída dos dormitórios, ainda que esse não pareça ser o caso de Rodrigo. Entende-se que em situações assim, pode-se inferir a existência de ociosidade nas rotinas dos adolescentes, e que isso repercutiria, inclusive, na finalidade principal da visita, que é o reencontro com pessoas significativas.

Essa ressalva constitui-se como um alerta para que os diferentes contextos institucionais realizem esforços contra a ociosidade dos adolescentes, permitindo, assim, que a visita possa ser, de alguma forma, genuinamente importante, pelas relações e pelos contatos que pode proporcionar. Com isso, quer-se dizer que o contexto socioeducativo precisa buscar estratégias e atividades que não permitam um “sentir-se desocupado”. De acordo com Oliveira (2001), considerando que a internação restringe o contato dos jovens com o mundo fora de suas paredes, faz-se necessário um planejamento para que as necessidades humanas possam ocorrer dentro desses espaços. No entanto, segundo a autora, frequentemente, os jovens internos não participam das deliberações dessas atividades, assim como não são envolvidos na execução delas, o que poderia possibilitar a repetição dos processos de exclusão com os quais já conviviam antes da internação. Nessa perspectiva, Scislesk, Bruno, Galeano, Santos e Silva (2015) salientam a necessidade das unidades socioeducativas de internação buscarem propostas que demonstrem planejamento, que potencializem a inserção

dos adolescentes na comunidade ou ainda que promovam condições para que consigam acessar seus direitos fundamentais.

Ainda referindo-se ao momento da visita, Rodrigo mencionou que seu pai não costuma mais visitá-lo na instituição:

O meu pai vinha toda hora antes, toda hora me visitar. Só que hoje em dia ele já não vem mais. [...] Porque quando ele brigava com a minha mãe, eu... [...] descontrolava. [...] Todo mundo falou muita coisa. Eu falei pra ele. Depois ele me falou. [...] E eu sei que eu tenho que respeitar o meu pai e a mãe, é certo. Mas se ele não me respeita, eu não posso respeitar ele, né? Ele me falava muita coisa né? (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

A partir desse trecho da entrevista de Rodrigo, pode-se inferir que nas visitas estariam ocorrendo desentendimentos entre o adolescente e seu pai. Nesse sentido, os encontros propiciados pelo momento da visita parecem ter reverberado no relacionamento entre o pai e o filho, promovendo, até mesmo, certo afastamento durante o cumprimento da medida socioeducativa. A percepção de Gisele sobre a relação de Rodrigo com o pai parece corroborar com o que o adolescente mencionou. Quando citou sobre essa relação, Gisele disse: “Porque o pai dele, pra falar bem a verdade, não faz muita questão de vim aqui. Ele também não pede a visita do pai”. Assim, pode-se inferir que, no caso dessa família, as visitas estariam sendo frequentadas pelos familiares com vínculos que poderiam ser considerados mais fortalecidos, ou seja, por aqueles que estão mais próximos e com relações menos fragilizadas. A partir disso, pode-se inferir também que a ausência de alguns familiares nas visitas, pode reforçar um distanciamento que, anteriormente já existiria.

Dentre outros aspectos que foram abordados na entrevista com Gisele sobre as visitas ao filho, foi possível constatar que a ida para esse momento também parece estar permeada pelo sofrimento de ver o filho em privação de liberdade, sendo algo que se colocaria de forma dura e difícil: “Não é tranquilo de vim né? É bem chato tem que vir visitar o filho. É triste. É triste isso. Mas tem que vim né? Meu filho, né? Mas é bem... Bem doloroso essa situação”. Todavia, paradoxalmente, ela mencionou que as visitas poderiam ser mais frequentes: “Se desse pra vir duas vezes... Duas tava bom”. Durante a entrevista, Gisele também relembrou quando ela e o filho discutiram em um dia de visita, situação essa que teria lhe gerado sofrimento.

Quando eu tava aqui um dia... [...]. Só que daí ele não queria me ouvir. Daí até eu fiquei bem chateada, saí chorando daqui aquele dia. Fui embora. [...] Na próxima [visita] daí eu não vim. Daí era pra mim vim no PIA. Daí eu não vim no PIA. Daí eu disse: “[Nome do marido], vai! Tô muito triste com o Rodrigo”. Daí nessa função do

PIA, aí ele falou: “Pai, pede pra mãe vim na próxima visita”. Aí eu vim e tava tudo mais calmo. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Em um momento posterior na entrevista, ela também acrescentou alguns significados que atribui ao momento das visitas ao filho:

Ai, é um momento de harmonia, né? De carinho, porque eu abraço ele. Ele me conta tudo e eu pergunto: “Como tu tá?”. Essa semana ele tava meio de cara fechada. [...] Daí depois conversei com ele, daí ele já tinha se acalmado né? [...] É um momento, assim, que se ele tá triste né? Eu tento acalmar o coração dele né? É muito bom a visita, é uma coisa que é muito importante. Muito importante. (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Considerando os relatos de Gisele acima descritos, pode-se inferir a existência de duas compreensões diferentes. Por um lado, as visitas podem representar a exigência de se deparar, reiteradamente, com fragilidades, dificuldades e, inclusive, com o ato infracional que foi cometido pelo filho, podendo ficar mais latentes no contexto da instituição. Esses aspectos também foram apontados por Dias, Arpini e Simon (2011), quando discutem que as famílias poderiam estar encontrando dificuldades em reconhecer e enfrentar problemáticas, que em um contexto externo não lhes exigiria a tomada de providências.

Todavia, por outro lado, percebe-se que embora as visitas estejam relacionadas a sofrimentos, “tristeza” e “dor”, elas também foram consideradas por Gisele como um momento “muito bom” e “muito importante”, de modo que ela gostaria, inclusive, que ocorresse com maior periodicidade. Nesse sentido, os dias de visitas parecem permitir que os vínculos entre mãe e filho se reconectem, após o período de uma semana sem esse contato, oportunizando a referida “harmonia” e o “acalmar o coração dele”.

Ainda que em sua fala surjam aspectos negativos com relação à visita, percebe-se também que o sentimento de apoio ao filho e de dar suporte para ele durante essa experiência, parecem prevalecer e ser importantes para Gisele. Portanto, as visitas mobilizariam elementos, ao mesmo tempo, “bons” e “ruins”. Constata-se, com isso, que esse momento é passível de desencadear e provocar reações diversas de acordo com o momento e a experiência a que se atrela, além de que parece conter elementos que corresponderiam, justamente, a uma dualidade de sentimentos.

Já com relação ao segundo núcleo familiar, o adolescente Miguel referiu sobre esse tema e a relação com sua mãe: “Agora ela vem me visitar né? Daí eu fico pensando que eu viajei, né?”. Pode-se inferir com isso, que ele percebe o apoio e suporte que possui, em especial, na figura de sua mãe justamente por vê-la o visitando na instituição. Entende-se,

assim, que os encontros na instituição poderiam estar possibilitando uma valorização do relacionamento que possui com ela. Em consonância com isso, Miguel também mencionou que nas visitas realizadas pela mãe, ela transmite conselhos, mas que diferentemente de quando não estava cumprindo a medida socioeducativa de internação, agora, ele estaria valorizando o que ela lhe diz nesse espaço: “Não, mas agora eu escuto, né dona?”.

Ademais, Miguel referiu que gosta do momento da visita, mencionando quando questionado: “é bom”. Acrescentou também em sua entrevista que fica aguardando pelo sábado, que é o dia em que recebe a visita dos familiares e mencionou que a sua importância estaria no fato de poder conversar com os mesmos: “Eu gosto quando eles vem, porque daí nós conversemo bastante né [...] Eu só pergunto se eles tão bem, fico conversando...”. Pode-se inferir, a partir disso, que o adolescente confere relevância a esse momento porque ele permite uma maior interação com o mundo exterior, assim como a possibilidade de dialogar, ter notícias e contatar aquelas pessoas que lhe são significativas. Corroborando essa ideia trazida pelo participante Miguel, Medeiros e Paiva (2015) também constataram que as famílias procuram utilizar todo o tempo disponível para conversar e ficar próximos aos adolescentes.

Já na entrevista que foi realizada com Cláudia, ela referiu que o momento da visita a Miguel seria frequentado unicamente por ela e por sua filha mais velha: “Só eu e ela que vem visitar ele, né? [...] É só eu e ela. Um fim de semana é meu e o outro é dela”. Diante disso, parece que Cláudia salientou que a família não teria uma rede de apoio e esse aspecto repercutiria na experiência da visitação, já que Cláudia mencionou essa questão logo que se abordou o assunto das visitas. Acrescentou também que o pai de Miguel, não teria interesse em acompanhar a trajetória do filho de maneira geral, mas inclui-se nisso também, e por consequência, o momento da visita: “O pai dele não quer ver ele nem pintado. Pai? Só pra dizer que tem pai, né? Que um ano que ele tá aqui [na privação de liberdade], nunca foi lá perguntar se precisa de alguma coisa”.

Quando detalhou como eram os momentos de visitação a Miguel, Cláudia relacionou a experiência atual à que tivera anteriormente na mesma instituição com o filho mais velho, já falecido, emocionando-se. Percebeu-se, com isso, o quanto esses encontros constituem-se significativos e marcantes para as relações. Dessa forma, salienta-se a forte carga emocional que o tema das visitas parece possuir na trajetória dessa participante, conforme pode ser evidenciado quando referiu sobre o primeiro encontro com Miguel na instituição, o qual teria sido particularmente difícil:

O primeiro dia foi difícil. Eu não chorei na frente dele, mas ali fora, eu... Foi difícil. Que eu lembrei tudo de novo. [...] Entrava, parecia que eu vinha visitar outro. [chorando] Quando abria a porta, ele entrava. Parecia que era o outro. Ai, me dava um... Não tava sendo... Eu tinha vontade de não vim mais. Ao mesmo tempo eu pensei, se eu não ir dar força pro meu filho, que ele só tem eu e a irmã dele... Como é que eu vou... Daí eu abandonar? Eu não tava legal. [...] Vou ter que ir. Vou ter que ter força, vou ter que dar força pro meu filho, né? [...] Mas eu tinha vontade de abandonar ele aqui. Bei, as primeiras visitas... (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Além disso, ela detalhou as singularidades de cada um dos filhos em relação a esses encontros, bem como as particularidades dessas diferentes experiências. Ela mencionou que Miguel procura presenteá-la com os artesanatos que produz na instituição, enquanto que o irmão mais velho costumava abraçá-la e beijá-la:

Logo que eu chegava aqui, ele [referindo-se ao filho mais velho] descia. Ele me abraçava e me beijava. Se tivesse que me erguer pra cima, me erguia. Pegava, sentava no canto, fazia carinho um no outro, conversava, dava risada... Mas o Miguel já é assim... O Miguel sempre traz uma coisinha. [...] Ele gosta muito de fazer filtros do sonho. Ele traz de quatro. Daí eu compro as linha, compro tudo né? [...] Folhas... Essas coisas, tudo eu compro, né? Pra trazer pra ele. Aí ele faz, ele me dá. E eu fico faceira, né? Tapetezinho, com meu nome, ele faz. (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Cláudia também relatou que em um dia de visita ocorrido recentemente, ela trouxe para a instituição o seu filho mais novo, que possui 5 anos. Sobre isso, ela referiu a ocorrência de uma briga entre ele e Miguel, na qual ela teve de intervir. Isto é, apesar da importância que a visita possui no cumprimento da medida socioeducativa, ela parece acentuar, em alguns casos, desentendimentos anteriores à internação do adolescente, conforme também já tinha sido percebido no primeiro núcleo familiar.

Sem ser nessa, na outra que eu vim, eu trouxe o [nome do filho mais novo]. Ai, mas brigaram. Brigaram os dois. Ai meu Deus do céu. O [nome do filho mais novo] se botou nele e ele [Miguel] embrabeceu e fez aqui óh nele [encenando uma contenção corporal]. E eu tinha que dizer: “Não faz isso com teu irmão, que tu vai machucar teu irmão, Miguel”. Ele andava revoltado até com o [nome do filho mais novo] quando tava na rua. Qualquer motivo era pá... Pra lá. Mas na minha frente não. (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Outro aspecto interessante de se destacar em relação ao segundo núcleo familiar, é que Miguel também já tinha vindo visitar o irmão (aquele que esteve internado) na instituição. De acordo com a mãe, ele “veio poucas vezes”. No entanto, faz-se importante salientar que essa experiência anterior vivida, ainda que não tenha sido abordada de forma mais detalhada nas

entrevistas, também deve trazer repercussões para a experiência atual de privação de liberdade de Miguel e da família como um todo, fator esse que precisa ser considerado.

No terceiro núcleo familiar, André mencionou reiteradamente a importância que o momento da visita possui para a sua experiência na instituição. Ele lembrou da primeira visita que recebeu: “A minha primeira visita foi com o meu padrasto, com a minha mãe e eles estavam chorando, essas coisa.”. Esse primeiro encontro parece ter sido especialmente marcante para o adolescente e permeado por emoções, dado o impacto que se compreende existir em relação à privação de liberdade.

Para além disso, André relatou sentir-se emocionado em todos os reencontros proporcionados pela visita: “Eu também choro. Sempre quando vejo a minha mãe eu choro. Sempre. Sempre. Todos os domingos”. Em consonância com essa referência feita por André, Davoglio e Gauer (2011) constataram que os adolescentes em privação de liberdade descrevem um forte sentimento afetivo e preocupação familiar, mas que isso ocorre, especialmente, em relação à figura da mãe, tendo expectativas quanto às suas visitas, compreensão e ajuda. Sobre isso, André acrescentou:

É, a gente conversa bastante e isso só me fortalece. Ah, me machuca, porque ela vai embora, mas... Me fortalece também, mais um pouco né? Porque eu sei que domingo... Ela não falha nenhum domingo. Não falhou nenhuma visita. Eu tô dois mês na casa e ela nunca falhou uma visita comigo ainda. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

A partir desse trecho da entrevista, constata-se novamente a ambiguidade de sentimentos que surge relacionada ao momento da visita. Ainda que seja um encontro proveitoso, que aproxima e fortalece relações, permitindo a conversa e o compartilhamento das experiências, também parece estar sendo marcado pela ruptura/separação que deve ocorrer com o final do tempo estipulado. Para André, essa separação, em especial em relação à sua mãe, parece estar permeada por um sofrimento, evidenciando também um saudosismo. No entanto, o que parece, em certo sentido, aliviá-lo é a certeza de que no próximo dia de visita ela estará na instituição para vê-lo novamente. Assim, a segurança e a previsibilidade transmitidas pela mãe, parecem ser elementos confortantes diante da realidade que se apresenta ao adolescente na instituição. Na pesquisa de Souza e Menezes-Santos (2010), também se constatou a importância das visitas constantes dos pais e a dor que a mesma pode mobilizar nos adolescentes ao vê-los ir embora, sem poder acompanhar, salientando as repercussões e os impactos que essas situações podem adquirir para a trajetória de vida, em termos de futuro.

O adolescente reiterou ao longo da entrevista as suas experiências significativas em relação aos momentos de visitas:

Melhor dia da semana é o domingo né? É o melhor dia da semana! Meu melhor dia da semana é o domingo. Quando chega sábado, eu já fico numa ansiedade já! [...] Esperando! Antes eu recebia visita de manhã né? Daí de manhã passa muito rápido. Daí eu pedi pra minha mãe vim de tarde e aí ela tá vindo de tarde agora. [...] É, eu converso com os guri, eu tenho amizade, que eu tenho aqui. Converso com os guri na janela das coisa, mas meu... O meu melhor momento mesmo, meu melhor dia é o domingo. É o da visita. Tenho... Tô com dois filtro [filtro dos sonhos] ali pra fazer pra ela. Já fiz dois filtro pra ela. (André, adolescente – Núcleo Familiar 3).

Nessa passagem, evidencia-se a expectativa que o adolescente constrói em torno do encontro com a família nos dias de visita semanalmente, enquanto aguarda a chegada do domingo. De acordo com André, a experiência mais significativa na instituição é, justamente, a visita que recebe dos familiares, sendo assim, um espaço com grande potencialidade. Da mesma forma, observa-se que ao mencionar que “passa muito rápido”, também traz uma dimensão de um momento que deve ser aproveitado e usufruído da melhor maneira, dado o tempo restrito que é destinado para que ocorram as visitas e considerando também que demonstra ser um encontro muito valorizado.

Ainda ponderando a importância do momento da visita, André relatou que “É ruim só os inimigo que eu tenho. Essas briga minha que tranca. Tranca visita da minha mãe, porque puxar cadeia eu puxo. Eu fui homem pra aprontar, eu tenho que ser pra puxar a minha bronca aqui dentro, né?”. Nesse trecho, ele faz menção a brigas as quais já se envolveu na instituição e que, em razão disso, como uma forma de punição e considerando as regras internas de funcionamento, acabou privado da possibilidade de receber visitas dos familiares. Dada a valorização que o adolescente confere a esse momento de visita, percebe-se, com essa fala, que tal punição surge como um elemento que “tranca”, que impossibilita, a efetivação daquilo que, de acordo com seu relato, é o que ele mais aguardaria na sua experiência na instituição.

Diante disso, faz-se importante problematizar se a suspensão das visitas dos familiares, ainda que por tempo limitado, seria a melhor forma de responsabilizar os adolescentes quando ocorre uma transgressão no contexto institucional. Ao referir sobre as entidades de atendimento, consta no SINASE a “proibição da incomunicabilidade e da restrição de visita, assim como qualquer sanção que importe prejuízo à escolarização, profissionalização e às medidas especiais de atenção à saúde” (Brasil, 2006, p. 38). Já, de acordo com Volpi (1997, p. 37), faz-se menção ao fato de que “em hipótese alguma haverá incomunicabilidade, embora a autoridade judiciária possa suspender temporariamente visitas

ao adolescente”. Nesse sentido, destaca-se que parece não haver um consenso entre o que consta nas legislações, as práticas institucionais e a literatura no que concerne a esse aspecto.

Dessa forma, dada a valorização com que o momento da visita parece possuir, seria importante diante de uma situação de violação de regras que a responsabilização fosse pensada, prioritariamente, no âmbito da rotina do adolescente em suas atividades. Ademais, compreende-se que manter o contato com os familiares, no caso de um adolescente fora de um contexto de privação de liberdade, possivelmente não estaria em questão no caso de descumprimento de alguma regra. Por se tratar de um fenômeno bastante complexo, talvez possam ser pensadas alternativas de responsabilização que não impliquem interferir nas relações familiares, tão importantes para aqueles na condição peculiar do desenvolvimento.

Ainda fazendo articulações no que diz respeito às visitas, André mencionou:

Muitas das vezes que a minha mãe conversou comigo, a minha mãe falava que nunca ia botar os pé numa FASE, numa FEBEM, numa cadeia, pra me ver. E olha ela todo os domingo vem aqui me ver. Não é o passeio preferido dela né? Mas ela falou que conta... Conta as horas pra vim me ver. Quando chega domingo, ela fica numa ansiedade... Eu também fico ali em cima, ali numa ansiedade. Pra ver ela. Esperando a visita. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

A partir desse trecho da entrevista de André, observa-se que o adolescente parece entender e se sensibilizar com o esforço que seria feito por Janaína para visitá-lo nos finais de semana. Além disso, ele também demonstra reconhecer que existem repercussões e implicações que se colocariam para ela, já que André referiu que, anteriormente ao cumprimento da medida, já haviam conversado sobre o fato de ela se indispor a frequentar instituições como a que ele se encontra. Nesse sentido, segundo relato de André, Janaína parece ter modificado e abdicado de algumas convicções, passando a aguardar muito pelo momento em que possa ir visitá-lo, fator esse que é valorizado pelo adolescente.

André também refletiu sobre aqueles colegas que não recebem visitas na instituição e, dessa forma, pareceu surgir, novamente, uma valorização das suas relações e experiências familiares: “Tem gente que não ganha nada aqui dentro né? Nem uma visita ganha né? Ei, pra mim é... Pra mim me faz bem!”. De forma semelhante ao que foi dito por André na presente pesquisa, Souza e Menezes-Santos (2010), constataram que a convivência com colegas de internação que não recebem visitas podem sensibilizar e trazer repercussões para as relações familiares, de uma maneira geral.

Já na entrevista realizada com a mãe, as visitas foram mencionadas como:

O que eu quero pro meu, que ele não bote mais os pé aqui e muito menos no presídio. Essa sempre foi a minha vontade, que eu dizia pra ele: “Eu nunca vou botar um pé numa cadeia pra ir lá te visitar. Nunca vou passar humilhação de eles tarem revisando!”. E o que que acontece aos domingo? Eu venho. E vou te dizer, vou ser bem sincera contigo. Eu vinha bem feliz ver ele. Eu fico nervosa, no domingo. Eu conto aquelas horas pra chegar uma hora, pra mim pegar o ônibus e vim ver ele. Aquelas horinhas que eu passo aqui com ele, duas, três, horas. Aquilo ali pra mim, assim, sabe? É... É... É tudo! É tudo, sabe? Parece que é aquele momento único que nós temo ali, sabe? [...] Esse momento da visita é especial. É maravilhoso! É... É bom. Pra mim, eu conto as hora, conto os dias, pra ficar ali com ele. Aquelas horinhas ali que a gente fica, pra mim é... Tudo! Tudo, tudo! Se eu pudesse ficava com ele ali, sabe? (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

A partir dessas passagens, reitera-se o que já havia sido mencionado por André, que o discurso que Janaína tinha, anteriormente ao cumprimento da medida socioeducativa do filho, se modificou. Segundo o próprio relato dela, em uma situação hipotética, visitá-lo no contexto de uma instituição de privação de liberdade era algo que se apresentava como uma “humilhação” e que, aparentemente, lhe parecia inconcebível. No entanto, quando efetivamente ocorreu essa situação em seu contexto familiar, ela teria passado a compreender as visitas ao filho, inclusive, como momentos de felicidade, sobre os quais deposita grandes expectativas. Outro aspecto importante é o fato de que ela se refere a esses momentos como sendo “únicos” para a relação entre ela e o filho. Além disso, utilizou-se de adjetivos como “especial”, “maravilhoso”, “bom” e como sendo “tudo”.

Porque cada visita que eu venho aqui óh, o meu peito sai aliviado. Eu saio triste, por não levar ele embora. Mas eu saio aliviada, pelo pensamento dele. [...] Um amadurecimento do André. Ele tá caindo em si, cada dia e eu agradeço a Deus. [...] E o que me conforta é o pensamento dele. Ele tá ficando assim... Tô me sentindo mais aliviada e tô vendo que ele tá ficando bem, que isso aí vai servir! Vai servir de aprendizado pra ele! Como ele disse pra mim domingo: “Mãe, pra cá eu não volto mais. Nem pra cá e nem pro presídio. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Nessa parte da entrevista, para além de elementos que também remetem a uma dualidade de sentimentos (entre a “tristeza” e o “alívio” que esses (re)encontros proporcionam) parece surgir outro elemento que seria a possibilidade de se ter notícias sobre os processos que estão sendo vividos pelo adolescente na instituição. Isto é, através do contato nas visitas, estar-se-ia permitindo que a mãe compreenda como está se desenvolvendo a experiência da medida socioeducativa do filho, inclusive, a forma com que ele estaria pensando sobre as transgressões já cometidas anteriormente. Nesse caso, a mãe refere estar se

sentindo aliviada por perceber que a privação de liberdade estaria adquirindo um caráter de aprendizado para o adolescente, o que poderia ser compreendido como um amadurecimento.

O quarto núcleo familiar integrante também referiu as experiências nos dias de visita. No prontuário de Vinícius, constava que “[...] desde o seu ingresso, recebe visita semanalmente dos pais”. Na entrevista, ele comentou a importância que a conversa com a mãe e a externalização de sentimentos, parecem adquirir nesses encontros: “Até hoje ela me fala, nas visita, tudo o que ela sente. Eu também falo pra ela.”. Mais adiante, ele ainda acrescentou:

[Participante] - Bá, minha mãe, fala todos dia: “Bá, meu filho, eu te amo”, coisa que nós não falava na rua né? “Eu te amo meu filho. Sai dessa vida que né, que não vale a pena”. Toda as visita ela fala isso. Sempre. Sempre. [...] É bom! Bei!

[Entrevistadora] - O que que tu sente quando ela te fala isso?

[Participante] - Bá, não sei te explicar. Não tem explicação. (Vinícius, adolescente – Núcleo familiar 4).

A partir disso, pode-se inferir que a repetição e a constância na expressão dos sentimentos pela mãe poderiam estar contribuindo para que a experiência na privação de liberdade possa ser vivida com o sentimento de se ter suporte e apoio, de não estar sozinho. Dessa forma, esses momentos parecem adquirir uma intensidade, quando demonstra não conseguir nem mesmo colocar em palavras os sentimentos que estão envolvidos com as manifestações de afeto que ela realiza.

Quando abordou de forma mais específica sobre os significados que atribui ao momento da visita, referiu: “Bá, o momento da visita é sagrado. Pra mim é sagrado. Bei! [...] Tô sempre, bei! Numa ansiedade! Tô louco pra chegar domingo. Só pelo domingo. [...] Pra mim é tudo. É tudo.”. Com esse trecho, percebe-se novamente a expectativa e a ansiedade que se fazem presentes em torno do dia da visita, além da compreensão dela como algo que seria “sagrado”. Dentre as principais definições do termo “sagrado” encontradas no dicionário, tem-se: “inviolável; profundamente venerável” (Bueno, 2000, p. 694). A partir dessa descrição, constata-se que para o adolescente as visitas poderiam ser primordiais para a experiência na privação de liberdade, além de ser algo ao qual direciona um apreço.

Ainda referente ao quarto núcleo familiar desta pesquisa, na entrevista com Adriana, o dia da visita surgiu como um momento importante para as relações estabelecidas com o filho. Ela também mencionou que nos momentos iniciais da internação, os contatos nas visitas estavam permeados por um sofrimento descrito por ela como intenso, mas que, com o passar

do tempo, teria sido amenizado pelas percepções que foram ocorrendo nesses encontros, demonstrando que o filho estava bem e tranquilo.

No início, como eu te falei, era difícil, porque eu saía daqui, eu saía de coração partido, destruída! Mas agora, como ele tá aceitando e eu sei que ele tá bem... Aí chega no final da visita, ele me beija, ele me abraça. Ele me beija, me abraça: “Mãe, eu te amo”. “E eu também”, eu digo pra ele. “Eu também te amo, Vinícius”, sabe? “Fica com Deus, te cuida! Pensa o que tu vai fazer!”, né? [...] Mas, no início, eu me abalava muito! A hora que eu tinha que sair, assim, eu saía de coração partido. [...] Mas agora tá mais tranquilo. [...] É o melhor dia da semana, pra mim, é quando eu venho ver ele, né? Eu aproveito tudo que eu posso né? É um dia que né? (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Adriana também caracterizou o dia da visita como sendo o melhor dia da semana, relacionando a isso, justamente, a possibilidade de estar com o filho durante um período de tempo estipulado e que deve ser aproveitado ao máximo. No ano de 2001, foi realizada a IV Caravana Nacional dos Direitos Humanos, que contemplou diversas instituições de cumprimento da medida socioeducativa de internação no país. A partir dela, foi formulado um documento que relata a situação dessas instituições, no qual constam, entre outros elementos, também sobre o momento das visitas. Em diversas instituições, foram observados que nos dias de visita ocorriam situações inadequadas e, por vezes, violentas como, por exemplo: duas horas de duração máxima por semana, ou ainda, quinze minutos de duração; impossibilidade de receber visitas de suas companheiras ou filhos; ficarem de pé ou sentados no chão (Câmara dos Deputados, 2001).

Dada essa realidade, observa-se que, em um comparativo com os pressupostos do SINASE na instituição em que foi realizada a presente pesquisa, evidenciam-se progressos, de forma que o direito às visitas é garantido para familiares de primeiro grau, companheiras e filhos, assim como para familiares significativos. Além disso, o tempo destinado para esses encontros é de quatro horas, semanalmente, e os familiares podem trazer lanches para serem compartilhados, ocorrendo em um espaço em que podem permanecer sentados. No entanto, salienta-se, que um aspecto que a instituição ainda não possui é a possibilidade atual de realização de visitas íntimas, conforme previsto na legislação.

Para além disso, Adriana acrescentou dois aspectos subjacentes que reforçam a importância que confere às visitas:

Até mesmo vim aqui pra mim, é uma maravilha, porque eu vejo, ali a gente chega na visita, tu vê outras pessoa que tão passando pela mesma coisa que tu, entendeu? Né? Pra mim, tudo isso é... Pra mim já é sair daquela rotina da minha casa, sabe? Pra mim, tudo isso é bom. (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Assim como referido no trecho supracitado, Adriana mencionou gostar de ir até a instituição por também ser uma forma de perceber que outras famílias estão passando por situações semelhantes com o cumprimento das medidas socioeducativas dos demais adolescentes que lá estão. Isto é, o momento das visitas, parece proporcionar uma identificação das famílias entre si, por terem um aspecto em comum que estão vivenciando naquele momento. Da mesma forma, compreende-se que nessas ocasiões possibilita-se uma aproximação das famílias com a instituição, trazendo-as para dentro do seu contexto e tornando o processo de cumprimento da medida socioeducativa menos distante da realidade delas, conforme é preconizado pela legislação (Brasil, 2006).

Em relação ao quinto núcleo familiar, Paulo também abordou a temática das visitas em diversos momentos. No seu caso, os familiares que geralmente frequentam esse espaço são a mãe, a esposa e a sua filha. Destaca-se que no SINASE está garantido aos adolescentes que recebam visitas dos filhos, independentemente da idade desses, a fim de preservar os vínculos afetivos com os mesmos (Brasil, 2006; 2012). Em relação aos significados que atribui ao momento da visita, Paulo detalhou, assim como outros participantes, sobre a ansiedade que sente enquanto aguarda pela chegada dos familiares no dia estipulado:

Todo dia depois que eu almoço, eu consigo dormir, sabe dona? Daí eu durmo até a hora da escola. Mas quando chega no domingo, eu não consigo dormir, porque eu fico angustiado, eu quero ver a minha família, sabe dona? Eu fico louco pra ver a minha família, sabe dona? [...] Daí eu pergunto: “Ô dona, que hora é?”. “Duas hora”. “Bá, será que não... Não vai vim? Mas a minha mãe não falha! A minha mãe não falha! Nem minha esposa não falha, não tem como, elas vão vim né? Vão vim”. Daí quando vê... “Calma, Paulo, elas vão vim, elas não vão te deixar na mão, elas vão vim, Paulo. Calma. Calma. Elas vem, calma!”. Às vez dá algum atraso lá na frente lá... O trânsito, alguma coisa acontece. “Mas elas vão vim. Não, não te preocupa”. Eu digo: “Tá, dona. Tá dona”. Mas mesmo assim, eu fico nervoso... Porque bá! (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Ainda com relação à ansiedade de aguardar a passagem do tempo, o adolescente referiu:

Pra senhora, hoje já é quarta. Pra mim, hoje é recém quarta. Parece que o relógio da senhora... Trabalha em outro relógio pra nós, sabe dona? Parece que o tempo pra nós demora pra passar, sabe? Pra vocês, voa na rua, né dona? [...] Pra nós aqui, parece que nós trabalhamos com outro relógio, a senhora me entende? É bem difícil, né dona? Ficar longe da família da gente. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Para além disso, ele também descreveu o que costuma fazer quando se encontra com os familiares nos dias de visita, mencionando que esses momentos seriam “tudo” e como sendo os melhores na instituição. Ademais, em sua fala, também pareceu surgir a necessidade de contabilizar o tempo e os dias que está em contato com seus familiares:

Bei, eu abraço e beijo elas bastante, porque é o jeito que eu tenho de demonstrar o meu amor por elas né dona? [...] Tudo. A visita é tudo pra mim, né dona? Porque eu espero sete dias pra ter a visita, a senhora me entende? Eu aguardo sete dias pra ter uma visita, a senhora me entende? Eu vejo a minha família uma vez na semana. Quatro vezes num mês. Bá pra mim é... É muito difícil! Muito difícil mesmo. Mas eu tento me manter firme, porque... Eu tando bem aqui, eu sei que elas... Sabe? Se elas vê que eu tô ruim aqui, elas vão ficar ruim lá, a senhora me entende? Então, eu passo a transparência de eu tá bem aqui e elas me passam transparência delas tá bem na rua. Entendeu? Daí assim eu fico bem aqui e elas ficam bem na rua. [...] E pra mim... Não tem explicação. [...] Não seria o [melhor] momento, porque o melhor momento é eu tá com eles na rua, né dona? Mas o melhor momento é o momento da visita [...] A visita é o melhor momento, me entende? É o melhor momento. Não tem explicação né? (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Com relação a essa necessidade de contabilizar o tempo, Paulo também referiu que gostaria de receber sua irmã mais nova, evidenciando uma ansiedade em aguardá-la. Ele também parece ter claro o número de visitas que já recebeu durante o período em que já tinha estado na instituição, conforme se evidenciou:

Desde o dia que eu cheguei, eu tô incomodando pra minha mãe trazer a [nome da irmã], que é a minha irmãzinha né? [...] Faz 3 visita que eu tô esperando! [tom irritado]. Eu acho que ela vai vim nesse domingo né. [...] Eu acho que ela vai vim né? Porque faz desde o dia que eu cheguei aqui. Eu recebi já sete visita, eu já recebi. Sete visita que eu peço pra ela trazer minha irmã. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Em outro momento da entrevista, Paulo mencionou o contato com outros familiares que não são aqueles que costumam vir visitá-lo na instituição. Sobre isso, ele referiu:

Faz 45 dias que eu não vejo meu irmão, 45 dias que eu não vejo o meu irmão. Só que eles querem vim me visitar, né dona? Só que pra mim, a minha maior importância, é ver a minha mãe e a minha esposa no domingo aqui, a senhora me entende? Daí é só duas pessoa que pode, né dona? [...] Não tem como eu dizer: “Ô mãe, não vem pro [nome do irmão] vim”. Sabe? Eu amo eles, sabe dona? Mas não tem como eu dizer assim. [...] Eu vou deixar eles vim, nas últimas visita, sabe dona? Que daí já á perto de eu ir embora, sabe dona? [...] Bui tá sendo difícil pra mim ficar longe da minha família, da minha filha, né dona? (Vinícius, adolescente – Núcleo familiar 5).

A partir disso, pode-se depreender que Paulo tem procurado priorizar os encontros com a mãe e a esposa, pessoas da família com quem ele mencionou ter vínculos de

proximidade que parecem ser mais significativos em razão do apoio que elas podem lhe fornecer no contexto institucional. No entanto, essa opção feita pelo adolescente em relação às pessoas que iriam visitá-lo parecem não restringir a importância que os demais membros familiares possuem para ele, já que também referiu sobre o desejo que teria de ver os irmãos.

Ainda sobre a relação com a mãe e os encontros da visita, o adolescente mencionou saber que ela procura se controlar e não demonstrar a ele quando está triste. Isso ocorreria, na percepção dele, com o intuito de não desestabilizá-lo na instituição. Mas, ao mesmo tempo, Paulo parece conseguir se colocar no lugar dela ao referir que, enquanto mãe, não deve experienciar essas situações de forma fácil:

Eu sei que ela sai daqui, ela chega em casa e ela chora né dona? Mas ela não chora na visita pra não me abalar [...]Porque não deve ser fácil pra uma mãe vim ver um filho e ver o filho ficando e ela indo, a senhora me entende, dona? Deve ser bastante difícil. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Nesse sentido, Esmeraldo (2011), também constatou que os adolescentes tendem a se entristecer ao perceber o sofrimento da mãe, pelo fato de que, em geral, elas são as figuras que representam sentimentos como amor, gratidão e compaixão pelos seus filhos. Durante a entrevista, o adolescente mencionou a importância e os vínculos que possui com a sua avó. Com base nisso, perguntou-se ao adolescente sobre o desejo dele de que ela também o visitasse na instituição. Em relação a isso, ele referiu:

Ela chora de saudade de mim e eu choro de saudade dela. [...] Bá, é que eu não quero que ela passe pela humilhação que é pra chegar até aqui pra me visitar, a senhora me entende, dona? Eu quero que ela venha, mas eu não quero que ela passe pela humilhação que é pra... Sabe dona? E eu sei que ela vai chorar... E aí, vai acabar me abalando eu, sabe dona? (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Nessa perspectiva do que foi trazido por Paulo, Medeiros e Paiva (2015) constataram que, muitas vezes, os próprios adolescentes pedem às suas mães, avós e companheiras para não os visitarem temendo o constrangimento e o sofrimento ocasionados pela revista. Dessa forma, faz-se importante ponderar que, para chegar até os adolescentes, também é necessário um processo institucional anterior que inclui ser revistado pelos profissionais. Esses aspectos também são importantes de serem considerados, na medida em que podem influenciar nas visitas e inclusive, no comparecimento ou não desses familiares nas instituições.

Ressalta-se que em todas as unidades de cumprimento da medida socioeducativa de internação do Rio Grande do Sul foi implantada a revista humanizada no ano de 2016 (Vaz, 2016). Nesse caso, isso pode significar que, embora os familiares não precisem passar por um

processo de revista íntima vexatória, Paulo ainda assim compreenderia que a visita da avó pode representar uma “humilhação”. O próprio fato dos lanches levados pelas famílias serem vistoriados pelos profissionais antes de chegar até os adolescentes no dia de visita também pode ser considerado como uma atitude de humilhação, conforme foi apontado na pesquisa de Souza e Costa (2013).

Acredita-se que pelo fato de existir a revista humanizada nessa instituição, a submissão a procedimentos vexatórios não tenha aparecido como um elemento de discussão nessa pesquisa. No entanto, salienta-se que, historicamente ela esteve presente na realidade de instituições de cumprimento da medida socioeducativa de internação. No documento gerado a partir da IV Caravana Nacional de Direitos Humanos, já mencionada, diversas instituições possuíam esse procedimento padrão que incluía o desnudamento, seguido por flexões e a exposição dos órgãos genitais (Câmara dos Deputados, 2001). Diante desse panorama, pode-se constatar que, também houve avanços em relação a esse tema, pois estaria em funcionamento, em unidades do Rio Grande do Sul, uma aparelhagem específica para esses procedimentos e que pode ser compreendida como uma forma de respeitar a família e os visitantes e, também, o convívio do socioeducando com os familiares.

Outro aspecto importante de ser discutido no que diz respeito à temática das visitas, é a questão da realização de visitas íntimas. Na instituição onde a pesquisa foi realizada, esta não ocorre por não haver um espaço físico destinado para esse momento. Todavia, Medeiros e Paiva (2015) enfatizam que a ocorrência de visitas íntimas está prevista nas diretrizes do SINASE para execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade, ressaltando a importância de se considerar a sexualidade no desenvolvimento do adolescente. Além disso, as visitas íntimas podem oportunizar a manutenção dos vínculos familiares, pois muitos socioeducandos já constituíram o próprio núcleo familiar. A partir de um conceito de família que englobe, sobretudo, às relações de pertencimento e afeto entre os seus membros, as companheiras podem ser consideradas familiares e por serem pessoas significativas, podem dispender apoio durante o cumprimento da medida socioeducativa.

O adolescente também rememorou durante a entrevista sobre o encontro proporcionado pela primeira visita, que ocorreu com a mãe e a esposa. Segundo seu relato, essa ocasião oportunizou que eles pudessem tomar algumas decisões importantes em relação à forma com que a família iria se organizar durante o período em que ele estivesse na instituição, inclusive financeiramente, já que ele também era o provedor na sua casa, pelo fato de já trabalhar.

Eu pensei: “Bui, o que que vai ser da minha família sem mim? Se é eu que sustento ela?”. Bá! Daí, na primeira visita, a gente entremo num acordo. Eu, minha mãe e a minha esposa, que tanto que a minha esposa tá morando lá com a minha mãe, sabe? [...] A minha esposa vai ficar lá com a minha mãe. (Paulo, adolescente – Núcleo Familiar 5).

Nessa situação, percebe-se mais uma importante função que o momento da visita pode adquirir, na medida em que a privação de liberdade de um membro da família pode interferir na organização e no funcionamento das atividades dos demais membros. Com essa “saída” dos adolescentes do convívio diário parecem surgir implicações, as quais precisam ser consideradas e conversadas para que ocorra uma melhor adaptação para as modificações decorrentes desse processo.

Na entrevista com Elisabete, assim como o filho, ela também referiu sobre a questão do tempo, mencionando a mesma sensação de demora para a chegada do dia da semana em que ocorrem os encontros com o filho: “Até eu disse hoje... Essa semana, assim, parece que foi muito longa, sabe? Pra vim ver ele, né?”. Em relação a isso, ela mencionou achar que o tempo de duração da visita seria curto: “Eu acho pouco né? Uma tarde! Eu acho pouco! [...] Mas eu fico feliz que eu posso vim aqui, eu vejo ele, né?”.

A partir disso, em sua entrevista, também apareceram elementos de uma dualidade referente ao desejo de encontrar o filho, mas ao mesmo tempo, a sensação de certa impotência de não poder ir embora juntamente com ele. Sobre esse aspecto, ela lembrou, em especial, sobre a primeira visita ao filho, da qual foi embora antes de acabar o tempo estipulado, justamente por estar permeada por um sofrimento que parece lhe ter sido intenso:

Daí tu chega aqui e tu tem vontade de levar embora, né? Junto, né? A primeira visita, assim, eu não quis nem esperar. Eu pedi pra mim sair, porque... Ah! Doi demais na gente! E daí... De ver ele sair daquela porta lá né? Daquele jeito... Eu sei que ele tá bem cuidado. Tem hora pra comer, pra tudo, né? Ele vai aprender! Mas, assim... É difícil! (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Elisabete também mencionou sobre o pedido do filho de que as visitas sejam frequentadas por ela e pela esposa dele. Sobre isso, Elisabete disse que, em termos de organização da rotina profissional, por ela trabalhar aos finais de semana, poderia facilitar se os irmãos pudessem revezar-se com ela. No entanto, já que houve essa solicitação, ela mencionou estar realizando os esforços necessários para apoiá-lo e estar presente semanalmente.

Os irmão dele tavam estipulando semana pra vir né? [...] Ele disse: “Bá, mãe, aqui eu só preciso da minha coroa e da minha mulher!”, né? Claro, se viesse um por semana, me ajudava, né? Mas ele quer. Quer que a mãe venha e que a esposa dele venha, né? A mulher dele venha. Então, eu vou vim! Todas as visita enquanto ele tiver aqui. (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Sobre o que acontece durante as visitas ao filho, ela parece valorizar as conversas e as trocas que ocorrem, no sentido de procurar informá-lo sobre o que tem acontecido no contexto extramuros. Para ela, também parece surgir uma preocupação no sentido de que o filho e a esposa também possam usufruir desses encontros. Salienta-se, ainda, que ela descreve o momento da visita como sendo “único”, demonstrando organizar-se no trabalho anteriormente para que possa aproveitá-lo.

Eu tento falar tudo! Fico pensando: “Que que eu tenho pra falar pro Paulo?”, porque eu falo, falo, falo, falo... “Que que eu tenho que contar pro Paulo?”, sabe? Só que daí, no final, são tanta coisa que eu quero falar! Só que eu acabo tomando o tempo da [nome da esposa] né? Que ela também tem né? Pra falar pra ele coisas... Então, hehe. [...] Eu acho que único! Hoje, como ele tá aqui, né? Eu espero por essa visita! Eu espero. Eu me agilizo tudo, assim... Pra mim vim, eu deixo tudo prontinho, sabe? É um momento único de tá com o meu filho. (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Após constatada a importância das visitas tanto para os adolescentes quanto para os familiares, destaca-se aquilo que foi apontado por Medeiros e Paiva (2015) que em situações de irregularidades e precariedades nas visitas (como, por exemplo, a periodicidade oscilante das mesmas entre quinzenais e mensais), podem surgir relatos de desamparo, impotência e revolta nos familiares. Nesses casos, traçando um comparativo com os significados que foram atribuídos às visitas nesta pesquisa, podem-se compreender as significativas repercussões que tais “falhas” podem estar representando para os vínculos familiares, assim como para o direito à convivência familiar, que deveria estar sendo garantido.

Assim sendo, a próxima categoria aborda sobre outra importante possibilidade de comunicação existente nos contextos de cumprimento da medida socioeducativa de internação: a troca de correspondências.

5.2.4.2 A escrita de cartas como um recurso de comunicação no contexto da privação de liberdade

Diante das possibilidades mais restritas de comunicação com a família na privação de liberdade, a troca de correspondências pode ser uma das alternativas possíveis, sendo também um direito que deve ser assegurado nesses contextos. A Comissão Interamericana de Direitos

Humanos (CIDH, 2008) estabelece no documento intitulado “Rapporteurship on the rights of persons deprived of liberty”, (Princípios e boas práticas para a proteção das pessoas privadas de liberdade nas Américas), algumas normas que devem ser seguidas na interação com as mesmas. Os princípios dispostos neste documento são destinados tanto à proteção de adultos, quanto de adolescentes, no que concerne aos sistemas e as condições da privação de liberdade. Além de destacar sobre o tratamento humanizado, igualdade, não discriminação, imparcialidade, liberdade pessoal, legalidade e o devido processo legal, abrange as boas práticas e as medidas preventivas e de proteção para as pessoas privadas de liberdade em variadas circunstâncias.

No que concerne à temática desta categoria, o documento determina, quando se refere ao “contato com o mundo exterior”, que “as pessoas privadas de liberdade terão direito a receber e enviar correspondência, sujeitando-se às limitações compatíveis com o Direito Internacional” (CIDH, 2008, p. 22). Considerando esse direito assegurado, no presente estudo, no roteiro de entrevistas semiestruturadas, solicitava-se ao participante se ele costuma trocar correspondências ou escrever cartas. Diante disso, foi possível constatar que a escrita/leitura de cartas se apresentou como um elemento de grande potencialidade para as relações nos núcleos familiares desta pesquisa. Sendo assim, será discutida a importância do recurso das cartas para cada um dos participantes.

A começar por Rodrigo, adolescente do primeiro núcleo familiar, o qual mencionou sobre essa escrita da seguinte maneira: “Às vezes sai. Eu escrevo uma carta ali, mas eu não tenho coragem de entregar”. Ainda com relação a isso, a seguir ele relatou que: “Eu escrevo pra minha mãe né dona?”. Nesse sentido, pode-se inferir que mesmo não estando preparado para entregar os escritos, eles podem estar representando a possibilidade de reflexão e ressignificação de experiências em relação à mãe, assim como de sentimentos que Rodrigo gostaria que lhe fossem ditos. Nessa perspectiva, Silva (2017) refere que o processo de escrita pode ser compreendido como fruto de um trabalho de elaboração psíquica, que possibilita um espaço de construção e compartilhamento com o outro. Dessa forma, ainda que não entregue as cartas, parece que Rodrigo estaria se permitindo endereçar palavras à mãe e elaborar questões familiares.

Em contrapartida, nesse núcleo familiar, a entrega de cartas por Gisele parece ter se constituído um importante recurso para a comunicação dela com o filho, conforme refere:

Daí às vezes eu quero falar sobre ele e ele não quer me ouvir. Daí eu faço carta. Eu faço carta e falo tudo que eu tenho contado pra falar. Daí, na carta, ele vai ter que ler, né? [...] Eu sempre faço isso. [...] Eu gosto de escrever, pra mim, às vezes expressar

meus sentimentos também. [...] É uma maneira que eu achei, hehe. (Gisele, mãe – Núcleo Familiar 1).

Ainda com relação a essa escrita, a mãe relatou sobre a situação em que uma carta que escreveu teria sido essencial para a resolução de um conflito que surgiu no contexto da privação de liberdade. Na entrevista, Gisele referiu que ela e o filho possuíam opiniões diferentes e que, devido ao comportamento explosivo dele, houve uma briga em um dia de visita, ocasião essa que, inclusive, culminou no não comparecimento da mãe na visita posterior e também na reunião do Plano Individual de Atendimento (PIA). Sendo assim, Gisele referiu que encontrou na escrita uma forma de conversar e acessar o filho sobre o assunto que causou a divergência:

Ia conversando com ele por carta, expliquei tudo, porque ele não queria aceitar. [...] Aí foi quando eu botei nas cartas e na próxima, [referindo-se à visita] ele mandou me chamar. Daí ele tava mais calmo, daí ele disse: “Mãe, eu juro pra ti, mãe. Eu amo tu e a minha irmãzinha [...]. Eu não quero te fazer sofrer” e tal. Tá, daí nós entremo num acordo então. [...] Sem brigar. (Gisele, mãe – Núcleo Familiar 1).

Dessa forma, percebe-se que a escrita da referida carta assim como a posterior leitura dela por Rodrigo, parecem ter possibilitado uma reaproximação de ambos. Aquilo que não pôde ser dito, verbalmente, em palavras, encontrou outro lugar, espaço e forma e foi transmitido através da escrita. Considerando esses aspectos, entende-se que a leitura/escrita de cartas pode compreender um tempo que não está contido no horário da visita e que pressupõe um tempo de reflexão, que pode estar dissociado da intensidade com que é vivenciado esse encontro. Esse tempo de reflexão está presente tanto para aquele que escreve e se dedica à elaboração da mensagem a ser transmitida ao outro, quanto para aquele que a recebe e permanece com as ressonâncias daquilo que foi dito. Sendo assim, compreende-se que a escrita pode fazer com que, de alguma forma, a palavra circule, a comunicação se efetive e alguns “não-ditos” possam ser manifestados, apesar do distanciamento físico que a privação de liberdade impõe.

Já no segundo núcleo familiar, até o momento da entrevista, o adolescente Miguel, referiu ter realizado a escrita de apenas duas cartas no seu período na instituição, sendo uma destinada à mãe e outra à tia. No entanto, ele relata receber várias cartas de seus familiares (tios, irmãos e primos). Com relação a isso, Miguel referiu que: “É, eu gosto de ler. Às vez eu me abalo né? Quando eu... Quando eu leio aqui”. A partir dessa fala pode-se inferir que, para ele, ainda que refira gostar de realizar a leitura das cartas, também parece estar presente algo que o mobiliza emocionalmente, abalando-o, e que o remeteria à saudade da família e a não

proximidade física dela. Isto é, a mensagem transmitida também pode materializar e relembrar ao adolescente da existência de muros, grades e barreiras que, dada a condição de privação de liberdade, não podem ser transpostos, representando os limites do contato com o mundo exterior e com pessoas significativas. Dessa forma, o “abalo” de Miguel ao lê-las, pode remeter à conexão que se estabeleceu com um contexto extramuros, com a realidade mais ampla, e que isso, certamente, também traz implicações e mobiliza sentimentos.

De acordo com Sousa, Silva, Ferreira e Ferreira (2018), os adolescentes nos contextos de privação de liberdade remetem-se frequentemente a questões do passado, justamente, porque estão presos a um momento temporal de vivências familiares que são lembradas e que constituem as histórias pessoais dos mesmos. As formas de existência que costumavam ter na vida “lá fora”, por ser interrompida pela institucionalização, podem ressurgir com intensidade e assumir caráter de saudosismo.

Na entrevista realizada com a mãe Cláudia, ela referiu que frequentemente os familiares enviam cartas ao adolescente. Ademais, ela reiterou sobre as duas cartas já enviadas pelo filho, uma para ela e outra para a tia. Em seu relato, ela descreveu a carta que foi destinada à tia: “Daí ele escreveu uma carta pra minha irmã, dizendo que não vai se envolver mais com nada, que isso não é vida, que não sei o que sabe?”. Com base nesse relato, percebe-se que, no caso de Miguel, além da possibilidade de procurar tranquilizar os familiares, remetendo-se a questão da não reincidência em transgressões, a escrita de cartas também parece contribuir para a elaboração e reflexão sobre a privação de liberdade, assim como para o (não) envolvimento com transgressões no futuro.

Os autores Stecanela e Kuiava (2012), realizaram uma pesquisa no contexto da privação de liberdade, a qual se valeu do recurso das cartas como suporte para compreender sobre as escritas de si dos participantes. De acordo com os autores, a escrita dessas cartas desafiaram os jovens a uma prática de construção de si e foi possível concluir que nelas podem ser manifestados processos que estão para além da realidade institucional. De forma semelhante, constatou-se na presente pesquisa que as cartas dos adolescentes para os seus familiares também podem ser um recurso para ressignificação de questões das suas trajetórias de vida.

Percebe-se também que no contexto familiar de Miguel, em que o momento da visita é frequentado geralmente pela mãe e irmã, as cartas podem ser uma alternativa de comunicação com a tia, por exemplo. Assim, esta pode ser uma possibilidade de contato com outros familiares que não comparecem normalmente no momento da visita, mas que também possuem um papel importante para os adolescentes.

Já em relação ao terceiro núcleo familiar, constatou-se que as cartas se evidenciaram bastante utilizadas e com grande relevância para a comunicação da família, sendo amplamente abordado durante as entrevistas. Sobre isso, o adolescente André relatou:

Agora mesmo ali, lá em cima, eu tava escrevendo coisa pra minha mãe [...] E eu já tô com tudo pronto já. Minhas carta tudo pronta pra domingo. [...] Já escrevi tudo, tô só no aguardo agora. Já, tô louco pra entregar pra minha mãe. (André, adolescente – Núcleo Familiar 3).

Ademais, ele mencionou que é algo que utiliza para se comunicar com todas as pessoas da família: “Pra minha família. Só pra minha família. [...] Eu escrevo pra minha vó, pro meu padrasto, pro meus irmãos, pra minha mãe. [...] Pra todo mundo da minha família, eu escrevo! [...] Eu escrevo bastante carta”. No caso de André, tanto a elaboração, quanto a entrega das cartas parecem estar permeadas por uma grande expectativa, remetendo a processos muito aguardados por ele e que são importantes para sua experiência na privação de liberdade.

Ele também referiu, demonstrando orgulho e alegria, que já recebeu várias cartas de seus familiares, nos dois meses em que estava na instituição: “Ei, recebo bastante [...] Tá tudo guardado. Eu tenho mais de 20. Eu tenho bastante! Tem gente que não ganha nada aqui dentro né?”. Ao ressaltar tê-las guardadas, evidencia-se que essas escritas são importantes de serem conservadas e protegidas por André. Pode-se inferir, a partir disso, que essa importância estaria relacionada, justamente, com a possibilidade de um contato com as pessoas significativas que se correspondem com ele. Além disso, ele destacou uma carta que havia recebido recentemente, vindo de outra cidade: “Veio carta pra mim até de [nome da cidade]! Da minha tia e da minha vó, que moram em [nome da cidade]. [...] Mandaram por correio. [...] Me fez um bem danado, porque a minha vó me criou também”.

Acrescenta-se à importância que é dada por André no que concerne às cartas, a sua compreensão de que, embora os seus conteúdos lhe despertem emoções, também contribuem para o sentimento de que ele estaria sendo lembrado e recebendo suporte na sua experiência na instituição. Esse aspecto também pode ser evidenciado pela seguinte fala: “Um bem danado. Ah, me... Me faz chorar, né? Mas me faz ficar mais firme, mais forte”.

No contato com Janaína, a mãe de André, no momento da entrevista, ela relatou que não tinha o hábito de escrever cartas para o filho por comparecer na instituição em todos os dias de visita. No entanto, o fato dele lhe entregar cartas semanalmente, suscitou nela o desejo de correspondê-lo e também estabelecer uma comunicação com o filho através da escrita.

Cada vez que eu venho, ele sempre manda uma carta pra mim. Aí, quando... A semana passada, eu pensei assim: “Ah, mas escreveu uma carta pra mim, eu vou escrever uma carta pra ele também, né?”. Aí, peguei, fiz uma carta pra ele. Peguei uma foto minha e uma dele com a irmã, porque ele queria. Aí botei, fiz uma cartinha pra ele. Trouxe. [...] Disse pra ele naquela carta, o quanto eu amava ele, que eu sempre amei ele, que tudo foi gerado em torno dele, que era pro bem dele. E pedi desculpa se... Se fui eu que fui a errada, né? Que ele dissesse pra mim, que ele não escondesse nada de mim. Que eu tava sempre aqui na hora boa, nas horas ruins. Claro que eu preferia tá nas boas, mas a vida é... Né? Cheia de altos e baixos que nem eu coloquei pra ele, né? E que ele tem uma família, que ele não é sozinho. Tá todo mundo esperando ele. (Janaína, mãe – Núcleo Familiar 3).

Dessa forma, através do investimento nessa carta, percebe-se que Janaína encontrou uma oportunidade tanto de retribuir as palavras que a ela já foram destinadas, quanto de expressar seus sentimentos em relação ao filho. Ademais, pôde reforçar e declarar, o apoio que André possui da família e do quanto estão aguardando por ele no contexto extramuros. Pode-se compreender a partir disso, que a escrita possibilita registrar marcas mais “concretas”, de sentenciar palavras e de permitir uma conservação daquilo que é dito. No contexto da privação de liberdade, onde constantemente os atores envolvidos se deparam com a restrição dos tempos de encontro, estes aspectos parecem se exacerbar, justamente, por possibilitar que as palavras ali escritas possam permanecer e ser relidas e reforçadas a qualquer momento.

Com base nisso, Janaína mencionou a importância que a troca de correspondências possui: “Pra ele não tá sozinho, entende? Que tem gente que gosta dele!”. Sendo assim, percebe-se que, para esse núcleo familiar, as cartas parecem assumir um caráter de transmissão de apoio e suporte mútuo para a experiência da privação de liberdade. Ainda com relação às cartas, Janaína lembrou de escritas significativas que foram feitas por André e que foram destinadas ao seu marido, que é padrasto do adolescente:

Quando o [padrasto] não vem, ele manda carta: “Ai, me perdoa, meu pai? Tu é meu pai”. Fica sempre naquela coisa: “Que eu nunca te chamei de pai, tu que é meu pai, tu que me apoiou, tu que é minha base. Tu e a minha mãe”. (Janaína, mãe – Núcleo Familiar 3).

Nesse trecho, parece se apresentar uma situação em que André, através da escrita, pôde manifestar palavras não-ditas ao padrasto e que, no contexto da privação de liberdade foram expressas. Além disso, quando diz que o considera como pai, para além do conceito de vínculos consanguíneos, percebe-se que tal palavra aparece permeada por significados afetivos que permeiam as relações familiares do adolescente. A partir desse exemplo, salienta-

se novamente, que o recurso comunicacional da carta pode ser um instrumento que oportuniza a manifestação de sentimentos profundos e intensos.

A mãe ainda refere que André costuma se corresponder com uma amiga e que tem apoiado a conversa entre eles, quando leva e traz as escritas de ambos: “Ele manda carta pra uma amiga dele. Eu também trago”. Diante disso, percebe-se que as correspondências também podem ser importantes por permitirem o diálogo, não só com familiares, mas também com os amigos que não podem frequentar a instituição. Cabe ressaltar que as amizades representam vínculos importantes, em especial, ao se tratar do público adolescente e também ao se considerar que são uma forma de contemplar a questão da convivência comunitária em instituições como a internação, por exemplo.

Já com relação ao quarto núcleo familiar, Vinícius disse o que geralmente escreve nas cartas e o conteúdo que as mesmas contêm: “Pra minha mãe, pro meu pai, pro meus irmão. [...] Pra todos. Pra minha família toda. [...] Toda semana. [...] Bá, pergunto como eles tão. Que eu tô só por sair daqui, mudar de vida.” Além disso, ele referiu sobre o recebimento de cartas com empolgação, demonstrando a importância que elas possuiriam: “Me mandam. Toda semana. [...] Principalmente a minha mãe”.

Essa importância foi reafirmada quando o adolescente disse guardar todas as cartas que recebe: “Guardo. Eu tenho todas ali. [...] Leio de vez em quando”. A respeito desse aspecto, pode-se verificar a existência de uma relação de cuidado e proteção com as correspondências recebidas. Além disso, em sua fala, ele parece transmitir o conforto que sente por encontrar algo que remete ao familiar dentro da instituição e que concretamente o aproxima daqueles que não estão fisicamente perto. Quando Vinícius refere que lê as cartas ocasionalmente, pode-se perceber que ele recorreria aos escritos delas em momentos posteriores, o que faz compreender, na releitura, o desejo dele de permanecer em contato com o que foi dito.

Ainda, pode-se perceber, em relação ao tema das cartas, o apoio que Vinícius receberia de sua mãe, conferindo uma importância às escritas dela no contexto da privação de liberdade:

Ela me conta sempre nas carta quando ela me manda: “Bá, meu filho, não vejo a hora de tu sair daí, pra nós recuperar todo esse tempo perdido”. Bá, fala vários bagulho nas carta. [...] Minha mãe manda nas carta bem assim: “Bá, meu filho, não vejo a hora de chegar o domingo”. [referindo-se ao dia em que recebe visita] (Vinícius, adolescente – Núcleo familiar 4).

A partir desse relato, é possível constatar que as correspondências estariam permitindo um compartilhamento das expectativas que Adriana possui em relação ao filho, tanto no que diz respeito ao relacionamento entre eles, quanto no que concerne a sua ansiedade na espera pelo dia da visita que, conforme referido, também foi constatada por Souza e Menezes-Santos (2010). Compreende-se, assim, outra importante finalidade que pode surgir através da escrita das cartas: a possibilidade de externar desejos e intenções. Além disso, percebe-se que nas cartas, Adriana encontra uma forma de reforçar o suporte que parece direcionar ao filho nos dias da visita na instituição.

Na entrevista realizada com Adriana, a temática das cartas também foi amplamente abordada. Em seu relato, corroborando com o que havia sido dito por Vinícius, ela referiu que tanto ele, quanto os familiares trocam-se correspondências frequentemente. Ela lembrou uma conversa que teve com o filho, justamente, a respeito disso:

Na semana retrasada, ele me disse: “Ah, mãe. Eu tô cansado de escrever carta”. [...] Aí ele parou, pensou e disse assim: “Não, mas eu vou escrever sim, né? Ao menos nas carta a gente fala o que não tem coragem de falar ao vivo!”. Eu digo: “Isso mesmo, escreve!”. Eu digo: “É um momento de tu também te distrair, né? Escrever tuas carta ali”. (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Esse trecho parece demonstrar que, embora a escrita de cartas realizada frequentemente, como é feita por Vinícius, possa, em um primeiro momento naquela conversa, ter se apresentado como algo cansativo. Mas, em um segundo momento, evidenciou-se indispensável. Pode-se inferir, portanto, que esse elemento de “cansaço” poderia estar presente, porque essas escritas podem mobilizar sentimentos e, por consequência, demandando investimentos de ordem psíquica.

Nessa fala, pode-se compreender, novamente, a potencialidade de circulação de palavras, que possivelmente não se conseguiam fazer expressar. Salienta-se também que, diante dessa assertiva por parte do filho, Adriana o incentivou que permanecesse escrevendo-as, por parecer considerá-las um recurso interessante para ocupar o tempo do adolescente na instituição. Isto é, o investimento em questões familiares, por meio da comunicação através das cartas, estava sendo incentivado e valorizado por Adriana.

A dificuldade dos familiares em dialogar com os filhos também foi um aspecto constatado por Tejas (2007) em sua pesquisa, quando abordou as questões da parentalidade para adolescentes que cumpriam a medida socioeducativa de internação. Os diálogos, as conversas e o “botar pra fora” não foram identificadas como sendo práticas frequentes no que concerne à relação com os adolescentes. Assim, pode-se inferir que, através das cartas, esses

elementos poderiam ser facilitados tanto em relação aos adolescentes, quanto em relação aos familiares, por ser um recurso comunicacional com particularidades que vem sendo discutidas e que parecem torná-las interessantes para o contexto da privação de liberdade.

Adriana também referiu o investimento que realiza quando escreve as cartas em sua casa:

Chega sábado de noite, as vez eu vou dormir de madrugada, escrevendo! Muitas vez, eu nem tenho o que te dizer, mas a gente vai puxando na mente e vai saindo as coisa né? [...] Não tem um domingo que a gente não mande pra ele e que ele não manda pra nós. (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Constata-se, assim, o investimento, seja de tempo, afetos, histórias, memórias, expectativas ou desejos que podem ocorrer através da escrita de cartas. Elas parecem estar sendo acompanhadas de uma carga emocional intensa, por ali existir a possibilidade de serem colocados sentimentos profundos e estabelecer uma linha de comunicação. Ainda com relação às cartas e ao cuidado com as mesmas, Adriana salientou:

Foi bom tu tocar nisso, porque eu sempre me esqueço de falar pra ele que as minha, [referindo-se às cartas] eu tenho tudo numa caixinha lá. Aí a minha... A minha guria mexe comigo: “Mãe, que tu vai fazer com isso aí?”, “[Nome da filha], eu quero comprar uma pastinha, eu vou botar tudo numa pastinha ali pra mim guardar!” É uma coisa minha né? (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

No relato de Adriana, pode-se observar que surgiu novamente nas entrevistas a atitude de guardar e unificar um espaço para todas as correspondências que foram trocadas. Também se percebe o cuidado com essas escritas no momento em que Adriana menciona sobre o desejo de “comprar uma pastinha”, de modo a melhor conservá-las. Para além disso, a filha de Adriana também pareceu estar tendo contato com essas cartas, pois foi a partir de uma intervenção/pergunta feita por ela que Adriana relatou sobre esse aspecto, o que sugere que a presença e o contato com as cartas estendem-se para outros membros da família.

Por fim, no quinto núcleo familiar, a questão das cartas surgiu em ambos os discursos como algo muito presente, em especial, na relação de Paulo com a sua esposa. Na entrevista, ele referiu: “Bá, eu escrevo bastante pra minha esposa né? Só pra ela”. Acrescentou também sobre as cartas que recebe da esposa:

Bá, eu devia ter trazido a carta pra senhora ver [...] Quando chega uma carta na minha mão, eu leio. Bei, eu choro, né dona? Porque... Bá é difícil, né dona? [...] É um dia sim, dia não. Dia sim, dia não. Que a minha mãe tem um bar. Daí, dia sim, dia não, ela

vai no [nome do mercado], fazer compra. Daí ela passa aqui e deixa as carta [da esposa]. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

A partir desse trecho, pôde-se perceber o entusiasmo na fala do adolescente quando relata o fato de sua esposa corresponder-se com ele praticamente todos os dias, demonstrando valorizar tal atitude. Além disso, esses aspectos também podem adquirir grande importância pelo fato de que Paulo parece se sentir, de certa forma, lembrado por ela, considerando que o relacionamento do casal é vivenciado com o distanciamento físico, em razão da privação de liberdade. Isto é, através do investimento nas cartas, a jovem poderia estar demonstrando para ele que o faz presente em sua rotina externa à instituição e, assim, transmitiria maior confiança sobre o relacionamento.

No que concerne aos relacionamentos amorosos, a adolescência representa uma tendência a querer sair, aprender coisas novas, experimentar, testar e fazer descobertas. No entanto, também é uma época em que a insegurança pode se fazer presente de forma marcante (Matos, Féres-Carneiro & Jablonski, 2005). Essa insegurança parece ser um aspecto presente para Paulo, que, na condição de privação de liberdade, expressa a inquietação com relação à esposa e ao relacionamento em diversos momentos no decorrer da entrevista. Quando se conversou com a mãe, ela também mencionou sobre o ciúme do adolescente em relação à esposa, assim como o medo de ocorrer uma traição. Entende-se, portanto, que essa importante repercussão relativa à experiência da privação de liberdade em certo sentido, poderia estar sendo atenuada pela troca de correspondências.

Ainda, com relação ao conteúdo das cartas que são escritas, Paulo manifestou:

Quase toda carta eu escrevo: “Te amo, te amo, te amo” [...] E não tenho muitas palavra pra dizer pra ela porque... Sabe dona? Ela tem bastante palavra pra me dizer [...] Que ela me diz nas carta o que ela não tem coragem de me falar. O que ela não teve coragem de me dizer na minha frente, ela me diz nas carta, a senhora me entende? [...] Daí ela fala que ela tem bastante ciúmes, mas não demonstra porque... Porque ela acha que eu não gosto duma namorada ciumenta, sabe dona? (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

A partir disso, pode-se inferir que, para o adolescente, a finalidade do envio das cartas seria reiterar e relembrar os sentimentos que possui em relação à esposa. Dessa forma, as cartas parecem oportunizar que esses aspectos sejam reforçados e demarcados, através da escrita. Todavia, para ela, as correspondências parecem ser uma forma de expor sentimentos e preocupações que não verbaliza pessoalmente. Salienta-se que, apesar de Paulo ter

mencionado em um primeiro momento, que escrevia cartas somente para a esposa, no decorrer da entrevista, referiu também já ter escrito uma carta para sua sogra.

Para além do núcleo familiar, Paulo ainda mencionou ter recebido uma carta do chefe, com quem trabalhava antes da internação, relatando:

Porque o patrão me mandou uma carta: “Óh Paulo, a gente tá com três apartamento pra fazer” [...] Tô te esperando pra nós fazer esses apartamento. [...] Daí então ele tá me esperando, a senhora me entende? Ele não tá trabalhando no momento que eu tô aqui. Pra me esperar [...] Pra mim já sair daqui trabalhando [...] Faz dois anos que eu trabalho com ele né dona? Me acostumei a conviver com ele né dona? Sinto saudade dele também né dona, porque... Bui! Todos os dia eu tava com ele né dona? Todos os dia. [...] Criamo uma relação muito forte. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Dessa maneira, conforme esse trecho, pode-se supor que o chefe de Paulo gostaria de mantê-lo informado sobre o andamento das atividades laborais que costumavam realizar juntos antes do cumprimento da medida socioeducativa. Assim, essa interação através da correspondência poderia ser pensada como uma forma de manter o vínculo de trabalho. Além disso, ele parece querer demonstrar seu apoio ao adolescente, não somente após a sua saída da instituição, como também durante a vivência desse período. Sendo assim, infere-se que o envio dessa carta foi importante para o adolescente, já que o chefe parece ser uma pessoa significativa em sua rede de apoio. Além disso, poderia ter contribuído para que se tenha a perspectiva de que, com o término da medida, volte a trabalhar com ele.

Já na entrevista com Elisabete, a mesma relatou: “Até penso em escrever, mas eu não... É, eu não tenho tempo!”. De acordo com ela, a rotina atarefada de trabalho e com os filhos no contexto familiar estariam dificultando o investimento na escrita. Contudo faz-se importante ponderar e considerar também que, para além da questão temporal que foi por ela citada, outros aspectos do contexto e da história desse núcleo familiar poderiam estar se fazendo presentes na questão do envio de cartas.

Assim, Elisabete referiu que recebe cartas do filho, nas quais, segundo ela, ele escreve: “Ele diz que ele sente saudade. Que ele vai mudar. É, muitas... Muitas promessas”. Com isso, pode-se inferir que, ao escrever, Paulo procura tranquilizar a sua mãe e reforçar a postura de que, ao sair da instituição não irá mais se envolver com atitudes transgressoras com as quais esteve envolvido. Cabe ressaltar que Dias, Arpini e Simon (2011) também constataram nos relatos dos familiares o sentimento de que, com o cumprimento da medida socioeducativa de internação, os adolescentes ficam mais calmos e com atitudes “ponderadas”. Essa questão estaria em concordância com a mensagem que foi transmitida na escrita de Paulo para a mãe,

no exemplo que ela compartilhou, evidenciando o desejo do adolescente de demonstrar para ela tais mudanças.

Da mesma forma, no relato de Elisabete, pode-se verificar a tentativa de Paulo de tranquilizar a família quando entregou, no dia dos pais, uma carta ao padrasto:

E aí fez uma carta, agradecendo pro Rogério por tá cuidando da família dele, né? Por ser o pai que ele é pra ele. Por tá do lado dele, por cuidar de mim, né? Daí disse pra ele: ‘Que Deus abençoe o teu mercado’, disse pra ele, né? [...] Mas assim, ele agradecendo pro [nome do padrasto], por cuidar de nós, de mim, da mulher dele, da filha dele né? E que logo ele tá na rua. Fazendo promessas que ele vai mudar, né?”. (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Através dessa correspondência, simbolicamente enviada no dia dos pais, Paulo parece ter manifestado sentimentos significativos que reforçam a posição de pai que teria sido ocupada pela figura do padrasto. Foi compartilhado também o entendimento que Paulo possui dele como a pessoa que seria o “cuidador” da família. Dessa forma, o adolescente, através da escrita, estaria reforçando o papel que é desempenhado pelo padrasto nesse momento da vida do próprio adolescente e dos demais membros da família. Além disso, ela narrou a reação emocionada que seu companheiro teve quando recebeu a carta do enteado: “O [nome do padrasto] é muito sério, sabe? Mas aí, eu vi que ele encheu os olhos de lágrima, sabe? Porque ele criou, né?”.

De forma semelhante, ao se referir, emocionada, sobre como se sente com a leitura das cartas que recebe de Paulo, Elisabete referiu: “É bom! A hora que bate a saudade. [...] Mas é difícil. Tem dias que é difícil! Essa semana foi muito difícil”. Sendo assim, as correspondências parecem transmitir mensagens antagônicas, pois ao mesmo tempo em que permitem, em certo sentido, aproximar as pessoas da família, também demarcariam o distanciamento físico que se faz presente.

Segundo Elisabete, o pai biológico de Paulo, com quem ele não possuiria vínculos e nem contato, ao saber do cumprimento da medida socioeducativa de internação enviou uma carta ao filho e sobre isso ela relatou: “Ele tinha mandado uma carta, mas o Paulo não quis nem saber, né? Pra que, né? [...] Tanto é que a filha do Paulo não tem nem o sobrenome dele”. Essa passagem indica que a leitura da carta enviada pelo pai biológico teria sido refutada pelo adolescente, o qual, naquele momento, parecia não ter o desejo de se deparar com os conteúdos da mesma. Nesse caso, pela reação de Paulo tal correspondência teria demarcado alguns limites sobre a relação deles, sendo essa uma outra possibilidade que a comunicação por carta pode ter.

Elisabete ainda acrescentou que uma de suas filhas, com quem Paulo referiu, durante a entrevista, possuir uma relação próxima e afetiva, envia cartas para ele: “Minha filha de 11 anos manda, falando: ‘Tu não pode fazer isso! Por que que tu fez isso? Por que que tu veio pra cá?’”. A irmã de Paulo parece demonstrar uma inconformidade com as atitudes transgressoras dele, manifestada através das cartas. Pode-se inferir que tanto o processo de escrita das cartas pela irmã, quanto a leitura delas por Paulo poderiam estar contribuindo para o contexto que permeia a privação de liberdade, dadas as implicações que parecem repercutir nos membros da família.

Por fim, com relação à temática das cartas e considerando os cinco núcleos familiares da presente pesquisa, foi possível observar o quanto esse tema foi largamente referenciado nas entrevistas. A escrita das cartas parece permear as relações familiares e mobilizar sentimentos durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação e, por isso, faz-se importante.

5.2.5 Considerações finais

O presente artigo buscou aprofundar sobre duas possibilidades de comunicação entre adolescentes e familiares no contexto da medida socioeducativa de internação. Diante dos dados apresentados, percebe-se a força discursiva com que, em cada núcleo familiar, aparecem tanto as experiências nos momentos de visitas, quanto a escrita das cartas. O distanciamento físico que a privação de liberdade impõe para as relações familiares parece tornar essas formas de contato muito valorizadas nos contextos socioeducativos.

Segundo Predebon e Giongo (2015), que realizaram uma revisão sistemática da literatura nacional em revistas de psicologia online, na qual se obteve um levantamento de estudos empíricos sobre as famílias de adolescentes em conflito com a lei, concluiu-se que os pesquisadores brasileiros, prioritariamente, investigaram as influências negativas das variáveis familiares associadas ao ato infracional. Em consequência disso, estudos que valorizassem os fatores de proteção praticamente inexisteram. De forma semelhante, Nunes, Andrade e Morais (2013), também constataram que as capacidades protetivas das famílias dos adolescentes em conflito com a lei são pouco exploradas e abordadas nos estudos já existentes sobre a temática. Nesse sentido, acredita-se que os resultados dessa pesquisa possam contribuir com a compreensão de potencialidades existentes ao contexto do cumprimento de medidas socioeducativas, em especial, da internação, bem como ponderar sobre aspectos que podem ser entendidos como fatores de proteção para as relações familiares e, por consequência, para os adolescentes.

Sobre as visitas aos adolescentes, as mães participantes destacaram os sentimentos dolorosos que marcam, em especial, a primeira visita aos filhos na instituição. Esse momento demonstrou ser impactante para os familiares, na medida em que se deparam com fragilidades e com uma nova e difícil realidade que precisará ser, aos poucos, elaborada. Diante disso, acredita-se ser importante que os profissionais dessas instituições possam contemplar essa demanda que apareceu nos discursos das diferentes famílias, na tentativa de dar um suporte para essa experiência inicial. Isto é, sugere-se que as instituições possam contribuir na preparação das famílias e dos adolescentes para esse primeiro encontro e, ainda, acolher às repercussões que forem sendo produzidas por ele.

Outro aspecto que foi amplamente abordado durante as entrevistas diz respeito aos sentimentos paradoxais que parecem ser recorrentes às visitas. Ora esses encontros eram mencionados remetidos à tristeza e à dificuldade de serem vivenciados, ora mencionados como o melhor momento na instituição, ou então, através de adjetivos que conferem uma grande importância. A existência desses sentimentos, que, em certo sentido, são contraditórios sobre um mesmo fenômeno, evidencia a complexidade que o contexto da internação pode representar aos atores nele envolvidos, principalmente no que concerne às relações familiares.

Observou-se também que tanto os adolescentes quanto os familiares valorizam a aproximação, a vontade de abraçar, de conversar, de transmitir informações e compartilhar experiências possibilitadas nesses encontros. Além disso, a ansiedade e a espera pelo momento da visita também parece ser recorrente no contexto da privação de liberdade, evidenciando que a passagem/contagem do tempo é um aspecto importante nessas instituições.

Nesse sentido, considerando a magnitude que esses momentos de visitas parecem assumir, salienta-se que, nesses dias, criam-se possibilidades de atuação com grande potencial para o trabalho da equipe. A partir dos achados desse estudo, compreende-se a importância de que os profissionais fortaleçam o trabalho desenvolvido com as famílias, salientando o momento da visita, visto que esse mobiliza diversos sentimentos importantes de serem trabalhados. A presença e o acompanhamento desses encontros pelos profissionais de forma mais sistemática poderiam ser aspectos muito interessantes para a rotina institucional e também para a efetivação da socioeducação.

Outro aspecto recorrente no que concerne às visitas é a presença significativa e constante das figuras maternas nesses espaços. Foi possível constatar um grande esforço dispendido por elas com a finalidade de organizarem-se em suas rotinas, para assim, manterem vínculos com os filhos e também exercer aquilo que compreendem como sendo

suas funções durante o cumprimento da medida socioeducativa. Diferentemente das visitas, em que preponderantemente aparecem as figuras maternas como as principais referências de ida à instituição, as cartas parecem permitir uma ampliação das relações estabelecidas com os adolescentes durante o período da privação de liberdade. Para além das mães, foram mencionadas outras pessoas que também ocupam importantes espaços nas trajetórias de vida dos adolescentes, como irmãos, avós, tias, pais, padrastos, esposa, sogra, amigos e, até mesmo, o chefe.

Além disso, percebeu-se que essas escritas parecem permitir a ampliação de contatos que vão para além das restrições espaciais e temporais que as visitas pressupõem. Espaciais, pois os adolescentes parecem levar algo de concreto de suas famílias para os dormitórios, isto é, há a representação de que a família acompanharia o adolescente efetivamente para dentro do local, onde passam a maior parte do tempo na instituição. E temporais, porque as palavras registradas nas cartas podem se fazer presentes para os adolescentes a qualquer momento, tornando os familiares mais próximos, quando o adolescente sentir a necessidade no decorrer da semana. Da mesma forma, aquilo que escrevem parece contribuir para que o adolescente também esteja mais presente na rotina que continua na “vida lá fora”.

Aponta-se para o fato de que num contexto extramuros, essa forma de comunicação entre as pessoas tem se colocado de forma obsoleta e praticamente inexistente. Assim, já que outros recursos comunicacionais não são permitidos nas unidades de internação, as cartas aparecem como uma possibilidade significativa e bastante valorizada nas experiências institucionais. Elas possibilitam também que sejam transmitidas informações que podem não ser fáceis de serem ditas diante da presença da outra pessoa. Constatou-se que, de maneira geral, há um investimento tanto na escrita e na preparação do que se quer escrever, quanto no ato de guardar as cartas de forma a preservá-las. De forma semelhante ao que ocorre nas visitas, os contatos com o familiar significativo, nesse caso com os escritos dele, também mobilizam sentimentos e podem contribuir para uma experiência mais afetiva e apoiada.

Sendo assim, percebe-se que o recurso das cartas possa ser mais valorizado e, até mesmo, explorado dentro das instituições de privação de liberdade. Sugere-se que no intuito de trabalhar as questões familiares, por exemplo, poderiam utilizar dessa possibilidade, inclusive, como uma forma de exercitar a expressão de sentimentos dos adolescentes, em diferentes situações.

Sendo assim, a partir dos dados apresentados, ressalta-se que as famílias nos contextos socioeducativos de internação possam ser compreendidas em suas potencialidades que, conforme pôde ser evidenciado nesse estudo, através dos momentos de visitas e das cartas,

são muitas. Reconhecê-las em suas fragilidades e dificuldades, é algo que precisa ser desmistificado. O desafio está em ampliar o olhar para as famílias e suas particularidades, vislumbrando possibilidades de atuação, de modo a contribuir com um viés construtivo e agregador para essas relações.

Por fim, acredita-se que pensar sobre as relações familiares durante o cumprimento de uma medida socioeducativa é indispensável, em especial, por se tratar de um público-alvo adolescente. Uma das principais finalidades das intervenções sobre a temática das relações familiares é a possibilidade de atuar no fortalecimento dos vínculos e, com isso, mobilizar questões naqueles que receberão o adolescente no contexto pós-internação. Além disso, pensar sobre as relações familiares representa compreender a história que constitui cada ser humano, através dos vínculos mais primordiais e significativos que podem existir.

5.2.6 Referências

- Arantes, E. M. M. (2005). Estatuto da criança e do adolescente: doutrina da proteção integral é o mesmo que o direito penal juvenil? In: M. H. Zamora (Org.). *Para além das grades: elementos para transformação do sistema socioeducativo*. (pp. 63-78). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Ariès, P. (1981). *A história social da criança e da família*. (2a ed., D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: LTC
- Braga, E. (2016). Contribuições da Psicologia para a consolidação do campo socioeducativo - um convite à Política da Socioeducação. In Conselho Federal de Psicologia. *Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades* (pp. 182-197). Brasília: CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-livro-comemorativo-aos-25-anos-do-eca/>.
- Brasil (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- Brasil (2006). *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA.
- Brasil (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)*. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2012.
- Bueno, S. (2000). Silveira Bueno: *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD.
- Caliman, G., Milanezi, F. & Dalton, A. (2004). A Política de Atendimento à infância e adolescência na RMGV. In: Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Instituto de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento Jones dos Santos Neves. *Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo: Relatório 2004*. Recuperado de https://socialeducation.files.wordpress.com/2010/11/caliman-a_politica_de_atend.pdf.

- Câmara dos Deputados (2001). *IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: uma amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas FEBEMs e congêneres: o sistema Febem e a produção do mal*. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). (2008). Princípios e boas práticas para a proteção das pessoas privadas de liberdade nas Américas. OAS Official Records Series; OEA Ser.L. Recuperado de <http://www.cidh.org>.
- Conselho Nacional de Justiça (2012). *Panorama Nacional: A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação - Programa Justiça ao Jovem*. Recuperado de http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf.
- Costa, C. R. B. S. F. (2007). *Contexto Socioeducativo e a Promoção de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Judicial de Internação no Amazonas*. (Tese de doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Davoglio, T. R., & Gauer, G. J. C. (2011). Adolescentes em conflito com a lei: aspectos sociodemográficos de uma amostra em medida socioeducativa com privação de liberdade. *Contextos Clínicos*, 4(1), 42-52. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822011000100005&lng=pt&nrm=iso.
- Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300010&lng=pt&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000300010>.
- Esmeraldo, M. B. S. (2011). *Adolescência e ato infracional: a família em conflito*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (2a ed., pp. 64-90) Rio de Janeiro: Vozes.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.
- Gonçalves, H. S. (2005). Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no rato do adolescente autor de ato infracional. In M. H. Zamora (Org.). *Para além das grades: elementos para transformação do sistema socioeducativo*. (pp. 35-62). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Matos, M.; Féres-Carneiro, T.; Jablonski, B. (2005). Adolescência e relações amorosas: um estudo sobre jovens das camadas populares cariocas. *Interação em Psicologia*, 9(1), 21-33. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3283/2627>. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v9i1.3283>.

- Medeiros, F. C. & Paiva, I. L. (2015). A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(2), 568-586. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200008.
- Minayo, M. C. S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (21a ed., pp. 9-30). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.
- Monte, F. F. C., Sampaio, L. R., Rosa Filho, J. S., & Barbosa, L. S. (2011). Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 125-134. Recueprado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100014>.
- Nunes, M. C. A., Andrade, A. G. S., & Morais, N. A. (2013). Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 6(2), 144-156. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822013000200008. doi: <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2013.62.07>.
- Oliveira, C. S. (2001). *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina.
- Oliveira, M. C. L., & Valente, F. P. R. (2017). Adolescência e a responsabilização socioeducativa: aspectos históricos, filosóficos e éticos. In M. H. Zamora & M. C. Oliveira (Orgs.). *Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos* (pp. 35-54). Curitiba: Appris.
- Pereira, I., & Gomes, M. R. C. S. (2017). Gestão da política socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei. In M. H. Zamora & M. C. Oliveira (Orgs.). *Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos* (pp. 21-34). Curitiba: Appris.
- Predebon, J., & Giongo, C. (2015). A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando famílias*, 19(1), 88-104. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (2011). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. (3a. ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. F. M. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(2), 227-234. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

37722010000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>.

- Scisleski, A. C. C., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S. N., & Silva, J. L. C. (2015). Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva? *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505-515. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000300505&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p505>.
- Silva, M. C. P. (2017). A escrita como fonte de prazer: relato de uma experiência. *Jornal de Psicanálise*, 50(92), 55-62. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352017000100004&lng=pt&nrm=iso.
- Sousa, G. S., Silva, R. N. F., Ferreira, N. G., & Ferreira, M. G. S. (2018). O adolescente e a institucionalização: compreensão do fenômeno e significados atribuídos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(Suppl. 3), 1373-1380. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672018000901373&script=sci_arttext&tlng=pt. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0242>.
- Souza, L. A., & Costa, L. F. (2013). A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. *Psico-USF*, 18(2), 277-287. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000200011&lng=pt&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011>.
- Souza, M. M. S., & Menezes-Santos, J. A. (2010). O processo de desvinculação de um adolescente com a prática infracional, a partir do cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2), 216-226.
- Stecanela, N., & Kuiava, E. A. (2012). As escritas de si na privação da liberdade: jovens em conflito com a lei arquivando a própria vida. *Revista Brasileira de Educação*, 17(49), 175-192. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782012000100010>.
- Tejadas, S. S. (2007). *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Vaz, M. (2016). *Revista Humanizada passa a fazer parte da rotina das unidades da Fase*. Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/revista-humanizada-passa-a-fazer-parte-da-rotina-das-unidades-da-fase/>.
- Veronese, J. R. & Lima, F. S. (2009). O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 29-46. Recuperado de <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/185>. doi: <http://dx.doi.org/10.17921/2176-5626.n1p%25p>.
- Volpi, M. (1997). *O adolescente e o ato infracional*. (10a ed.). São Paulo: Cortez Editora.

Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.

5.3 ARTIGO 3 – EXPECTATIVAS DE FUTURO DE ADOLESCENTES E FAMILIARES NO CONTEXTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO³

5.3.1 Resumo

A partir de uma concepção da adolescência construída por fatores intrapsíquicos e socioculturais, considerando as singularidades de cada experiência, este estudo objetivou compreender as expectativas de futuro de adolescentes e familiares no contexto da medida socioeducativa de internação. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, através do delineamento de Estudo de Casos Múltiplos. Contataram-se dez participantes vinculados a uma instituição de cumprimento da medida socioeducativa de internação, sendo cinco adolescentes e cinco respectivos familiares desses adolescentes. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas e da análise documental dos prontuários dos adolescentes na instituição, de forma que foram analisados através da síntese de casos cruzados. Os adolescentes mencionaram o desejo de não mais se envolverem com transgressões no futuro, a centralidade que pretendem que o trabalho assuma em suas trajetórias e também o desejo de relações em família mais próximas e afetivas. Já os familiares, que foram, em sua totalidade, as mães dos adolescentes, pretendem ser mais participativos e ter relações mais dialogadas com os filhos e também demonstraram o desejo de que eles envolvam-se com o trabalho. Em seus relatos, enunciavam incertezas de que os filhos pudessem voltar a se envolver em transgressões. Além disso, os participantes mencionaram a necessidade de saída dos seus territórios para não colocar em risco suas próprias vidas. Sendo assim, compreende-se a importância de possibilitar reflexões e ressignificações que acompanhem o fim do período da internação, percebendo a importância de iniciativas nas políticas públicas que contemplem o pertencimento e as questões territoriais para o futuro de adolescentes egressos do contexto socioeducativo.

Palavras-chave: Medida socioeducativa; Adolescência; Família; Futuro; Território.

5.3.2 Introdução

Este estudo versa sobre as perspectivas que adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação possuem sobre o futuro, assim como as perspectivas que seus respectivos familiares possuem em relação ao futuro dos filhos que se encontram nesses

³ Este artigo está formatado de acordo com as normas para submissão à Revista Psicologia: Ciência e Profissão.

contextos. Essa temática se mostra relevante, quando se consideram as particularidades que permeiam a experiência da adolescência marcada pela conflitiva com a lei e o que isso poderia repercutir nas expectativas que possuem sobre o que estaria por vir. Também se mostra relevante compreender quais seriam as pretensões citadas pelos adolescentes e também por seus familiares, a partir dessa “pausa”, desse período de suspensão inerente à medida socioeducativa de internação, já que, em certo sentido, o curso das trajetórias de vida, da forma como se davam, é interrompido pela institucionalização.

Para iniciar essas discussões, considera-se importante problematizar alguns aspectos sobre o conceito de adolescência. Por ser uma etapa evolutiva peculiar ao ser humano e estes serem resultantes de experiências muito complexas e singulares, contesta-se a noção de que haveria um caráter de universalidade no que é entendido como a “crise de identidade adolescente”. Tal percepção deixa de considerar as distintas realidades e as inúmeras possibilidades que o “ser adolescente” pode adquirir na experiência individual. Por isso, o conceito de adolescência, deve ser pensado como resultante de fatores intrapsíquicos e socioculturais, a partir das peculiaridades inerentes às contingências de cada adolescente. Assim, a adolescência deve ser tomada na perspectiva das trocas e desprendimentos que permite, compreendendo que estarão sendo influenciados por conotações externas peculiares de cada cultura, que podem favorecer ou dificultar a experiência, conforme as circunstâncias (Calligaris, 2000; Knobel, 1981; Oliveira & Egry, 1997; Osório, 1989).

Na compreensão de fenômenos associados à adolescência há de se considerar também a família, pela sua função socializadora de realizar um papel de intermediação entre os adolescentes e a sociedade e também de realizar a educação dos seus filhos. Ela possui um papel fundamental na educação formal e informal dos mesmos, por ser quem inicialmente transmite valores éticos, normas e modelos de conduta que também se constituem como parâmetro, inclusive, para a prevenção do surgimento de atos infracionais. No entanto, estas tarefas essenciais destinadas à família, não são simples de serem executadas, sendo inúmeros os desafios que se colocam na experiência de se ter filhos adolescentes (Predebon & Giongo, 2015).

De acordo com Knobel (1981), o processo adolescente possibilita que ocorram ressignificações no sentido de reformular os conceitos que se tem sobre si mesmo e que levam a um abandono progressivo da autoimagem infantil, de forma a projetar-se no futuro de sua vida adulta. Ou seja, lançar-se para o futuro é um processo adjacente às discussões sobre a adolescência, na medida em que se depara constantemente com ressignificações da condição infantil que se fazia presente. Essas circunstâncias colocam o adolescente, em uma posição

entre o refugiar-se no passado e, ao mesmo tempo, também projetar-se intensamente para o que está por vir, o que pode se tornar algo conflitivo.

Ao traçar um olhar histórico sobre as famílias, percebe-se que as gerações familiares com a sua potencialidade de transformação, deixaram de viver uma realidade unicamente centrada no passado, na perpetuação de legados e de tradições, e passaram a se voltar mais para o futuro. Ou seja, na contemporaneidade, instaurou-se um processo que culminou no surgimento de novos valores humanos, não só cimentados na conservação de experiências passadas, mas valorizando também as expectativas futuras (Osório, 1989). Entende-se, assim, que essas transformações no interior das relações familiares podem reverberar na forma com que se vive a adolescência na atualidade e também na compreensão sobre o que representa o passado e o futuro para essas novas gerações.

Segundo o Fundo das Nações Unidas (UNICEF) (2011a, 2011b), existiriam cinco argumentos fundamentais que apontam razões para se investir na adolescência. Dentre elas, menciona-se a forma como os adolescentes são normalmente identificados na contemporaneidade. São utilizadas características como a “próxima geração” de adultos, a “futura geração”, ou ainda, simplesmente, “o futuro”, baseando-se nessa expectativa do porvir. No entanto, também é importante considerar que os adolescentes estão firmemente integrados ao presente, vivendo, trabalhando, dando sua contribuição para famílias, comunidades, sociedades e economias. Os adolescentes não são crianças grandes, nem futuros adultos, pois possuem suas trajetórias, suas histórias. São cidadãos, sujeitos com direitos específicos e que vivem uma fase de desenvolvimento. Diante disso, destaca-se a importância de serem dispendidos proteção e cuidados, bens e serviços essenciais, oportunidades e apoio, assim como o reconhecimento de sua existência e de seu valor, visando, inclusive, o “futuro” que tanto representam, exacerbando também as expectativas que são colocadas sobre eles.

Para abordar a questão da conflitiva com a lei na adolescência, Assis (1999) discute sobre os projetos de vida para esse público, entendendo-os como a forma com que interpretam o futuro, a partir dos acontecimentos do presente. A autora discute que os jovens que foram entrevistados, por serem de baixa renda, possuiriam aspirações restritas a um momento mais imediato e também mais limitadas pela posição social a que estão sujeitos. Em um comparativo com outros grupos de adolescentes, entende que estes costumam ter projetos de vida que poderiam ser considerados mais ricos, abrangentes e alicerçados pela fantasia.

A existência ou criação de perspectivas para um adolescente representa um importante ingrediente, na medida em que a ausência dessas perspectivas pode repercutir no envolvimento com a violência. Isso ocorreria em razão da reação a um estado frustrante e

contraditório que pode ser insuportável, quando se deparam com a desesperança em diversos âmbitos, como no emprego, questões salariais, dificuldades para constituir e assumir uma família, ente outros. Estes adolescentes possuem experiências que lhes dizem de futuros pouco promissores nas possibilidades de realizações consistentes e duradouras (Levisky, 1997).

Nessa perspectiva, Arpini (2003) salienta que em razão da convivência com algumas necessidades emergenciais, os adolescentes de grupos populares podem encontrar dificuldades de manter um projeto de vida construído e pensado em longo prazo. Os contextos de adolescentes que vivem em situações de emergência são um problema social para o qual a sociedade não dá a devida importância. Na medida em que encontram dificuldades para a construção de projetos futuros, os mesmos podem não aspirar possibilidades, não temer os riscos do presente e, ao contrário disso, satisfazem-se com a aventura, a transgressão e o desafio. Para esses adolescentes, as aventuras, mesmo que muitas vezes os violentem, podem compensar, uma vez que não interromperiam o projeto futuro.

Por outro lado, há de se considerar também, que a vida de “bandido”, como referido por Zaluar (1996), também pode se colocar como uma possibilidade muito concreta e entendida em primeiro momento como sendo mais “fácil” para traçar planos futuros. O adolescente que está a procura dos seus espelhos, considerando essa busca por planos futuros e perspectivas, encontra cada vez mais a referência de pessoas que ostentam atributos de poder, como a arma na cintura, ou ainda, objetos cobiçados no mundo atual como o carro do ano, as roupas de grife ou o brilho do pó. A autora também discute que:

O bom jogador de futebol, o bom sambista, o bom pai de família, o trabalhador habilidoso, e o malandro esperto que dividia com todos esses personagens o poder no bairro, estão deixando de ser referências para o adolescente pobre. O poder do bandido armado montado na grana é incontestável (p. 111).

Entende-se, assim, que o ingresso nessa “carreira” possuiria diversos atrativos, os quais se somam às dificuldades que a sociedade tem encontrado para trazer outras possibilidades para esse público. Há de se considerar também que essas dificuldades permanecem quando se trata de projetar um futuro para os adolescentes egressos do sistema socioeducativo. Nessas situações, propicia-se que, com a saída da internação, se retorne ao ponto inicial e aos problemas que levaram ao cumprimento da medida socioeducativa. Ainda, para além da convivência com ausências, carências e fragilidades, após o período da internação, acrescentam-se os estigmas gerados pela institucionalização. Nesse sentido, compreende-se que não será sem apoio que as famílias e os adolescentes enfrentarão essa

questão de grande complexidade. É preciso reconhecer as dificuldades atreladas à saída dessas instituições, que poderiam reforçar a identificação com a vida de "bandido", "marginal" e "perigoso" (Dias, Arpini & Simon, 2011).

5.3.3 Método

5.3.3.1 Delineamento

Buscando atingir os objetivos propostos e compreender as repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares, foi realizado um estudo de caráter qualitativo. Em pesquisas qualitativas, há uma preocupação com um nível da realidade que não pode ser quantificado, trabalhando-se com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos atores envolvidos. Ressalta-se que a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico (Minayo, 1994, 2012).

A partir disso, o delineamento do presente estudo é o Estudo de Caso, utilizado enquanto Estudo de Casos Múltiplos. A definição operacional proposta por Yin (2005) a respeito do Estudo de Caso refere que se trata de uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Isto significa enfrentar situações únicas, a partir do desejo de compreender fenômenos sociais considerados complexos.

5.3.3.2 Participantes

Integraram o presente estudo dez participantes, os quais estavam vinculados a uma instituição de cumprimento da medida socioeducativa de internação em um município do Rio Grande do Sul. Dentre os dez participantes, têm-se cinco adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação sem possibilidades de atividades externas (ISPAE) e cinco respectivos familiares desses adolescentes (Núcleo familiar = adolescente + familiar). Totalizaram-se, assim, cinco núcleos familiares, ou então, cinco casos, que foram compreendidos em profundidade.

Os convites para participação na pesquisa foram realizados, primeiramente, aos familiares no dia em que visitavam os adolescentes na instituição. Após a aceitação dos familiares, os adolescentes também eram convidados a integrar o estudo. Somente após a

dupla aceitação dos participantes referentes ao mesmo núcleo familiar, é que as entrevistas eram realizadas. Salienta-se que dentre os familiares convidados a participar da pesquisa, foram cinco mães que compareceram no dia das entrevistas. As principais informações dos participantes podem ser consultadas nas tabelas já apresentadas na página 71.

5.3.3.3 Instrumentos e procedimentos

Utilizou-se como fonte de informação a análise documental, através do acesso aos prontuários dos adolescentes na instituição, com o intuito de melhor compreender o contexto da medida e dos atos infracionais. Segundo Godoy (1995), a pesquisa que utiliza uma base documental pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Ainda, a autora ressalta que a análise documental pode ser utilizada também como uma técnica complementar, aprofundando dados obtidos por meio de entrevistas, questionários e observação.

Considerando a complementariedade da pesquisa com base documental, no presente estudo, o principal instrumento utilizado para a coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Gaskell (2002), o emprego da entrevista qualitativa contribui para que se possa mapear e compreender o mundo dos respondentes, isto é, dos participantes. Ademais, através desta, permite-se o fornecimento de dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e a situação investigada. Salienta-se que o roteiro de entrevistas foi dividido em tópicos-guia, com enfoque nas relações familiares e referentes aos momentos: 1) Anterior ao cumprimento da medida; 2) No momento em que soube do cumprimento da medida; 3) No decorrer do cumprimento da medida socioeducativa; 4) Com o término do cumprimento da medida socioeducativa. Os resultados apresentados neste artigo abordam, principalmente, os dados que foram obtidos no quarto tópico-guia, relacionado ao término do cumprimento da medida socioeducativa.

Destaca-se que o estudo atendeu todas as exigências da ética em pesquisa e as Diretrizes e Normas Regulamentadoras envolvendo Seres Humanos – a Resolução n° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, como também, a Resolução n° 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia. A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade em que foi realizada, sendo aprovada sob CAAE 84187418.2.0000.5346. Além disso, todos os participantes ficaram cientes do objetivo do estudo e assinaram os Termos de Assentimento e os Termos de Consentimento Livre e

Esclarecido. Destaca-se que para preservar a identidade dos participantes, todos os nomes apresentados são fictícios.

5.3.3.4 Análise dos dados

Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se uma das cinco técnicas propostas por Yin (2005), em seu livro “Estudo de caso: Planejamento e Métodos”, sendo ela a síntese de casos cruzados. Essa técnica se aplica especificamente à análise de Estudos de Casos Múltiplos, pois, de acordo com o autor, quando são mais do que dois casos, as descobertas podem ser reforçadas. Assim, a partir dessa técnica de análise pode-se contar com mais de uma fonte de dados, partindo da compreensão dos casos individuais. Portanto, os dados obtidos foram analisados em profundidade, primeiramente, de forma individual e, em um segundo momento, no seu conjunto, a partir do cruzamento dos dados individuais.

Considerando a complexidade que envolve o Estudo de Casos Múltiplos, os resultados foram dispostos neste trabalho através de discussões que permeiam a singularidade que cada caso possui, através dos “núcleos familiares”. Isto é, foram compiladas as informações obtidas sobre cada adolescente e seu respectivo familiar nas diferentes categorias de discussão. Na construção desse processo, foi possível cruzar algumas informações dos contextos analisados, assim como temas com maior força discursiva e que emergiam com maior intensidade emocional. A partir disso, puderam ser elencadas as categorias do presente estudo e também realizar discussões mais coletivas.

5.3.4 Resultados

Inicialmente, serão apresentados alguns dados relativos aos participantes e aos cinco núcleos familiares que integraram o estudo, com o intuito de realizar uma breve introdução dos contextos de cada família.

Núcleo familiar 1: Rodrigo e Gisele - Gisele é casada com o pai dos quatro filhos da família e Rodrigo é o segundo filho mais velho. A partir do seu relato, foi possível constatar que ele esteve institucionalizado grande parte de sua adolescência cumprindo a medida socioeducativa de internação, já que sua primeira experiência nela havia sido aos 13 anos. No momento da entrevista, ele estava cumprindo a sua segunda internação. Após a primeira delas, enquanto esteve foragido da medida socioeducativa de semiliberdade, residiu em outra cidade, trabalhando como gesseiro. De maneira geral, a sua rotina parecia estar permeada por

situações de cometimento de infrações e inimizades. Constatou-se a partir das entrevistas, que existiriam conflitos e desentendimentos familiares recorrentemente, em especial, com o irmão mais velho que se tornou cadeirante depois de ter sido baleado, em desavenças por grupos rivais pela questão das drogas, no território onde residem. Na pesquisa documental, constatou-se que o filho mais novo da família também havia ingressado na instituição de internação, em razão do cometimento de um ato infracional.

Núcleo familiar 2: Miguel e Cláudia – Cláudia teve 4 filhos, sendo 3 com seu ex-companheiro, pai de Miguel. O filho caçula da família é fruto de outro relacionamento de Cláudia e o filho mais velho da família é falecido, em razão de ter, segundo ela, “entrado na vida do crime”, já tendo cumprido a medida socioeducativa na mesma instituição de Miguel. Atualmente, ela não está em nenhum relacionamento e reside com os filhos. No discurso de Miguel, foram marcantes os relatos de que em sua rotina costumava ficar pelas ruas, com os amigos, fazendo uso de maconha ou jogando futebol. Cláudia mencionou em diferentes momentos no decorrer da entrevista a sua dificuldade no que concerne a questões financeiras para o sustento da família.

Núcleo familiar 3: André e Janaína – Este núcleo familiar iniciou-se a partir do relacionamento de Janaína com o pai de André e de mais uma filha do casal. Atualmente, ambos possuem novos relacionamentos e residem em cidades distintas. Janaína está em um relacionamento com seu atual companheiro há 12 anos, sendo que juntos possuem outros dois filhos. Todos os filhos residem com Janaína e seu atual companheiro. No decorrer da adolescência de André, o uso da maconha teria assumido um caráter de centralidade, pois antes da internação, ao relatar sobre sua rotina, mencionou somente atividades relacionadas ao uso dessa droga. Também foi possível perceber nas entrevistas que nos momentos anteriores à privação de liberdade, André envolveu-se no cometimento de diversas infrações. Janaína relatou que estava desempregada, após pedir demissão do emprego com o impacto da notícia de que André iria cumprir a medida socioeducativa de internação.

Núcleo familiar 4: Vinícius e Adriana – Adriana e seu marido estão juntos desde a adolescência e dessa relação nasceram os cinco filhos do casal. Nos momentos anteriores ao cumprimento da medida socioeducativa, Vinícius estava residindo em outra cidade com amigos e referiu que em sua rotina costumava escutar música, cochilar à tarde, passear pelas ruas e encontrar os amigos, mencionando também diversos atritos e inimizades, de modo que

já não frequentava mais a escola. Na entrevista, Adriana mencionou que nunca havia trabalhado anteriormente, mas que havia iniciado a sua primeira experiência de trabalho.

Núcleo familiar 5: Paulo e Elisabete – Esta família apresenta-se numerosa, pois Elisabete teve, ao total, oito filhos. Os quatro primeiros filhos são frutos de um relacionamento. Dentre esses filhos, um deles faleceu quando era bebê, aos dois meses de idade. Paulo é o quarto filho dessa família. Após, Elisabete iniciou um novo relacionamento, fruto do qual possui mais 4 filhos, com o atual padrasto de Paulo. O adolescente foi o único dentre os entrevistados que já era pai e tinha uma esposa, com quem residia, há mais de 3 anos, no andar de cima da casa da avó. Antes da internação, Paulo trabalhava como pintor há dois anos e não estava frequentando a escola há aproximadamente quatro anos. Ele também referiu que por muito tempo, desde quando ainda era criança, esteve envolvido com o tráfico de drogas e mencionou que, após algum tempo, na busca de mais dinheiro, teria começado a efetuar roubos. Elisabete mencionou sua rotina como sendo muito cansativa, por ter que dar conta do trabalho e dos filhos pequenos, de modo que a importância e a necessidade do trabalho foram elementos centrais no discurso dela.

5.3.5 Discussões

5.3.5.1 *Conversando sobre o futuro: convivência com incertezas, sonhos e esperança*

Ao lançar um olhar para o público adolescente, percebe-se que esse aparece frequentemente associado à despreocupação, em compreensões apressadas que abordem esse tema. No entanto, há de se considerar que muitos adolescentes descrevem as preocupações que vivenciam em relação ao futuro, quando falam de si. A abordagem sobre as expectativas quanto ao futuro, inclusive, tem sido considerada um importante fator de proteção ao desenvolvimento saudável na adolescência, pois pensar sobre o futuro motiva o comportamento cotidiano e influencia escolhas, decisões e atividades futuras (Zappe, Moura, Dell’Aglia, Sarriera, 2013). Considerando as particularidades de cada participante desta pesquisa, observou-se que esse tema também foi relevante de ser abordado com eles. De maneira geral, demonstraram uma inquietação com relação às escolhas relativas ao futuro, ao mesmo tempo em que alguns pareciam incertos, até mesmo angustiados, com o que ocorreria. Todavia, percebeu-se também que os adolescentes traçavam possibilidades e se imaginavam em situações futuras.

Inicialmente, para exemplificar que as expectativas em relação ao futuro podem surgir de forma representativa nos discursos de adolescentes e de familiares no contexto da medida socioeducativa de internação, serão apresentados dois trechos que ilustram esse aspecto. O primeiro deles foi extraído da entrevista com Gisele (referente ao núcleo familiar 1), mãe de um dos adolescentes, quando ela relatou com bastante empolgação o que vislumbrava para o futuro, quando o filho não mais estivesse privado de liberdade: “Primeiro, eu costumo dizer, eu acho que eu vou até renovar a minha pele. Eu acho! Hehe”. O trecho seguinte é referente ao adolescente Paulo:

A minha promessa quando eu sair daqui é eu ir de a pé daqui à minha casa. [...] Daí a minha esposa me mandou uma carta: “Eu já fiz a minha promessa, eu de a pé contigo daqui em casa”. Então a gente vai de a pé daqui em casa. Pode tá caindo um temporal, a gente vai de a pé daqui até em casa. [...] E a minha mãe disse bem assim: “É promessa, né? Promessa é promessa! [...] É longe! [...] Daí a minha mãe bem assim: “Não, não te preocupa, que eu trago já o lanche pra vocês. Pode ficar tranquilo que o lanche eu já trago pra vocês”. Que a mãe trabalha né, daí ela já vai trazer o lanche. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Em relação à Gisele, observou-se que ela parece depositar expectativas no fim da medida socioeducativa e no futuro de uma maneira geral, chegando a citar uma melhora na sua aparência física. Já Paulo, demonstrou estar aguardando ansiosamente a saída da instituição, pois quando se abordou sobre o tema durante a entrevista, prontamente, ele mencionou sobre essa promessa que havia feito juntamente com a esposa. Constatou-se também que o apoio fornecido pela mãe nessa situação também parece ser fundamental para que essa experiência se torne significativa. Com isso, compreende-se que o cumprimento da medida socioeducativa e o seu efeito de “pausa” e suspensão nas trajetórias de vida da forma como se davam anteriormente, pode propiciar uma intensidade maior quando os adolescentes nesse contexto pensam sobre o futuro.

A partir dessa compreensão, puderam ser constatados alguns elementos em comum nos discursos e nos prontuários dos adolescentes participantes. Para alguns deles, sobressaíram-se relatos que abordavam o desejo de não mais se envolverem com o contexto infracional, o que poderia evidenciar processos de amadurecimento e ressignificações na forma como eles compreendem esse aspecto.

Eu não preciso assim de roubar, porque graças a Deus, eu tenho uma casa boa, tenho meu quarto lá, tenho minha cama de casal lá. Eu acabei indo nas pilha nos assalto, né, dona? Não tem, assim, mais é pela emoção mesmo. Só que daí hoje eu paro e penso, né dona? Que eu fui amadurecendo, eu vou fazer 18 anos já né? Daí eu paro e penso né? Não é isso que eu quero pra mim. Eu quero mudar. [...] Não tem, não existe crime

perfeito. Nada que a gente faça não vai ser descoberto. Porque eu vou na igreja né dona? E eu me arrependo de balar gente inocente, né dona? Porque eu via aquilo como um trabalho, mas não é certo perante a Deus, né? Daí que que eu quero nessa vida pra mim né? (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Ah, parar de aprontar. Só fumar maconha não digo que eu vou... Que eu vá parar né? Não posso te prometer e falar: “Ah não, eu vou parar”. Não sei né? Se eu vou parar, se eu vou continuar. Mas eu, com essas coisa de crime, eu não quero pra mim. Não quero mais dar esse desgosto pra minha família. [...] Passou. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Bá, hehe. Daí é difícil de falar essas coisa. Bei, porque eu to só por sair daqui. [...] Mas eu vou ficar mais por casa. Não vou sair muito pra rua, não vou me mostrar muito, me divulgar. [...] Diferente. Parar de fumar. [...] Maconha, cigarro. (Vinícius, adolescente – Núcleo familiar 4).

Acrescenta-se que no prontuário do adolescente Vinícius, havia menção aos planos futuros dele, sendo listado, entre outros: “Quer se afastar da criminalidade”. A partir desses trechos, compreende-se que os adolescentes parecem estar ponderando os aspectos negativos que perpassam as experiências com o “mundo do crime”, refletindo que as perdas decorrentes desse envolvimento (como a perda da convivência familiar e da liberdade) não compensariam. A chegada da maioridade penal também parece influenciar na projeção de planos futuros que estejam distantes do cometimento de transgressões, por estarem cientes das possíveis consequências. Nessa mesma perspectiva, Gomes e Conceição (2014) também constataram que aquilo que anteriormente podia ser percebido pelos adolescentes unicamente através de um viés positivo e vantajoso, progressivamente, pode ir deixando de oferecer somente os aspectos atrativos e, assim, deixa de ser uma atividade tão almejada. Nesse sentido, quando os adolescentes se apresentam mais conscientes das desvantagens que o mundo do crime também oferece, evidenciam-se sentimentos de culpa e arrependimento.

Segundo Gomes e Colaço (2016), as sensações de adrenalina e emoção geradas nos atos de roubar ou de tirar a vida de alguém, frequentemente associadas à necessidade de dinheiro ou às drogas, podem ser buscadas e almejadas pelos adolescentes. Esse aspecto foi abordado por Rodrigo, por exemplo, quando mencionou que “mais é pela emoção mesmo”. Nessas situações, o fato de se colocar em risco torna-se um motor para executar essas ações, considerando que essa sensação é algo por eles investido. Assim, ainda que paguem um preço alto, arriscando a integridade física, a liberdade ou até mesmo a vida, mesmo assim, podem avaliar que é um risco que valeria a pena. O uso de drogas também é compreendido pelos adolescentes como um perigo em potencial e a maconha é descrita como uma droga de menor risco, devido ao baixo valor e menor potencial viciante.

A partir dos relatos da presente pesquisa, observou-se que o cumprimento da medida socioeducativa de internação pareceu ter fomentado reflexões não somente sobre o envolvimento com transgressões, mas para os adolescentes André e Vinícius, também no que diz respeito ao uso de drogas. Ainda que possa ser difícil a desvinculação com o seu uso, eles pareciam estar se questionando sobre esse envolvimento no futuro, no retorno à liberdade. De acordo com Tejedadas (2007), alguns adolescentes identificam que a partir do cumprimento da medida socioeducativa, ficam em um momento mais propício para a ocorrência de mudanças. Isso ocorreria ou porque passam a se considerar mais maduros com essa experiência, ou então, por já terem vivido situações de elevado risco e terem sobrevivido.

Outro aspecto que surgiu nos discursos dos adolescentes foi o desejo de trabalhar após o término da medida socioeducativa, abordando, principalmente, a conquista da independência financeira, que lhes conferiria a possibilidade de consumir/comprar alguns objetos almeçados, conforme exemplificado pelos trechos abaixo:

Ano que vem agora, quero tirar minha carteira de moto, de carro, tudo né? Porque eu trabalho, qualquer lugar, eu chegando arrumo um emprego, porque eu tenho bastante referência, né dona? [...] Eu tenho contatos. [...] Eu tenho o gesso. O gesso tá bom. Ajudava a mãe, dava tipo uma coisinha pra irmã, comprava umas roupa, uma carne. É o que eu podia fazer, né dona? [...] Eu quero ter a minha moto, o meu carro, não depender de ninguém. (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Quando eu sair daqui eu quero trabalhar, quero fazer alguma coisa. Quero ter as minhas coisas, né? Do meu próprio suor. Não um dinheiro fácil, né? [...] Bem diferente. Vou fazer minha Carteira de Trabalho aqui, essas coisa. Fazer todo os meus documento aqui dentro. Meu alistamento pro quartel. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Eu tenho serviço, eu tenho minha família pra mim sustentar e tenho curso pra fazer de tarde [...] E eu trabalho de manhã, daí eu não sei se eu vou ter muito tempo, mas se eu tiver um tempo, eu vou estudar. [...] Que vou sair do serviço, vou pro curso, aí do curso eu vou pra aula, daí não vou ter tempo pra minha família, né dona? Separar pouco tempo pra elas, né dona? (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

A partir dessas falas, fica evidente o quanto os adolescentes demonstram o desejo de que ocorram mudanças em suas vidas quando referem rotinas e perspectivas diferentes daquelas que costumavam ter anteriormente ao cumprimento da medida socioeducativa. Os adolescentes que vivenciam a internação parecem expressar em seus discursos a esperança de um futuro melhor, com sonhos e idealizações dos momentos de liberdade, traçando seus caminhos. Para essas mudanças ocorrerem, a questão do trabalho pareceu surgir como uma alternativa relevante e viável. A vida organizada em torno da questão do trabalho também

perpassa a compreensão dele como uma forma do próprio sustento (Tejadas, 2007). Na pesquisa de Silveira, Machado, Zappe e Dias (2015), o trabalho também foi apontado pelos adolescentes como sendo um elemento central para o afastamento da criminalidade e Andrade e Barros (2018) constataram que o trabalho aparece com importância fundamental e central na mediação do adolescente com o convívio social após medida de internação não só para os adolescentes, como também para os profissionais, para as políticas públicas e para o sistema socioeducativo. No entanto, há de se considerar também a ambivalência que a questão do trabalho pode assumir nas trajetórias desses adolescentes. Por um lado, o exercício dessas atividades poderia contribuir para a inserção, por ser algo socialmente valorizado e reconhecido, mas por outro, poderia reforçar condições de exclusão, pois, comumente, não possuem um potencial para superá-las (Andrade & Barros, 2018; Barreto & Quintana, 2017; Silveira et al., 2015).

Já o adolescente Vinícius traçou planos de continuar investindo nos estudos. “Bá, quero avançar pra poder sair daqui com estudo completo. Não vou sair com estudo completo, mas vou sair com segundo grau né?” Ainda sobre esses aspectos, Vinícius comentou que tem o interesse de cursar o Ensino Superior: “Daí na rua eu posso fazer o segundo, vou pro terceiro e depois faço uma faculdade, eu acho que dá né? [...] É, eu pretendo fazer isso”. Salienta-se que a continuidade e o investimento nos estudos não foi um aspecto que apareceu de forma significativa nos discursos dos adolescentes participantes quando mencionavam suas expectativas sobre o futuro. A questão escolar pode ser marcada por uma ambivalência, pois apesar da usual compreensão de que esse ambiente possa influenciar em mudanças positivas no futuro, por vezes, pode não dar o suporte suficiente para que efetivamente se percebam mudanças nas vidas dos adolescentes, ou ainda pode não os motivar e garantir a inserção no mercado de trabalho. Ou seja, a escola nem sempre é vista como caminho para o trabalho, pois os adolescentes querem primeiramente trabalhar, garantir seu sustento e, "se der tempo", recorrem à escola (Andrade & Barros, 2018; Arpini, 2003; Gomes & Conceição, 2014). Além disso, considerando a centralidade com que o trabalho aparece em alguns discursos, entende-se que também podem surgir dificuldades em conciliar o trabalho e os estudos nessas circunstâncias (Assis, 1999).

Também se constatou que para alguns adolescentes o futuro aparece como uma possibilidade de se colocar de forma diferente nas relações em família, de modo que o cumprimento da medida socioeducativa parece possibilitar reflexões nesse âmbito, almejando uma maior valorização e aproximação. O adolescente Miguel, por exemplo, destacou que pretende reconhecer os conselhos dados pelos familiares que lhe são significativos em sua

trajetória de vida: “Eu tô pretendendo sair daqui, estudar e ficar mais por casa né? Com a minha mãe, com meus irmão. [...] Vai ser diferente né? [...] Que eu vou ouvir os conselho da minhas tia, né?”. De forma semelhante, outros adolescentes também abordaram sobre esses aspectos:

Eu quero mudar pro meu pai ver, né dona? Eu quero ter uma mudança na minha vida. Pra ele perceber. Pra gente voltar a ser amigo como a gente era antes. [...] Eu quero mostrar pra ele que eu posso e que eu consigo né dona? Que eu vou conseguir. Eu quero ajudar eles, né dona? O mais que eu puder [...] Daí eu quero mostrar pra eles que eu consigo e eu posso. [...] Eu quero e eu consigo. Eu vou conseguir, se Deus quiser! Porque eu tô tranquilo aqui dentro por eles, não por mim. [...] Mas eu quero ajudar minha família, né dona? (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Ah, eu imagino a minha rotina, eu ficando em casa! Bá, eu... Bá! Eu imagino muitas coisas. [silêncio]. Bei! Me imagino em casa, de bem com a minha família, brincando com meus irmãos, conversando com a minha mãe, com o meu padrasto. Eu imagino muitas coisas! Penso várias coisa. (emocionado). [...] Vou dar mais valor, vou ouvir os conselho da minha mãe, porque se eu tô aqui hoje, foi por não ouvir os conselho dela. Muitas vezes, ela falava pra mim: “Não vai!” e eu ia. E eu sempre, sempre me azarava. Vai mudar bastante! Não tô falando isso da boca pra fora, tô falando de coração mesmo. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Tem gente que eu fiquei 3 meses sem ver, como a minha vó [...] o meu vô, 3 meses sem ver o meu irmão. 3 meses sem ver o meus outros irmão [...] Pra mim... Bui eu quero chegar e dar muitos abraço neles, sabe dona? [...] Mas a primeira semana que eu sair daqui eu quero dedicar só a minha família, a senhora me entende? Então, a primeira semana, eu vou sair daqui e vou dedicar só a minha família. Depois, retorno a trabalhar. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Percebeu-se, assim, que independentemente de quais tenham sido as pessoas mencionadas pelos adolescentes, (mães, irmãos, pai, tia, avó, avô, esposa ou filho) eles parecem ter o desejo e se planejar de forma que as relações em família passem a ser mais dialogadas, afetivas e também demonstrando prazer em passar mais tempo de suas rotinas com essas pessoas que lhes são significativas. Em consonância com o que se percebeu nesta pesquisa, Gomes e Conceição (2014) também constataram que o apoio da família tem sido apontado como fundamental nos processos de mudança dos adolescentes, os quais podem se concretizar no “futuro”.

Outro aspecto que pareceu ser valorizado entre os adolescentes são os conselhos que recebiam dos seus familiares e que, com a internação, referem considerá-los de uma forma diferenciada no futuro. A pesquisa de Sousa, Silva, Ferreira e Ferreira (2018) também constatou um tom de arrependimento nos discursos dos adolescentes, quando eles referem não ter dado ouvidos aos conselhos dos pais, indicando este fato como um dos motivos para o

ingresso na transgressão. Contudo, também afirmaram que querem voltar para o ambiente familiar, mencionando um caráter de proteção e segurança para o ser e estar livre.

Já em relação às entrevistas com as mães dos adolescentes participantes, constatou-se um teor de esperança no conteúdo de suas falas. Elas demonstraram ter sonhos e expectativas em relação ao futuro dos filhos, de modo que pareciam estar implicadas e preocupadas com o apoio que pretendem dispender a eles no período pós-internação. A partir da análise das falas delas, realizaram-se três agrupamentos sobre a forma com que percebem a temática do futuro, a partir dessa experiência.

O primeiro aspecto a ser abordado diz respeito à aproximação que pretendem realizar, no sentido de serem mais participativas, acompanhar e conversar com os filhos de uma forma diferente de como se relacionavam antes da internação. Esse aspecto pôde ser constatado nas entrevistas de três mães, conforme foi enunciado abaixo:

Melhor. Eu acho que vai ser bem mais melhor. [...] Assim óh, eu vou fazer o máximo que eu puder, né? O que eu fazia... Não, eu vou. E dar mais carinho, amor pra ele, tanto que a gente não tinha. Não tinha, assim... Não tinha mesmo. (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Eu nunca sentei pra conversar, porque ele veio pra cá e tem coisas e coisas que assim, eu nunca... [...] Depois que ele tiver comigo em casa, eu vou querer saber, né? Porque eu acho que tem coisas que eu preciso saber, entendeu? Conversar a gente conversa. Mas o pouquinho que eu vejo ele aqui, entendeu? [...] Mas isso tudo a gente não... Vai ter que conversar, né? [referindo-se aos atos infracionais cometidos por Vinícius] Que já, assim, ó! Eu pretendo conversar com ele, pra mim também ajudar ele no depois que ele sair daqui, entendeu? [...] Eu tenho que saber tudo detalhado. [...] Pra mim poder ajudar ele, depois que ele sair daqui. (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Eu acho que eu vou dar mais em cima deles, uhum. Eu digo, ai... O que mais me deu problema foi o Paulo. Eu vou começar... Vou achar um jeito de visitar mais ele! De impor mais ele, porque a gente tá pensando... (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Diante desses relatos, salienta-se a importância de que essa reflexão esteja presente, pois na medida em que se imaginam de modo ativo e participativo, dispendem suporte aos filhos nessa transição para a liberdade, que poderia ser considerado um momento crucial. Nessa perspectiva, segundo Wagner, Falcke, Silveira e Mosmann (2002), por mais que os acontecimentos e as demandas adolescentes, muitas vezes, conduzam para uma maior autonomia das relações familiares, é importante que se mantenha a capacidade de proporcionar um ambiente de segurança, equilíbrio e limites aos filhos. Ou seja, faz-se necessário ser presente e ser referência ainda que o adolescente tenha a tendência de um desprendimento e de agir de forma mais independente.

De acordo com Andrade e Barros (2018), a importância da família não se dá somente durante o cumprimento da medida socioeducativa, mas também no momento do retorno ao convívio social. São os familiares que ajudam a efetivar a matrícula na escola, que levam ao centro de saúde, disponibilizam dinheiro, pagam o transporte para um curso, ajudam a procurar trabalho. Todas essas iniciativas, por meio de uma aproximação e implicação com os filhos, poderiam contribuir para uma adaptação construtiva e acredita-se que também possam interferir positivamente na não-reincidência dos adolescentes em atos infracionais ou crimes.

O segundo aspecto que foi abordado pelas mães participantes com relação às expectativas que possuem sobre o futuro dos filhos diz respeito à questão do trabalho, como um recurso que compreendem ser importante no período pós-internação, assim como os próprios filhos. Essas expectativas estão associadas ao fato de que eles consigam empregos e de que avancem profissionalmente, conforme pode ser evidenciado: “Eu acho que isso aí, precisava ter dum primeiro emprego pra ele, quem sabe? Jovem aprendiz né? É isso aí. Porque dali em diante, ele segue a vida”, referido por Janaína. As mães Gisele e Elisabete também abordaram sobre esse aspecto em suas entrevistas:

Seguir o caminho certo, porque não é eu que dou o exemplo, muito menos o pai dele, né? O do caminho errado. “Vai trabalhar!”. Como eu falei: “Vai trabalhar, Rodrigo!”. Se a vida fosse tão fácil, ninguém ia trabalhar. Todo mundo ia viver na vida do crime, né? Mas é tão bom tu trabalhar, tu poder sair não ter medo de nada, né? (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

A gente tá pensando até abrir um lanche uma coisa, assim, pra eles, sabe? [referindo-se a Paulo e a esposa] [...] Eu tô cheia de planos pra quando ele sair daqui, né? Porque a gente faz lanche, né? Daí eu comprei... Comprei não, porque eu comprei outra prensa pra mim, maior do que a minha. Daí a gente vai dar pra eles, vamos fazer um lugar pra eles vender! (Elisabete, mãe – Núcleo familiar 5).

Nos discursos dessas mães, percebeu-se que as mesmas reconhecem a importância do trabalho e de se ter uma ocupação especialmente ao mencionarem a possibilidade da independência financeira. Ainda, nos discursos de Gisele e de Elisabete, ficou evidente o quanto elas parecem se mobilizar e se colocar na função de incentivar os filhos para que efetivamente eles possam se sentir apoiados e impulsionados a investir nesse aspecto. Acrescenta-se a partir dessas discussões, que durante o cumprimento da medida socioeducativa, as iniciativas institucionais realizadas no âmbito da profissionalização dos adolescentes devem preconizar as experiências que o socioeducando já possui em relação ao trabalho, áreas de formação profissional que sejam de seu interesse bem como oficinas e cursos disponíveis que o mesmo deseja frequentar (Brasil, 2014). Da mesma forma, acredita-

se que o trabalho da equipe também possa compreender a conscientização dos familiares sobre a importância do vínculo de profissionalização. Com essas estratégias, haveria possibilidades de maior familiaridade e sensibilização com a questão profissional durante a medida socioeducativa, facilitando essa aproximação também no contexto extramuros.

Diante disso, constata-se um posicionamento esperançoso das mães participantes para o que esperam que seja uma nova condição nas atitudes dos filhos para esse momento posterior ao cumprimento da medida socioeducativa de internação. Segundo Coelho e Rosa (2013), quando pesquisaram sobre a medida socioeducativa de liberdade assistida, constatou-se que apesar do caráter sancionatório, ela tem sido representada como um objeto de esperança e de mudança na vida dos adolescentes, sendo preponderantes os seus aspectos educativos. No discurso das mães participantes, percebeu-se um movimento de depositar expectativas e esperança na medida socioeducativa de internação, de modo a assumir um caráter de transformação na vida dos filhos, como um “divisor de águas”,

O terceiro aspecto constatado nas falas das mães foi a insegurança com a retomada da liberdade dos filhos. Cabe ressaltar que a maioria dos adolescentes entrevistados encontrava-se significativamente envolvido com o contexto infracional, com o uso de drogas e com rotinas que abrangiam predominantemente o convívio com os amigos nas ruas nos períodos anteriores ao cumprimento da medida socioeducativa. Assim, em algumas falas, apesar da esperança, constatou-se também a insegurança. A mãe Cláudia, por exemplo, abordou em diferentes momentos da entrevista, o sentimento de angústia diante dessa possibilidade: “Agora eu vou ficar... Ele na rua, o coração na mão, porque numa hora ou outra ter uma notícia ruim de novo, sabe? [chorando]. [...] Em casa, né? Daí vai começar tudo de novo quando sair.”. Nessa perspectiva, Janaína também referiu sobre esse sentimento:

Como ele disse pra mim domingo: “Mãe, pra cá eu não volto mais. Nem pra cá e nem pro presídio [...] Mas e será que ele vai ter toda essa força? [...] Eu imagino que daí quando ele sair daqui, a cabeça dele já vai tá bem... Bem boa né? [...] Claro, eu vou sentir medo, né? Dele voltar a fazer as coisas de novo, de se envolver com quem não é pra se envolver. Vou me sentir meio insegura, né? Segura porque eu vou tá vendo ele, vou fazer o meu máximo que puder, pra tá ali apoiando ele, como sempre eu fiz, sabe? Só que eu vou me sentir insegura, a princípio, assim, eu tenho medo! Muito medo. De quando ele sair daqui. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

Nos relatos de Cláudia e Janaína, percebeu-se a aflição e o sofrimento envolvidos com a situação de retorno dos filhos para o convívio com o mundo externo após a internação. Janaína, inclusive, chegou a mencionar esse receio desde quando já houvesse a possibilidade do filho realizar atividades externas, por representar a saída dos adolescentes aos finais de

semana e, assim, poderiam surgir dificuldades. Dias, Arpini & Simon (2011) também constataram a angústia e o fato de que com o término da medida socioeducativa de internação dos adolescentes, os responsáveis começam a se preocupar em como seria o primeiro final de semana do menino em casa, perguntando-se sobre as atitudes que eles teriam diante da liberdade e da família. Nesse sentido, observou-se que as mães temem que os adolescentes apresentem os mesmos comportamentos que tinham antes da internação.

A pesquisa de Predebon e Giongo (2015) atenta para a questão de que, na adolescência, pode ocorrer a perda da confiança dos pais nos filhos por não estarem prontos para confiar nas mudanças que eles apresentam. Nos discursos das mães participantes deste estudo percebeu-se que esses sentimentos receosos em relação aos filhos estavam se fazendo presentes e que a confiança neles pareceu enfraquecida em alguns casos. Depreende-se dessa constatação que poderia existir uma dificuldade em confiarem nos filhos em razão das situações anteriores, atreladas a omissões, segredos, dificuldades de comunicação, cometimento de atos infracionais, entre outros.

Diante dessas discussões, considera-se importante ponderar que a insegurança e a preocupação com o futuro dos filhos seja algo esperado no exercício da parentalidade. Quando os pais conseguem demonstrar para seus filhos alguns desejos e sonhos, permitindo um espaço para escolhas pessoais deles, entende-se que isso possa ser estruturante, no sentido de que podem ser impulsionados a corresponder a tais expectativas. Quando os pais, em uma direção oposta, não conseguem colocar esses desejos para os filhos, entende-se que podem surgir algumas repercussões. De acordo com Araújo (2002), o amor parental pode proteger e encaminhar para a esperança em um futuro promissor de duas maneiras distintas: por meio dos ideais imaginários buscar garantir a felicidade e a evitação da dor, como por exemplo, quando os pais mencionam "meu filho não irá passar pelo que eu passei"; ou a outra possibilidade de educá-los para que possam realizar um projeto de vida próprio, atravessando o campo idealizado pelos pais, para que os filhos sejam livres sem, no entanto, deixarem de estar implicados em um projeto que existiu antes de nascerem.

Assim, acredita-se (e espera-se) que a medida socioeducativa de internação possa mobilizar transformações nas trajetórias das famílias e dos adolescentes. Através do seu impacto e da gravidade que representa almejam-se ressignificações e, por conseguinte, que possa contribuir para a compreensão das consequências decorrentes do cometimento de transgressões. A partir da medida socioeducativa o adolescente poderia se colocar de outra forma nas suas relações em família e com a sociedade, como um todo. Assim, entende-se que as potenciais mudanças que possam ocorrer durante esse período contribuiriam para a

retomada da confiança dos pais nos filhos e também o contrário, reforçando afetos e laços familiares.

5.3.5.2 O futuro e a questão do (não) pertencimento: a permanência nos territórios x preservação da vida

Para iniciar as discussões desta categoria, serão utilizados alguns trechos extraídos da consulta aos prontuários dos adolescentes Rodrigo e Vinícius, respectivamente, através da pesquisa documental: “O adolescente recebe apoio incondicional de seus pais, os quais planejam residir em outro Estado para oferecer ao adolescente um contexto mais favorável a seu desenvolvimento, mantendo-o afastado da criminalidade [...] A mudança é para afastar Rodrigo do meio e das amizades”. “A família pensa em mudar de cidade quando no término do cumprimento da MSE, pois acreditam que o filho possui muitos conflitos na rua, o que poderá dificultar o seu processo de reinserção socilaboral”. No decorrer das entrevistas, ao mencionar sobre aspectos relacionados ao futuro, observou-se esse fenômeno como sendo comum nos diferentes núcleos familiares participantes: relatos de insegurança e medo advindos da saída da internação, em razão do retorno para os territórios violentos onde residem. Percebeu-se, assim, que a volta para a liberdade e o futuro, para além do que já foi discutido, também se associa ao envolvimento com “guerras”, atritos, dívidas e inimizades nesses locais, de modo que a saída deles parecia ser a única alternativa para que se pudesse vislumbrar a preservação da vida.

De acordo com Koga (2011), a questão territorial representa “o chão das relações entre os homens, onde se concretizam as peculiaridades, as diferenças e desigualdades sociais políticas, econômicas e culturais” (p. 19). Para além do espaço físico, os territórios representam uma gama de relações entre quem os utiliza e, assim, os constroem e reconstroem. Assim, os territórios não se configuram através de um simples “acidente de percurso”, mas sim por meio de sujeitos em ação, onde a cidadania ganha vida ativamente. Considerando esse conceito de território para as discussões propostas, foram selecionados alguns trechos em que se observou a intersecção entre a insegurança com o futuro e a questão territorial:

O meu sonho é ir embora, levar o meu irmão, toda a minha família. [...] Só que a única coisa que eu tenho medo, assim, de levar meu irmão e ele ficar devendo droga. [...] Eu tô tipo num... Um beco sem saída [...] Aqui eu não consigo, né dona? Porque a qualquer momento os cara podem me matar aqui né dona? (Rodrigo, adolescente – Núcleo familiar 1).

Eu quero ir embora daqui pra gente, como se diz? Poder ser feliz! [...] Aqui tem muitos inimigos, como ele falou né? Não pode sair pra lado nenhum, ficava preso, dentro de casa. [...] Eu espero que eu consiga ir embora e quero ser feliz lá em outra cidade. [...] Aqui não dá. Não tem como. [...] Eu não posso deixar a [nome da irmã] sair com o Rodrigo. Eu tenho medo, medo do Rodrigo, darem um tiro no Rodrigo. [...] Pra mim poder sair, com a irmãzinha dele, na praia, no shopping (Gisele, mãe – Núcleo familiar 1).

Para o primeiro núcleo familiar, a ideia de ir embora da cidade onde residem já parecia estar bem definida nos discursos de ambos participantes, parecendo ser algo conversado e discutido entre os seus membros. No caso do segundo núcleo familiar, Cláudia verbalizou o desejo de ir para uma cidade, onde outros familiares residem, relacionando a isso, o falecimento de um dos filhos, que foi vítima de um homicídio pelas inimizades que possuía no território:

Meu filho, vamo lá pra tua vó, pra tua tia, pros teus... Mora tua tia, teus tio tudo em [nome da cidade], lá do teu pai. Vamos pra lá... [...] Eu pensava em fazer isso, de ficar lá perto deles lá, que a gente sempre se deu bem, sabe? [...] Ai, eu não quero perder outro filho [voz trêmula]. (Cláudia, mãe – Núcleo familiar 2).

Já nos discursos de André, Janaína e Adriana, por exemplo, fica em evidência o medo da morte, a insegurança de andar pelas ruas, as dificuldades de relacionamento com “inimizades” e o não-pertencimento que parece prevalecer nos territórios onde transitam:

Aqui não é... Aqui não é o meu lugar. [...] Se eu continuar aqui, vai ser isso aqui ou o cemitério, né? E eu não quero isso pra mim. Aqui não é o meu lugar. Aqui não é o meu lugar. (André, adolescente – Núcleo familiar 3).

Quando ele saísse daqui, o meu pensamento é ir embora [...] Eu e meu marido, nós temos planos, pra ele viver, tranquilamente, pra ele ter o direito de ir e vir, porque daí, o que ele deve, ele já vai ter pagado! [...] Até eu tenho medo de sair com ele. Muitas vezes, tinha medo de sair, se acontecesse alguma coisa de alguém matar a gente na rua [...] Aqui, eu tenho medo das amizade, né? Daí meu pensamento é esse. É ir embora daqui [...] A minha ideia não é ficar aqui. Eu quero ver ele bem. [...] A minha ideia é ir embora. A minha é esperar ele sair e ir embora. (Janaína, mãe – Núcleo familiar 3).

[Participante] - Ele tem 17 anos, mas ele arrumou muito inimigo na rua. Então, a situação dele é assim: ele vai sair daqui, ele vai ter que ir na minha casa, entendeu?

[Entrevistadora] - São pessoas lá do bairro que ele criou inimizade, ou não?

[Participante] - De tudo que é lugar! De tudo que é lugar. Infelizmente. E tu sabe que ele sempre me escreve as carta e me diz: “Mãe, é melhor eu tá aqui aonde eu tô e vivo, do que eu tá na rua e já... Né?”. (Adriana, mãe – Núcleo familiar 4).

Já no caso de Paulo, a mudança de bairro parece estar relacionada ao desejo de não haver mais envolvimento com o tráfico de drogas, por esse ter sido, inclusive, o ato infracional que levou o adolescente ao cumprimento de medidas socioeducativas.

Vou me mudar, porque bá, na verdade, do lado da minha casa, tem uma boca, sabe? E eu não quero mais envolvimento, né dona? [...] Então, quando eu sair daqui, a primeira coisa que eu vou fazer é pegar, chamar um caminhão de mudança, vou lá pra dar um beijo na minha vó [...] e tô indo! Tô saindo dali, né dona? Não! Não quero mais. [...] Eu vou me tirar do risco, a senhora me entende, dona? Não quero mais isso aí. Não quero e não quero. [...] A minha vó chegou e me perguntou: “Paulo, tu tá vendendo droga?”, “Eu tô, vó” [...] “Eu quero dar uma vida melhor pra vocês, é isso que eu quero”. [...] Ela disse: “Eu não quero uma vida melhor, eu só quero tu! Tu vai acabar morto ou preso”. (Paulo, adolescente – Núcleo familiar 5).

Diante desses relatos, percebe-se a ideia muito presente de que após a privação de liberdade, os adolescentes e seus familiares precisariam mudar-se de território, de bairro ou até mesmo de cidade para não correrem o risco de novos envolvimento com transgressões, ou ainda o risco de perderem as próprias vidas. É como se as únicas possibilidades, em caso de permanência, fossem o cemitério ou a prisão. De forma semelhante, Tejadás (2007) também constatou que tanto a possibilidade de morte como a de futuras situações de privação de liberdade podem interferir nas perspectivas de futuro dos adolescentes. Já nos discursos familiares, sobressaem-se as angústias permeadas pela possibilidade de morte precoce dos filhos, além do receio de que eles mesmos também possam ser afetados pelo envolvimento com a violência que eles possuem. Porém, na prática, percebe-se que essa realidade denuncia as dificuldades e a complexidade que pode representar o objetivo de “reinserção social” do adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa.

Para além disso, há de se considerar ainda, que mesmo que a saída dos territórios possa representar uma possibilidade mais favorável e que geraria maior qualidade de vida para adolescentes e familiares, essa mudança também pode compreender algumas repercussões. As relações de pertencimento que envolvem as experiências nos diferentes territórios remetem aos processos de identidade e que, em se tratando especialmente de adolescentes, essa identidade encontra-se em processo de construção. Diante disso, esses efeitos também precisam ser pensados, pois como refere Santos (1999, p. 8):

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Por assim ser considerado o local onde ocorre o “exercício da vida”, na situação de adaptação a novos espaços no futuro, após a internação, pode-se compreender que aqueles territórios que integram a identidade e a vida dos adolescentes e dos familiares, podem não mais dar conta de promover esse pertencimento. De acordo com Riceto e Silva (2008), o território pode ser definido como o espaço de um reconhecimento, onde os indivíduos se declaram como parte, e se identificam, se realizam, se encontram e se sentem protegidos. Pertencer a um território é acima de tudo querer e sentir-se reconhecido nele. Para Soares (2004), haveria um estereótipo jovem valorizado nos bairros pobres, nas vilas, favelas e periferias e que culminaria no recrutamento para o crime e para o tráfico. Diante disso, também se faz importante refletir quais foram as possibilidades de pertencimento para esses adolescentes que, em geral, advêm de bairros periféricos e violentos em suas cidades. Sobre esse aspecto, Tejadas (2007) afirma que a prática de transgressões e a vinculação aos grupos com os quais os adolescentes se identificam também podem ser uma das formas de pertencimento encontrada e que lhes foi oferecida.

5.3.6 Considerações finais

Diante dos resultados obtidos neste estudo, acredita-se que esta pesquisa contribua para a construção do conhecimento na Psicologia, pois os profissionais desta área, por integrarem a equipe técnica das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, são fundamentalmente aqueles que podem fomentar reflexões e questionamentos sobre o futuro não só para os adolescentes, mas também para seus familiares e, assim, quiçá possibilitar ressignificações nesse sentido. Assim, considerando o fato de que o cumprimento de medidas socioeducativas tem um período de duração limitado, problematizar as perspectivas futuras faz-se imprescindível, pois se espera que as mesmas possam representar um “divisor de águas”, uma transformação. Dessa forma, acredita-se que o encaminhamento e o suporte que se espera que sejam realizados por outros serviços da rede possam dar continuidade a esse trabalho, reforçando as possíveis reflexões iniciadas durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Além disso, observou-se que o contexto da internação (ainda que possa representar a falha de políticas públicas anteriores e que deva ser o último recurso a ser utilizado) parece criar uma propensão para as reflexões sobre o tema deste artigo. Em rotinas totalmente diferentes das que costumavam ter anteriormente, permeadas por violências, inimizades e em territórios violentos, encontram-se em espaços e tempos diferenciados, que oportunizariam

refletir sobre o futuro e o desejo de que ele venha acompanhado de mudanças. Ou seja, a medida socioeducativa de internação pode se configurar um espaço de caráter protetivo e de abrandamento dos contextos turbulentos em que estavam anteriormente, já que o “mundo lá fora” parece não se apresentar acolhedor quando se remetem ao futuro.

Na introdução a este artigo partiu-se do pressuposto de que cada experiência adolescente é vivida à sua maneira. Neste momento, ao final dele, compreendeu-se que as expectativas de futuro para cada núcleo familiar reiteram a existência dessas particularidades. Ou seja, ainda que tenham existido elementos em comum nos diferentes discursos, as expectativas foram descritas de acordo com as singularidades de cada contexto, já que para cada família a afetividade, o trabalho e o envolvimento em contextos transgressores, por exemplo, assumem diferentes significados e geram diferentes repercussões.

No discurso dos adolescentes e dos familiares, quando mencionavam as expectativas profissionais, percebeu-se que os planos traçados eram de possibilidades que pudessem ser estabelecidas de forma mais imediata, sem maiores planejamentos a longo prazo. Reitera-se que os contextos familiares comumente atendidos pelas instituições socioeducativas são as classes populares, aqueles advindos das periferias das cidades. Assim, ao olhar para as especificidades desse público compreendem-se as reverberações, inclusive, nas expectativas profissionais que possuem e isso deve ser um aspecto a ser considerado.

A partir das discussões sobre a questão territorial, a qual também parece permear o futuro dos participantes, compreendem-se os inúmeros desafios que ela pode representar para adolescentes egressos do sistema socioeducativo e também para os familiares, já que tanto a permanência quanto a saída desses territórios geram repercussões. Considerando as discussões sobre o pertencimento, tão importantes, em especial, no que se refere à saída da privação de liberdade, reforça-se a importância de que as iniciativas das diferentes políticas públicas também possam oportunizar formas de inclusão que atuem na contramão das desigualdades presentes nos territórios. A partir deste estudo também é possível salientar a importância de serem promovidas políticas públicas que visem à prevenção de violências e agravos nos próprios territórios, voltadas para as realidades, especificidades e demandas. Isto é, as iniciativas nos diferentes espaços não podem se consolidar unicamente com o intuito de remediação, mas sim por meio do planejamento de ações e estratégias de cuidado e atenção.

Acredita-se que uma das limitações do estudo, ao abordar sobre as questões de futuro, seja a de que alguns participantes possam, durante a entrevista, buscar corresponder ao que supostamente entendem que o pesquisador deveria ouvir, considerando o local onde as entrevistas foram realizadas, a gravação das mesmas e também que estão inseridos no

contexto de cumprimento de uma medida socioeducativa. Ainda assim, salienta-se que durante todo o processo da pesquisa buscou-se estabelecer uma relação de confiança com os adolescentes e com os familiares, esclarecendo todas possíveis dúvidas e garantindo o sigilo em relação à identidade e às informações dos participantes, de modo a atenuar essa possibilidade.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras possam buscar compreender como as questões territoriais repercutiram para adolescentes e familiares egressos, considerando os referidos impactos desse retorno aos diferentes territórios. Espera-se, assim, que as experiências socioeducativas possam contribuir, efetivamente, como um “divisor de águas” nas diferentes trajetórias de vida para que, assim, adolescentes e familiares possam vivenciar futuros mais tranquilos, afetivos e inclusivos.

5.3.7 Referências

- Andrade, M. S., & Barros, V. A. (2018). O jovem egresso da medida socioeducativa de internação: repercussões psicossociais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(1), 37-53. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Araújo, C. V. O. (2002). Pai, mãe e filho - reflexões sobre família e educação na modernidade. *Estilos da Clínica*, 7(12), 100-111. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282002000100009.
- Arpini, D. M. (2003). *Violência e exclusão - adolescência em grupos populares*. Bauru, SP: EDUSC.
- Assis, S. G. (1999). *Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Barreto, S. A. S., & Quintana, S. (2017). A correlação entre o adolescente e o mundo do trabalho com a vivência das medidas socioeducativas. *Revista Gestão em Foco*, 9.
- Brasil (2014). Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: SDH; FASE, 2014.
- Calligaris, C. (2000). *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Coelho, B. I.; Rosa, E. M. (2013). Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L.A. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 163-173. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000100018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000100018>.
- Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535. Recuperado de <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102->

71822011000300010&script=sci_abstract&tlng=es. doi:
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-7182201100030001>.

- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2011a). *Adolescência: uma fase de oportunidades*. Recuperado de: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_19822.htm.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2011b). O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília: UNICEF. Recuperado de: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_22246.htm.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (2a ed., pp. 64-90) Rio de Janeiro: Vozes.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.
- Gomes, I. D., & Colaço, V. F. R. (2016). Perigo, aventura e esperança: discurso sobre risco em adolescentes autores de atos infracionais. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 17(2), 353-382. Recuperado de <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/813>.
- Gomes, C. C., & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 47-58. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1413-7372189590005>.
- Knobel, M. (1981). A síndrome da adolescência normal. In A. Aberastury, & M. Knobel. *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*. (S. M. G. Bailve, Trad., pp. 24-62). Porto Alegre, Artes Médicas. (Obra original publicada em 1970).
- Koga, D. (2011). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. (2ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Levisky, D. L. (1997) *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minayo, M. C. S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (21a ed., pp. 9-30). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.
- Oliveira, M. A. C., & Egry, E. Y. (1997). A adolescência como um constructo social. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 7(2), 20-27. Recuperado de:

<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/38391/41236>.
<https://doi.org/10.7322/jhgd.38391>.

doi:

- Osório, L. C. (1989). *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Predebon, J., & Giongo, C. (2015). A família com filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. *Pensando famílias*, 19(1), 88-104. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Riceto, A., & Silva, V. P. (2008). O território como categoria de análise da geografia. *Caminhos de Geografia Uberlândia*, 9(28), 146-152. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15774>.
- Santos, M. (1999). O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, 1(1), 7-13. Recuperado de <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360>.
- Silveira, K. S. S., Machado, J. C., Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2015). Projetos futuros de adolescentes privados de liberdade: implicações para o processo socioeducativo. *Psicologia: teoria e prática*, 17(2), 52-63. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Soares, L. E. (2004). Juventude e violência no Brasil contemporâneo In R. Novaes, R. & P. Vannucchi (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. (pp. 130-159). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sousa, G. S., Silva, R. N. F., Ferreira, N. G., & Ferreira, M. G. S. (2018). O adolescente e a institucionalização: compreensão do fenômeno e significados atribuídos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(Suppl. 3), 1373-1380. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672018000901373&script=sci_arttext&tlng=pt. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0242>.
- Tejadas, S. S. (2007). *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Wagner, A., Falcke, D., Silveira, L. M. B. O., & Mosmann, C. P. (2002). A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 75-80.
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zaluar, A. (1996). *Da revolta ao crime S/A*. São Paulo: Editora Moderna.
- Zappe, J. G., Moura, J. F., Jr., Dell'Aglio, D. D., Sarriera, J. C. (2013). Expectativas quanto ao futuro de adolescentes em diferentes contextos. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(1), 91-100. Recuperado de: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552013000100009.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados e as discussões propostas por esta pesquisa revelam a complexidade que representa a temática da família em contextos socioeducativos. As cenas e tramas familiares que compuseram o trabalho evidenciaram famílias com conflitos, sofrimentos, vulnerabilidades e inseguranças, mas, sobretudo, e principalmente, famílias que demonstram o desejo e a busca por superar esses obstáculos, fortalecendo-se em vínculos significativos, relações afetivas, mais dialogadas e resilientes em busca de suas potencialidades. A característica de ser constituída pelas relações mais significativas para um ser humano tornam as famílias, uma instituição peculiar, com uma capacidade transformadora. As relações em família, que parecem adquirir importância no contexto da internação, podem convocar a reflexões e, assim, conferir sentidos a experiências anteriores, presentes e futuras.

A escolha pela utilização da pesquisa qualitativa e do delineamento de Estudo de Casos Múltiplos na proposta metodológica permitiu e favoreceu que se pensasse sobre as particularidades dessas relações familiares. Além disso, acredita-se que através dessa escolha tenha sido possível abordar em profundidade as peculiaridades existentes e que se obtivesse uma consistência nas discussões realizadas. Quando os participantes foram convidados para contribuir com a pesquisa, não se imaginava que somente mães seriam aquelas que aceitariam tal participação, visto que esse não foi um critério de inclusão. Mas entende-se que a totalidade de participantes familiares mães também seja um indicativo da centralidade dessas figuras no cumprimento da medida socioeducativa.

Diante dos aspectos históricos no olhar dispendido à infância e à adolescência no Brasil, assim como diante das transformações que as próprias famílias têm vivenciado, observa-se que o papel das mesmas no cuidado e na proteção dos filhos tem sido cada vez mais valorizado e discutido, inclusive, em termos de legislações. Ainda que existam muitos avanços em relação a esses temas, compreende-se também a presença de desafios a serem superados no que se refere à consolidação do atendimento às famílias ao circularem pelas políticas públicas desde a prevenção.

Quando um adolescente comete um ato infracional passível de colocá-lo em privação de liberdade, sugere-se que, em geral, possam ter ocorrido sucessivas falhas anteriores que não puderam ser amparadas pelo sistema de garantia de direitos. Ou seja, muitas crianças, adolescentes e famílias estariam sendo invisíveis aos olhos dos dispositivos sociais existentes que deveriam dar conta de apoiá-las e instruí-las. Há de se investir para que, em contextos de internação, as famílias possam ser, finalmente, visíveis ainda que em uma situação extrema e

agravada, pois este seria o último recurso disponível para casos de cometimento de atos infracionais. No entanto, mesmo que o panorama seja, em um primeiro momento, considerado desfavorável, já que chegaram até essas instituições, delas surgiriam outras possibilidades, que, certamente, exigem investimentos. Este trabalho permitiu vislumbrar que, enquanto houver afeto e suporte nas relações mais significativas, há esperança.

Dessa forma, entende-se que há muito o que se fazer com as famílias quando se trata do contexto socioeducativo. No entanto, este estudo foi realizado na privação de liberdade e sugere-se que quando estas instituições conseguem contemplar o direito à convivência familiar e comunitária, buscando que as famílias se tornem participativas no cumprimento da medida, ampliam-se as perspectivas no trabalho desempenhado. Assim, esta dissertação procurou realizar uma “defesa da família”, partindo do pressuposto que, respeitando as suas particularidades e histórias, podem ocorrer ressignificações. Acredita-se que o investimento nas relações familiares pode representar uma saída possível do contexto infracional. Assim, considerando o fato de que essa pesquisa foi realizada em uma unidade de execução da medida socioeducativa de internação, sugere-se que pesquisas futuras também possam buscar compreender as repercussões do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto para as relações familiares. Esse outro viés de pesquisa poderia contribuir para a ampliação dos conhecimentos no âmbito da socioeducação, de modo a se pensar sobre as medidas que visam à prevenção e a sua efetividade em relação às questões familiares.

Respondendo ao objetivo geral deste estudo, foi possível compreender que existem diversas repercussões que podem advir da privação de liberdade para as relações familiares. Cada contexto familiar delinea as particularidades com que esse momento é experienciado, no entanto, por existirem vínculos afetivos nas famílias pesquisadas, entende-se que não se vivencia tal experiência sem ser tocado por ela. Neste ponto, é que se encontra a capacidade transformadora que pode ser aproveitada.

Contudo, também se compreende que o contexto socioeducativo se depara com os atravessamentos de questões sociais mais abrangentes, como por exemplo, quando os adolescentes, saem da internação e retornam aos territórios, podendo voltar a se deparar com as mesmas questões que estiveram presentes anteriormente. Assim, o presente estudo também reitera a importância de que o trabalho com essas famílias, não deve ter um olhar descontextualizado da realidade social desse público. De forma semelhante a esse exemplo, foi apontado e discutido que as famílias dessas instituições provêm, em sua maioria, de bairros periféricos, com profissões que lhes conferem uma classe social também definida, com um número de filhos acima das médias nacionais e com escolaridade baixa. Diante disso,

as intervenções realizadas devem contemplar tais especificidades, lançando mão de estratégias e encaminhamentos que também busquem atingir tais desafios. Assim, salienta-se que a internação, por ser uma instituição provisória nas trajetórias de vida das famílias, mas com uma potencialidade para gerar um impacto significativo, possa se articular com outros serviços da rede para um trabalho conjunto e complementar.

Por fim, a sensibilização que o cumprimento de uma medida socioeducativa de internação parece desenvolver nos diferentes membros familiares deve ser aproveitada e instigada, vislumbrando perspectivas de futuro menos violentas e com outras possibilidades. A corresponsabilização, através do comprometimento das famílias, dos profissionais das unidades de internação e dos diferentes dispositivos de atendimento, podem, assim, atuar com as mesmas finalidades e, a partir de um denominador comum, atuar em prol dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. O adolescente e a liberdade. In: ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. (Orgs.). **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981, p. 13-23.
- _____. A paternidade. In: ABERASTURY, A.; SALAS, E. J. **A paternidade: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984, p. 41-88.
- ALMEIDA, M. C. C. **Gravidez na adolescência e escolaridade: um estudo em três capitais brasileiras**. 2008. 174 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2008.
- ALMEIDA, F.; KOCOUREK, S.; RODRIGUES, A. W. L. A tutela do Estado e o governo de adolescentes infratores e suas famílias. In: ARPINI, D. M.; CÚNICO, S. D. (Orgs.). **Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos**. Curitiba: CRV, 2014, p. 97-118.
- ARANTES, E. M. M. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina da proteção integral é o mesmo que o direito penal juvenil? In: ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além das grades: elementos para transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 63-78.
- ARIÈS, P. **A História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARPINI, D. M. **Violência e exclusão: adolescência em grupos populares**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- ARPINI, D. M.; WITT, C. S. As múltiplas formas de ser adolescente. In: CAMPOS, H. R.; SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **Emocore: experiências grupais na constituição da adolescência**. Natal, RN: EDUFRN; Goiânia, GO: Editora PUC Goiás, 2015, p. 11-28
- BANDEIRA, M. A. S. Ato infracional. In: _____. **Atos infracionais e medidas socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional**. Ilhéus: Editus, 2006. p. 25-73.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, Senado, 1998.
- _____. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. 14 ed. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 1990.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília-DF, 1996.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

_____. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2012.

_____. **PEMSEIS**: Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul, 2014.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento anual SINASE 2014**. Brasília-DF, 2017.

BROIDE, J. **Psicanálise nas situações sociais críticas**: violência, Juventude e periferia em uma abordagem grupal. Curitiba: Editora Juruá, 2008.

_____. Adolescência e violência: criação de dispositivos clínicos no território conflagrado das periferias. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 95-106, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BRONDANI, R. P.; ARPINI, D. M. Experiências escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 24, n. 1, p. 73-88, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/4228>>. Acesso em: 15 fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v24n1a4228>.

CALIMAN, G.; MILANZI, F.; DALTON, A. A Política de Atendimento à infância e adolescência na RMGV. In: Governo do estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado de ciência e tecnologia; Instituto de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento Jones dos Santos Neves. **Índice de desenvolvimento social dos municípios do Espírito Santo**: Relatório 2004. Vitória, 2004. Disponível em: <https://socialeducation.files.wordpress.com/2010/11/caliman-a_politica_de_atend.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CERQUEIRA-SANTOS, E. et al. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 73-85, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Panorama Nacional**: A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação - Programa Justiça ao Jovem. 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

COSTA, A. C. G. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2011. p. 19-25.

COSTA, L. L. **A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888**, 2007. 152 p. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

COSTA, C. R. B. S. F.; ASSIS, S. G. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 74-81, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 157-166, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FELTRAN, G. S. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 93-126, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7136>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FERRÃO, V. S.; POLLI, M. C. Adolescência como tempo do sujeito na psicanálise. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 48-55, 2014. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=445>. Acesso em: 13 jan. 2019.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 fev. 2019.

GONÇALVES, H. S. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no rato do adolescente autor de ato infracional. In: ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além das grades: elementos para transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 35-62.

GROENINGA, G. C. Família: um caleidoscópio de relações. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. C. **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 125-142.

GUIMARÃES, I. B. Periferias e territórios sob efeitos conjugados da precarização: algumas tendências. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 89-104, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400007>.

GUIRADO, M. **A criança e a FEBEM**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Projeção da População do Brasil, 2015. Disponível em: <<https://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

KAMINSKI, J. Menores e crianças: uma breve análise da história da infância e adolescência no Brasil. **Akrópolis**, Umuarama, v. 20, n. 2, p. 81-92, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4644>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R.C. (Orgs.) **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 163-176.

_____. **A frátria órfã: conversas sobre a juventude**. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

LEVISKY, D. L. **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LIMA, L. L. G.; VENANCIO, R. P. Abandono de Crianças Negras no Rio de Janeiro. In: PRIORE, M. D. **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 61-75.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito menor. In: PRIORE, M. D. **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129-145.

MAIOR NETO, O. S. S. Garantias penais do adolescente autor de ato infracional. In: ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (Orgs.). **Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 123-150.

MARIN, I. S. K. O não violento. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. XI, n. 20, p. 38-57, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/118001>>. Acesso em: 14 fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v11i20p38-57>.

_____. **Violências**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.

MARTY, F.; CARDOSO, M. R. Adolescência: um percurso franco-brasileiro. In: MARTY, F.; CARDOSO, M. R. (Orgs.). **Destinos da adolescência**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

MATTOSO, K. Q. O filho da Escrava. In: PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 76- 97.

MCGOLDRICK, M.; GERSON, R.; PETRY, S. **Genogramas: avaliação e intervenção familiar**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MEDEIROS, F. C.; PAIVA, I. L. A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 568-586, 2015.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Orgs.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p. 83-107.

_____. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTE, F. F. C. et al. Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 125-134, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000100014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MONTEIRO, L. P.; ROCHA, T. T. Experiências socioeducativas das famílias de adolescentes em conflito com a lei. In: SOUSA, S. M. G. (Org.). **Adolescentes autores de atos infracionais: estudos psicossociais**. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2013, p. 59-84.

MOREIRA, J. et al. Medidas socioeducativas com seus dispositivos disciplinares: o que, de fato, está em jogo nesse sistema? **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 285-302, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019.

NUNES, M. C. A.; ANDRADE, A. G. S.; MORAIS, N. A. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática de literatura. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 144-156, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2013.62.07>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

OLIVEIRA, C. S. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

OSÓRIO, L. C. **Adolescente hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

OUTEIRAL, J. O. **Adolescer**: Estudos sobre adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

PACHECO, L. V. O adolescente e a lei. In: BARROS, F. O. (Coord.). **Tô fora**: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 41-48.

PASSETTI, E. Menores: os prisioneiros do humanismo. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 31-37, 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. O Menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, M. D. (Org). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contextos, 1991.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PRIORE, M. D. O Papel Branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia. In: _____. (Org.). **História da Infância no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991, p. 10-27.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.800, de 28 de maio de 2002**. Dispõe sobre execução de medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade, dando nova redação à Lei nº 5.747 de 17 de janeiro de 1969, e autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul voltada à execução das medidas de proteção da criança e do adolescente. Porto Alegre-RS, 2002.

RIZZINI, I. **A criança e a lei no Brasil**: revistando a história (1822-2000). Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2002.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. Introdução – A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: _____. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011, p. 15-30.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROCHA, T. T. **Os olhares maternos diante da medida socioeducativa de privação de liberdade em Goiás**. 2010. 146 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)–Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, GO, 2010.

ROLIM, M. **A formação de jovens violentos**: estudo sobre a etiologia da violência extrema. Curitiba: Appris, 2016.

ROSÁRIO, Â. B. Adolescência e violência: o problema do reconhecimento. **Mal-estar e Sociedade**, Barbacena, ano 1, n. 1, p. 27-40, 2008. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/3>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003. Título original: La famille em désordre.

SALES, M. A. **Invisibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SALLES, L. M. F.; SILVA, J. M. A. P.; FONSECA, D. C. Violência e inserção social do jovem de periferia urbana. **Psicologia: Teoria e prática**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 58-68, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SANDALOWSKI, M. C. Os Códigos de Proteção à Infância e à Adolescência no Brasil: um Estudo Sociológico. In: RAMOS, N. V. et al. **Juventude, Sociedade e Violência**. Santa Maria: Editora Faith, 2012. p. 13-30.

SANTOS, L. N.; MOTA, A. M. A.; SILVA, M. V. O. A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 700-715, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000300014>.

SAVIETTO, B. B. **Adolescência: Ato e Atualidade**. Curitiba: Juruá, 2010.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: _____. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999, p. 7-16.

SILVA, M. L. et al. Da normatização à compreensão: caminhos construídos para a intervenção familiar. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, São Bernardo do Campo, v. 20, n. 1-2, p. 12-21, 2012.

SILVESTRE, L. P. F. **Privação de liberdade e a criminalização da adolescência: um estudo sobre centro de socioeducação de Ponta Grossa**. 2013. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas)–Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 130-159.

SOUSA, S. M. G; PERES, V. L. A. Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. **O Social em Questão: Revista do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio**, Ano 6, n. 7, v. 1, p. 63-74, 2002.

SOUZA, L. M. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História da Infância no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991, p. 28-44.

SOUZA, M. A. 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: História, Política e Sociedade... In: MOREIRA, J. O.; SALUM, M. J. G.; OLIVEIRA, R. T. (Orgs.). **Estatuto da**

Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 14-31.

SOUZA, L. A.; COSTA, L. F. A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade. **Psico-USF**, Itatiba, v. 18, n. 2, p. 277-287, 2013.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000200011>.

TEJADAS, S. S. **Juventude e ato infracional:** as múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2016** - Human Development for Everyone. New York, 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Manual de Dissertações e Teses da UFSM: estrutura e apresentação.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2015.

VERONESE, J. R.; LIMA, F. S. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 1, v. 1, 2009, p. 29-46.

VICENTE, C. M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2011. p. 47-59.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 14. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999.

WINNICOTT, D. W. A tendência anti-social. In: _____. **Privação e delinquência.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1956.

_____. Família e maturidade emocional. In: _____. **A família e o desenvolvimento individual.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

_____. Adolescência: Transpondo a Zona de Calmarias. In: _____. **A família e o desenvolvimento individual.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAPPE, J. G.; RAMOS, N. V. Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 365-373, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 fev. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200017>.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de Autorização Institucional**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Título do Projeto: “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”

Eu, Magali Marques da Rocha, abaixo assinado, diretora da Instituição Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria – CASE-SM, localizada em Santa Maria/RS, autorizo a realização do estudo: “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”, a ser conduzido pelas pesquisadoras Renata Petry Brondani e Dorian Mônica Arpini.

Fui informada, pelos responsáveis do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Santa Maria, Data: _____ / _____ / _____

Magali Marques da Rocha
Diretora da Instituição Centro de Atendimento
Socioeducativo de Santa Maria – CASE-SM

APÊNDICE B: Termo de Confidencialidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Título da pesquisa: Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares

Pesquisadoras responsáveis: Renata Petry Brondani e Prof.^a Dr.^a. Dorian Mônica Arpini

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Psicologia

Telefone para contato e endereço: (55) 3028-0936 ou 3220-9231. Av. Roraima 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Prédio 74-B, 2º andar, sala 3208, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 97105-900 – Santa Maria, RS.

Local da coleta de dados: Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE-SM).

As pesquisadoras do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes, cujos dados serão coletados através da análise documental dos Planos Individuais de Atendimento e de entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, com adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de internação e seus respectivos familiares no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE-SM). As entrevistas serão realizadas em horário mais adequado aos participantes e à instituição.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para fins desta pesquisa no decorrer da execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima, sem que haja identificação dos participantes e serão mantidas no seguinte endereço: Av. Roraima 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Prédio 74-B, 2º andar, sala 3208, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 97105-900 – Santa Maria, RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Prof.^a. Dr.^a. Dorian Mônica Arpini. Após este período, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em ____/____/_____, com o número do CAAE _____.

Santa Maria, ____ de _____ de 2018.

Dorian Mônica Arpini
Professora do Departamento de Psicologia da UFSM

Renata Petry Brondani
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSM

APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos Familiares**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Título do projeto: Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares

Pesquisadoras responsáveis: Renata Petry Brondani e Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica Arpini

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Psicologia em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Psicologia

Telefone para contato e endereço: (55) 3028-0936 ou 3220-9231. Av. Roraima 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Prédio 74-B, 2º andar, sala 3208, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 97105-900 – Santa Maria, RS.

Local da coleta de dados: Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE-SM).

Prezado(a) Senhor(a)!

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”. Este estudo está sendo desenvolvido por mim, Renata Petry Brondani, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da Prof.^a Dr^a. Dorian Mônica Arpini.

O objetivo da pesquisa é compreender de que formas a medida socioeducativa de internação que está sendo cumprida na instituição CASE-SM está repercutindo nas relações entre os adolescentes e os familiares. Serão realizadas duas entrevistas semidirigidas: uma com você e outra com o adolescente que está na instituição. Dessa forma, a participação na pesquisa consistirá em responder algumas questões sobre sua experiência com relação à privação de liberdade do seu familiar. A entrevista será realizada em um local previamente agendado com você, de acordo com a sua disponibilidade e será gravada em áudio para posterior transcrição e análise do material. Os resultados do estudo poderão ser divulgados para fins acadêmicos e científicos, porém espera-se que não tragam qualquer dano ou prejuízo a sua pessoa, com a garantia do sigilo e confiabilidade dos dados relativos à sua identificação. O material dessa pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM, situado na Avenida Roraima, nº 1000, Prédio 74B, CCSH, sala 3208, Campus Universitário, sendo destruído após cinco anos após a conclusão do estudo.

Se você tiver alguma dúvida ou consideração sobre a ética da pesquisa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM: Cidade Universitária – Camobi, Av. Roraima, nº 1000, CEP 97105-900, Santa Maria, RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55) 3220-8009. Email: cep.ufsm@gmail.com Web: www.ufsm.br/cep. Caso o(a) Senhor(a) aceite participar deste estudo, poderá solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Além disso, em função da natureza da pesquisa, salientamos que não esperamos que existam riscos para você e os demais participantes. Porém se identificarmos algum sinal de desconforto psicológico nos comprometemos a interromper a entrevista, avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, encaminhá-lo(a) para algum serviço público de atendimento.

Os benefícios deste estudo podem advir da disponibilidade de escuta oferecida e pela oportunidade de reflexão acerca das relações familiares diante do contexto de privação de liberdade do adolescente. Ao final da pesquisa, podemos conversar com você para fazer uma devolução dos resultados. Agradecemos sua colaboração para a realização desta pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^a Dr^a Dorian Mônica Arpini, que pode ser contactada pelo telefone: (55) 3220-9231, ou com a pesquisadora Renata Petry Brondani, através do telefone (55) 99987-1587.

Diante do exposto, de espontânea vontade declaro minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais me foi entregue.

Santa Maria, Data: ____ / ____ / ____

Nome do(a) participante

Assinatura do(a) participante

Renata Petry Brondani
Pesquisadora Mestranda em Psicologia

Dorian Mônica Arpini
Professora do Departamento de Psicologia - UFSM
Orientadora e pesquisadora responsável

APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Responsável Legal**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Título do projeto: Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares

Pesquisadoras responsáveis: Renata Petry Brondani e Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica Arpini

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Psicologia em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Psicologia

Telefone para contato e endereço: (55) 3028-0936 ou 3220-9231. Av. Roraima 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Prédio 74-B, 2º andar, sala 3208, Centro de Ciências Sociais e Humanas, 97105-900 – Santa Maria, RS.

Local da coleta de dados: Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE-SM).

Eu, Renata Petry Brondani, juntamente com Dorian Mônica Arpini, professora responsável pela pesquisa “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”, solicitamos que a Sr^a, representante legal do adolescente _____, permita a participação deste em nosso estudo.

Esta pesquisa pretende compreender de que formas a medida socioeducativa de internação está repercutindo nas relações entre os adolescentes e os familiares. Acreditamos que ela também seja importante devido à centralidade e à relevância social dessa temática. Para a efetivação da pesquisa, serão realizadas duas entrevistas, uma com os adolescentes e outra com seus respectivos familiares que frequentam as visitas no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE-SM), no dia e horário de preferência destes, com duração aproximada de uma hora. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas, a fim de obter maiores detalhes para a posterior análise.

A identidade dos participantes será mantida em sigilo e as informações colhidas serão utilizadas apenas para fins de pesquisa. A participação constituirá em conceder esse encontro com a pesquisadora, através de uma entrevista. Os benefícios que esperamos com o estudo são: a realização de um encontro que possibilite um espaço de escuta, de expressão de sentimentos aos participantes; oportunizar um lugar para falar de suas experiências a partir do interesse da pesquisadora em ouvi-las.

Não são esperados riscos com a participação na pesquisa, no entanto, no caso de ser identificado algum desconforto psicológico no momento do encontro, ou ainda, posteriormente, em decorrência da realização deste, considerando as particularidades dessa população vulnerável, a pesquisadora se responsabilizará a realizar a interrupção do encontro e será avaliado junto à equipe técnica responsável na instituição CASE-SM sobre os procedimentos a serem realizados com o adolescente.

A possibilidade de recusar participar ou de retirar a permissão a qualquer momento é garantida, sem nenhum tipo de prejuízo por essa decisão. Além disso, durante todo o período da pesquisa haverá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas em eventos ou publicações, sem a identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação. Tais informações serão mantidas na sala nº 3208 do Departamento de Psicologia da UFSM, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica Arpini. Após este período, os dados serão destruídos.

Os gastos necessários para a participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Autorização:

Eu, _____, responsável legal de _____, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que a participação do adolescente é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos, dos possíveis riscos e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em que este adolescente possa integrar o estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais me foi entregue.

Santa Maria, Data: ____/____/____

Assinatura do responsável legal

Renata Petry Brondani
Pesquisadora e mestranda em Psicologia da UFSM

Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica Arpini
Professora do Departamento de Psicologia da UFSM

APÊNDICE E: Termo de Assentimento

Título da pesquisa: “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”

Nome do adolescente participante: _____

Nós, Dorian Mônica Arpini e Renata Petry Brondani, somos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Departamento de Psicologia e estamos fazendo uma pesquisa. Por isso, você está sendo convidado para participar do estudo intitulado: “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”. O CASE-SM já sabe da proposta desta pesquisa e autorizou que ela fosse realizada. Seu responsável legal também permitiu que você, caso queira, possa participar.

Essa pesquisa busca compreender melhor as repercussões da medida socioeducativa de internação para as relações entre adolescentes e familiares. Então, gostaríamos de conversar sobre essa experiência. Sua participação é voluntária, mas se não se sentir à vontade, você pode desistir a qualquer momento e não terá nenhum problema com isso. A pesquisa está sendo realizada no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE-SM), através de um encontro com você e um encontro com um ou mais familiares seus que vierem para o momento da visita e que também aceitem participar da pesquisa. No encontro com você, será realizada uma entrevista, na qual você será convidado a responder sobre sua experiência no CASE-SM e sobre as suas experiências familiares.

Ao participar, esperamos que você possa compartilhar suas experiências, abordando um tema que é de sua vivência e que possa se sentir acolhido nesse momento. Não são esperados riscos com sua participação nesta pesquisa, mas se você se sentir desconfortável em algum momento, poderemos interromper o encontro, e iremos acompanhá-lo até a equipe técnica responsável para que possamos pensar como proceder. Se você tiver alguma dúvida, você pode nos contatar pelo telefone 3220-9231, do Departamento de Psicologia. Você também poderá procurar pela pesquisadora Renata Petry Brondani solicitando na instituição para o seu responsável legal ou por meio do telefone (55) 99987-1587.

Além disso, você pode contatar o Comitê de Ética, se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como imaginou, pelo telefone (55) 3220-9362 (se preferir, você pode entrar em contato sem se identificar). Ou, ainda, pelo e-mail cep.ufsm@gmail.com. Um comitê de ética em pesquisa em seres humanos se trata de um grupo de pessoas que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados.

Não falaremos a outras pessoas sobre as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa poderão ser publicados em revistas, livros ou conferências, mas sem que você seja identificado. Seu nome não irá aparecer em nenhum lugar. No final da pesquisa, poderemos conversar com você sobre os resultados do estudo, caso você queira.

Autorização:

Eu, _____, aceito participar da pesquisa “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”. Entendi os objetivos do estudo e que, caso sinta necessidade de maiores esclarecimentos, serei orientado pelas pesquisadoras. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. As pesquisadoras tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis legais. Recebi uma cópia deste Termo de Assentimento e concordo em participar da pesquisa.

Santa Maria, Data: ____/____/____

Assinatura do participante

Renata Petry Brondani
Pesquisadora e mestranda em Psicologia da UFSM

Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica Arpini
Professora do Departamento de Psicologia da UFSM

APÊNDICE F: Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas do Adolescente

Nome, idade, escolaridade, cidade.

Anterior ao cumprimento da medida:

- Com quem você residia antes do cumprimento da medida?
- Como é a sua relação com o(s) familiar(es) também participante(s) da pesquisa?
- Como você caracteriza as relações e a proximidade que tinha com essas pessoas?
- Como era a sua rotina antes de vir para o CASE?
- Quais os lugares que você costumava frequentar?
- Você lembra se antes dessa medida já tinha tido contato ou se envolvido e algum ato infracional? (caso essa informação já tenha sido obtida na pesquisa documental, não será realizada)
- Já havia cumprido alguma medida socioeducativa antes da atual? (caso essa informação já tenha sido obtida na pesquisa documental, não será realizada)

No momento em que soube do cumprimento da medida:

- Como recebeu a notícia de que estaria privado de liberdade?
- Como se sentiu quando falaram sobre a privação de liberdade?
- Como os seus familiares reagiram ao saber da medida socioeducativa restritiva de liberdade?

No decorrer do cumprimento da medida socioeducativa:

- Como você percebe o fato de estar cumprindo a medida socioeducativa?
- Como foi ou está sendo a adaptação ao CASE?
- Como foi para você o momento da construção do PIA?
- Você costuma trocar correspondências/escrever cartas com algum familiar?
- Como está a sua relação com seus familiares atualmente? (em especial, o(s) membro(s) integrantes da pesquisa)
- Como é para você o momento de visitação dos familiares?
- Você percebe que mudou alguma coisa no relacionamento com os seus familiares?

Com o término do cumprimento da medida socioeducativa:

- Como você imagina as relações com a sua família quando acabar o cumprimento da medida socioeducativa?
- A partir da experiência que você tem cumprindo a medida, você acha que fará algo diferente no futuro?
- Como você imagina a rotina do adolescente quando terminar o cumprimento da medida socioeducativa?

APÊNDICE G: Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas do Familiar

Nome, idade, escolaridade, cidade, profissão, número de filhos.

Anterior ao cumprimento da medida:

- Como era a sua participação na vida do adolescente antes dele vir cumprir a medida no CASE?
- Como era a sua rotina antes do adolescente vir para o CASE?
- O adolescente já havia cometido algum outro ato infracional anterior ao que levou ao cumprimento dessa medida socioeducativa?
- Você já tinha observado algum comportamento no adolescente referente a condutas transgressoras?
- Você já tinha procurado ajuda em algum lugar? Eram acompanhados com algum serviço?

No momento em que soube do cumprimento da medida:

- Como você recebeu a notícia de que o adolescente estaria privado de liberdade?
- Como se sentiu com essa notícia?
- Como o adolescente reagiu com essa notícia?

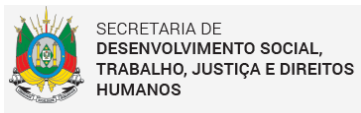
No decorrer do cumprimento da medida socioeducativa:

- Você identifica alterações na rotina familiar a partir da privação de liberdade do adolescente?
- Como foi a adaptação da sua rotina com o adolescente em privação de liberdade?
- Como você percebe a sua relação com o adolescente no momento atual?
- Você percebe que mudou alguma coisa nas relações familiares com o cumprimento da medida? Se sim, como?
- Você percebe que o cumprimento da medida pode interferir (tanto no sentido de auxiliar, quanto trazer dificuldades) na trajetória de vida do adolescente?
- Como é para você o momento de visitação dos familiares?
- Você participou do momento da construção do PIA? Como foi esse momento?
- Você costuma trocar correspondências/escrever cartas com o adolescente?

Com o término do cumprimento da medida:

- Você acredita que precisará de algum tipo de ajuda/accompanhamento quando o adolescente sair do CASE?
- Como você imagina a sua rotina quando terminar o cumprimento da medida socioeducativa do adolescente?

ANEXO

ANEXO A: Documento da FASE-RS - ANEXO DA RESOLUÇÃO XX/FASE-RS/2017-DG**Termo de Compromisso**

Eu, Renata Petry Brondani, estudante do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria, no desenvolvimento da pesquisa “Repercussões do ato infracional e da privação de liberdade para adolescentes e familiares”, em conformidade com os preceitos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/1990), comprometo-me:

- a não divulgar, sob nenhuma hipótese, qualquer espécie de dado, que possa permitir identificação pessoal dos jovens que cumprem ou já cumpriram medida socioeducativa na FASE-RS;
- a não interferir na continuidade dos serviços prestados pela FASE-RS durante a realização da atividade/pesquisa;
- a dar retorno à FASE-RS dos resultados obtidos com o trabalho desenvolvido, com a entrega do material impresso ou digital à Assessoria de Informação e Gestão da FASE-RS (monografia, dissertação, tese, relatório);

Igualmente, declaro estar ciente e serem de minha inteira responsabilidade os prejuízos, riscos e danos de toda ordem sofridos dentro das unidades da FASE-RS, que advenham de eventos imprevistos, bem como de que a atividade ou pesquisa poderá ser suspensa a qualquer tempo, por necessidade de administração da FASE-RS por inobservância das cláusulas previstas neste Termo de Compromisso ou no caso das atividades estarem em desacordo com a proposta apresentada.

_____, ____ de _____ de _____

Nome: Renata Petry Brondani
RG: 4109992406